



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 080 - TERÇA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 81ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2. – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 978, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2005 (nº 991/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa, celebrado em Cape Town, em 4 de junho de 2003..... 19383

Nº 979, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 142, de 2005 (nº 229, de 2005, na origem), do Presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa..... 19384

Nº 980, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas dos fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativos de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares..... 19386

Nº 981, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o artigo 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil..... 19390

Nº 982, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, de autoria do Senador de autoria do Senador Delcídio Amaral, que Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase..... 19393

Nº 983, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 298, de

2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes..... 19409

Nº 984, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005 (nº 1.238/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará..... 19416

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 199, de 2003; e 24, 282 e 298, de 2004, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005, aprovado pela Comissão de Educação, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 19419

Designação dos membros que integrarão a Comissão Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2005-CN, de autoria do Senador Hélio Costa e outros, com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.... 19419

1.2.3 – Ofício

Nº 125/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Luiz Soares, para integrar como suplente a Comissão de Assuntos Sociais..... 19420

1.2.4 – Comunicações da Presidência

194Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição de cada Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 19420

Recebimento da Mensagem nº 156, de 2005 (nº 347/2005, na origem), de 9 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até trinta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex. 19420

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 18, de 2005, de autoria do Senador Magno Malta, que acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 224 e revoga o inciso II do art. 225 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que Senador possa sugerir a outro Poder a adoção de determinada providência ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva. 19420

1.2.5 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 278/2005, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 6.911, de 2002 (PLS nº 181/2001), que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guarda..... 19421

Nº 290/2005, de 9 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 117, de 2003 (nº 103/2003, no Senado Federal), que altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231 A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. 19421

Nº 292/2005, de 10 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude da inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 739, de 2003 (PLS nº 232/2002, na origem), que altera os arts. 5º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atualizar a denominação das fontes de recursos para o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e estender à realização de mostras e festivais audiovisuais a fruição de incentivo fiscal..... 19421

Nº 293/2005, de 10 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3.208, de 1997 (PLS nº 12/1995), que altera a redação do art. 59 do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), e dá outras providências..... 19421

Nº 294/2005, de 10 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 5.755, de 2001 (PLS 186/00), que disciplina os consórcios públicos entre Estados e entre Municípios. 19421

1.2.6 – Ofício

Nº 61/2005, de 13 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria, de indicação do Senador Leonel Pavan, para integrar, como suplente,

à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 20050-CN, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, na vaga da Senadora Lúcia Vânia. 19422

1.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 99/2005, de 17 de maio último, comunicando a aprovação, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares. 19422

1.2.8 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nº 53/2005, de 5 de maio último, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e partrocínios destinados à construção de salas de cinemas em municípios com menos de cem mil habitantes. 19422

Nº 79/2005, de 31 de maio último, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase..... 19422

1.2.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 42/2005, de 20 de abril último, comunicando a aprovação em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, que altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam leitura fácil..... 19422

1.2.10 – Ofício

Nº 336/2005, de 13 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. 19423

1.2.11 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, no último dia 9, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 453, de 2003; 191, 360, de 2004; e 141, de 2005..... 19423

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 782, 991, 1.171, 1.177, 1.241, 1.286, 1.299, 1.335, 1.365, 1.370, 1.374, 1.382, 1.383, 1.384, 1.389, 1.396, 1.400, 1.421, 1.424, 1.435, 1.440, 1.444, 1.455, 1.456, 1.459, 1.460, 1.463, 1.464, 1.465, 1.468, 1.469, 1.483 e de 2004, 1, 7, 11, 12, 13, 25, 32, 34, 36, 40, 41, 42, 55, 62, 70, 83, 89 e 165, de 2005..... 19423

1.2.12 – Nota do Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

1.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ JORGE – Registro das últimas denúncias do Deputado Roberto Jefferson sobre o mensalão. 19429

SENADORA IDELI SALVATTI – Defesa do governo Lula no que se refere às denúncias de corrupção 19431

SENADOR ALVARO DIAS – Preocupações com as denúncias de corrupção no atual governo e a necessidade de apurações imediatas. 19435

SENADORA IDELI SALVATTI – Réplica às questões levantadas pelo Senador Alvaro Dias em seu pronunciamento. 19435

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações ao pronunciamento da Senador Ideli Salvatti. 19436

SENADOR TIÃO VIANA – Necessidade da colocação à disposição do Presidente Lula dos ministérios ocupados por integrantes do PT, tendo em vista as atuais denúncias de corrupção no atual governo. 19437

SENADOR PEDRO SIMON – Necessidade de ações mais enérgicas do Governo em virtude das denúncias de corrupção nos Correios. 19440

SENADOR JOSÉ SARNEY – Homenagem pelo transcurso do 100º aniversário de nascimento de Adáuto Lúcio Cardoso. 19443

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Defesa da indicação do Senador César Borges para presidência ou relatoria da CPI dos Correios. Comentários às declarações do Deputado Roberto Jefferson divulgadas neste final de semana sobre o mensalão. Considerações sobre a CPI dos Correios. 19446

SENADOR SIBÁ MACHADO – Reflexões sobre o dia de amanhã na sessão da CPI dos Correios. 19446

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminha Questão de Ordem sobre a CPI do caso Valdomiro. 19448

SENADOR EDUARDO SUPPLY, como Líder – Voto de solidariedade ao escritor e jornalista Fernando Moraes. 19454

1.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 623, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando Voto de Solidariedade ao jornalista e escritor Fernando Moraes que teve seu

livro “Na Toca dos Leões” apreendido por ordem judicial. 19455

Nº 624, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra de Estado das Minas e Energia as informações que menciona.... 19455

1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Preocupação com as declarações e ataques por parte da base de apoio do governo federal, no encaminhamento das denúncias envolvendo esquema de corrupção. 19456

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Comentário sobre editorial da **Folha de S.Paulo**, edição de ontem, sobre o uso do dinheiro da Petrobrás, em patrocínio de festas juninas. 19458

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Comentário sobre as denúncias de corrupção envolvendo o governo federal. Sugestões para exploração e desenvolvimento do gás natural, e evitar a crise energética no país em face da situação política boliviana. 19465

SENADOR PAULO PAIM – Manifestação em Brasília para comemorar o “Estatuto da Igualdade Racial”, a realizar-se dias 14 e 16 de novembro próximo vindouro. Considerações sobre as dificuldades apresentadas pelos produtores de arroz do Rio Grande do Sul. Solicita aprovação urgente da PEC Paralela. 19475

SENADOR NEY SUASSUNA – Solicita a conclusão imediata da BR-101. 19479

SENADOR WIRLANDE DA LUZ – Eventos que marcaram o transcurso do Dia Mundial de Erradicação do Trabalho Infantil. 19480

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Reflexões sobre a semana no Congresso Nacional em consequência das denúncias de corrupção envolvendo o Executivo. 19481

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à atuação do Presidente Lula. 19484

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Análise do comportamento do Presidente Lula e das lideranças do Partido dos Trabalhadores, diante das denúncias de corrupção que envolvem o governo. 19486

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Sugere Reforma Política como medida para acabar com a corrupção. 19487

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Posição da Dra. Maria José Aguino, Promotora de Justiça na área do consumidor e na área eleitoral no Amazonas, que tem como missão desmascarar desvios do Poder Público. 19489

1.2.16 – Leitura de requerimentos

Nº 625, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de

Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.....	19490	Fernando Veríssimo, intitulado “ <i>Haja tapete</i> ”, publicado no jornal O Globo, edição do dia 9 de junho do corrente.....	19498
Nº 626, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, solicitando licença para representar o Senado Federal em missão oficial, nas comemorações do Ano Brasil na França , em Paris, no período de 20.06 a 30.06.2005.....	19490	1.2.18 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	19499
1.2.17 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários a matéria publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo , em 9 de maio do corrente, intitulada “No mundo, BCs sem imunidade”.	19490	1.3 – ENCERRAMENTO 1942 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão do dia 9 de junho de 2005.	19500
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro do artigo intitulado “Mais uma”, de autoria do jornalista Valdo Cruz, publicado no jornal Folha de S. Paulo , em 27 de maio do corrente, sobre a CPI dos Correios.	19492	Do Senador Aloizio Mercadante, proferido na sessão do dia 12 de maio de 2005.....	19501
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Transcrição de artigo intitulado “ <i>Tsunami de Lama</i> ”, publicado pelo Jornal do Brasil , de 25 de maio do corrente, sobre as denúncias de corrupção política no governo atual.	19493	3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 13.06.2006 4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 2.532 a 2.557, de 2005	19506
SENADOR ALMEIDA LIMA – Inclusão, nos Anais do Senado Federal, de matéria intitulada “ <i>Lula manda PF investigar nova denúncia de corrupção</i> ”, publicada pelo jornal Folha de S. Paulo , em 23 de maio do corrente.....	19494	SENADO FEDERAL 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 6 – SECRETARIA DE COMISSÕES 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ CONGRESSO NACIONAL 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	
SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários a artigo intitulado “ <i>Já vendei, Lula, já vendeu</i> ”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S. Paulo , em 21 de maio do corrente.....	19495		
SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Comentários a artigo de autoria do Doutor Jorge Wertheim, dirigente da Unesco no Brasil, publicado no jornal Folha de S. Paulo , intitulado “ <i>Mais cidadania e menos medo</i> ”, abordando a importância do envolvimento da sociedade na superação da violência.	19495		
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro de artigo publicado no jornal O Globo , de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado “ <i>Sair da Crise</i> ”, edição de 5 de abril do corrente.	19497		
SENADOR PEDRO SIMON – Transcrição para os Anais do Senado Federal, de artigo de Luiz			

Ata da 81ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Gilberto Mestrinho, Rodolpho Tourinho,
Garibaldi Alves Filho e Demóstenes Torres*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 978, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2005 (nº 991/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa, celebrado em Cape Town, em 4 de junho de 2003.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2005 (nº 991, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa, celebrado em Cape Town, em 4 de junho de 2003.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foi aprovada pelo Plenário em 3 de março de 2005.

Vindo ao Senado Federal, a matéria em pauta foi distribuída a este órgão colegiado.

Informa a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministério das Relações Exteriores, que o referido diploma internacional vincula-se à estratégia, adotada pelo Governo brasileiro, de priorizar e ampliar as relações com a África, e visa a

“desenvolver e intensificar os laços de cooperação entre os dois países, promover a cooperação bilateral em assuntos relativos à defesa, bem como contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais”.

O Acordo em pauta tem por objetivo, ademais, a troca de experiências e informações adquiridas no tocante a equipamento militar, inclusive no que diz respeito a operações militares de manutenção da paz; o intercâmbio de experiências nas áreas de ciência e tecnologia; o treinamento e exercícios militares conjuntos; a colaboração na aquisição de equipamento militar; e a colaboração em outras áreas militares de interesse mútuo.

A implementação do ato internacional em apreço será levada a cabo por meio de visitas mútuas, reuniões técnicas, intercâmbio de instrutores e de estudantes de instituições militares, cursos e treinamentos, estágios em unidades das Forças Armadas, visitas de navios de guerra e aeronaves militares. Segundo estipula o Artigo 1, a cooperação será baseada nos princípios da igualdade e da reciprocidade.

Um Comitê Conjunto de Defesa Brasil-África do Sul, encarregado da implementação do presente ato internacional, reunir-se-á anualmente e alternadamente, no Brasil e na África do Sul.

O Artigo 4 dispõe sobre os aspectos financeiros da cooperação, estabelecendo que cada uma das Partes será responsável pelas suas próprias despesas, inclusive custos de transporte para o ponto de entrada do país anfitrião bem como todas as despesas relativas ao seu pessoal, aí incluídos alimentação e alojamento.

O Artigo 5 estipula medidas de proteção da informação obtida pelas Partes em virtude da aplicação do Acordo em apreço, dispondo que uma Parte não utilizará qualquer informação confidencial a que tenha acesso em detrimento de, ou contra os interesses da outra Parte.

O Artigo 8 dispõe que o Acordo poderá ser emendado ou revisado com o consentimento das Partes mediante Troca de Notas, podendo ainda ser suplementado por memorandos e arranjos relativos a cada área de cooperação e assinados pelo pessoal autorizado do Ministério de Defesa da República Federativa do Brasil e do Departamento de Defesa da África do Sul (Artigo 10).

II – Análise

O Acordo internacional em tela é consentâneo com a atual política externa brasileira, que confere prioridade à aproximação do Brasil com os países do continente africano, por meio do fortalecimento e da intensificação de várias parcerias nos âmbitos da co-operação técnica, econômica, cultural, de defesa e de ciência e tecnologia. Consolida-se, assim, colaboração entre as organizações militares e indústrias de defesa dos dois países nas áreas de apoio logístico, pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos militares e na troca de experiências na esfera da defesa.

O Acordo é também pertinente do ponto de vista da defesa, cabendo destacar a importância de que se reveste o estabelecimento de mecanismos de cooperação, nessa área, entre países do Atlântico Sul.

Por outro lado, ressalte-se que o ato internacional em apreço afigura-se de interesse também para a indústria nacional, porquanto possibilita articulações, contatos e intercâmbios com centros de excelência em pesquisa, voltados para o desenvolvimento de novos produtos e modernas tecnologias de interesse da defesa nacional.

III – Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2005, que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa, celebrado em Cape Town, em 4 de junho de 2003.

Sala da Comissão, – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Marcelo Crivella**, Relator – **Antônio Leite – Mão Santa – Jefferson Péres – José Jorge – Heráclito Fortes – Rodolpho Tourinho – Eduardo Suplicy – Romeu Tuma – Flexa Ribeiro – Pedro Simon**.

PARECER Nº 979, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 142, de 2005 (nº 229/2005, na origem), do Presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta realizada em 2 de junho de 2005, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Ideli Salvatti, sobre a Mensagem nº 142, de 2005, opina

favoravelmente pela recondução do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por 15 votos SIM, – NÃO e – ABSTENÇÕES, sendo o total de 15 votos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2005. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente – Senadora **Ideli Salvatti**, Relatora.

Relatório

Relator: Senadora **Ideli Salvatti**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 142, de 2005 (Mensagem nº 299/2005, de 19-5-2005, na origem), com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O **Curriculum Vitae**, anexado à referida mensagem, demonstra que o indicado é graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1984); tem especialização em Administração Hospitalar e de Serviços de Saúde no Setor Público, obtida no “Programa de Administração Hospitalar e de Saúde, da Fundação Getúlio Vargas, e do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP” (1987); e é Mestre em Medicina, na área de concentração em Medicina Preventiva (1992), título alcançado com sua dissertação sobre “A Vigilância Sanitária dos Portos: Experiência da Prevenção à Entrada da Cólera no Porto de Santos”.

Consta, ainda, do Curriculum Vitae do indicado o relato, entre outras, das seguintes atividades: médico sanitarista do Núcleo de Endemias e Epidemias do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; Coordenador do Centro de Controle de Doenças da Secretaria de Higiene e Saúde e, posteriormente, Secretário de Higiene e Saúde do Município de Santos.

O indicado atuou, também, no Centro Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde, na área de avaliação dos serviços de vigilância epidemiológica dos estados, trabalho de consultoria para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

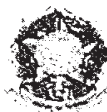
Em agosto de 1999, tornou-se Diretor Adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pelas áreas de tecnologias de serviços de saúde, tecnologias de produtos para a saúde e sangue e hemoderivados.

Desde 13 de junho de 2002 ocupa o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Anvisa, sendo responsável pelas áreas: procuradoria, corregedoria, ouvidoria, auditoria, assessoria de relações institucionais, gerência geral de tecnologia em serviços de saúde, gerência geral de sangue, outros tecidos, células e órgãos, gerência-geral de regulação econômica e monitoramento de mercado, núcleo de assessoramento à gestão estratégica, núcleo de assessoramento em comunicação social e institucional, coordenação de propriedade intelectual, comitê setorial de processos e desburocratização, comitê de

política de recursos humanos para vigilância sanitária. A partir de 16 de maio de 2003, tornou-se Diretor-Presidente dessa Agência.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MENSAGEM Nº 142, DE 2005.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/05/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATORA:

Enadina Leite Salvatti

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
L. NEL PAVAN – PSDB.	6- ALMEIDA LIMA – PSDB.
LÚCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- HÉLIO COSTA
WIRLANDE DA LUZ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IPÊLI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

PARECER Nº 980, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas dos fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o PLS nº 199, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus titulares.

O art. 1º delimita o alcance da proposta. O art. 2º estabelece que as instituições administradoras de valores não reclamados publiquem editais de convocação dos titulares por três vezes, em jornais de grande circulação, para que esses possam sacar as importâncias atinentes ou expressamente concordar com a manutenção da aplicação.

O art. 3º prevê que os valores não-reclamados sejam transferidos em um único fundo, denominado Fundo Residual 157, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mediante o pagamento de taxa de administração equivalente à média das taxas cobradas pelos administradores dos dez maiores fundos da espécie. Esse Fundo Residual deverá ser liquidado no período de dois anos.

O art. 4º dispõe que o detentor dos direitos sobre referidos valores poderá solicitar o resgate de suas cotas até a data de encerramento do Fundo e que o não-exercício desse direito equivale ao abandono das cotas. O art. 5º prevê que o patrimônio do fundo apurado em sua liquidação será transferido para o Tesouro Nacional.

O art. 6º cria exceção ao objeto do PLS em análise, dispondo que os recursos oriundos de aplicações voluntárias não estão sujeitos à regra de transferência para o Fundo Residual 157. O art. 7º revoga a Lei nº 7.482, de 1986. O art. 8º é cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

As finalidades principais do PLS nº 199, de 2003, são evitar a exaustão dos recursos depositados nos fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 1967, que ocorreria com a incidência de custos de manutenção bancária, e, garantindo os direitos de propriedade

dos legítimos detentores de cotas, repassar os recursos abandonados ao Tesouro Nacional.

Originalmente, o chamado Fundo 157 foi um instrumento de incentivo ao desenvolvimento do mercado de ações no Brasil. Os interessados poderiam aplicar parte do imposto de renda devido na compra de cotas disponíveis nesse Fundo, representativas de ações.

O projeto em exame prevê uma chamada pública dos detentores de cotas, a exemplo do que já ocorreu no ano de 1996, por iniciativa da Comissão de Valores Mobiliários, que detectou a existência de 2,7 milhões de investidores detentores desse tipo de ativo.

Como afirmado no relatório, há a previsão de uma chamada de cotistas, em jornais de grande circulação, por três vezes consecutivas. Uma vez não sendo reclamados, tais recursos seriam transferidos para o Fundo Residual 157, a ser administrado pelo BNDES, que para tanto receberia uma taxa de administração. Findo esse período, o Fundo seria liquidado com imediata transferência dos valores remanescentes a favor do Tesouro Nacional, sem prejuízo de eventuais requisições de cotistas, que poderiam ser feitas até a data da liquidação. Estão excluídas do recolhimento ao Fundo Residual 157 as cotas que representam recursos provenientes de aplicações voluntárias ocorridas após a transformação do Fundo 157 em fundos de investimento em títulos e valores mobiliários.

A matéria não tem vícios de constitucionalidade, juridicidade e iniciativa. A União tem competência para legislar sobre a matéria – Direito Civil e Direito Financeiro –, que pode ser tratada por lei ordinária.

Para aumentar a eficiência da proposição, seria importante evitar os altos custos de três publicações sucessivas para cada instituição administradora. O melhor seria que tal tarefa fosse centralizada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), de modo a reduzir os custos de publicação e a favorecer os próprios cotistas, que poderiam consultar uma única lista, tomando mais fácil a detecção de eventuais valores a receber pelo cidadão comum.

Outro aspecto que merece aperfeiçoamento refere-se ao agente financeiro encarregado da gestão do Fundo Residual 157. Por suas características de banco especializado na concessão de créditos de longo prazo, o BNDES não seria o agente mais indicado para administrar um fundo constituído para durar apenas dois anos. Mais interessante seria transferir à Caixa Econômica Federal (CEF) a tarefa de centralizar e administrar esses recursos. Nesse particular, é importante lembrar que a CEF operou com grande sucesso a complexa centralização das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço prevista na Constituição de 1988. A experiência adquirida naquele processo certamente dará àquela instituição uma vantagem na assunção da tarefa prevista no projeto de lei em exame.

Alguns reparos de pequena monta são também recomendados, e deverão ser providenciados na redação final. O primeiro é substituir a menção a “parágrafo

anterior” constante do art. 3º, § 2º por § 1º”. No art. 4º do mesmo art. 3º, deve ser eliminada a referência ao vocábulo “uma”, e no art. 4º, **caput**, o vocábulo “titular” deve ser grafado no plural.

III – Voto

Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS nº 199, de 2003, com as emendas que apresento:

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º No prazo de noventa dias da entrada em vigor desta lei, as instituições que tenham sob sua administração saldos de cotas de fundos de investimento mencionados no art. 1º deverão repassar a relação dos titulares à

Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID).

Parágrafo único. Decorridos trinta dias do prazo estabelecido no **caput**, a ANBID fará publicar editais em jornais de grande circulação nacional, por três vezes consecutivas, com prazos de trinta dias entre uma publicação e a seguinte, para convocar os titulares dos referidos saldos a efetuar o resgate de suas cotas ou a manifestar expressamente seu interesse em manter a aplicação.”

EMENDA Nº 2 – CAE

A referência feita ao BNDES no **caput** do art. 3º deve ser substituída pela expressão “Caixa Econômica Federal (CAIXA)”, e as demais referências ao BNDES, presentes nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 3º, e no **caput** do art. 4º, devem ser substituídas pelo termo “CAIXA”.

Sala da Comissão,

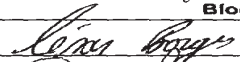
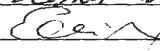

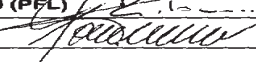
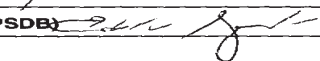
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2003 TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17 1051 05, OS SENHORES(AS):

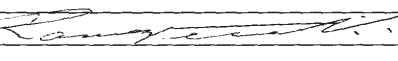
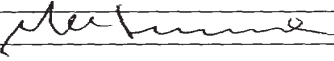
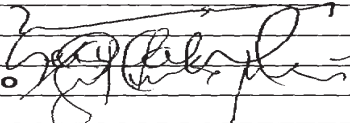
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

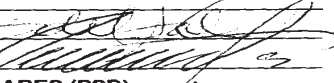
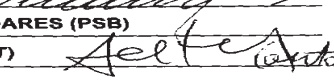
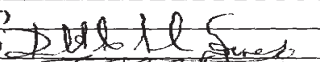
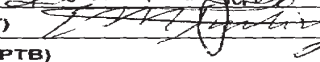
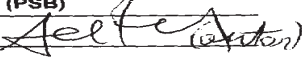
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
F. IEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

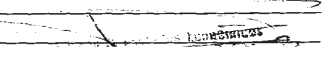
PMDB

RAMEZ TEBET 	1-NEY SUASSUNA 
LUIZ OTÁVIO	2-HÉLIO COSTA
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL 	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT) 
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL) 
DELCEÍDIO AMARAL (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT) 
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES 
------------	--

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 199, de 2003.

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES (PFL)	X				JOSÉ AGRIPINO (PFL)				
EDISON LOBÃO (PFL)	X				ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)					HERÁCLITO FORTES (PFL)				
JORGE BORNHAUSEN (PFL)					DEMÓSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	X				JOSÉ JORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ALMEIDA LIMA (PSDB)					ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					LEONEL PAVAN (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)					TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET	X				NEY SUASSUNA	X			
LUÍZ OTÁVIO					HELIO COSTA				
GARIBALDI ALVES FILHO					VALMIR AMARAL				
MAO SANTA	X				PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP					PAPALEO PAES				
JOSÉ MARANHÃO					JOÃO BATISTA MOTA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				IDELI SALVATI (PT)	X			
ANA JULIA CAREPA (PT)					AELTON FREITAS (PL)	X			
DELÍCIO AMARAL (PT)	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				ROBERTO SATURNINO (PT)			X	
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLAVIO ARNS (PT)				
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)					SERYS SLHESSARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	X			

* Vago em virtude de o Senador ROMERO JUCÁ ter assumido o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social em 23/03/05.

TOTAL VOTO SIM 16 NÃO 6 PREJ 0 AUTOR 1 ABS 0 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/06/05.



Senador Luiz Otávio
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RFSF)
Atualizada em 06.04.05

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 199, de 2003. EMENDAS NºS. 01 E 02 - CAE.

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CESAR BORGES (PFL)	X				JOSÉ AGRIPINO (PFL)				
EDISON LOBAO (PFL)	X				ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)					HERACLITO FORTES (PFL)				
JORGE BORNHAUSEN (PFL)					DEMOSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	X				JOSÉ JORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ALMEIDA LIMA (PSDB)					ARTHUR VIRGILIO (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VANIA (PSDB)					LEONEL PAVAN (PSDB)				
SERGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)					TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET	X				NEY SUASSUNA	X			
LUIZ OTÁVIO					HELIO COSTA				
GARIBALDI ALVES FILHO					VALMIR AMARAL				
MAO SANTA	X				PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP					PAPALEO PAES				
JOSÉ MARANHÃO					JOÃO BATISTA MOTA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALDIZIO MERCADANTE (PT)	X				IDELI SALVATI (PT)	X			
ANA JÚLIA CAREPA (PT)					AELTON FREITAS (PL)	X			
DELCEIO AMARAL (PT)	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				ROBERTO SATURNINO (PT)				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLAVIO ARNS (PT)				
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)					SERYS SLHESARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	X			

* Vago em virtude de o Senador ROMERO LUCÁ ter assumido o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social em 23/03/05.

TOTAL 19 SIM 16 NÃO 3 PREJ 0 AUTOR 0 ABS 0 PRESIDENTE 1

OBS: O Senador ROBERTO SATURNINO, autor do Projeto, presente a reunião, não votou na aprovação das emendas nºs. 01 e 02 - CAE.

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/05/05.

Senador Luiz Otávio
PresidenteOBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
Atualizada em 06/04/05

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2003

Dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a destinação dos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, que ainda não foram resgatadas por seus respectivos titulares.

Art. 2º No prazo de noventa dias da entrada em vigor desta lei, as instituições que tenham sob sua administração saldos de cotas de fundos de investimento mencionados no art. 1º deverão repassar a relação

dos titulares à Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID).

Parágrafo único. Decorridos trinta dias do prazo estabelecido no **caput**, a Anbid fará publicar editais em jornais de grande circulação nacional, por três vezes consecutivas, com prazos de trinta dias entre uma publicação e a seguinte, para convocar os titulares dos referidos saldos a efetuar o resgate de suas cotas ou a manifestar expressamente seu interesse em manter a aplicação.

Art. 3º Decorrido o prazo referido no art. 2º, os saldos residuais de cotas dos fundos a que se refere o art. 1º serão centralizados em um único fundo, denominado Fundo Residual 157, sob administração da Caixa Econômica Federal (CAIXA).

§ 1º As instituições administradoras dos fundos a que se refere o art. 1º deverão promover a transferência dos saldos residuais à CAIXA, com informações cadastrais sobre os cotistas e respectivas cotas, após trinta dias, contados da data de publicação do último edital a que se refere o art. 2º.

§ 2º A CAIXA deverá manter o registro do número de cotas pertencentes a cada um dos seus respectivos titulares, consoante informações que devem ser fornecidas pelas instituições administradoras mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º O Fundo Residual 157 será administrado pela CAIXA segundo as normas e padrões ditados pela Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil para a administração de recursos de terceiros, no que couber, durante o prazo de dois anos, findo o qual o referido fundo deverá ser liquidado, obedecidas as normas baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que dispõem sobre fundos de investimento em títulos e valores mobiliários.

§ 4º Pela administração do fundo de que trata este artigo, a CAIXA fará jus a uma taxa de administração equivalente à média aritmética das taxas cobradas pelos administradores dos dez maiores fundos de investimento em títulos e valores mobiliários, em número de cotistas.

Art. 4º Os titular das cotas dos fundos mencionados no art. 1º poderão pleitear junto à CAIXA resgate das cotas de sua propriedade até a efetiva liquidação do Fundo Residual 157.

Parágrafo único. O não-exercício do direito de resgate dentro do prazo previsto no § 3º do art. 3º caracterizará o abandono das cotas de fundos a que se refere o art. 1º, perdendo seus titulares o direito de reclamar a restituição dos valores a elas correspondentes.

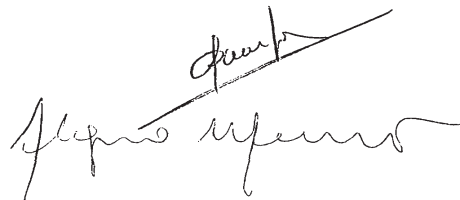
Art. 5º O patrimônio do Fundo Residual 157 apurado em sua liquidação será transferido para o Tesouro Nacional.

Art. 6º O disposto nesta lei não se aplica às cotas que representem, adicionalmente aos recursos oriundos dos fundos fiscais a que se refere o art. 1º, recursos provenientes de outras aplicações voluntárias.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 7.482, de 4 de junho de 1986.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



OF. CAE 099/2005

Brasília, 17 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada na presente data, o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, que “dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares”.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

PARECER Nº 981, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil.

Relator: Senador Eduardo Azeredo

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, foi apresentado em Plenário no dia 4 de março de 2004, tendo sido encaminhado a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde tramitará sob regime legislativo abreviado (decisão terminativa).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Compõe-se de dois artigos, sendo o último a cláusula de vigência, que a determina em um ano a partir da publicação da lei.

O art. 1º acrescenta o parágrafo segundo ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências.

Esse parágrafo segundo estatui que as bulas de medicamentos sejam impressas em letras e caracteres com dimensões nunca inferiores ao padrão fonte 12, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A proposição deverá ser analisada quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

II – Análise

A iniciativa do Projeto de Lei do Senado é de parlamentar, conformando-se ao texto do **caput** do art. 61, da Constituição Federal. Portanto, formalmente, ajusta-se à Constituição. Do ponto de vista material,

vai ao encontro do disposto no art. 196, da Lei Maior, que garante o acesso à saúde como um dos direitos essenciais da cidadania.

Jurídica e regimentalmente o texto da proposição não afronta o ordenamento jurídico pátrio ou a lei interna do Senado Federal.

Quanto à técnica legislativa, o projeto foi elaborado segundo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que regula a produção legislativa no País.

O mérito do projeto é inegável, pois garante ao usuário de medicamentos, cujos maiores consumidores são justamente as pessoas de terceira idade, que já são portadores de presbiopia (vista cansada), o fácil acesso ao conteúdo das bulas, que, atualmente, não conseguem ser lidas com facilidade sequer pela população jovem.

III – Voto

Em vista das considerações expendidas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2004, mantendo-se a forma e o conteúdo em que foi vazado.

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/3/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES

MARCO MACIEL – PFL

JONAS PINHEIRO – PFL

MARIA DO CARMO ALVES – PFL

RODOLPHO TOURINHO – PFL

FLEXA RIBEIRO – PSDB

L NEL PAVAN – PSDB

LÚCIA VÂNIA – PSDB

REGINALDO DUARTE – PSDB

PMDB TITULARES

JOÃO BATISTA MOTTA

MÁRIO CALIXTO

VALDIR RAUPP

MÃO SANTA

SÉRGIO CABRAL

PAPALÉO PAES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

FLÁVIO ARNS (PT)

INFLI SALVATTI (PT)

MARCELO CRIVELA (PL)

PAULO PAIM (PT)

PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)

PDT TITULARES

AUGUSTO BOTEHO.

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE

1- HERÁCLITO FORTES – PFL

2- JOSÉ JORGE – PFL

3- DEMÓSTENES TORRES – PFL

4- ROMEU TUMA – PFL

5- EDUARDO AZEREDO – PSDB

6- ALMEIDA LIMA – PSDB

7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB

8- SÉRGIO GUERRA – PSDB

PMDB SUPLENTE

1- HÉLIO COSTA

2- RAMEZ TEBET

3- JOSÉ MARANHÃO

4- PEDRO SIMON

5- ROMERO JUCÁ

6- GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

1- CRISTÓVAM BUARQUE (PT)

2- FRANCISCO PEREIRA (PL)

3- EDUARDO SUPLICY (PT)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)

PDT SUPLENTE

1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LIST. DE VOTAÇÃO

PLS 24, de 2004

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERACLITO FORTES - PFL				
JONAS PINHEIRO - PFL	X				2- JOSÉ JORGÊ - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3 - DEMOSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMILTON LIMA - PFL. (AUTOR)	X		X	
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				5- EDUARDO AZEVEDO - PSDB				
LEONEL PAVAN - PSDB	X				6- ALMEIDA LIMA - PSDB				
LÚCIA VANIA - PSDB	X				7- TEOTÔNIO VILLA FILHO - PSDB				
REGINALDO DUARTE - PSDB	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO BATISTA MOTA					1- HÉLIO COSTA				
MÁRIO CALIXTO					2- RAMÍZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL					5- ROMERO JUCA				
PAPALLO PAES					6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					1- CRISTOVAM BUARQUE - PT				
FLÁVIO ARNS - PT	X				2- FRANCISCO PEREIRA - PL				
EDUARDINO ALVES - PT					3- EDUARDO SUPLEY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PL	X				4- FÁTIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PL	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SABOYA GOMES - PPS	X				6- JOÃO CAPIBARIBE - PSB				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 13 SIM: 11 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 16/3/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE Q1 ORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

*LEGISLAÇÃO CITADA A
NEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

SUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

SEÇÃO II
Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26
DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

OF Nº 42/2005 – Pres/CAS

Brasília, 20 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, que “altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam leitura fútil”, de autoria do Senador Romeu Tuma.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

PARECER Nº 982, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei nº 282, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que institui o Dia Nacional de Combate a Psoríase.

Relator: Senador **Mão-Santa**

I – Relatório

Em pauta, nesta Comissão de Educação, o PLS nº 282, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral.

Trata-se de um projeto curto, com apenas dois artigos, definindo o dia 29 de outubro, como o Dia Nacional de Combate à Psoríase.

Na justificativa, o autor da proposição salienta que a escolha da data deu-se em função do dia 29 de outubro ser o Dia Mundial da Psoríase e objetiva sintonizar o nosso País nas campanhas mundiais em torno da doença.

II – Análise

A prática de instituir datas comemorativas tem sido amplamente utilizada pela sociedade moderna como forma de desenvolvimento da cidadania e engrandecimento social.

Sem maiores efeitos práticos, tais datas revestem-se de grande simbologia, permitindo um engajamento social pelas mais diversas causas, principalmente relacionadas à saúde, por iniciativa de instituições públicas ou privadas, de caráter nacional.

Em alguns casos, o Congresso Nacional tomou essa iniciativa e instituiu algumas datas comemorativas por meio da aprovação de leis ordinárias federais. Como exemplo desse fato, podemos citar a Lei nº 10.465, de 27 de maio de 2002, que institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional da Saúde Bucal, a Lei nº 10.456, de 13 de maio de 2002, que institui o dia Nacional de Combate ao Glaucoma, celebrado no dia 26 de maio, e a Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate a Hipertensão Arterial, celebrado no dia 26 de abril.

No caso em pauta, pretende-se instituir o Dia Nacional de Combate à Psoríase, a ser celebrado no dia 29 de outubro. Psoríase é uma doença crônica de pele que afeta 3% da população em geral. Traduzindo esses números para a nossa realidade, acredita-se que mais de 4 milhões de brasileiros sofram dessa patologia. Mas, embora a psoríase atinja tantas pessoas, a doença é praticamente desconhecida da sociedade.

A psoríase não possui cura e não é contagiosa. A doença se manifesta pela formação de manchas e

placas avermelhadas, podendo atingir praticamente qualquer região da pele.

A psoríase não atinge nenhum órgão vital, mas por afetar a aparência das pessoas, ela provoca grandes prejuízos na qualidade de vida dos portadores, afetando a auto estima e conduzindo ao isolamento social.

Aliado a este fato, sabe-se que no subconsciente social as doenças de pele estão recheadas de preconceito. Por diversas vezes, os portadores de diversas doenças de pele eram banidos da sociedade, sendo obrigados a viver em colônias isoladas.

A aprovação do projeto de lei em análise servirá como instrumento de combate a este preconceito, pois servirá como incentivo para a realização de campanhas

educativas que contribuirão para a construção de uma sociedade fraterna e livre do preconceito.

III – Voto

Considerando as leis anteriormente citadas, podemos concluir que não há nenhum impedimento jurídico ou constitucional que seja impeditivo à aprovação do projeto de lei em análise, mas ao contrário, consideramos louvável a presente iniciativa, sendo a mesma merecedora de aprovação por parte do Congresso Nacional pelos amplos benefícios que trará na construção de uma sociedade moderna e engajada no combate a todo tipo de preconceito.

Por essas razões, manifestamos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 282, de 2004.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 282/04 NA REUNIÃO DE 31/05/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Assinatura] (Senador Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	RELATOR:
WIRLANDE DA LUZ	6- LUIZ OTÁVIO
GILBERTO MESTRINHO	7- (VAGO)
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 282/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGÊ					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
WIRLANDE DA LUZ					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					NEZINHO ALENCAR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 31/05/2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.465, DE 27 DE MAIO DE 2002

Institui o dia 25 de outubro como “Dia Nacional da Saúde Bucal”.

LEI Nº 10.456, DE 13 DE MAIO DE 2002

Institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

LEI Nº 10.439, DE 30 DE ABRIL DE 2002

Institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial e dá outras providências.

Of. nº CE/079/2005

Brasília, 31 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 282 de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Delcídio Amaral que, “Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase”.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTAS TAQUIGRAFADAS DA AUDIÊNCIA
PÚBLICA REALIZADA PELA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO EM 19-4-05, PARA INSTRUÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 2004.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que se realiza hoje, terça-feira, às onze horas.

O assunto é instruir o Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase.

A autoria do requerimento é do Senador Mão Santa; e a do Projeto, do Senador Delcídio Amaral.

O Senador Mão Santa é o relator do projeto.

Foram convidadas a Drª Gladys Aires Martins, coordenadora do Ambulatório de Psoríase da Universidade de Brasília, que se encontra à extrema direita; a Drª Luna Azulay Abulafia, Professora da UFRJ, assistente da UERJ e da Gama Filho, que se encontra à nossa direita; e a SRª. Gladys Lima, Presidente da

Associação Nacional dos Portadores da Psoríase, que se encontra à minha esquerda. O Dr. Gilvan Ferreira ainda não se encontra no recinto.

Os expositores terão quinze minutos cada um para fazer a sua exposição. Após a exposição dos três, os Srs. Senadores farão perguntas. Devo alertar a V. Ex^{as} que a campainha tocará automaticamente quando faltar um minuto.

O Requerimento nº 01, de 2005, é de autoria do Senador Mão Santa. A instituição desse dia visa chamar a atenção para a psoríase e ajudar os portadores de psoríase no Brasil.

Concedo a palavra primeiramente à Professora Gladys Aires Martins, que se encontra à minha direita.

V. Sª possui quinze minutos para fazer a sua exposição.

A SRA. GLADYS AIRES MARTINS – Bom dia a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de me apresentar. Sou médica, dermatologista, e uma das minhas áreas de interesse é a psoríase. Tanto é assim que, já faz um certo tempo, precisamente dez anos, coordeno um ambulatório específico dedicado só a pacientes de psoríase no Hospital Universitário de Brasília.

Por esse motivo, tenho voltado o meu interesse científico maior, tanto em congressos nacionais quanto internacionais, para a discussão desse tema. Existe um interesse muito grande da comunidade científica sobre essa doença, que ainda é um desafio para a classe médica de um modo geral. O problema não é somente o impacto que ela causa nos pacientes, mas principalmente as incógnitas e os desafios que realmente desperta para a comunidade científica como um todo.

Então, meu interesse é grande. Realmente, confesso que dedico boa parte da minha intelectualidade para estudar esse tema e, na medida do possível, estar presente a todos os eventos.

Talvez nem ocupe os quinze minutos. Tenho uma colega do Rio que vai explanar de uma maneira mais didática. Porque dermatologia é uma especialidade muito visual, muito clínica; então, as imagens vão ser muito importantes para que tenhamos mais noção do impacto que a doença causa na qualidade de vida dos pacientes.

Quero registrar e enfatizar, em primeiro lugar, o que seja a psoríase. Trata-se de uma doença crônica, assim como a hipertensão arterial, o diabetes, a artrite reumatóide. Então, a doença crônica, por si só, já vai exigir dos pacientes muito aprendizado em termos de como conviver com aquela doença durante praticamente toda a sua existência.

Isso já é um aspecto importante e que, muitas vezes, é causa de insucesso terapêutico, de tristezas, de depressões e de frustrações, pelo fato de os pa-

cientes não aceitem que sejam portadores de uma doença crônica, para a qual ainda não podemos falar em termos de cura. O que existe sim, com certeza, é a possibilidade de o paciente controlar as suas lesões, ter um bom índice de qualidade de vida e conviver pacificamente com elas, eventualmente tendo alguma fase de agravamento, alguma crise, algum surto agudo, mas cura, realmente, até o momento não existe.

Então, primeiro aspecto: é uma doença de difícil controle em termos médicos, em termos terapêuticos. E daí estarmos sempre atentos e sempre abertos para o surgimento de novas terapêuticas. Todos os pacientes sabem que estão chegando novos tratamentos agora, as chamadas “terapias biológicas”, que são terapias que, indubitavelmente, têm um diferencial em relação às anteriores.

Mas, aí vem um segundo aspecto, o qual queria chamar a atenção, que é o aspecto do alto custo do tratamento. As terapias biológicas, que são as mais modernas e que ainda não estão aprovadas aqui no Brasil para uso em psoríase de pele, são de altíssimo custo. Portanto, exigem uma política do Governo também de, ao mesmo tempo, aceitarem, entenderem, que elas são necessárias e que podem ser repassadas para os pacientes que não têm acesso por motivos econômicos óbvios.

Mesmo com as terapêuticas clássicas que existem, e existem várias, existem várias formas de controlar as lesões, desde tratamentos tópicos como pomadas, passando por aplicações de fototerapia, que são banhos de luz, com uma tecnologia adequada, em cabines especiais, chegando às terapias chamadas “sistêmicas”, temos as terapias sistêmicas clássicas. A maioria desses tratamentos também é de alto custo, então, muitas vezes, os pacientes não têm a menor condição de arcarem com essas medicações, de arcarem com seus tratamentos.

Por tudo isso, o problema da psoríase também é fundamentalmente econômico. Muitas vezes temos pacientes que apresentam lesões em todo o momento e que são obrigados a usarem diariamente medicações tipo pomadas, óleos, emolientes, que não são de tão baixo custo assim, mas que, pelo volume e pela necessidade diária e constante, no final de um mês, acabam realmente repercutindo, e muito, no orçamento financeiro do paciente e da família como um todo.

Mas, o terceiro aspecto, que acho o mais importante e que, muitas vezes, é menosprezado por alguns colegas até especialistas da classe médica, é a importância, o prejuízo que a psoríase causa no dia-a-dia dos pacientes. Então, muitos podem dizer que é uma doença benigna – ela não afeta órgão interno; ela não dá alterações hematológicas; os exames de sangue

de um paciente são normais; o paciente normalmente não vai a óbito diretamente por conta da psoríase. Mas, há que se pensar, com mais cuidado, com relação a esse enfoque. A gravidade de uma doença não deve ser medida só por esses aspectos. Claro que esses aspectos são importantes, mas, hoje em dia, a classe média felizmente já está atenta para o que chamamos de “qualidade de vida em saúde”.

Sendo assim, muitas vezes, o paciente não tem uma doença cardíaca, o que provavelmente pode levá-lo a óbito em poucos meses, ou um câncer que pode levá-lo a óbito em poucos anos, mas, se ele tem algumas lesões na pele, ele é portador de um quadro dermatológico que o incapacita socialmente, que interfere nas suas relações interpessoais, que prejudica o seu convívio, que, muitas vezes, o incapacita para o trabalho. Muitas vezes é falta de o paciente conseguir emprego ou, muitas vezes, ser despedido do emprego devido, em primeiro lugar, ao aspecto das lesões que podem ser mal interpretadas até pelos empregadores; existe o preconceito, o medo de a doença ser contagiosa. E, além disso, pela gravidade que as lesões podem apresentar pelo uso de medicamentos que, muitas vezes, não são medicamentos leves, são medicamentos que exigem cuidados, que exigem um certo repouso. Muitas vezes, todos esses aspectos interferem no dia-a-dia e também na produtividade do paciente. Então, a psoríase pode justificar muitas faltas ao trabalho, pode justificar desemprego, pode justificar dificuldade de conseguir novos empregos. Esse aspecto, o impacto econômico e social, é muito importante e tem que ser valorizado. Não é pelo fato de a doença não ser letal que ela não é grave.

Com relação às associações de portadores, também é uma outra informação que eu gostaria de ressaltar. Temos aqui em Brasília a Abrapse, que é presidida por um paciente que conheço bastante, o Haroldo Tajra, ele é um guerreiro, um batalhador, e tem feito movimentos junto com outros colegas, e tenho o privilégio de ter participado da organização dessa Abrapse, na medida possível assisti a todas as reuniões que eles fazem.

O que é a associação de paciente? É um exemplo de cidadania. São pacientes que se organizam para discutir o tema, para discutir a sua problemática, para discutir todas essas dificuldades com que lidam no seu dia-a-dia, e com isso eles têm um entendimento melhor do que é a doença, eles têm principalmente uma aceitação melhor do que é a doença, do que é ser portador da doença, e ao mesmo tempo eles se organizam no sentido de lutarem pelas injustiças que eventualmente possam ser cometidas contra eles, como por exemplo um paciente ser vítima de preconceito de

uma maneira acintosa. Futuramente, quem sabe, até existirá, como existem em outros países, nos Estados Unidos existe uma fundação nacional de pacientes portadores de psoríase, que é uma fundação de grande credibilidade, não só entre os pacientes, mas na classe médica também. Eles têm inclusive um departamento jurídico, um departamento financeiro. Então tudo isso, volto a dizer, tem que ser valorizado. Nós dermatologistas também acabamos por nos beneficiar dessas associações, porque já está provado que os pacientes que pertencem a essas associações são pacientes que respondem melhor ao tratamento, que têm um melhor nível de compreensão. Enfim, contribuem até para uma melhor divulgação do que seja realmente a doença e para eliminação do preconceito.

Acho que esses são os aspectos principais que eu gostaria de colocar em detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Agradeço à Dr^a Gladys. Devo lembrar que esta audiência está sendo transmitida integralmente pela TV Senado.

Passo a palavra para a Dr^a Luna Azulay Abulafia, professora da UFRJ.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Vou começar falando sem microfone. Vou fazer uma correção, não sou professora da UFRJ, sou professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Gama Filho.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de dizer que não sou representante de nenhuma indústria farmacêutica, não tenho vínculo com nenhum laboratório médico. Isso acho importante declarar. Achei interessantíssimo que este evento se desse numa Comissão de Educação. O que entendo porque está numa Comissão de Educação. Porque na medida em que a gente cria um dia do paciente portador de psoríase ou de combate à psoríase, na verdade não é um dia, mas pelo menos a gente admite que existe um problema. E que, existindo este problema, precisamos ter atitudes para ir contra tudo o que envolve o problema. E aí entendo na Comissão de Educação também na medida em que vamos poder educar paciente, familiares e a população no sentido de reverter ou pelo menos minimizar o sentimento de discriminação que essas pessoas sofrem. Vou dizer para vocês, hoje de manhã já recebi dois telefonemas. Um, de uma paciente que diz assim, a filha: “Dr^a Luna, minha mãe não consegue levantar-se da cama de tanta dor que ela tem”, porque a psoríase não afeta só a pele; ela afeta a pele, ela afeta as articulações, e ela, em alguns momentos, pode levar ao óbito, sim, pela própria doença. Então, esse negócio de dizermos: é uma doença crônica, fica parecendo que é crônica, que é a pelezinha que cai; então, se

é a pelezinha que cai, isso não é nada, é uma coisa apenas feia. Mas não é apenas feia, tem a psoríase que é a da escama, mas tem a psoríase que é a das pústulas, que pode levar ao óbito rapidamente se não tiver medicação adequada. Então, não é que é apenas uma doença crônica e feia, não é; ela é uma doença potencialmente grave e que hoje em dia é comparada com, no nível de incapacitação, o câncer, porque muitos dos medicamentos inclusive são medicamentos que se usam para transplantado renal, para doente que tem doenças malignas, então os medicamentos também são de certa gravidade no seu manejo.

Assim como a Gladys – vou-me apresentar –, eu também coordeno lá, no Rio de Janeiro, um ambulatório de pacientes portadores de psoríase, não só de psoríase, mas de doenças mais graves com que o dermatologista tem que lidar. Então, um dos telefonemas foi esse. E sabe por que a paciente está morrendo de dor? Ela estava bem com um remédio, que funcionava bem, mas que ela só conseguiu por mandado judicial com a Secretaria do Estado. Desde janeiro, a Secretaria não dá mais o remédio. Conclusão: a pessoa... Quando chegamos a esse remédio, que sabemos que é caro – e ninguém vai propor o remédio mais caro por modismo –, mas é porque já tinha dado tudo. Em janeiro, parou de receber o remédio, e está ela na cama sem poder se levantar de tantas dores que ela sente. Então, não é uma coisa apenas feia.

Segundo telefonema: “Dr^a Luna” – um paciente também, com uma psoríase que é a que acomete a articulação –, “os meus dias vão vencer – porque eu tentei dizer para ele: “Olha, não deixe de trabalhar.” “Dr^a Luna, eu não consigo trabalhar. Sou digitador, as minhas mãos estão todas com artrite”, não consegue digitar mais, e a cara dele está lotada de psoríase. “Como é que consigo trabalhar assim? Não consigo trabalhar.” E aí começa o negócio: bom, você pede 15 dias de licença; se passam dos 15 dias, você vai entrar em benefício; e por aí vai. Então, é outro que falei assim: “Bom, hoje não estou no hospital. Se você quiser, você me procura lá no consultório para eu poder dar o atestado de que você está assim e assim, porque já venceram os 15 dias”. Então, dois telefonemas hoje para dizer que psoríase não é uma coisa assim tão tranquila e por que merece o esclarecimento.

E o outro motivo pelo qual acho importante a educação é pelo seguinte: se entrarmos na Internet, com a história da globalização, vocês vão ver “n” pessoas que dizem que vão ajudar os pacientes, e pacientes de psoríase e os de vitiligo são os mais fáceis alvos de charlatanice.

Então, nas coisas mais variadas que vão ser lidas na Internet, é remédio para psoríase e para vitili-

go, desde pessoas que se oferecem com tratamento e que vão à televisão, têm respaldo na televisão, para dizer: “Olha aqui, eu tenho a cura da psoríase”. Aí o lugar onde a pessoa trabalha enche ou o site vende remédio, e, quando você quer saber o que aquele remédio contém, você não consegue. Então, eu acho importante para poder estabelecer claramente quem são as pessoas que estão trabalhando numa linha ética e quem são as pessoas que não trabalham com uma linha ética, e isso existe.

Acho que educação é importante para você esclarecer e não deixar que o paciente seja alvo de pessoas que eventualmente queiram oferecer “ajuda” e que sabemos que não é ajuda.

Além de ser médica dermatologista, uma das coisas que eu também fiz lá no Rio, junto com pacientes portadores, porque aí você começa a sentir o que é, primeiro, quanto mais anos vão passando, você vai vendo: é, realmente, o negócio é ruim, é crônico, a pessoa fica invalidada, inválida, enfim, e aí os pacientes começaram a mostrar que eles precisavam de um pouquinho mais de apoio. Como eu, respeitando o modelo da Abrapse, do Haroldo, aqui, de Brasília, eu comecei a trocar e-mail:

Como a gente faz para organizar os pacientes?

Eu não quero ser a dona da associação, de jeito nenhum e quero que a associação exista independente da minha pessoa.

Mas sou, digamos, assessora técnica da associação, mas o presidente da associação é um portador da doença, o vice-presidente também é portador da doença, e temos reunido, fizemos tudo direitinho, com CNPJ, foi uma dificuldade enorme, chegamos e nós fazemos uma reunião mensal.

Como é que funciona a associação? Ela funciona, praticamente, como um grupo de alta ajuda, principalmente. E as pessoas, além de se apoiarem mutuamente... Os relatos são incríveis, de pessoas dizendo: – Eu ia me suicidar; não me suicidei porque minha filha entrou na hora. E eu já estava com o revólver na mão. Por quê?

Por causa de uma doença que é só feiosa?

Não. Não é por isso. Então, o grupo de alta ajuda funciona, quer dizer, a associação, num primeiro momento ela funciona assim, mas a finalidade também é de que os pacientes possam se organizar e lutar para ter medicação de forma contínua, porque as medicações são caras, independentes da de última geração, elas podem ser caras, algumas medicações nem tão caras, mas os tratamentos, em geral são caros.

Então, os hospitais universitários, os hospitais públicos teriam também que ter atendimento suficiente para esses pacientes. Não é só no meu consultório.

Teria que ser em todos os lugares onde atendemos. A máquina quebra, não tem o remédio.

Só para dizer que doença crônica não é sinônimo de doença boba, benigna, e que: Ah, tá bom! É crônico.

Não. É crônico, a pessoa pode ficar inválida. Vou mostrar para vocês. Além disso pode morrer mesmo. Há poucos dias perdemos uma paciente por conta de uso inadequado, pessoas que vendem remédio e não dizem que tem cortisona no remédio, a pessoa fica usando e daqui a pouco está com todos os efeitos colaterais da cortisona e, quando você vai querer tratar a pessoa, ela já está incinerada pela cortisona.

Então, acho importante que tenha sido numa Comissão de Educação. Gostaria que em algum momento fosse numa comissão de saúde, enfim que isso fosse cada vez mais discutido.

Gostaria de passar algumas fotos.

A psoríase tem várias manifestações clínicas. A mais freqüente é da vermelhidão com descamação.

Estava conversando com o Júlio que, nessa justificativa do projeto, lá pelas tantas faria duas correções.

Primeira: a psoríase não mata – eu corrigiria isso. Porque psoríase pode matar.

Segunda: a doença manifesta com placas embranquecidas. Elas são vermelhas e em cima tem escamas.

Então, imagina uma senhora, dona de casa, que precisa fazer a comida para a família, e ficam caindo aquelas escamas na comida. Não tem condição.

Vou mostrar as diferentes maneiras... Então, dá para ver que isso existe desde placas localizadas até o paciente ficar vermelho da cabeça ao pé. Não afeta somente adulto, pode afetar criança também. Além disso afeta couro cabeludo, unha.

Por exemplo, este paciente aqui é muito mais grave. Quando a pessoa fica vermelha de ponta a ponta, o coração não agüenta, aí começa haver várias outras complicações do paciente, que fica internado por conta disso. Aí fica internado, pega infecção hospitalar, e aí acaba, muitas vezes – ou se é pela própria psoríase, que é a forma mais grave que é a psoríase pustulosa, ou se é pela forma da psoríase complicada – num paciente internado e que pode falecer, sim.

Então, vocês vêm na mão; essa pessoa fica inativa, improdutiva.

Quando falamos de custos, essa pessoa passa a pesar para nós. Vamos ter que sustentar essa pessoa de alguma maneira.

V. Ex^{as} estão vendo aqui o paciente portador de psoríase: estão vendo várias manifestações. Couro cabeludo, por exemplo, é uma coisa que não dá para esconder de forma alguma. E as formas que têm mais

impacto na vida social do paciente são exatamente aquelas que acometem o couro cabeludo e a unha. Quando a pessoa vai cumprimentar, a mão está escamosa. Até explicar que aquilo não é contagioso e que a pessoa não precisa sair do lado dela no ônibus...

Trouxe umas fotos que mostram o comprometimento ósseo-articular, que a doença come, destrói o osso. A artrite chamada mutuante come o osso da pessoa. Pena que a foto não foi salva, então não poderei mostrar! Quero dizer que não se trata de uma doença apenas da pele, mas também da unha, do cabelo, das articulações, do osso e da alma, do psiquismo da pessoa. A pessoa acometida dessa doença não consegue ser ativa economicamente.

Considero interessante, do ponto de vista de educação, a criação desse dia, pois mostra que o problema existe. Volto a dizer que teremos de esclarecer as pessoas para que elas não sejam alvo de quem quer se beneficiar à custa do paciente. À medida que as pessoas ficarem esclarecidas, não correrão atrás de pessoas como aquelas que estão em Jundiá, dizendo ter a cura. Quando se tenta participar de debates na televisão para contraditar aquilo que foi dito, não se tem espaço.

Agradeço a chance que V. Ex^{as} me deram. Estou à disposição para posteriores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Agradeço à professora.

Está presente o Senador Delcídio Amaral.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Posso apenas informar S. Ex^a sobre a morte?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Pois não.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Gostaria de fazer duas correções. Sei que não interferem na criação do dia, mas gostaria de corrigir a informação de que a psoríase não mata, pois não é verdadeira. Ela pode matar por si só, e não apenas pelo tratamento, porque tem formas muito graves. Sugiro que seja feita essa mudança. E a outra alteração é na informação de que a doença se manifesta com placas embranquecidas. Não é assim. São placas vermelhas com descamação prateada ou branca. Dizer que a doença não mata não é verdade. Pode matar e acomete as articulações. Pena que não trouxemos fotos da pessoa que teve o osso comido com uma artrite chamada mutilante. Pessoas ficam na cama, inválidas, duras, sem conseguir se levantar.

Sugiro a V. Ex^a que dê esse destaque e agradeço o interesse.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– O Relator do projeto será o Senador Mão Santa, que

é médico. S. Ex^a certamente fará as alterações que a senhora sugere.

A Comissão de Educação julga a criação de dias, como o Dia da Saúde e o Dia do Índio. Essa matéria veio a esta Comissão por essa razão e também porque esses dias têm finalidade claramente educativa.

Concedo a palavra, por quinze minutos, à Sr^a Gladis Lima, Presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, lembrando que, quando falta um minuto para o fim do tempo, o sinal é automaticamente acionado.

A SRA. GLADIS LIMA – Bom dia a todos. Com imenso prazer, represento a PSORISUL – Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, instituição da qual sou Presidente.

A Psorisul foi criada em 2001, com o objetivo de cadastrar, orientar, prestar informações aos portadores de psoríase. Na realidade, pensávamos que atingiríamos somente pessoas do nosso Estado, mas a abrangência foi muito maior do que imaginávamos. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, atualmente, no banco de dados da Associação, encontram-se cadastradas mais de 56 mil pessoas, que provavelmente encontraram na instituição um meio de obter informações, porque a doença ainda é desconhecida pela população e também pela classe médica. Muitas vezes a psoríase é tratada como outra doença até se descobrir que, na realidade, trata-se de psoríase.

A principal finalidade da associação é criar o banco de informação, prestar orientação, promover palestras aos portadores de psoríase. Lá ele encontra tudo de que necessita: são os tratamentos, os medicamentos – como a doutora falou, as novas terapias biológicas estão surgindo. Então, isso ele busca. Ele está cansado de correr ao médico, o médico o atende, mas ele não tem o acompanhamento do tratamento. Ele chega até o posto de saúde e não tem. O que ele faz? Vai para casa com a receita debaixo do braço, deixando de se tratar. É o que tem acontecido bastante e tenho acompanhado isso porque os portadores têm essa possibilidade de se manifestar através do nosso site, onde existe um espaço. Que ele manifeste todas as suas dificuldades, todas as suas preocupações com relação à doença.

Oficializar o dia 29 de outubro não representará apenas um dia a ser lembrado ou comemorado, mas um símbolo da luta contra o preconceito e a discriminação gerados pela doença, propiciando aos portadores o direito de falar, expor sobre os problemas enfrentados no dia-a-dia, com a falta de informação à população e, principalmente, as dificuldades de acesso aos medicamentos. A data servirá principalmente para dizer que os portadores não estão sozinhos nessa luta. Aprovar

o Projeto de Lei nº 282, de 2004, de autoria do Senador Delcídio Amaral e do Relator, Senador Mão Santa, significará resgatar a dignidade e a auto-estima de quem hoje se acha abandonado e fadado a viver pelo resto da vida isolado da sociedade.

A luta dos portadores é para que se façam campanhas esclarecedoras a população que ainda desconhece a doença repugna, discrimina, deixa o portador de lado, e, com toda essa situação, ele se isola, não tenha dúvida – e, principalmente, para criarmos uma política de saúde ao portador de psoríase, para que esse portador tenha assistência médica e acompanhamento aos medicamentos e que não deixe de se tratar. Às vezes o maior problema enfrentado pelo portador é a compra dos medicamentos, que são caros, é um tratamento contínuo que a gente tem visto. Ele consegue uma pomadinha no posto de saúde e os demais ele não consegue mais, simplesmente ele abandona. Não é correto a gente abandonar esses portadores – temos que nos preocupar bastante com isso.

Independente de uma política levada ao portador de psoríase, existe hoje um trabalho social sendo desenvolvido para com os portadores. Trata-se de uma ajuda ao portador mediante a qual esse portador, através de um projeto social entre as farmácias de manipulação de todo o Brasil – que são as associações de farmácias magistrais do Brasil –, que se engajaram numa campanha. Cada farmácia adota um paciente, e esse paciente passa a receber os medicamentos manipulados pelo médico durante um ano.

Vocês não têm idéia do que isso representa para o portador. Economicamente também, porque ele vai à farmácia com o medicamento que o médico prescrever e no mesmo dia ele sai se tratando. Representa para ele o resgate da auto-estima e saber que está sendo assistido, ele não está abandonado. Mas a gente precisa fazer isso amplo, e não só com essas aproximadamente 200 farmácias. Hoje, muita gente está sendo assistida e se sente melhor, já começam a trabalhar, deixam de receber os benefícios, aos quais muitas vezes eles recorrem porque não podem trabalhar, não têm condições. O aspecto, realmente, é chocante para as pessoas que não conhecem a psoríase. Chegar a um ambiente e se apresentar é difícil. O próprio portador não gosta de se expor.

Por que me engajei nessa campanha? Na realidade, não sou portadora de psoríase. Na minha família, muito próximo a mim, tem portador de psoríase, tem portador de vitiligo e de síndrome de Down. Então, convivi – tenho uma irmã com 40 anos de idade, tenho 49 anos – desde criança com o preconceito de sair com uma irmã com os problemas que tinha, e a minha mãe portadora de vitiligo em função do estresse que sofreu com o nascimento dela. Imaginem você conviver sendo

sempre discriminada, com medo do contágio da própria síndrome de Down ou do vitiligo. Com a psoríase é a mesma coisa. Bota a mão no ônibus, eles tiram a mão, isso é automático. Então, engajei-me nessa campanha pelo fato de, na minha vida, não existir discriminação ou preconceito. Minha mãe nos criou com este aspecto: não se discrimina, não se tem preconceito, somos iguais perante todos, temos os mesmos direitos. Mas o que realmente está acontecendo com o portador de psoríase é a discriminação e o preconceito. Se ele conseguir enfrentar todas essas dificuldades, com certeza conseguirá pelo menos controlar, viver, ter uma melhor qualidade de vida. Sinto isso muito porque recebo portadores na entidade, que é pequena, mas trabalho de 9h às 17h, dedico-me de corpo e alma e sinto as dificuldades junto. Não sofro da doença, mas sinto na carne o que sofrem, porque eles chegam, me abraçam, choram e não dizem nada. Vêm em busca de uma orientação, um apoio, e ali se manifestam e dizem todas as dificuldades enfrentadas. E eu, que não sou psicóloga, minha formação é outra, tento levar a esse portador esperança, porque somente unidos, somente agrupados, fazendo crescer o bolo, combateremos isso tudo; não isolados. Então, associações como a minha, como a Abrapse, mesmo distantes – eu, no Rio Grande do Sul, e a Abrapse, aqui em Brasília –, temos tentado nos juntar, nos unir para fazer um bom trabalho. E é disso que precisamos. Terapias há muitas, o portador usa diversas, mas hoje existem terapias novas surgindo no mercado, como disse a Dr^a Gladys. Foi feita uma consulta – isso é importante falar –, se não me engano, em outubro, com relação a novas terapias, e há dois medicamentos surgindo, segundo se sabe, com menos efeitos colaterais, que vão deixar o portador de psoríase – acho que a doutora pode explicar melhor isso – menos tempo sem a doença, o que significa um brasileiro trabalhando, produzindo e não usando do benefício na Previdência.

Precisamos do apoio dos Srs. Senadores, dos políticos de uma forma geral e da população para que isso aconteça, porque, sozinhos, também não conseguimos nada. Precisamos do empenho de V. Ex^{as}. Fico feliz pelo seu projeto, não imaginava, porque estamos lutando, pelo menos a minha entidade, há quatro anos, na divulgação da doença. Por sinal, a mídia tem sido espetacular, amiga, colaboradora dos portadores de psoríase, mas V. Ex^{as} não têm idéia de como o meu trabalho é contínuo, pedindo apoio na divulgação. Conseguimos isso, imaginem com o apoio de V. Ex^{as}.

Peço, mais uma vez, em nome de todos os portadores. Emociono-me realmente, porque lido e convivo com a doença, vamos ajudar essa gente.

Obrigada.

Quero agradecer ao Senador Delcídio Amaral pela extraordinária ação, ao Relator Mão Santa e, em especial, a um homem que, no meu Estado, representa a grandiosidade de coração, a sensibilidade, um homem que se preocupa com as causas do seu povo, Senador Sérgio Zambiasi, por quem tenho uma grande consideração e apreço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Dr^a Gladis, Presidente dos portadores de psoríase, muito obrigado pelas suas palavras.

Seguindo as normas do Senado, vamos abrir para as perguntas. Há inscrições e o primeiro inscrito é o Senador Mão Santa, que tem cinco minutos para fazer suas perguntas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero apresentar o meu entendimento de médico desde 1966.

Agora, não entendo como vivemos esse momento atual diante da psoríase. Porque eu via os livros dizerem “pensifilicamente”. Toda essa doença tem que se pensar, ela foi embora e está dominada. Eu vi hemoptise, o sujeito morrer de tuberculose. E lepra eu acho que no mundo ninguém teve mais medo de lepra do que eu, porque na minha cidade tinha um leprosário, e naquele tempo os governos não davam o alimento necessário, e eles saíam e iam buscar no Bispado, e eu era vizinho do Bispado. Eu e minha mãe ficávamos trancados, e vi leprosos sem nariz, sem perna, e nós trancados num sobrado, eles apelando para o Bispo.

Então, eu vi a lepra, que é brincadeira hoje, estigmatizada até na Bíblia. Como é que nós ainda estamos, nós, da medicina, da mais humana das ciências, nesse estágio... A Aids está aí, muito recente, acabando e vencendo isso... Então, a psoríase, tem essas bravas mulheres e tudo.

Eu acho, primeiro, que o PT trouxe o melhor dele. Eu os conheço todos. Nenhum, juntando o núcleo duro, não dá aqui a sensibilidade e a inteligência. Está aqui, não é médico, é engenheiro, ele sabe mesmo. Olhem a sensibilidade, olhem a diferença com relação ao núcleo duro! A única maneira de o PT continuar no Governo é se o Delcídio for candidato.

Está aqui, esse é o quadro, um quadro vale por dez mil palavras, num problema dermatológico, porque vocês estão longe de imaginar a competência dele em engenharia, em eletricidade, em gasoduto e tudo.

Mas, vamos e venhamos, está aí a Aids, uma vitória. Isso, a Constituição, Delcídio – esse povo quer rasgar a Constituição – garante: “a saúde é um direito de todos e dever do Estado”. Não vi problema nenhum. As doutoras estão aí. Dinheiro? Num país deste, em que se gasta tão irresponsavelmente dinheiro com tudo que é palhaçada?

Agora, vou dizer, o custo do tratamento, quanto é esse custo mensal para o doente que vai pagar? Isso é ridículo. Só um governo de núcleo duro, incompetente, incapaz, de um psiquiatra que é Ministro da Saúde.

Então, cem reais por mês para um doente é ridículo. Ouviu, Delcídio? Estou querendo ajudar, você sabe da nossa sensibilidade, da nossa seriedade. Isso é ridículo! Por cem reais estarmos aqui... Tem que proclamar o dia.

Eu vi, acompanhei, estudei... No meu tempo, era o Berchelli. Aliás, tem uma coisa muito interessante: eu tenho uma filha que faz medicina, um encanto, como vocês, as mulheres são o melhor. Eu lhe perguntei: “Minha filha, o que você vai fazer? Vou fazer Dermatologia. Cadê o Berchelli? Não, não é não, é só um negócio de Botox. Minha filha, isso não é Dermatologia. Dermatologia é um câncer no nariz, é uma psoríase, é uma lepra”.

Só esse negocinho no meu tempo não tinha, a minha é do Berchelli.

Mas eu vi, nas minhas andanças, que além desse valor existe um aparelho que minimiza, que melhora, que o doente fica dentro e toma um banho, uns raios, um tratamento aí. E – ridículo – parece que a Capital Federal só tem um. Imaginem os outros estados!

Então, é isto, Delcídio: nós temos que aprovar o dia. Mas temos que ter sensibilidade e obediência à Constituição. Porque é ridículo! Estou citando os fatos. A sífilis e a lepra – cujo escândalo e drama eu vi – eram piores. Em Medicina a lepra era a coisa de que eu tinha mais medo. Para vencer esse trauma, depois de médico, o que eu vi sem nariz, sem perna, eles ficavam discursando à noite para o Bispo, e a nossa mãe nos trancava no sobrado. Eles passavam três dias na porta. Como era a lepra antes e como é hoje, ambulatorialmente... É uma brincadeira, não é?

Então, temos que vencer isso. Acredito na vitória, primeiro por vocês, três mulheres e mulheres são mais valorosas, têm mais coragem, lutam. Quer ver? Não veio aqui hoje nenhum dermatologista homem. O homem que tinha quer vir aqui faltou.

A SRA. (oradora não identificada) – Está aqui ele.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas é assim mesmo, os homens sempre foram mais fracos. Vejam a Bíblia! Na hora da crucificação de Cristo, Anás, Caifás e Pilatos – político, como eu, governador – lavaram as mãos. Onde estava o pai de Cristo? Os irmãos? Os apóstolos? Só estavam com ele os dois ladrões. As mulheres tiveram comportamento diferente. Por exemplo, a mulher de Pilatos disse que Jesus era bom e justo. Havia também Verônica, as três Marias. Até na hora da ressurreição de Cristo foram às mulheres que deram essa notícia ao mundo.

Assim, nós acreditamos em vocês, nessa luta que antevejo vitoriosa. Por quê? Porque o melhor do PT, o melhor do Governo, está aqui: é Delcídio Amaral! Ele entendeu, ele é rápido e vai usar sua força e seu prestígio para fazer com que isso seja aprovado.

E preciso que o Ministro da Saúde tenha competência para resolver esse simples problema de saúde do Brasil.

A pergunta sobre as máquinas ela já respondeu. Se essas máquinas existem, como é que Brasília só tem uma? E quantas há no Brasil todo?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Para sermos mais rápidos, vou passar a palavra para o Senador Delcídio Amaral, pela ordem de inscrição.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo, assim como à Dr^a Gladys, da Universidade de Brasília, à Dr^a Luna Azulay, da Universidade Gama Filho e também professora da UERJ; a Dr^a Gladys Lima, Presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase.

Quero pedir desculpas, porque hoje, infelizmente, estamos debatendo, na Comissão de Assuntos Econômicos, a questão da autonomia do Banco Central. O Ministro Humberto Costa está na Comissão de Assuntos Sociais, e também haverá uma reunião de Líderes com o Presidente Renan Calheiros para discutirmos a questão das medidas provisórias. Gostaria de ter estado aqui desde o início desta reunião, mas não pude. Agora tenho que acompanhar a audiência do Ministro Humberto Costa. Evidentemente, não poderia deixar de estar presente aqui em função de haver este projeto de minha autoria.

Quero confessar que fui procurado por algumas pessoas que sofrem de psoríase. Eu fiquei absolutamente estupefato com o dia-a-dia dessas pessoas, com as dificuldades que essas pessoas enfrentam.

A Dr^a Luna fez uma apresentação muito objetiva e, ao mesmo tempo, também dramática. As fotografias que foram aqui apresentadas mostraram a abrangência dessa doença que, com foi muito bem dito pela Dr^a Gladys, prejudica o dia-a-dia dessas pessoas. A população de um modo geral não entende isso. Confesso que quando vieram me falar de psoríase, eu nunca tinha ouvido falar dessa doença. Mas os depoimentos que ouvi e as reuniões que tive foram tão dramáticas que eu me senti obrigado a fazer algum tipo de movimento exatamente com o intuito de fazer com que o Senado Federal se somasse a esse esforço heróico que vocês efetivamente fazem no dia-a-dia, algumas pessoas por dificuldades que enfrentam na própria família, outras, por entenderem efetivamente a gravidade dessa questão...

Vou mais longe, não é só a doença em si e tudo aquilo que ela traz ao dia-a-dia das pessoas. Eu acho que o pior mal, além de tudo que foi aqui demonstrado e que tive condições de atestar, na prática, é a questão da depressão. Ou seja, é o que isso provoca nas pessoas, o que isso corrói o dia-a-dia de cada um, de cada paciente, o não-entendimento, a não-compreensão, por parte da população, de um mal como esse. A depressão acaba criando uma sinergia no mau sentido. A depressão acaba criando uma sinergia que leva a uma complicação ainda maior daquele mal que acabou levando as pessoas à depressão. Então, é um processo absolutamente dramático no dia-a-dia das pessoas, e isso prejudica a relação familiar, isso prejudica a relação com os amigos, isso prejudica o trabalho. Quanto é que o Brasil já perdeu em função de uma falta de atenção maior com relação à psoríase? O que isso representou em termos de auxílio-doença, de dias não trabalhados? Quanto é que o Brasil perdeu ou quantas pessoas passaram a, de certa maneira, viver sem esperança, sem expectativas ou perspectivas, fruto dessa situação difícil que cada uma delas enfrenta no seu cotidiano, nos seus vários dias de sofrimento? Então, em função disso, tomei essa decisão e confesso que fico muito feliz porque fiquei muito impressionado com tudo aquilo que vi e pesquisei. Fico muito feliz também de entender que estou colaborando, ainda em pequena escala, mas já criando um simbolismo grande, o Dia Nacional da Psoríase, atrelando esse movimento nosso a um movimento mundial, porque isso não é um mal especificamente do País, mas é uma doença que muitos países no mundo enfrentam. Então, acho que hoje é um dia muito importante. Concordo, Dr^a Luna Azulay, até com os ajustes no texto – não sou o relator, sou o autor do projeto –, mas acho que o nosso ilustre Senador Mão Santa, com a sensibilidade que tem pela carreira como profissional, não só como político, um homem sério, um homem que representa com honra o seu povo, o povo do Piauí... Tenho certeza absoluta de que essas ponderações vão ser muito bem avaliadas pelo Senador Mão Santa para que a gente aprimore ainda mais o texto, que, se Deus quiser, vai levar à aprovação desse projeto.

Queria, primeiro, parabenizar as senhoras pelo trabalho. O Senador Mão Santa falou uma coisa que me tocou profundamente e eu repito no meu dia-adia. Quantas pessoas às vezes a gente ajuda ou apóia, fruto do nosso dia-a-dia na política, e que, muitas vezes, podíamos até deixar em segundo plano em troca de uma ação efetiva como pelo menos a mitigação dos efeitos e das consequências da psoríase? Quantas vezes gastamos tempo e trabalho com coisas que não levam a nada? Talvez até por pessoas que não

mereçam. Sou uma pessoa focada nisso. Uma das coisas boas da política, acredito, é fazer efetivamente, tomar esse tipo de atitude, promover esse tipo de ação, de resgate da dignidade, ações de fraternidade, de solidariedade. Acho que é por essa razão que vale a pena viver. Vale a pena ajudar as pessoas e colocar o mandato para ajudar essas pessoas que efetivamente necessitam. Para resumir, até em função de hoje, da agenda extensa que todos temos, queria aproveitar, Dr^a Luna, perguntar à senhora, porque toda a história que a gente viu é que as ações são migratórias, são ações de acompanhamento, são ações de medicações que os pacientes se utilizam.

Ao longo dessa discussão, surgiu a questão que viemos discutindo aqui. Temos o Senador Augusto Botelho, que também é médico, portanto acho que estamos numa oportunidade ímpar de fazermos esse debate. Mas se falou muito em estudos relativos a genética. Discutimos aqui recentemente a Lei de Biossegurança, que não tratou só dos alimentos transgênicos, mas tratou também das células-tronco, foi uma polêmica muito grande, um debate intenso.

Gostaria – uma vez que estou com especialistas aqui, como a Dr^a Gladys, a Dr^a Gladis Lima e a Dr^a Luna – de saber como se pode dar continuidade a um trabalho no sentido de mitigar essas consequências e trazer bem-estar maior às pessoas que têm sofrido de psoríase, com todas essas dificuldades muito bem apresentadas aqui.

Minha pergunta é esta, Sr. Presidente: daqui para frente, o que podemos fazer, como podemos nos somar a esse esforço no sentido de mitigar as consequências e trazer uma vida melhor às pessoas que sofrem de psoríase?

Parabenizo-as pelo trabalho, pelo empenho, pelo denodo e pela determinação. É assim que vamos trabalhar realmente por um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Antes de passar a palavra ao último orador inscrito, Senador Sérgio Zambiasi, gostaria de falar que o Dr. Gilvan encontra-se presente, mas chegou já na fase de perguntas. E também está ao lado do Senador Delcídio o Deputado Estadual Seni Ferraz, do PT de Mato Grosso do Sul, que, com certeza, vai lutar para divulgar o trabalho.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Aliás, é um paladino dessas causas também, e não é porque é do meu Partido, mas é um excelente Parlamentar e honra nosso Estado com o seu trabalho na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Muito obrigado. Agradecemos a presença aqui.

Com a palavra, Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, de onde veio a nossa expositora.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – AS) – Sr. Presidente Augusto Botelho, Delcídio, autor do projeto, Mão Santa, Relator, Dr^a Gladys, Dr^a Luna, querida contrerrânea Gladis e demais presentes.

Estava acompanhando, primeiro, a manifestação do Senador Mão Santa, agora as palavras carregadas de emoção do Senador Delcídio, as explicações das Dr^{as} Gladys e Luna a respeito, e um pouco as aulas, da evolução da doença, a experiência da Gladis, que é uma voluntária. A ONG que a Gladis preside é ela, ela e algumas pessoas que eventualmente convivem com ela, mas ela tem como missão na sua vida, por uma experiência familiar, como relatou aqui, e não vive de qualquer receita que não seja a que os médicos encaminham a seus pacientes e vão em busca da entidade, imaginando que a ela tem poder para solucionar seus problemas.

O Senador Delcídio lamentou o número de compromissos que temos aqui, mas acho que Deus faz as coisas bem certas. No dia em que estamos aqui nesta audiência pública, Senador Mão Santa, e esta audiência pública mostra sua importância, porque eu não tenho dúvida, Delcídio, que o seu projeto seria aprovado por unanimidade e sem discussão. Talvez por isso, porque receberia aprovação unânime, sem discussão, perderíamos a grande oportunidade de iniciar o que Dr^a Gladys e a Dr^a Luna comentaram aqui: a importância de trabalhar a educação com relação à doença.

A audiência pública está nos permitindo fazer com a que Senado esteja gravando e transmita depois toda essa programação para o Brasil inteiro, que a imprensa possa repercutir esse tema, que precisa ser repercutido porque não é pouca gente. Temos cinco milhões de brasileiros, pelo menos, em uma das fases da psoríase.

Aquela que está apenas aqui nos cotovelos eu também tenho. Quando chegamos a Brasília e não usamos a pomada imediatamente, o clima seco daqui faz, Dr^a Luna, com que a gente sofra com muita dor. Cheguei a Brasília ontem à noite e tive que sair em busca de pomada, porque começou a doer, por causa do clima muito seco. Vim do Sul, onde é mais úmido. Saí correndo em busca da pomada e aproveitei para fazer uma tomada de preços.

Vi que a Psorex, que é marca de laboratório, custa R\$17,00 e que o genérico custa um pouco mais de R\$8,70. Mas para quem tem apenas dois sinais, uma pomada dura um mês. Então, se gastam R\$8,70. Mas aquele que tem em todo o corpo, como a Dr^a Luna mostrou aqui, vai gastar mais do que R\$100,00 por mês.

Falei que Papai do Céu faz as coisas bem certas. Ou seja, aqui ao lado está o Ministro da Saúde, e está nas mãos de S. Ex^a, na sua mesa, a portaria que libera os medicamentos biológicos para a psoríase. Ela autoriza a inclusão dos medicamentos do SUS – são pelos menos dois medicamentos.

Essa portaria, então, ao incluir entre a relação dos medicamentos do SUS, pode permitir à Secretaria de Saúde o fornecimento para os casos mais graves, como aquele de hoje, de manhã, que ligaram para a Dr^a Luna, onde a paciente está na cama e não pode mais sair, não consegue levantar por causa da dor. E que não recebe desde janeiro, exatamente porque não está regulamentada, a portaria não foi publicada.

E por não estar a portaria publicada, não tem amparo legal. A pessoa recorre, o Judiciário dá, mas nem sempre o Estado se sente obrigado a fornecer esse medicamento.

Então, sugiro, Sr. Presidente Botelho, que daqui façamos um documento da Comissão, agora, entregando ao Ministro da Saúde, que está aqui ao lado, para que publique imediatamente essa portaria. Seria um grande avanço.

Essa portaria é fruto de um debate que se iniciou em outubro do ano passado, indo até dezembro, em audiências públicas, de onde resultou exatamente essa proposta da portaria, que já está pronta, está no ministério, bastando apenas a sua publicação para tornar legal essa questão.

Estou deixando essa sugestão prática, para que possamos sair daqui talvez com a maior de todas as vitórias, com a coincidência, a sensibilidade do Senador Mão Santa, como médico e Senador, de propor audiência pública. E por termos aqui na Presidência, hoje, um médico, o Senador Augusto Botelho. Temos aqui médicas, que têm toda uma experiência e que trazem essa experiência e nos permitem promover um debate público nacional, trabalhando a conscientização, o combate à discriminação. Ouvimos da Gladys aqui que tem uma irmã e que provocou nela esse sentimento de trabalhar o combate à discriminação, porque realmente é uma coisa muito grave.

Quem sabe tenhamos agora a oportunidade de estarmos entregando o documento ao Ministro, pelo menos a um dos seus assessores – têm vários ali – e possamos ver essa portaria publicada junto com a instalação. Quem sabe até ali, no dia previsto, Senador Delcídio, já como primeira repercussão do dia que o projeto propõe, já tenhamos essa portaria que autori-

za exatamente a inclusão dos medicamentos do SUS nessa lista de medicamentos fornecidos.

Deixo isso como proposta, acreditando que possa ser acolhida e apresentada logo mais. Até considero que a resposta ao seu questionamento que virá depois é um complemento desta audiência que está se realizando aqui.

Agradeço a oportunidade, parabenizo a todos, e cumprimento a presença das médicas, do dermatologista convidado que está aqui presente também, da Gladis e do Haroldo, aqui de Brasília, que é um batalhador, e já surgiu um movimento para que as duas entidades se unam, e, a partir delas, surja um grande movimento nacional, com parcerias, quem sabe, em todos os estados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-AR) – Obrigado, Senador Zambiasi.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Posso fazer uma pergunta para ele?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Pode.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Só para matar a curiosidade. Quais foram os dois biológicos aprovados?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – AS) – Não é para mim a pergunta. O Haroldo e a Gladys podem responder, porque esse debate foi feito no ano passado. Foram pesquisados, acredito, porque o Ministério da Saúde está junto com esse movimento, mas coincidiu com a demissão do secretário que estava acompanhando esse debate e talvez por isso pode ter parado essa discussão. Mas seguramente esses dois medicamentos biológicos são frutos de uma análise técnica do Ministério da Saúde. Acho que a Gladys pode ter os nomes, não sei, e informar à Dr^a Luna.

A SRA. GLADYS AIRES MARTINS – Raptiva e Remicade.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Posso aproveitar para falar uma coisa?

Quando houve a consulta pública, participei da discussão e não entendi por que um dos outros medicamentos biológicos ficou excluído. É um medicamento específico para artrite psoríase. Não entendi por que o outro, cujo nome comercial é Enbrel – e é Etanercepte –, foi excluído, não entendi de jeito nenhum. E como se pode fazer para partir para outra inclusão? Porque esses dois que o senhor está falando atendem uma parte, uma psoríase... Enfim, seria complicado explicar.

Mas existe um outro medicamento que também deveria ser incluído, e não entendi por que ficou excluído, de jeito nenhum.

Quando vi a consulta, escrevi sobre todos os remédios, inclusive um outro, que é o Alefacept. Porque são quatro os biológicos que existem, inclusive já aprovados na Europa, nos Estados Unidos e tal. Por que aqui se escolheram dois, e os outros dois não foram, eu não sei. Então, o próximo passo, não entendi por que alguma coisa ficou excluída, e não outra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – AS) – Pode ter sido própria decisão política do então servidor do Ministério. Mas a sua proposta pode ser incluída, acho que tem tempo de corrigir a portaria. Estou sugerindo que ofereçamos um documento ao Ministro para que consigamos, até a instituição do Dia Nacional do Combate à Psoríase, a publicação da portaria. Seguramente poderemos oferecer mais essa contribuição. Então, em vez dos dois medicamentos biológicos, que se ofereça a possibilidade de trabalhar os quatro medicamentos que a senhora está colocando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT - AR) – Vou apelar para o nosso Líder do PT no Senado para ser o nosso porta-voz lá na audiência com o Ministro, para transmitir a mensagem de que assine logo essa portaria. E não sei se essa inclusão vai ser mais técnica ou vão querer debater mais. Mas pedir para assinar logo a portaria, soltar logo o que tem, depois tentamos acrescentar isso aí.

Vou passar a palavra, por cinco minutos, para cada um dos expositores para responder às questões. Se algum Senador quiser réplica, terá direito. Depois encerraremos a reunião.

Vou passar primeiramente para a Dr^a Gladys Martins, que foi a primeira que expos.

A SRA. GLADYS AIRES MARTINS – Em primeiro lugar, queria agradecer demais ao interesse do Senado, e, com relação ao Senador Mão Santa, muito interessante, muito brasileira a sua colocação de quem conviveu com tantos problemas dermatológicos e que sabe das doenças endêmicas do Brasil.

O senhor citou a lepra, queria só chamar a atenção que a lepra é uma doença milenar, a psoríase também é uma doença milenar. E, provavelmente, muitos pacientes foram, naquela época, há milênios atrás, classificados como leprosos e talvez eles fossem portadores até de psoríase, porque leper, do grego, quer dizer escama. Então, doença feia na pele, com esca-

ma, naquela época, poderia ser caso de psoríase, que foi injustamente tratado como lepra.

Queria fazer uma ressalva ao sexo masculino aqui, uma correção, em que pese eu ser mulher e realmente gostar muito de psoríase, e tenho na minha personalidade isso de ser solidária. Mas queria fazer justiça ao nosso colega, Dr. Gilvan Alves, que chegou atrasado. Ele é também um incentivador das associações de portadores de psoríase. Ele, como representante em Brasília da Sociedade Brasileira de Dermatologia, tem dado apoio à instituição, inclusive participou da sessão de fundação da Abrapse aqui em Brasília. E principalmente há outro homem bravo, Haroldo Feitosa, que é o Presidente da Abrapse, e que penso que realmente é quem tem organizado melhor e participado de toda essa discussão que culminou hoje com essa audiência.

Com relação – só vou tentar responder um pouquinho, e talvez a Dr^a Luna complementemente – à questão da genética, a melhor maneira de definir a psoríase é como sendo uma doença multifatorial. Psoríase não é uma coisa só, ela tem uma participação genética, ela tem uma participação imunológica, tem uma participação ambiental. Então, as terapias gênicas, ou terapias “antisenses”, isso é uma ciência que ainda está engatinhando, então, provavelmente vamos chegar a um estágio em que possamos ter tratamentos que consigam inibir o gene causador da doença ou que consigam modificar o DNA do gene causador da doença. Estamos ainda num estágio muito precoce. Mas essas novas terapias, chamadas de biológicas, são também fruto de engenharia genética, de biologia molecular, e daí esse alto custo delas. Então, tudo isso está sendo industrializado e produzido, mas como resultado de pesquisas refinadas também na área genética.

Para terminar, queria só lembrar um exemplo de discriminação: Existem editais de concurso, por exemplo, para a Polícia Militar, que estão incluindo como critério de exclusão do candidato o fato de terem psoríase. Isso é um caso que penso que poderia também, em nível político, ser lembrado e ser discutido, quer dizer, como é que pode um indivíduo não ser aceito para trabalhar na polícia porque ele é portador de psoríase, não importa qual seja a forma?

Acredito que é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Muito obrigado, Professora Gladys Martins.

Agora vou passar a palavra para a Professora Luna Azulay, que deve ser parente do professor Azulay,

da Santa Casa de Misericórdia, que foi meu professor de Dermatologia.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Sou filha dele, então tenho Dermatologia no gene quase. Gostaria de falar assim: quais os próximos passos? Essa foi a pergunta. E o outro ponto que gostaria de abordar é custo de medicação. Não tenho nada contra farmácias de manipulação, de maneira alguma. Entretanto, considero que em geral o medicamento que é industrializado tem um controle de qualidade que infelizmente as farmácias de manipulação não têm. Então, no momento em que existisse algum organismo que controlasse a qualidade dos produtos nas farmácias de manipulação, estaria ótimo. Mas a farmácia de manipulação pode ser muito boa e pode ser muito ruim. E o paciente, em geral, vai na que é mais barata e de repente vai lá na do fundo de quintal. E não existe uma regulamentação com relação às farmácias de manipulação. Então seria importante que existisse essa regulamentação.

1. Com relação à consulta pública que houve com relação a tratamento de psoríase, eu pelo menos não consegui ver ali que existisse um dermatologista envolvido, esclarecendo, como um consultor técnico, digamos. Entrei na consulta, escrevi várias cartas. Não sei se elas foram recebidas, se foram lidas, enfim. Então, proponho que nas consultas públicas, seja qual for a doença, haja um, dois ou três técnicos a serem ouvidos, para poderem, então, ajudar na escolha de medicamentos. Por isso achei que a consulta pública, com a Resolução, ficou em falta – realmente ficou em falta – com outros medicamentos que poderiam ter sido incluídos.

Acho, então, que se devam incluir, nas consultas públicas, técnicos que possam ajudar. Por outro lado, eu não sei como vai ser a ingerência com relação às Secretarias Estaduais de Saúde, porque as Secretarias Estaduais de Saúde são as que, efetivamente, vão dar e vão distribuir o medicamento. Como é que o paciente consegue na Justiça, e, depois, a Secretaria não dá o remédio ou interrompe o medicamento? Aí vem a história de que a Secretaria não pagou ao laboratório que fornecia o remédio. Então, você vê o doente melhorando, melhorando, melhorando, e acabou o remédio e pronto. Aí, começa todo aquele processo.

Com relação ao custo do medicamento, a pomada – desculpe eu lhe dizer, mas não é boa a automedicação – que parece inocente, e cujo nome comercial o senhor citou, se usada no corpo inteiro, é como se o

senhor estivesse tomando corticóide pela boca e pode fazer o mesmo efeito adverso.

Então, aquilo que parece como inocente pode não ser inocente, e o remédio pode variar desde 8 – se tiver pouco – a 10 mil reais. Então, a ordem de custo vai de R\$8.000,00 e R\$10.000,00. Mas para isso existem indicações técnicas para cada uma das formas da doença.

E, sem dúvida, eu acho que a outra coisa seria os senhores darem apoio às associações de psoríase – em que pese que a Associação dos Portadores de Psoríase do Rio Grande do Sul tenha o nome de “Associação Nacional de Psoríase”, na verdade existem outras várias, às quais efetivamente nós temos que nos associar. Nós já existimos no Rio de Janeiro há algum tempo. Então, eu acho que nos devemos nos associar. E em que pese o nome nacional, na verdade não foi assim – esse caráter de ser nacional.

Eu, então, acho que todas as associações têm que ser apoiadas e acopladas, para nós podermos, realmente, fazer uma luta conjunta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Com a palavra, A SRA. Gladis Lima.

A SRA. GLADIS LIMA – Mais uma vez quero ressaltar a importância desse dia a ser comemorado e de, a partir de agora, nos unirmos para, efetivamente, criarmos ações para chegarmos no dia 29 e estarmos bem organizados, a fim de fazermos um trabalho bastante intenso, para chegarmos no dia 29 e comemorarmos – como eu disse – e darmos oportunidade ao portador de se manifestar de alguma forma. Porque hoje, infelizmente, o senhor sabe que existe a discriminação, e nós precisamos combatê-la.

Com relação à união das Associações – isto é muito importante – nós precisamos crescer o “bolo” e nos fortalecer para que as coisas sejam atingidas. Sozinho não se consegue nada. Como o Senador Sérgio Zambiasi falou, sou uma ONG de uma única pessoa. Sozinha, eu consegui cadastrar 56 mil. Imagine unidos o que isso vai representar? O portador quer, efetivamente, uma política de saúde, tratamentos contínuos, e não interrompidos, como tem acontecido. A grande maioria que chega à entidade vem me pedir medicamentos, que eu não tenho para fornecer, a entidade não fornece medicamentos.

Isto, então, precisa ser bastante avaliado: que não haja essa interrupção e que ele saia de lá e seja corretamente tratado, o que não é o que acontece.

Chega num período, ele está apresentando uma grande melhora e chega no posto de saúde, não tem mais ou ele sai com dois tubinhos debaixo do braço para usar uma semana para o corpo inteiro. É impossível se fazer um tratamento.

Então, esta oportunidade desta audiência pública, hoje, é um momento ímpar para todos os portadores de psoríase, não somente àqueles que estão cadastrados na entidade, mas para milhões de brasileiros hoje afetados pelo mal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Muito obrigado.

Eu gostaria de saber se algum Sr. Senador quer fazer uso da palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria, se fosse possível. Peço até perdão por ter chegado atrasado. Estava na cerimônia do Dia do Exército e me atrasei...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu digo com uma emoção profunda... Sou casado há quarenta e quatro anos, tenho uma paixão pela minha mulher, e ela tem psoríase desde jovem, desde os quatorze anos, quando se manifestou. E sei o constrangimento que causa a doença a quem a tem, principalmente nos locais em que aparece, como cotovelo, joelho e às vezes na cabeça. Desde então, aos quatorze anos, nunca mais ela teve coragem de ir à praia para usar um maiô. Tanto é que, quando acompanha os netos, ela vai de calça comprida para que não seja exibido, pelo constrangimento e por aquela aversão que as pessoas têm. Realmente é uma doença que não traz nenhuma possibilidade de ser transmitida a outras pessoas.

Eu acho que esse projeto do Senador, além de ser humanístico, tem uma vocação para que realmente se possa trazer à população o conhecimento do que representa a doença e que o Estado possa tratá-la. Está aqui o Senador Mão Santa, que é médico e que já fez pronunciamento – eu já fiz pronunciamento da tribuna, Senador – de que as pomadas que são usadas têm uma validade temporária, posteriormente não fazem mais efeito. Eu trouxe da Itália, trouxe de vários locais. Elas amenizam o sofrimento, às vezes a coceira, o mal-estar, porque ela se manifesta sempre decorrente de uma ação psicológica. Fica incubada por algum tempo e, por qualquer constrangimento ou sofrimento, uma angústia por causa de um filho, ela se

manifesta e traz um desconforto físico e psicológico para a pessoa que tem a doença.

Penso que esse projeto tem que ser aprovado por unanimidade e com urgência, e que o Estado enxergue esta doença com muito carinho, para poder atender as pessoas que a têm, e que o tratamento seja constante. Os medicamentos variam. Normalmente é uma pomada que sai na Itália, uma que sai na Alemanha. A doença não tem tratamento, não é, Senador Mão Santa? Não tem cura, mas ameniza um pouco aquela estrutura psicológica e a angústia pelo incômodo que causa, alguma coceira, algum mal-estar.

Então, eu queria manifestar esse agradecimento a V. Ex^a. Não o apoio, mas o agradecimento de coração!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR)

– Obrigado, Senador Tuma. Tivemos mais uma manifestação e vimos que pessoas que estão tão próximas de nós e ignoramos. Tivemos duas manifestações entre quatro Senadores.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral e, depois, concedo a palavra ao Senador Zambiasi antes de encerrarmos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, como disse o Senador Zambiasi que Deus, no final das contas, movimenta as peças sempre de uma maneira correta, hoje aqui tenho que saudar, primeiro, a iniciativa do Senador Mão Santa para realizar esta audiência pública. Mais uma das iniciativas que evidenciam o mandato do Senador Mão Santa e a figura humana e o político e profissional que é. E hoje, nesta audiência pública, vimos aqui o Senador Zambiasi e o Senador Tuma, meu querido amigo e irmão, que são testemunhas do que é a psoríase e de todas suas conseqüências, como a discriminação, que afeta o dia-a-dia das pessoas.

Já que estamos fechando aqui esta reunião da Comissão de Educação, quero dizer que estou muito aliado e vou estar muito junto nesse trabalho que tem sido desenvolvido. É impressionante, Dr^a Gladis, a senhora, sozinha, com 56 mil. Imagina se fizemos uma articulação para operar no País como um todo...

Como estou inscrito hoje nesse debate na Comissão de Assuntos Sociais com o Ministro Humberto Costa, apesar de o assunto que está sendo tratado lá ser outro, vou fazer questão de registrar a necessidade de ele assinar essa portaria. Gostaria, Dr^a Luna, se possível, que a senhora pudesse nos subsidiar com as informações necessárias para uma complemen-

tação ou um aperfeiçoamento da ação do Ministério da Saúde. Estamos absolutamente à disposição. Eu, como Líder do PT no Senado Federal, encaminharia, com o maior prazer, não só um ofício no sentido de formalizar essa...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esse Senador é do PT por todos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador.

E, ao mesmo tempo, também conversaria diretamente com o Ministro Humberto Costa para que dessemos velocidade a esses aperfeiçoamentos de que a senhora muito bem falou aqui.

No mais, gostaria de agradecer as palavras amigas dos companheiros Senadores aqui. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho, pela dedicação e por acreditar, acima de tudo, na vida.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Com a palavra, o Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, são somente dois pontos, até para esclarecimento, porque, quando citei, talvez até por imprudência minha, o nome da medicação, posso ter dado a impressão a Dr^a Luna de que estaria induzindo à automedicação. E ela, com todo o cuidado, como médica e pesquisadora, alertou com a autoridade que tem para o problema da automedicação.

No meu caso, faço com acompanhamento médico, talvez por ser num grau ainda muito incipiente é que me foi sugerido e, mediante receituário, a medicação que ainda estou utilizando. Vou questionar meu médico.

Aliás, foi comentado aqui pela Gladis que, muitas vezes, o próprio médico ainda não tem formações suficientes do problema e fica evidente isso. Fica muito evidente. Por isso, o valor, Delcídio e Mão Santa, desta audiência pública, que não é só uma desinformação da população. Muitas vezes, lá ainda, no consultório médico, não há informações suficientes.

Quando a Gladys citou a questão das farmácias de manipulação, como conheço o trabalho dela, na realidade ela comentou aqui a disposição solidária de algumas farmácias, que, por serem de manipulação, não pertencem a grandes redes que, obviamente, não têm a sensibilidade do profissional, do farmacêutico, que é o responsável pela pequena farmácia.

Ela foi buscar na falta de distribuição de medicamento. Ela participou de uma campanha, encontrou em algumas farmácias pessoas que estão adotando doentes para receberem medicação. E basicamente isso. Com o cuidado agora e o alerta que a senhora colocou em terceiro, Delcídio, acho que devemos, sim, incorporar os demais medicamentos que já estão em

uso na Europa. Não sabia que já está tão avançado assim, mas acho que não podemos atrasar a publicação da portaria, que venha com esses dois e, depois, com esse subsídio técnico, que a Doutora não está colocando, vamos trabalhar aqui com o Líder do Governo, com a Comissão de Educação, a Comissão de Saúde, enfim, com o Congresso, para que os demais medicamentos também sejam incluídos logo à frente.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Zambiasi. Gostaria de saber se algum dos expositores quer usar da palavra? Um minuto.

A SRA. LUNA AZULAY ABULAFIA – Gostaria de dizer que estou totalmente disponível. Tenho o maior interesse, realmente, de poder levar adiante isso, para que o paciente seja atendido do remédio mais barato ao mais caro, que não haja exclusão, dependendo da indicação técnica.

Então, estou à disposição e muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Em nome da Comissão de Educação, agradeço a presença da Dr^a Gladys Martins, da Dr^a Luna Azulay, da SRA Gladis Lima, do Dr. Gilvan Ferreira e dos Srs. Senadores.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

PARECER Nº 983, DE 2005.

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de autoria do Senador Aloísio Mercadante, que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 de Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em múltiplos com menos de cem mil habitantes.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de autoria do Senador Aloísio Mercadante, propõe alterar a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.

Em exame na Comissão de Educação, para decisão terminativa, à proposição foi concedida vista coletiva e recebeu emenda (nº 1-CE), para que o benefício fiscal se estenda à construção de teatros, que

poderão funcionar também como centros culturais comunitários.

Alega o autor da emenda, Senador Cristovam Buarque, que municípios com até cem mil habitantes carecem de espaços para exposições teatrais e espetáculos diversos, o que representaria um grande obstáculo para a difusão e a democratização da cultura em nosso País. Ademais, os referidos locais funcionariam não apenas para a apresentação de filmes e de peças teatrais, mas também poderiam ser utilizados como espaços de conagração da comunidade.

Foi apresentada uma emenda à proposição.

II – Análise

A extensão de benefício fiscal à construção e manutenção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes leva-nos a avaliar o conteúdo do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet), a fim de verificar a pertinência ou não da emenda oferecida.

Ao se constatar que a citada lei já concede a dedução integral do imposto de renda para uma série de apodes para a produção cultural, como acima citado, verifica-se ser apropriado estender tal benefício aos investimentos destinados a construir e manter salas de cinema e teatros no tipo de município especificado.

Entendemos, pois, ser pertinente a extensão do benefício a salas de teatro, nos termos da Emenda nº 1 – CE; ainda mais se tais ambientes – de cinema e de teatro – possam vir a ser utilizados como centros culturais comunitários. Entretanto, a emenda precisa se adequar à técnica legislativa.

III – Voto

Pelo exposto, e visto estarem atendidos os requisitos de legalidade, juridicidade e constitucionalidade, manifestamo-nos pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 – CE, nos termos da subemenda que oferecemos:

SUBEMENDA

(À Emenda nº 1 – CE)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 1º O § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

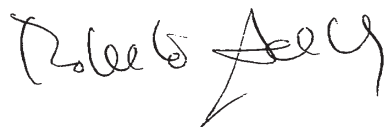
‘Art. 18.

.....

§ 3º

.....
h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em municípios com menos de cem mil habitantes. NR.”

Sala da Comissão, 3 de maio de 2005.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à alínea h, § 3º, do art. 18, da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 a seguinte redação:

“Art.18.

.....
§ 3º

.....
h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em municípios com menos de cem mil habitantes;”

Justificação

A presente emenda busca estender o benefício fiscal previsto no PLS nº 298/2004 também às salas de teatro, como forma de incentivar a manifestação de outras linguagens artísticas. A inexistência de espaços para apresentação de peças teatrais e espetáculos diversos nas pequenas cidades brasileiras representa grande obstáculo para a divisão e a democratização da cultura em nosso País. Ademais, a criação desses novos espaços permitirá a realização de outras atividades culturais, servindo também como um centro de conagração da comunidade. Note-se que tanto o projeto original quanto a emenda não implicam em renúncias fiscais adicionais. Trata-se tão somente de estender as isenções tributárias já contempladas na Lei nº 8.313/1991.

Sala das Sessões – Senador **Cristovam Buarque**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 298/04 NA REUNIÃO DE 03/05/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Assinatura] (Senador Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FIERO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISCO PEREIRA
RELATOR:	
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE ELICACÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 238/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA	X			
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
WIRLANDE DA LUZ					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				FRANCISCO PEREIRA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 05 / 2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 298/04

EMENDA E SUBEMENDA

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES		X				ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE		X				CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES						JOSÉ AGRIPINO					
EDISON LOBÃO		X				MARCO MACIEL		X			
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA		X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO						EDUARDO AZEREDO		X			
GERALDO MESQUITA		X				SÉRGIO GUERRA					
LEONEL PAVAN						LÚCIA VÂNIA		X			
REGINALDO DUARTE		X				TASSO JEREISSATI					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA						AMIR LANDO					
MAGUITO VILELA						GARIBALDI ALVES FILHO		X			
VALDIR RAUPP		X				VAGO					
GERSON CAMATA						PAPALEO PAES					
SÉRGIO CABRAL						MÃO SANTA					
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO					
WIRLANDE DA LUZ						VAGO					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALÉTON FREITAS						PAULO PAIM		X			
CRISTOVAM BUARQUE		X				ALOIZIO MERCADANTE					
FÁTIMA CLEIDE		X				FERNANDO BEZERRA					
FLÁVIO ARNS		X				DELÍCIO AMARAL					
IDELI SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO		X				FRANCISCO PEREIRA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRICIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIASI		X				JOÃO RIBEIRO					
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						JUVÊNCIO DA FONSECA		X			

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/05/2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2004

Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 de Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.

O Congresso Nacional decreta:

“Art. 1º O § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 18.

§ 3º

h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, municípios com menos de cem mil habitantes. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2005. – Senador **Hélio Costa**, Presidente. – Senador **Roberto Saturnino**, Relator.

Of. nº CE/053/2005

Brasília, 5 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia 3 de maio p.p., pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Aloizio Mercadante que, “Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes”.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS

DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, propõe alterar a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.

Em exame na Comissão de Educação, para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

II – Análise

Por intermédio do PLS nº 298, de 2004, o Senador Aloizio Mercadante propõe seja estendido o benefício constante do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incentivar a construção e manutenção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.

O art. 18 da chamada Lei Rouanet faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda para o apoio direto a projetos de natureza cultural. Especificamente, no § 3º, são listados os tipos de projeto passíveis de ser beneficiados com a dedução. São eles os de: artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e, por fim, preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Em sua justificação, o Senador Aloizio Mercadante alega ser necessário apoiar o segmento da exibição cinematográfica, visto que os da produção e da distribuição já se encontram suficientemente alcançados pelas medidas de incentivo à cultura.

Esse segmento, o da exibição vem sofrendo inúmeros revezes, particularmente da década de 1980 até os dias de hoje, pois tem-se observado o fechamento de aproximadamente mil salas de exibição. E, ainda que tenha havido um incremento do setor, com a abertura de novas salas, esse fenômeno tem ocorrido em grandes cidades, onde é possível instalar os chamados **multiplex**.

Desse modo, para que as cidades com menos de cem mil habitantes não deixem de ser contempladas, propõe-se a inclusão desse tipo de investimento entre aqueles que recebem dedução integral do imposto de renda.

Efetivamente, ao examinar a Lei Rouanet, verifica-se que esta já concede a dedução integral do imposto de renda para uma série de aportes para a produção cultural, como acima citado. Desse ponto de vista, não seria descabido estender tal benefício aos investimentos destinados a construir e manter salas de cinema no tipo de município especificado. Ao impedir que a concessão se estenda a municípios mais populosos, a proposição se revela ponderada, pois, em tais cidades, os próprios exibidores poderão custear integralmente tais despesas, com possibilidades de retorno pelo próprio mercado.

III – Voto

Pelo exposto, e visto estarem atendidos os requisitos de boa técnica legislativa, legalidade, juridicidade e constitucionalidade, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004.

Sala da Comissão



RELATÓRIO

Relator: Senador **Roberto Saturniano**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, propõe alterar a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.

Em exame na Comissão de Educação, para decisão terminativa, a proposição recebeu emenda (nº 1-CE), para que o benefício fiscal se estenda à construção de teatros, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários.

II – Análise

Por intermédio do PLS nº 298, de 2004, o Senador Aloizio Mercadante propõe seja estendido o benefício constante do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incentivar a construção e manutenção de salas

de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.

O art. 18 da chamada Lei Rouanet faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda para o apoio direto a projetos de natureza cultural. Especificamente, no § 3º, são listados os tipos de projeto passíveis de ser beneficiado com a dedução. São eles os artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e, por fim, preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Em sua justificação, o Senador Aloizio Mercadante alega ser necessário apoiar o segmento da distribuição cinematográfica, visto que os da produção e da distribuição já se encontram suficientemente alcançados pelas medidas de incentivo à cultura.

Esse segmento, o da distribuição, vem sofrendo inúmeros reveses, particularmente da década de 1980 até os dias de hoje, com o fechamento de aproximadamente mil salas de exibição. E, ainda que tenha havido um incremento do setor, com a abertura de novas salas, esse fenômeno tem ocorrido principalmente em grandes cidades, mais procurados para a instalação dos chamados multiplex.

Desse modo, para que as cidades com menos de cem mil habitantes não deixem de ser contempladas, propõe-se a inclusão desse tipo de investimento entre aqueles que recebem dedução integral do imposto de renda.

Efetivamente, ao examinar a Lei Rouanet, verifica-se que esta já concede a dedução integral do imposto de renda para uma série de aportes para a produção cultural, como acima citado. Desse ponto de vista, não seria descabido estender tal benefício aos investimentos destinados a construir e manter salas de cinema no tipo de município especificado. Ao impedir que a concessão se estenda a municípios mais populosos, a proposição se revela ponderada, pois, em tais cidades, os próprios exibidores poderão custear integralmente tais despesas, com possibilidades de retorno pelo próprio mercado.

Entendemos, por outro lado, ser pertinente a extensão do benefício a salas de teatro, nos termos da Emenda CE nº 1; ainda mais se tais ambientes – de cinema e de teatro – possam servir como centros culturais comunitários.

III – Voto

Pelo exposto, e visto estarem atendidos os requisitos de boa técnica legislativa, legalidade, juridicidade e constitucionalidade, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, nos termos da emenda nº 1-CE.

Sala da Comissão,

**PARECER Nº 984, DE 2005**

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005 (nº 1.238/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

Relator **ad hoc**: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 160, de 2005 (nº 1.238, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 160, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 160, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 24 de maio de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 160/05 NA REUNIÃO DE 24/05/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	RELATOR:
GILBERTO MESTRINHO	7- (VAGO)
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGÊ	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
WIRLANDE DA LUZ					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 24 / 6 / 2005


SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 199, de 2003; e 24, 282 e 298, de 2004**, cujos pareceres acabam de ser lidos, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tendo em vista a criação, através do Requerimento nº 2, de 2005-CN, de autoria do Senador Hélio Costa e outros, de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior, a Presidência de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

SENADORES

TITULARES SUPLENTE

Bloco (PFL-PSDB)

Romeu Tuma	1. Demóstenes Torres
César Borges	2. Edison Lobão
Leonel Pavan	3. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	4. Reginaldo Duarte

PMDB

Hélio Costa	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Wirlande da Luz
Papaléo Paes	3. Sérgio Cabral

Bloco (PT-PSB-PTB-PL-PPS)

Eduardo Suplicy	1. Sérgio Zambiasi
Marcelo Crivella	2.
Sibá Machado	3.

PDT

Osmar Dias	1. Augusto Botelho
------------	--------------------

P-SOL*

1.

* **Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTE

PT

André Costa	1. Ivo José
João Magno	2. Leonardo Monteiro

PMDB

Mauro Lopes	1. Dr. Heleno
Takayama	2. João Magalhães

Bloco (PFL-PRONA)

1.

2.

PSDB

Zulaiê Cobra	1. João Castelo
--------------	-----------------

PP		
Romel Anízio	1.	
PTB		
Jackson Barreto	1.	
PL		
João Paulo Gomes da Silva	1.	Júnior Betão
PPS		
Geraldo Thadeu	1.	
PSB*		
André Zacharow	1.	Luciano Leitoa

Nos termos regimentais, o prazo da Comissão se encerrará no dia 2 de dezembro de 2005. (§ 3º do art. 76 do Regimento do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).

*** Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência ao Ofício nº 73, de 2005, da Comissão de Educação, lido na sessão do dia 9 último, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005, aprovado pela Comissão de Educação e cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência ao Ofício nº 73, de 2005, da Comissão de Educação, lido na sessão do dia 9 último, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005, aprovado pela Comissão de Educação e cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº125/05-GLPSDB

Brasília, 9 de maio de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, o Senador Luiz Soares, para integrar como suplente a Comissão de Assuntos Sociais, na vaga do Senador Almeida Lima.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta Consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa o Sr. Senador Luiz Soares como suplente para compor a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003, e os Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004, fica aberta, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005**, tendo em vista a publicação em avulso, nesta data, do Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 156, de 2005** (nº 347/2005, na origem), de 9 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até trinta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 18, de 2005**, de autoria do Senador Magno Malta, que *acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 224 e revoga o inciso II do art. 225 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que Senador possa sugerir a outro Poder a adoção de determinada providência ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 278/05

Brasília, 7 de junho de 2005.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.911, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 181/01), o qual “Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2001.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 290/05

Brasília, 9 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 117, de 2003 (nº 103/03 no Senado Federal), o qual “Altera os arts. 149, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 11.106, de 29 de março de 2005.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 292/05

Brasília, 10 de junho de 2005.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 739/03, do Senado Federal (PLS nº 232/02, na origem), que “Altera os arts. 5º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atualizar a denominação das fontes de recursos para o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e estender à realização de mostras e festivais audiovisuais a fruição de incentivo fiscal”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2002, e vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 293/05

Brasília, 10 de junho de 2005.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 3.208, de 1997 (PLS nº 12/95), que “Altera a redação do art. 59 do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1995, e vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 294/05

Brasília, 10 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 5.755, de 2001 (PLS nº 186/00), que “Disciplina os consórcios públicos entre Estados e entre Municípios”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2000, e vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 61/05

Brasília, 13 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Exª o Senador Leonel Pavan, para integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 3, de 2005-CN, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, na vaga da Senadora Lúcia Vânia.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa o Sr. Senador Leonel Pavan como suplente para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. CAE 099/2005

Brasília, 17 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada na presente data, o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, que “dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10

de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares”.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº CE/053/2005

Brasília, 5 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia 3 de maio p.p., pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Aloizio Mercadante que, “Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes”.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/079/2005

Brasília, 31 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 282 de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Delcídio Amaral que, “Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase”.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

OF. nº 42/2005 – PRES/CAS

Brasília, 20 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, que “altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam leitura fácil”, de autoria do Senador Romeu Tuma.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler

É lido o seguinte:

Ofício nº 336-L-PFL/05

Brasília, 13 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Félix Mendonça permutam a vaga que ocupam de titular e suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, respectivamente.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se no dia 9 último prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o acesso aos cursos de graduação no ensino superior público*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2004**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que *acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992* (dispõe sobre a competência do juízo da Vara da Família, assegurado o segredo de família, relativa à investigação de paternidade de filhos havidos fora do casamento);
- **Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2004**, de autoria do Senador João Ribeiro, que *institui o Dia Nacional do Fonoaudiólogo*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2005**, de autoria do Senador Osmar Dias, que *denomina “Aeroporto de Londrina – Governador José Richa” o Aeroporto de Londrina, no Estado do Paraná*.

Tendo sido apreciadas terminativamente pelas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias, aprovadas, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 782, de 2004** (nº 161/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Recreativa Donaria Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrano do Maranhão, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2004** (nº 846/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.171, de 2004** (nº 779/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Constelação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.177, de 2004** (nº 802/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sousa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sousa, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.241, de 2004** (nº 541/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tenório, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.286, de 2004** (nº 520/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social do Município de Alagoa Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Nova, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.299, de 2004** (nº 706/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura dos Inhamuns Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tauá, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.335, de 2004** (nº 1.082/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo-PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.365, de 2004** (nº 892/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM Pequeno Vale – FM Pequeno

Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipumirim, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.370, de 2004** (nº 980/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Fraternidade para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.374, de 2004** (nº 1.016/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vale do Sabugy Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.382, de 2004** (nº 3.161/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio Comunitário Itabiritense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.383, de 2004** (nº 1.117/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imbahá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.384, de 2004** (nº 1.119/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.389, de 2004** (nº 1.128/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.396, de 2004** (nº 1.157/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Morena FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.400, de 2004** (nº 1.163/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Óbidos, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.421, de 2004** (nº 1.181/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Juruaia – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juruaia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.424, de 2004** (nº 1.185/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento, Estado do Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.435, de 2004** (nº 1.256/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Portal Sistema FM de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.440, de 2004** (nº 1.269/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Barra do Boi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.444, de 2004** (nº 1.095/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rede Família de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Limeira, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.455, de 2004** (nº 970/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Santo André Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.456, de 2004** (nº 1.000/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Educacional Rádio e TV Natureza de Paranapanema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.459, de 2004** (nº 1.010/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Mogi Guaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.460, de 2004** (nº 1.053/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio

Monumental de Aparecida Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.463, de 2004**

(nº 1.100/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária – Acerc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Branca, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.464, de 2004**

(nº 3.073/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Pampiana – ACCP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.465, de 2004**

(nº 1.131/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio 105 FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.468, de 2004**

(nº 1.176/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio e Desenvolvimento Cultural de Traipu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Traipu, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.469, de 2004**

(nº 712/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Jacuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.483, de 2004**

(nº 771/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Jacuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2005** (nº

459/2000, na –Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Artística e Cultural de Areia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2005** (nº

811/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Jarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paragominas, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2005** (nº 974/2003, na Câmara dos Deputados), que apro-

va o ato que renova a permissão outorgada a Penedo Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2005** (nº

979/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Social de Integração Comunitária de São Manuel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2005** (nº

997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Guaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2005** (nº

1.167/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Calvo, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2005** (nº

1.229/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2005** (nº

1.240/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Brumas FM para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brumado, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2005** (nº

1.242/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Papanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Papanduva, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2005** (nº

1.248/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Fronteira Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2005** (nº

1.249/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Guarujá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2005** (nº 1.250/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Ponta Negra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2005** (nº 1.306/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2005** (nº 530/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tabajara FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2005** (nº 1.235/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado Tabuleiro Grande – Anadia – Alagoas – Ascompotag a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anadia, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2005** (nº 1.307/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Catolé do Rocha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2005** (nº 1.320/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim – ABCCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatim, Estado da Bahia; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2005** (nº 1.317/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Produção FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o texto final aprovado.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 1.444, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rede Família de Comunicação S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 29 de agosto de 2002, que renova por quinze anos, a partir de 4 de janeiro de 2000, a concessão da Rede Família de Comunicação S/C Ltda., outorgada originalmente à TV Stúdios de Limeira S/C, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, nota que passo a ler.

É lida a seguinte:

NOTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

O Conselho de Comunicação Social tomou conhecimento da agressão sofrida pelo repórter Antônio Marcos da Silva, funcionário da Rádio Tropical FM, de Caldas Novas – GO.

Ficamos admirados da afirmação que consta no Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO, do dia 31 de maio de 2005, pela Superintendência da Polícia Judiciária, da Delegacia de Polícia de Caldas Novas (documento em anexo), onde o jornalista afirma que “foi agredido em função das críticas feitas à Administração Pública”.

Esta nota visa solicitar às autoridades competentes providências cabíveis, com o objetivo de assegurar a liberdade de imprensa diante do poder da força, com exemplar apuração dos fatos e conseqüente punição, o que ajudará a coibir outras futuras situações semelhantes, evitando-se também a impunidade.

Plenário do Conselho de Comunicação Social, em Brasília/DF, aos 6 de junho de 2005. – **Arnaldo Niskier**, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.



ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE CALDAS NOVAS

DECLARAÇÕES

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de dois mil e cinco (2005), nesta cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, na DELEGACIA DE POLÍCIA, onde presente se achava a Dra. FABIANA MANCUSO RODA, Delegada de Polícia, comigo, escrivã(o) de seu cargo, ao final assinado, aí compareceu ANTÔNIO MARCUS ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, radialista, com 27 anos de idade, natural de Corumbá - GO., nascido aos 31.07.1977, filho de Antônio Alves de Souza e de Julieta Eugênia da Silva Souza, residente e domiciliado na rua Vera Cruz nº659 - Setor São José, nesta cidade. Inquirida pela autoridade, respondeu QUE na data de 26/05/2005, por volta das 18:30 horas, estava no serviço de reportagem na GO-213 - desvio do bueiro, sobre o congestionamento, e quando estava retornando para entrar no veículo, a pessoa de Flávio Canedo, que já se encontrava no local, aproximou fazendo ameaças dizendo que não era mais para passar perto dele, ainda mais quando tivesse escuro. QUE naquele instante, perguntou o que tinha dito, Flávio ficou calado, tendo o declarante dado as costas a pessoa de Flávio e naquele instante, Flávio lhe aplicou uma gravata no pescoço e começou a desferir vários socos. QUE em seguida, conseguiu desvencilhar-se, momento em que Flávio foi impedido de continuar as agressões, pela pessoa de Gerveson Aragão. QUE depois de ter passado o tumulto, apareceu a pessoa de Ademir dos Santos, segurança, que começou a agredi-lo fisicamente, tendo chutado o seu peito, coxas. QUE acha que foi agredido em função de críticas feitas à Administração Pública. QUE afirma que nunca teve nenhum tipo de discussão com essas pessoas. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. E mandou a autoridade que se encerrasse o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade, pelo(a) declarante e por mim, escrivã(o) que o digitei.

AUTORIDADE

Fabiana M. R. Roda
Delegada de Polícia

DECLARANTE

ESCRIVÃ(O)

escrivã(o)

ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE CALDAS NOVAS

NOTA DE CIÊNCIA À VÍTIMA

Através deste, tomo ciência que terei de comparecer ao JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, situado na Av. Orealino Santos, nº 40 - Centro, nesta Cidade, dia 08.06.2005, às 13:00 horas, onde deverá ser realizada a audiência referente ao T.C.O. n.º 0283/05, em que figura como autor(a) FLÁVIO CANEDO E ADEMIR DOS SANTOS, por infração ao Art. 129 DO CPB.

Caldas Novas/GO, 31 de maio de 2005.


ANTÔNIO MARCUS ALVES DA SILVA
VÍTIMA

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, assim que possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, dentro das normas regimentais, preservando a minha inscrição como orador, para falar por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Senadora Ideli Salvatti e o Senador Paulo Paim estão inscritos, nos termos do art. 14, inciso II, do Regimento Interno, e falarão intercaladamente com os oradores regularmente inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por cessão do Senador Antonio Carlos Valadares, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil atual vive de sobressaltos. A sociedade brasileira dorme pensando em qual será a próxima denúncia publicada pela imprensa.

Este fim de semana, em especial, foi de angústia para o Governo Lula. O que o Deputado Roberto Jefferson vai falar na próxima terça-feira? Qual será o assunto de capa das revistas semanais? Diga-se de passagem que todas as revistas semanais trataram na capa do assunto das acusações feitas pelo Deputado Roberto Jefferson ao Governo do Presidente Lula.

E mais uma vez fomos surpreendidos com uma avalanche de denúncias do Deputado governista Roberto Jefferson. Ontem, o jornal **Folha de S. Paulo** estampou em manchete declarações do Deputado Roberto Jefferson de que “o dinheiro do ‘mensalão’ vinha de estatais e empresas”. Na verdade, quando S. Ex^a denunciou o pagamento de uma mensalidade de R\$30 mil a um grupo de Deputados, não disse de onde viria o dinheiro. E agora S. Ex^a já está dizendo que vem das estatais e de empresas privadas que trabalham para o Governo, como, aliás, seria de se esperar.

Segundo a denúncia, a “transferência de dinheiro [é] à vista”. E acrescenta:

Esse dinheiro chega a Brasília, (...), em malas. Tem um grande operador que trabalha junto do Delúbio, chamado Marcos Valério, que é um publicitário de Belo Horizonte. É ele quem faz a distribuição de recursos... O deputado José Janene (PP-PR) [Líder do PP na Câmara] é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega, vem, é tido como um dos operadores do “mensalão”. (...) Ele também é um dos homens que constroem o caixa para repartição entre deputados do PP e do PL.

Perguntado pelo jornal se tinha havido problema de dinheiro entre o PT e partidos da base na campanha municipal, o Deputado Roberto Jefferson respondeu:

Eu e o líder Zé Múcio acalmamos nossa base dizendo o seguinte: o PTB não vai ter “mensalão”, que desmoraliza e escraviza o deputado e nas eleições a gente compõe com o PT em troca de apoio e pede o financiamento para candidaturas que nós entendemos que devemos ganhar. Foi pedida ao PTB, pelo José Genoíno [presidente] e pelo Delúbio [tesoureiro], uma planilha por Estados de campanhas a prefeito que o PT financiaria para nós. Apresentamos uma planilha de R\$20 milhões. Este recurso foi aprovado pelos dois e pelo Marcelo Sereno [na época, assessor do Ministro José Dirceu]. No princípio de julho de 2004, eu reuni o partido e comuniquei. O repasse do dinheiro se daria em cinco parcelas.

O primeiro recurso chegou na primeira quinzena de julho: R\$4 milhões, em dinheiro, em espécie. Em duas parcelas: uma de R\$2,2 milhões e, três dias depois, uma de R\$1,8 milhão. Quem trouxe o recurso à sede do PTB foi o Marcos Valério, em malas de viagem. Eu e o Emerson Palmieri [espécie de tesoureiro do PTB] dividimos esses recursos entre candidatos. E assumimos o compromisso, que era o do Genoíno comigo, que outras parcelas viriam. Elas não vieram, e os candidatos do PTB que haviam assumido compromissos de campanha entraram em crise brutal. Estas coisas foram esticando a corda, tensionando a relação do PTB com o PT.

De fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se fizemos um exame acurado das notícias publicadas pela imprensa naquela época, elas confirmam a afirmativa do Deputado Roberto Jefferson. Em setembro de 2004, portanto, no último mês antes da eleição, a revista **Veja** havia publicado uma matéria denominada “10 milhões de divergências”. Segundo o texto, “para ter apoio do PTB, o PT ofereceu cargos, material de campanha e 150.000 reais a cada deputado – mas, como o negócio não vinha sendo cumprido, os petebistas estão querendo o rompimento”.

São declarações estarrecedoras do Deputado Roberto Jefferson, da base aliada do Governo. Com denúncias muito menos graves, o ex-Presidente Itamar Franco afastou preventivamente o seu amigo – nosso amigo – Henrique Hargreaves da Casa Civil.

Outro fato que vem à tona, nas novas denúncias, é a estreita ligação do Partido dos Trabalhadores com as altas esferas do Poder Executivo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, está na hora de fazermos um pouco de justiça ao ex-Presidente Collor. Esse caso é muito mais grave que o fenômeno do ex-Presidente Fernando Collor. Somos do Nordeste e conhecemos a trajetória política dele. O PC nunca foi sequer secretário dele na Prefeitura ou no Estado, nem Ministro. Há molecagem aqui dez vezes mais. Esse Waldomiro e esse tesoureiro são useiros e vezeiros e estão dentro do Governo. Vamos fazer um pouco de justiça ao ex-Presidente Collor. Ele teve uma grandeza, uma dignidade extraordinária: enfrentou a CPI. Ele podia ter feito uma revolução, podia ter comprado, podia ter inventado um golpe. Esse caso é muito mais feio. “Acorda Lula! Te manca!” Vamos fazer justiça: o Presidente Collor foi prefeito, foi Governador do Estado de Alagoas, foi Presidente da República, e o PC nunca foi de sua equipe. E essa camarilha do maligno de Santo André está aí, transformou a nossa Pátria, hoje, na mais desonrada pátria. Há mais corrupção do que oxigênio para respirarmos, e todo mundo sabe. Oh, gloriosa Polícia Federal! Por que não se coloca o comando da Polícia Federal em Santo André? Ela descobre tudo. Todo mundo sabe, porque o maligno se irradiou de lá, a doença, endemia e epidemia, e CPI é vacina contra a corrupção.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado. Na realidade, considero que tanto a questão do Governo Collor, com o PC Farias, como essa agora, com o Sr. Delúbio Soares, são igualmente graves e devem ser igualmente apuradas.

Outro fato que vem à tona nas novas denúncias é a estreita ligação do Partido dos Trabalhadores com as altas esferas do Poder Executivo. A informação de que há uma sala ao lado da sala do Zé Dirceu, dentro do Palácio do Planalto, destinada ao Silvinho, que é o Secretário do Partido, Delúbio, Marcelo Sereno e outros próceres do PT, é emblemático de como andam confusos os papéis entre o Partido oficial e a máquina pública.

Nomeações para cargos na Administração Pública e nas empresas estatais são negociadas como moeda de troca por pessoas que não são, formalmente, servidoras e, portanto, não podem ser responsabilizadas pelos seus atos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a entrevista do Deputado Roberto Jefferson da semana passada era gravíssima, mas a entrevista desta semana é mais grave ainda, porque traz os dois fatos novos que citei. Em primeiro lugar, ele tanto é testemunha da situação, que ele mesmo recebeu dinheiro do PT para usar em campanha eleitoral. Ele próprio recebeu e ele próprio está dizendo isso. Em segundo lugar, todas as nomeações eram feitas negociando com os próceres do PT no Palácio do Planalto, embora, na realidade, eles não sejam funcionários públicos e não devessem estar ali para negociar com ninguém.

Qualquer pessoa de bom senso sabe que, com esses fatos denunciados, o Ministro José Dirceu não poderia dormir esta noite como Ministro de Estado de um Governo que se diz íntegro. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por muito menos do que isso, Ministros foram afastados, mesmo que apenas para se realizar a investigação. Porém, o Ministro José Dirceu é maior do que o próprio Presidente Lula. Ninguém tem coragem de tirá-lo e ninguém sabe por quê.

Além da gravidade da denúncia, o Ministro não é primário. Ele esteve diretamente envolvido com o escândalo Waldomiro Diniz. Se não fosse pela “operação abafa” desenvolvida pelo Presidente Lula no início do seu Governo, hoje teríamos mais um Ministro, o terceiro, sendo processado no Supremo Tribunal Federal.

Os novos fatos muito, mais graves que os anteriores, descredenciam o Ministro José Dirceu para ser o interlocutor do Governo com o Congresso Nacional.

Em meio a um vendaval de denúncias, é surpreendente que os Partidos governistas ainda queiram controlar a CPI, indicando o Presidente e o Relator entre Parlamentares que nem mesmo assinaram o requerimento de criação da comissão. Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente do Governo e Relator da Oposição ou o contrário não é um acordo, mas uma praxe da Casa.

Nós temos duas CPIs mistas instaladas, a da terra e a do Banestado, e as duas foram organizadas dessa forma. Por que esse medo agora? Porque querem fazer uma CPI “chapa branca”. Se há alguma esperança para o Governo Lula é a de buscar a verdade, doa em quem doer ou, usando a citação do próprio Presidente Lula, cortando na própria carne, o que ele ainda não fez. Ele demitiu alguns burocratas do IRB e dos Correios, mas no Ministério, no PT, onde está encastelada a verdadeira corrupção, ele não tomou nenhuma medida.

Faço um apelo ao Presidente Lula para que peça aos correligionários para que ajam com espírito republicano e garantam uma CPI verdadeiramente isenta, para que, de fato, não fique pedra sobre pedra, como

disse hoje, em seu discurso, o Presidente. O que a sociedade brasileira não suporta é ver uma CPI “chapa branca”, pois, como dizia o PT no passado, “roupa suja se lava na CPI”.

Portanto, a Oposição espera que o Presidente Lula cumpra a sua promessa, fortaleça a CPI e faça uma faxina no seu Governo, retirando os Ministros envolvidos em mais essa denúncia, principalmente o chamado Primeiro-Ministro José Dirceu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a gravidade da crise não está diminuindo. Essa crise começou há quatro semanas, na matéria da **Veja**, com a gravação nos Correios. De lá para cá, ela só aumentou, Senador Tião Viana. O Governo, na verdade, não tomou providências. Pelo contrário, as providências tomadas foram no sentido de fazer com que a CPI não funcionasse. Todos nos lembramos de que a Senadora Heloísa e outros Senadores – eu já estava em Recife – aguardaram até meia-noite para ver se o Governo conseguiria retirar as assinaturas dos Deputados, o que acabou não acontecendo. Agora ele quer fazer uma CPI limitada – está lá na Comissão de Constituição e Justiça. E, por último, quer uma CPI “chapa branca”, que tenha, ao mesmo tempo, Relator e Presidente da base do Governo, para que a CPI “acabe em pizza”, não dê em nada.

Acho que essa CPI não é importante só para o Governo, ela é importante também para o Legislativo, para a Câmara e para o Senado, para que possamos mostrar que queremos apurar a verdade e aquilo que realmente aconteceu de errado.

Mas acho que o mais importante para o Presidente é dar uma resposta ao Brasil hoje, não amanhã ou na semana que vem. Ele tem que fazer uma faxina no seu Governo, fazer uma faxina no seu Partido e retirar todos aqueles que estão envolvidos nessas acusações, e não ficar dizendo que as acusações não têm provas. Ora, em qualquer investigação, se já houver todas as provas no início, não será preciso investigação. O Deputado Roberto Jefferson falou que testemunhou muita coisa, mas as investigações é que vão conduzir a essas provas.

Hoje, li declaração do Senador Tião Viana, que preside a reunião, dizendo que vai fazer um discurso pedindo para que os Ministros do PT coloquem o cargo à disposição. Senador Tião Viana, acho que V. Ex^a tem razão. É necessário que o Presidente faça essa limpeza no seu Governo, mas não é necessário que os Ministros do PT coloquem o cargo à disposição. O Presidente, eleito pelo povo brasileiro, tem o poder de tirar qualquer Ministro, independentemente de o Ministro querer ou não ficar. Ele deve fazer isso hoje,

deve retirar aqueles Ministros que estão sujando a sua biografia e enxovalhando o seu Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que vamos ter uma boa semana, uma semana com muitos assuntos, a começar pelo Presidente da República recebendo o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara para tratar do andamento da reforma política. É uma pauta importante, que, infelizmente, anda a passos de tartaruga. Teremos também, amanhã, a instalação do Conselho Nacional de Justiça no Supremo Tribunal Federal, avanço importante, oriundo da reforma do Judiciário, que esta Casa teve a capacidade de aprovar depois de tramitação de mais de uma década. Teremos, igualmente, a reunião do Copom. Há uma grande expectativa de que, devido a índices com deflação, tenhamos a inflexão, a mudança na trajetória de aumento de juros. Teremos ainda o anúncio da chamada “MP do bem”, mais uma leva de medidas de desoneração tributária para alguns setores, entre eles a questão do custo de equipamentos e máquinas, a questão da exportação. Provavelmente, deverá ser incluída uma reivindicação – semana passada, houve uma grande manifestação – das micro e pequenas empresas, pois podemos alterar os seus níveis de enquadramento.

Portanto, teremos uma semana com assuntos extremamente importantes para o cotidiano, não apenas aqueles assuntos que a Oposição sistematicamente traz a esta tribuna.

É claro que haverá também a instalação da CPI dos Correios e o depoimento do Deputado Roberto Jefferson, na Câmara. Esperamos que efetivamente S. Ex^a traga as provas, porque, entre a entrevista à **Folha de S. Paulo**, há uma semana, e agora, mudou a versão, mudou o foco, ampliou as acusações. Mas não apresentou nenhuma prova a não ser a sua palavra.

Vamos ver como fica a situação. O Presidente Lula foi muito claro hoje na conversa radiofônica que faz todas as semanas e que vou reprisar: “É importante saber que a questão da corrupção no Brasil não é uma coisa nova. E quanto mais se combate a corrupção, mais ela aparece na imprensa. E nós estamos combatendo a corrupção como jamais foi combatida neste País”.

Já tive oportunidade de perguntar quantas operações o Governo, a Polícia Federal sob o comando

do Governo do PSDB e do PFL, teve a oportunidade de realizar, se desbaratou quadrilhas, se prendeu todo e qualquer tipo de agente público – desembargador, governador, prefeito, policial, servidor, parlamentar –, como o próprio Presidente Lula disse e prova na sua execução de governo, cortando na própria carne. Quando se descobre alguém vinculado ao PT envolvido nas quadrilhas, manda-se para a cadeia do mesmo jeito. Há exemplos recentes de personalidades, de figuras do PT envolvidas em corrupção presas em flagrante. Muitas vezes solicitei que apresentassem as operações que executaram durante o seu governo, que apresentassem os presos com o mesmo grau de amplitude e de significância, em termos de cargos ocupados, que apresentassem presos do seu próprio Partido para demonstrar que não têm convívio com a corrupção.

Mas, infelizmente, as coisas vão mudando e mudando, e temos que apresentar as cobranças.

Semana passada, fiz a leitura de alguns trechos de um artigo de Wanderley Guilherme dos Santos. Ele está, nesta semana, com uma entrevista na **Carta Capital** que considero extremamente relevante.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço, Sr. Presidente, que seja incluída na íntegra nos Anais desta sessão.

Wanderley Guilherme dos Santos, no início dos anos 60, escreveu o livro **Quem vai dar o Golpe no Brasil**, que prenunciou a derrubada do Presidente Goulart, em 1964. Ele teve o faro do golpe alguns anos antes.

Ele se refere, na entrevista, a esse clima de golpe, de crise, de criação de crise. Alguns, como há pouco ouvi, querem comparar Presidente Lula ao Collor. Isso é algo inadmissível. Inadmissível. Como petista, como brasileira, com um conhecimento mínimo das trajetórias e da história, não posso admitir, Senador Paim. Não dá para se admitir isso.

Na entrevista dada por Wanderley Guilherme dos Santos, ele diz:

(...) para alcançar esse objetivo, o PSDB chegou a pensar em “golpe branco”, em **impeachment**, a partir das denúncias de corrupção. Mas recuou. Acredita que o partido não promoverá a iniciativa, mas, se ela surgir, apoiará. Ou seja, se o cavalo passar arriado, o ex-Presidente Fernando Henrique montaria.

Segundo o entrevistado, “a palavra crise entrou no vocabulário diário da política desde janeiro de 2003”. Há setores da elite brasileira que não se conformam e não vão se conformar nunca com a eleição de um metalúrgico para a Presidência da República e com um Partido que teve a capacidade de aglutinar setores da

sociedade civil no combate a todas as formas de malversação de recursos públicos, de desmonte da máquina pública, da privatização e da injustiça social.

A palavra crise estava sempre na pauta.

Continuo a leitura da entrevista:

WGS: (...) Falou-se de crise todos os dias. Agora, sim, há uma crise política. É uma crise importante. Mas é uma crise normal em sistemas democráticos funcionando, operando. Quer dizer, democracia com uma oposição musculosa como não havia, por exemplo, no governo Fernando Henrique.

CC: *Oposição mais forte...*

WGS: Agora tem. Não tinha imprensa contra, agora tem.

Ela fala, inclusive, que o PT, na Oposição, não tinha a força que tem hoje a Oposição, porque no máximo o PT mobilizava em torno de 140 Deputados. A crise de agora, segundo o Wanderley, não tem uma única causa. Ela não se refere apenas à causa dos interessados mais evidentes, que são os próprios políticos.

WGS: (...) Para os políticos de oposição esse é um momento muito importante. Interessa a eles que a crise seja caracterizada como tal: uma crise.

(...)

Por outro lado, é verdade também que se essa denúncia do mensalão tivesse sido feita durante o governo Fernando Henrique não teria provocado grandes marés.

(...)

WGS: Primeiro, porque é uma denúncia genérica.

Não há provas.

(...) Há pagamentos mensais feitos pelo tesoureiro do partido do governo etc. etc.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a tem mais um minuto para conclusão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não apresentaram nenhuma prova.

Sérgio Motta tinha uma fita gravada sobre a compra de votos no processo de aprovação da reeleição, e nada ocorreu. A Oposição não tinha a capacidade de fazer acontecer. “E isso envolvia uma figura chamada Sérgio Motta”. As denúncias, agora, vêm do Deputado Roberto Jefferson, que tem um histórico, um passado e não apresenta provas.

Mais para a frente menciona, de forma muito clara, Wanderley Guilherme dos Santos que “Desde janeiro de 2003, temos tido sucessivas rodadas de denúncias, nos jornais, acompanhadas de uma pesquisa”. Para desespero, as rodadas de pesquisa não apontavam a queda da popularidade do Presidente Lula.

Portanto, todo esse arcabouço de geração de crise dá-se por vários motivos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli, infelizmente, não posso estender o tempo de V. Ex^a, porque outros Senadores serão prejudicados. Concederei mais 30 segundos, no máximo, para V. Ex^a concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Wanderley menciona, inclusive, que outra causa da crise, que parece ser o temor do PSDB, é Anthony Garotinho e não o candidato do PSDB a disputar as eleições. Fala algo que é bastante ilustrativo:

CC: Por que o PSDB teria chegado a esse ponto?

WGS: Pelo pavor do sucesso do governo Lula. O PSDB sabe que, com mais dois anos de governo, como vinha até agora, ele levaria uma surra em 2006.

Sr. Presidente, já que não pude fazer a leitura na íntegra, peço a V. Ex^a que inclua nos Anais a entrevista de Wanderley Guilherme dos Santos.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC APOIARIA “GOLPE BRANCO”

ENTREVISTA Para **Wanderley Guilherme dos Santos**, o PSDB não quer o impeachment de Lula, mas não recuará se houver essa possibilidade

A MAURICIO DIAS

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos é um dos mais renomados e respeitados acadêmicos do País. Na extensa lista de trabalhos publicados por ele, um, especialmente, vi-

fica. No calor das lutas políticas do início dos anos 60, ele escreveu um livro – *Quem Vai Dar o Golpe no Brasil* – que prenunciou a derrubada do presidente Goulart em 1964. Ele farejou o golpe militar.

O fantasma dos militares não existe, mas nas últimas colunas que escreve para o jornal *Valor Econômico*, publicadas às quintas-feiras, ele farejou um “golpe branco” contra Lula no movimento da oposição e, principalmente, do PSDB. Pró-reitor da Universidade Candido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos chegou a ironizar os tucanos, resgatando a imagem de Carlos Lacerda, um político que andava sempre com uma proposta de golpe na cabeça: “O lacerdismo mudou-se para São Paulo”, escreveu, após pensar sobre a frase do ex-presidente Fernando Henrique de que havia uma “crise institucional” no País.

Nesta entrevista a *CartaCapital*, ele explica a crise pela missão político-eleitoral dos tucanos de alargar o governo para enfraquecer a candidatura Lula em 2006. Diz que, para alcançar esse objetivo, o PSDB chegou a pensar em um “golpe branco”, o impeachment, a partir das denúncias de corrupção. Mas recuou. Acredita que o partido não promoverá a iniciativa, mas, se ela surgir, apoiará. Ou seja, se o cavalo passar arriado, o ex-presidente Fernando Henrique montaria.

CartaCapital: Há uma crise política grave neste momento?

Wanderley Guilherme dos Santos: A palavra crise entrou no vocabulário diário da política desde janeiro de 2003. Falou-se de crise todos os dias. Agora, sim, há uma crise política. É uma crise importante. Mas é uma crise normal em sistemas democráticos funcionando, operando. Quer dizer, *democracia com uma* oposição musculosa como não havia, por exemplo, no governo Fernando Henrique.

CC: Oposição mais forte...

WGS: Agora tem. Não tinha imprensa contra, agora tem. Vivemos um período democraticamente muito mais vivo do que no governo passado. A oposição agora é uma oposição forte. Tem capacidade de agitar e criar problemas e de interferir na agenda política. Por consequência, a maioria da imprensa está com a oposição.

CC: O PT, na oposição, não tinha essa força?

WGS: De maneira nenhuma. O PT mobilizava, no máximo, 140 deputados durante todo o período. Se o PT tivesse o poder oposicionista que tem hoje a oposição a Lula, o então presidente Fernando Henrique Cardoso não teria aprovado 21 emendas constitucionais.

CC: O senhor quer dizer que a imprensa não oferecia aos petistas a receptividade que oferece agora à oposição tucano-pefelista?

WGS: Não havia essa simpatia. Isso dá uma outra moldura ao conflito, à disputa democrática. Ela fica mais elétrica e torna maior a possibilidade de se ter crises políticas. Existe uma crise importante agora.

CC: E qual a razão dela?

WGS: Ela não tem uma única causa. Não se trata apenas da causa dos interessados mais evidentes que são os próprios políticos. Aqueles que, num contexto de crítica, têm aumentado o seu poder de barganha, o peso ponderado deles dentro das negociações. Para os políticos de oposição esse é um momento muito importante. Interessa a eles que a crise seja caracterizada como tal: uma crise. Ou seja, o governo está em débito em relação a uma agenda de questões e de perguntas. Por outro lado, é verdade também que se essa denúncia do mensalão tivesse sido feita durante o governo Fernando Henrique não teria provocado grandes marés.

CC: Por quê?

WGS: Primeiro, porque é uma denúncia genérica. Há pagamentos mensais feitos pelo tesoureiro do partido do governo etc. etc. Isso se disse à vontade do Sérgio Motta em situação muito mais complicada, que foi o processo de aprovação da reeleição. E não aconteceu nada porque a oposição não tinha capacidade de fazer acontecer, não tinha grandes políticos querendo fazer acontecer e não tinha a imprensa querendo fazer acontecer. E, assim, não aconteceu. É isso envolvia uma figura chamada Sérgio Motta. O deputado Roberto Jefferson tem um currículo que, por si só, não transfere credibilidade e peso

às declarações. Sobretudo em declarações dessa generalidade. Dessa forma, é claro que a questão não está nem no conteúdo da declaração nem em quem declarou. Mesmo que seja verdade, embora não seja fato provado ainda, não foi isso que moveu os interessados. Foi outra coisa.

CC: Ou seja, embora a denúncia tenha sido genérica e falte ao denunciante a necessária credibilidade, logo criou-se um terremoto...

WGS: Portanto, há outras linhas de causalidade além do interesse do deputado Jefferson de se defender e de envolver outras pessoas. Outra causa da crise me parece ser o temor que o PSDB tem de Anthony Garotinho. O pavor do PSDB é que o segundo turno seja com o Garotinho e não com o candidato do PSDB. A transformação da ética na política como divisor de águas, entre maioria e minoria no País, se bem sucedido, derrota Garotinho. Entretanto, se não for, o eventual decréscimo eleitoral da situação cai no colo de Garotinho. Independentemente de Garotinho, há interesse de o PSDB macular a imagem do Lula. Desde janeiro de 2003 temos tido sucessivas rodadas de denúncias nos jornais acompanhadas de uma pesquisa...

CC: Uma tentativa de linchamento político?

WGS: Não, não chega a isso. São manobras identificáveis. Há sempre um caso: Waldomiro Diniz, a eleição para a presidência da Câmara, o cadastramento no Fome Zero. As pesquisas feitas na sequência indicavam que, no entanto, a imagem do presidente não era afetada. Isso tem sido desesperador para a grande imprensa...

CC: Qual o interesse dela?

WGS: A democracia em países em desenvolvimento só fica efetivamente consolidada quando dispensar a imprensa, quando o que a imprensa quiser for irrelevante para a estabilidade do governo. A imprensa é um ator importante no que diz respeito à estabilidade do governo em países em desenvolvimento, como o Brasil.

CC: O senhor se refere à capacidade de formar marolas?

WGS: Marolas, não. Grandes furacões. A grande imprensa levou Getúlio ao suicídio com base em nada; quase impediu Juscelino de tomar posse, com base em nada; levou Jânio à renúncia, aproveitando-se da maluquice dele, com base em nada; a tentativa de impedir a posse de Goulart com

base em nada. A grande imprensa em países em desenvolvimento é a grande porca das instituições, a grande emporcalhada.

CC: A imprensa é assim ou ela está assim?

WGS: A imprensa não é assim. Ela é assim num certo período dos países. Ela foi assim nos EUA, na Inglaterra, e não é mais. Isso não quer dizer que não haja a imprensa porca e, sim, que a grande imprensa deixou de ser porca. Não é o caso do Brasil. Isso é importante ficar registrado, porque na medida em que passa o tempo a gente esquece. Quando aconteceu em 1954 a gente deixou passar, assim como deixou passar em 1961. Então, não pode deixar passar, não. A imprensa levou Getúlio Vargas ao suicídio com inverdades e com fatos falsos, construídos. E promoveu um golpe de Estado em 1964. Não há como negar isso. Essa é uma outra linha de causalidade. Há dois anos e meio a imprensa tentava botar Lula de baixo de sua pauta. Conseguiu agora.

“O pavor do PSDB é que o 2º turno seja entre Garotinho e Lula”

CC: Não é o papel da imprensa tomar conta, fiscalizar?

WGS: É. Tomar conta, sim. Desestabilizar, não. A estabilidade não pode depender de militar, nem da Igreja, nem da imprensa.

CC: As Forças Armadas...

WGS: Duvido que elas voltem a ter a importância que tiveram. Quando se pegava um tenente roubando e gritava “ladrão”, ele dizia: “Está ofendendo as Forças Armadas”. E os generais concordavam. Hoje acontece com jornalista. O jornalista faz uma barbaridade e alguém diz: “Ele fez uma infâmia”. Os grandes jornais alertam: “A liberdade de imprensa está sob ameaça”. É a maior corporação existente hoje no País com um poder infernal.

CC: Essas linhas de causalidade explicam a crise?

WGS: Elas não são responsáveis pelo que

acabou sendo a crise. A dimensão da crise não estava na cabeça de ninguém. Assim como ninguém sabe o que vai acontecer. Foi por isso que começaram a puxar os freios.

CC: O comportamento da oposição ficou na linha demarcatória das ações políticas? Alguém, em sua opinião, cruzou a linha?

WGS: Depende do que se chama de cruzar a linha. Quando se começa a dizer, como foi dito, que há iminência de crise institucional está cruzando a linha...

CC: Quem disse isso foi o ex-presidente Fernando Henrique.

WGS: Vamos reler o último parágrafo do artigo de 5 de julho passado, que ele escreveu em *O Globo*: “Se nada for feito, caberá a quem venha a ser o candidato do PSDB nas próximas eleições apresentar ao eleitorado um programa muito claro com reformas eleitorais, partidárias e da máquina pública. Caberá anunciar de antemão a disposição, se eleito, de recorrer aos mecanismos de consulta à população para validar essas reformas e mesmo, se entender necessário, solicitar ao Congresso uma lei delegada para fazê-las”. Se anunciada por Lula, a proposta seria tomada como fato determinante para criar uma CPI. Ameaça de chavismo.

CC: Por que o PSDB teria chegado a esse ponto?

WGS: Pelo pavor do sucesso do governo Lula. O PSDB sabe que com mais dois anos de governo, como vinha até agora, ele levaria uma surra em 2006.

CC: Interessa a eles chegar ao impeachment?

WGS: Não acredito que eles queiram promover o impedimento de Lula. Mas, se houver a possibilidade, não recuarão. Se a chance aparecer, os tucanos vão apoiar esse golpe branco, porque o governo está sendo bem-sucedido. Se fosse um governo inepto, como se apregoa, o PSDB deixaria Lula em paz e o derrotaria facilmente no ano que vem.

CC: Mas o PSDB não inventou o episódio...

WGS: Caiu na mão do partido esse episódio de corrupção nos Correios.

CC: Declarações como a do governador Aécio Neves – de que Lula não é Collor – seriam uma pitada de bom senso?

WGS: É difícil querer dizer que não está interessado no mesmo movimento que levou ao impedimento de Collor, porque o governo Lula é diferente sem, ao mesmo tempo, chamar a atenção para o fato de que podem ser iguais. Quem foi que disse que era igual? A comparação pode estar na cabeça do formulador da frase.

CC: Frase sibilina.

WGS: Muito sibilina. O PSDB, sobretudo o tucanato paulista, está numa posição de oposição provocadora. Não diria mais que está na posição golpista que já teve e pode voltar a ela.

CC: Estaria havendo transferência de um confronto paulista para o plano nacional?

WGS: Uma parte do imbróglio, do lado tucano, tem a ver com a disputa interna – quem vai ser o candidato – que implica, entre outras coisas, bloquear Aécio Neves e Jereissati. Isso obriga, também, a fazer campanha contra o PT paulista. O PT nacional é o PT paulista levando para o plano federal desavenças locais, de São Paulo.

“O PT nacional é o PT paulista levando para o plano federal as suas desavenças”

CC: Isso tem reflexos no governo Lula?

WGS: É uma parte da desarticulação do governo que vem se revelando de uma incompetência na política cotidiana, que não é incompetência normal do PT. Isso só pode ser explicado porque estão fazendo política de São Paulo no Planalto. Não há uma defesa organizada, concatenada em torno das realizações do governo Lula e é por isso que boa parte delas ninguém sabe. Há uma busca desesperada de consenso no governo que parece o processo decisório do PT.

CC: A quem caberia arbitrar para acelerar as decisões?

WGS: Estamos falando da falta de um articulador. No caso, falta o presidente Lula. Ele está exercendo mal o seu papel de presidente. Ele tem o mandato. Não pode levar esse tempo que levou para aparecer com um discurso pífio. Foi o pior discurso político que vi o Lula fazer.

CC: O que houve de tão grave na sua opinião?

WGS: Ele concedeu tudo à oposição. Jogou fora o discurso de posse que foi magistral. Ele disse, ao assumir, que o combate à fome e à miséria seriam a meta ordenadora do governo. Ao discursar no fórum global anticorrupção, ele disse que os países emergentes continuariam pobres enquanto não acabassem com a corrupção. Além de oportunismo, isso é uma tolice. Objetivamente, o presidente disse o seguinte: enquanto for pobre haverá corrupção. Ele concedeu o discurso à pauta da oposição. E falou que a corrupção só acabaria com uma reforma política. Ou seja, Fernando Henrique pautou o discurso de Lula. ■

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nobre Senadora Ideli, V. Exª será atendida nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias por dez minutos, mais cinco de tolerância.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, por cessão...

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero invocar o art. 14, por ter sido citada no discurso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Pois não, pode usar da palavra.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fiz, entre tantas outras questões que

abordei na tribuna, a leitura de alguns trechos da reportagem do Sr. Wanderley Guilherme dos Santos, na revista **Carta Capital**. Creio que todos os Parlamentares têm o direito de registrarem aquilo que consideram relevante. Não pude mencionar todos os trechos da entrevista, inclusive trechos importantíssimos com relação à análise do papel da imprensa em países em desenvolvimento, que gostaria de registrar.

A capacidade da imprensa em países em desenvolvimento, onde o seu papel tem relevância, não é apenas de criar marolas, mas também grandes furacões:

A grande imprensa levou Getúlio ao suicídio com base em nada; quase impediu Juscelino de tomar posse, com base em nada; levou Jânio à renúncia, aproveitando-se da maluquice dele, com base em nada; a tentativa de impedir a posse de Goulart com base em nada.

Wanderley dos Santos faz uma análise referente ao papel e à própria divisão existente no PSDB, porque há divisões, há posturas diferenciadas, como já tivemos oportunidade de registrar aqui posturas diferenciadas entre o PSDB e o PFL. Na análise, o cientista político refere-se a situações em que as disputas internas do PSDB têm tido também comportamentos diferenciados entre Aécio Neves, Tasso Jereissati e outros parlamentares presentes no Congresso Nacional.

É importante deixar consignadas outras análises da mídia do dia de hoje. “A Oposição não quer apostar no *impeachment* com medo de perder o controle do

processo; prefere um Lula fraco a ser transformado em mártir como vítima de perseguições e injustiças. FHC teria dito a aliados que “o erro do PT não foi ter deixado Collor sangrar; eles teriam vencido as eleições. Não vamos cometer o mesmo erro. Vamos deixar o Lula sangrar e vencer as eleições”.

Estou apenas reproduzindo aquilo que tem sido dito pelas personalidades do PSDB e do PFL e como já tive oportunidade de registrar. Quero dizer de forma muito clara. Vamos investigar tudo o que tiver que ser investigado a partir de provas. Provado, haverá punição. E o nosso Governo, à exaustão, deu demonstrações de que corta na própria carne pelas ações institucionais da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, da Controladoria-Geral da União, como nenhum outro Governo que nos antecedeu fez. Temos o que apresentar em termos de provas concretas de combate à corrupção e de punição quando são pegas personalidades sejam elas quais forem: Governador, Prefeito, Parlamentar, funcionário público, seja o que for, pego envolvido em corrupção é preso pelo Governo do PT.

Quero dizer com muita tranquilidade o que estou trazendo aqui e se outros Parlamentares tiverem interesse de trazer outras tantas reportagens que considerem relevantes para reflexão do momento político que estamos vivenciando não vejo nenhum problema. Acho que a gráfica do Senado vai adorar, porque vai ganhar um pouco mais de hora extra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Invoco o art. 14, uma vez que a Senadora valeu-se dele e, embora não tenha sido citada, fez referência ao meu pronunciamento. Com o mesmo critério, peço a palavra com base no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a foi citado. Então, como concedi a palavra a S. Ex^a, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Ex^a age com correção e coerência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, como já sei que, ainda que eu não seja citado, ele vai pensar em mim, estou evocando o art. 14 para depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Somente dois por sessão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já que é desejo do Senador Pedro Simon, ele acaba de ser citado. Pensar no Senador Pedro Simon para buscar sua inspiração, fruto de larga experiência, sobretudo de conduta ética na política, é uma necessidade de todos nós. V. Ex^a tem razão, eu tinha pensado em V. Ex^a para dizer que pena que o exemplo do Senador Pedro

Simon não pode servir de orientação para o Governo Lula, para o Presidente Lula, para a base aliada no Congresso Nacional.

Não falamos em *impeachment*. Não entendo por que a insistência da Senadora ao imputar ao PSDB esse desejo. Não é esse o nosso desejo.

Lamentamos com muita tristeza e estamos empenhados em investigar os fatos, atendendo a esta conclamação nacional: 86% do povo brasileiro quer a CPI. Mas não podemos, Sr. Presidente, desperdiçar essa oportunidade. Repito: eu não imaginava, vendo o Brasil a deriva, com uma crise moral se abatendo sobre o Congresso, sobre as instituições, sobre os partidos políticos, repito, eu não imaginava que pudessemos perder essa oportunidade de construir um novo rumo para o nosso País, com respeito à sociedade brasileira.

O PSDB não vai liderar nenhum movimento pró-*impeachment* porque não haveria tempo. Teremos uma eleição. O processo eleitoral começa daqui a um ano, com as convenções partidárias para escolha das candidaturas, e certamente a discussão do *impeachment* exigiria um tempo maior.

O que queremos agora é que esse discurso do Presidente da República... Aliás, o Presidente perde credibilidade, perde autoridade, perde liderança exatamente por não cumprir os compromissos da campanha eleitoral. Foram compromissos ignorados, as promessas foram desrespeitadas e, por isso, mais uma vez, damos razão a Winston Churchill: as promessas da campanha se constituem sepulcro do estadista.

Não há como, Sr. Presidente, agora, no momento crucial para a credibilidade das instituições, admitir o Presidente da República falando em apurar, em investigar, em cortar na própria carne e, ao mesmo tempo, manipulando a CPI, impondo nome de relator, de presidente, sinalizando para o desejo de acobertar os fatos que deram origem ao escândalo de corrupção que desenha essa relação de promiscuidade entre o Executivo e o Legislativo.

Aliás, Senador Arthur Virgílio, seria impossível mesmo divulgar tudo o que a imprensa noticiou nesse final de semana; a gráfica do Senado seria incapaz, jornais, revistas, páginas inteiras de denúncias, enfim, não é esse o caso. O que passa exatamente neste cenário, com a liberdade de imprensa prestando esse serviço à Nação: passa a imagem de que partido político hoje no Brasil é uma ferramenta a serviço da corrupção. O partido se organiza para assumir parte do poder e dele se beneficiar com o chamado caixa dois, arregimentando recursos para atender a interesses das siglas e dos seus integrantes. Essa é a imagem que fica, é com essa imagem que não podemos com-

pactuar, é para mudar essa imagem que temos que investigar para valer, e o Governo não pode cometer esse crime contra o próprio processo democrático, maculando-o dessa forma, manipulando uma comissão parlamentar de inquérito, obstruindo para impedir que os resultados finais sejam aqueles que atendem às expectativas da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Tião Viana, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/ PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos num momento difícil da vida nacional. Aos olhos de todos, neste momento, há uma ferida aberta em todo o Brasil, uma ferida que aponta fortes momentos de aflição do povo brasileiro porque a corrupção realmente está aflorando dentro de algumas instituições públicas, um fato que é do conhecimento de todos, não é de hoje. Há anos estamos vivendo o testemunho dos indícios e da presença da corrupção tentando privatizar o Estado brasileiro, tentando fazer parte das instituições, tentando se aproximar do poder e tentando causar danos à vida nacional.

Nós do Partido dos Trabalhadores temos acompanhado, ao longo dos anos, ao longo de 25 anos, a trajetória da corrupção no Brasil; a trajetória do movimento de massa, tentando livrar o Brasil desses tentáculos terríveis da corrupção. Temos lutado, discutido idéias em um debate de conscientização da sociedade brasileira para achar um caminho que signifique nova oportunidade para o povo brasileiro. Uma oportunidade em que se diminuam as desigualdades, se afirme a cidadania, em que a dignidade do gestor público esteja presente na vida nacional e seja uma referência. Temos certeza de que é possível construir isso. O caminho é difícil! É um caminho tortuoso, estreito. Mas só aqueles que têm coragem podem consolidar uma oportunidade para a Nação brasileira se sentir mais respeitada pela classe política e com auto-estima melhorada.

Esse caminho não tem sido fácil na história do Partido dos Trabalhadores. Estamos hoje na representação da política nacional tendo o Primeiro Mandatário do País, representando, em sua origem, o Partido dos Trabalhadores e agora representando o Estado brasileiro dentro da sua função de governante e guardião das instituições públicas e aquele que deve agir sob o manto efetivo dos preceitos constitucionais. Mas temos um momento de debate. A classe política se enfrentando, alguns entendendo que é hora de fazer fortes denúncias ao Partido dos Trabalhadores; outros, tentando resvalar acusação para setores do Governo

e outros tentando mostrar – como se diz por aí, até viúvas de Collor têm surgido neste momento.

Eu gostaria muito de ressaltar o momento de reconhecimento também de algumas posturas. O Senador Arthur Virgílio foi o primeiro, dentro do plenário deste Senado, a dizer que a postura do seu Partido era de equilíbrio, de responsabilidade política e de responsabilidade para com o País. Havia, sim, um foco de crítica e de ataque à circunstância, mas não havia uma tentativa de desestruturar o Estado dentro do Governo. Foi o seu posicionamento.

O Senador Jorge Bornhausen subiu a esta tribuna, afirmando que o Congresso Nacional brasileiro tinha a responsabilidade de fazer um julgamento e afunilar – ir a fundo – em tudo o que estava acontecendo no processo de corrosão moral do parlamentar brasileiro. Foi essa a mensagem apresentada pelo Presidente do PFL, e nós fomos vivendo as denúncias.

O Sr. Roberto Jefferson, sem nenhuma prova, tenta desmoralizar, de maneira absoluta e irrestrita, todo o Governo, todo o Partido dos Trabalhadores. O único fato que lhe aconteceu para agir assim foi a comprovação de um denunciado, por prova testemunhal, por prova de um documentário de televisão, mostrando que estava recebendo dinheiro, e essa pessoa denunciava o Sr. Roberto Jefferson. Mas as suas palavras se tornam factuais, afirmam, simplesmente, um mar de corrupção em todo o Governo. Então, é este o momento que estamos vivendo. Entendo que a responsabilidade que tem o Partido dos Trabalhadores, hoje, é muito grande.

Sr. Presidente, eu não consigo me distanciar – nunca! – daquilo que motivou a nossa origem. Final dos anos setenta, lá em um estádio em São Bernardo, Lula entrando no meio daquela multidão – estádio repleto de operários, de militantes do movimento estudantil, das igrejas, das comunidades eclesiais de base –, ovacionado, reconhecido, ali, na síntese de um líder nacional que se afirmava numa hora de a luz do dia chegar, de um amanhecer de um novo Brasil, afirmando que naquele momento estávamos diante de uma nova página da história brasileira, que era a da redemocratização, de uma caminhada pela disputa de poder saudável, envolvendo as forças políticas que resistiam à ditadura militar. Um momento bonito, momento que sintetizou tantos sonhos do Partido dos Trabalhadores, a razão de ser da nossa origem, que foi defender a ética na política, defender a honradez do mandato público, defender a honradez das instituições.

E agora que chegamos ao poder, de repente surge um momento de corrosão, uma tempestade, querendo dizer que o PT é exatamente parte do lamaçal

que afronta as instituições públicas brasileiras. Acho que é preciso um ponto de equilíbrio.

O Presidente Lula, hoje, foi muito feliz quando, na **Conversa ao Pé do Rádio** com o povo brasileiro, disse que o momento exige bom senso, exige o entendimento de que nunca se combateu tanto a corrupção quanto neste Governo. É por isso que estamos tendo a impressão de que a corrupção está aumentando. Ele defendeu que se tenha o zelo de não acusar sem provas ninguém, e que, se dependesse dele, todos os corruptos estariam presos. Mas ele não pode, por ser Presidente de República, fazer isso. Quem pode é a Justiça, os órgãos do aparelho do Estado voltados para o setor é que podem fazer com que os corruptos vão para o seu lugar. E ele tem agido com absoluto destemor.

Ontem, o Diretor da Polícia Federal brasileira, Dr. Paulo Lacerda, simplesmente disse: “O limite é que não há limites”, no que diz respeito às funções constitucionais da Polícia Federal de investigar, de abrir inquérito e de apurar. Onde quer que esteja a corrupção não há limites, simplesmente.

Estamos no meio desse debate. Há um item que deve ser lembrado neste momento. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 5 de junho, exatamente no momento em que estava para estourar o episódio da crise, escreveu um memorável artigo, no Caderno O País do Jornal **O Globo**, que diz: “Sair da Crise. É preciso restabelecer a confiança do eleitorado em seus representantes”. E aí destila todo um debate sobre a crise da democracia representativa e indica, de maneira pontual, os momentos de crise da democracia representativa no mundo inteiro, citando especificamente os países da América do Sul e da América Latina. E é fato, está aí a Bolívia, está aí a Argentina, está aí o Equador, está aí a Colômbia, países que vivem uma crise da democracia representativa. E ele ponderava essa preocupação. Entre outras coisas, nesse memorável artigo, dizia:

Em uma coisa, entretanto, o governo se esmerou: em aumentar sua base política no Congresso. É sabido que sem maioria se torna muito difícil governar. Quando presidente, propus dezenas de reformas constitucionais.

E não teve êxito porque a Oposição não deixava, ele aponta inclusive a responsabilidade do meu Partido. E o testemunho histórico é esse. É fato: obstruímos, sim, a reforma do Governo passado. Não temos que negar, porque tínhamos o entendimento de que elas não representavam um bem à sociedade naquele momento. Fato inquestionável.

Mais ainda, agora em relação ao Presidente Lula, questionando onde está o projeto de Governo:

Por que ele nunca acenou às oposições para um caminho de convergência? Por que não deixou sequer margens para que essa convergência ocorresse, como propôs o senador Cristovam Buarque e eu próprio deixei entrever em entrevista que dei a ele?

Aqui faço um reparo. O Presidente Lula esteve, sim, em um jantar da jornalista Teresa Cruvinel, em 2003. Num diálogo com os jornalistas, ele apontou que queria, sim, o diálogo inclusive com o PSDB, que queria conversar com os partidos de oposição. No outro dia estourou o escândalo Waldomiro, e aí tudo foi por água abaixo, não se permitiu mais um caminho de diálogo. Então, é um fato que deve ser relevado e colocado, sim, como destaque nesse artigo.

O Presidente Fernando Henrique defende a restrição drástica das nomeações em cargos de confiança, o que é um entendimento da maioria dos pensadores e cientistas políticos atuais, que pode estar na origem de tudo, essa tentativa de apropriação paternalista dos espaços públicos por cargos de nomeação. Apresentei uma proposta de emenda à Constituição que põe fim a isso e permite que apenas através de concurso público se ocupem cargos de confiança, porque, sendo os servidores de carreira, vamos abolir essa tentativa de apropriação e privatização do Estado. E diz mais, sobre o marco regulatório:

Não seria melhor que na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa etc. as nomeações em comissão se restringissem ao número mínimo necessário de dirigentes para imprimir a marca da política governamental?

É o debate que estamos fazendo, que o Governo está fazendo. O Ministro Antonio Palocci tem, em todos os momentos de sua luta, debatido este tema da necessidade de estabelecermos o marco regulatório. Então, desse debate não temos medo nenhum.

Então, Sr. Presidente, ouvindo as palavras do Presidente Lula hoje, refletindo sobre esse artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, refletindo sobre o que está acontecendo, sobre essa ferida aberta que maltrata a todos, penso que o PT tem um dever de ação nessa hora. Com toda a sua história, com toda a sua integridade moral, com toda a sua coerência política, com todo o seu determinismo histórico, tem o dever de zelar muito mais nessa hora pela honra, pela dignidade e pela biografia política do maior estadista que este País já teve, no meu entendimento, que é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E entendo que o melhor gesto que nós teríamos agora é o Partido dos Trabalhadores, com sua grandeza, com sua história e com sua coerência – e está sendo alvo de um ataque duro e impiedoso, cruel e, em meu entendimento, injusto, porque estão generalizando –, mostrar desprendimento e grandeza. O Partido dos

Trabalhadores colocaria à disposição do Presidente da República os cargos de Ministro, para que Sua Excelência se sentisse muito à vontade – não entendendo que era ainda o fruto de uma composição política na hora de montar a máquina de Governo –, mas muito à vontade para redirecionar um ou outro item que ele tivesse pela frente. Eu acho que seria o melhor gesto do Partido dos Trabalhadores nessa hora.

Não tenho dúvida de que um Ministro como o Ministro Antonio Palocci faz parte do Estado. Ele está acima de qualquer dúvida, de vínculo partidário. Ele é reconhecido pelas Oposições, é reconhecido pela Base do Governo. Ele não faria parte disso. Para o Presidente é imprescindível uma figura como o Ministro Antonio Palocci numa hora dessas, mas os outros podem, perfeitamente, demonstrar essa grandeza e dar um gesto de solidariedade ao Governo, ao Presidente da República e a sua própria história. O Presidente saberia escolher acima de diferenças partidárias e de carimbo partidário os seus Ministros, o que eu acho que demonstraria um avanço a mais na educação política deste País e na coerência histórica que tem que ter este Governo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – No mais, ainda, Senadora Ideli Salvatti...

(Interrupção do som.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – ...seria a hora de um passo a mais, Sr. Presidente. Nós poderíamos dar um prazo, nós, filiados ao Partido dos Trabalhadores. No máximo em 60 dias teríamos uma transição para que o Presidente pegasse todos os supostos filiados ao Partido dos Trabalhadores em cargos de confiança e esses cargos fossem preenchidos por servidores de carreira, como foi agora nos Correios, para que se fizesse concurso público. E quando os servidores de carreira não os preenchessem, se fizesse um concurso público e se preenchesse em 60 dias isso. Assim agindo, estaríamos completamente livres, demonstrando a nossa responsabilidade e o incondicional apoio que damos e devemos dar ao Presidente Lula, independente de estarmos ou não dentro de um cargo ou outro do Governo. Eu acho que seria o mais completo gesto de solidariedade e grandeza do Partido dos Trabalhadores. Porque não será tirar o Ministro José Dirceu, tirar o Ministro Aldo Rebelo que vai resolver. Não se pode transferir culpa para alguém com a biografia e a honra do Ministro José Dirceu. Nós temos que agir como um todo, como um Partido preparado para governar este País e pronto para mostrar seu desprendimento.

É hora de eviscerar o Partido dos Trabalhadores sem nenhum medo, Sr. Presidente. Nós somos honrados, temos história, coerência e grandeza para enfrentar qualquer crise política, mas não podemos levar nossa história para a lama da dúvida e para a lama de uma interpretação de incoerência nas responsabilidades éticas com este País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Arthur Virgílio e a Senadora Ideli Salvatti, se V. Ex^a permitir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria de sugerir ao nosso Presidente que, dada a relevância da proposição feita agora pelo Senador Tião, possamos todos os inscritos apartear-lo. Senador Tião Viana, primeiro quero transmitir a minha solidariedade ao seu pronunciamento, sobretudo no que diz respeito ao apoio ao Presidente Lula. É muito importante que nesta hora manifestemos ao Presidente a nossa confiança em sua história, na história do Partido dos Trabalhadores, em tudo aquilo que nós construímos ao longo desses 25 anos. E também no que diz respeito às palavras do Presidente na abertura do Fórum Global de Combate à Corrupção e hoje pela manhã no Programa Café com o Presidente, quando ele reiterou a importância de se apurar todo o problema, qualquer ato de corrupção de quem quer que seja, não se deixando pedra sobre pedra, mesmo que seja necessário cortar a própria carne. Disse Sua Excelência que estimula o Congresso Nacional a realizar a apuração em profundidade. E aqui é importante nós, a Base do Governo e a Oposição, estarmos caminhando nesta direção: o equilíbrio na hora de fazermos essa apuração. No que diz respeito à proposição de V. Ex^a, eu acho que devemos confiar no Presidente Lula quanto à diretriz que Sua Excelência desejar tomar a respeito da composição de seu Ministério e de seus Ministros. Ele tem uma extraordinária plêiade de Ministros, a começar pelo Ministro José Dirceu. Em nenhum momento eu disse ao Presidente que, por favor, designe tal Ministro ou pessoa para tal Ministério. Eu quero, então, aqui falar que não estarei dizendo ao Presidente que tais Ministros devem sair para outros entrarem. Eu respeito a avaliação de V. Ex^a quando diz ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Eu pediria que V. Ex^a concluísse.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...que seria um gesto de solidariedade todos dizerem ao Presidente... Mas isso, obviamente, existe. Todos os Ministros sabem que o Presidente, a hora em que desejar, poderá dizer aos seus Ministros que é hora de uma modificação de profundidade. Mas eu quero deixar

clara a minha confiança no Presidente. Sua Excelência saberá a hora de modificar seu Ministério. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, V. Ex^a é o tipo do interlocutor que o Governo deve oferecer à Nação neste momento. São palavras como as de V. Ex^a que estimulam a que se cheguem às boas conclusões. V. Ex^a, por exemplo, faz justiça ao PSDB. O PSDB viveu nos últimos momentos aquele que é o pior dos mundos, como eu dizia ainda há pouco ao Senador Pedro Simon. Procurou com firmeza cobrar a instalação da CPI e a investigação dos fatos de corrupção que levam à crise. Se a responsabilidade vai de “a” até “z”, quem vai dizer será a CPI. Apenas se presume que comece em “a”. Não estamos falando em “z”. Estamos falando em “a”. Por outro lado, ficou difícil alguém reconhecer que houvesse algo puro e simplesmente de boa intenção no nosso gesto. “Ah, porque eles querem ganhar a eleição”. “Ah, porque querem o Lula fraquinho”. “Ah, porque eles estão querendo que não-sei-quem não suba na frente deles nas pesquisas!” “Ah, porque...” Esse “Ah, porque...” mediatiza uma relação e nos sugere que talvez tenha sido uma perda de tempo nós termos pura e simplesmente tentado mostrar para o Governo que éramos capazes de fazer algo muito mais maduro do que recebemos no passado. Ou seja, se o Governo tiver um pinga de juízo, usará mais pessoas com seu perfil para falarem à Nação, com direito a não concordarmos ou concordarmos em parte com o que V. Ex^a diz, mas sabendo que se trata de uma efetiva ação política visando a oferecer respostas mais nítidas e mais claras para a Nação e cumprindo o seu dever de lealdade para com o seu Partido e para com seu Governo. Ou seja, a lealdade não exige agora irracionalidade; a lealdade exige ao contrário. Exige racionalidade, exige raciocínio político frio e inteligente e efetiva compreensão dos fatos e das pessoas com a grandeza de coração de que V. Ex^a se reveste. Parabéns pelo discurso!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Não há mais tempo para apartes. Eu pediria ao Senador Tião Viana que encerrasse o discurso.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no lugar do Senador

Paulo Paim, se assim for permitido, depois de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há dúvida de que ganhou um novo tom o pronunciamento que farei, após as palavras do nobre Senador Tião Viana e o aparte do nobre Senador Suplicy.

Há uma grande expectativa hoje, porque eu quero crer que, ao longo da história, nunca, mesmo nos tempos da violência e do arbítrio, tivemos as manchetes das rádios, dos jornais, das emissoras de televisão e das revistas insuflando tanto um setor determinado, qual seja, a crise que vive o Governo.

Eu acredito que levaríamos a tarde inteira, se fôssemos ler as páginas e páginas de pessoas, desde as mais ilustres às mais conhecidas, analisando a crise no Governo brasileiro. A CPI foi constituída. A CPI foi criada. Amanhã deverá haver a reunião de escolha de Presidente e Relator. Eu faria um apelo aos Líderes do PSDB, PFL e PT: não repitam nesta CPI o que ocorreu na CPI do Banestado, onde o PT indicou um Relator, o Deputado Mentor, e o PSDB indicou um Presidente. Passaram o tempo todo brigando e a CPI terminou sem relatório: cada um fez um e o distribuiu.

Talvez tenha sido a CPI mais importante, a que mais provas concretas tenha encontrado com relação a milhares de pessoas que enviaram dinheiro através da CC-5 para o estrangeiro. Conseguimos receber da Justiça americana dezenas e dezenas de caixotes com as cópias dessas contas, que estão aí parados. E não sei se o Presidente do Senado vai enviar o material, conforme pedimos, ao Procurador-Geral, para que ele faça aquilo que não soubemos fazer. O perigo é que a esta altura tenhamos um Presidente do PT e um Relator do PFL, ou coisa que o valha, e que os dois entrem em rixa e não saia nada da comissão.

Que bom seria se como Presidente da Comissão ficasse o que a está presidindo como mais velho; que bom seria se as duas partes concordassem com a impessoalidade, com a seriedade e com a responsabilidade que tem o Senador pelo Amazonas para presidir a comissão. E se poderia escolher para Relator alguém da área do Governo que tivesse a responsabilidade de defender o Governo, mas que, ao fazê-lo, entendesse que numa CPI o cidadão, ainda que seja Parlamentar de um Partido, ainda que esteja para defender ou combater uma causa, é uma espécie de desembargador. Ele é um juiz, ele está sentado como juiz, ele vota como juiz, porque uma comissão de inquérito é um Tribunal de Justiça, em outras palavras.

Por outro lado, Sr. Presidente, vejo como muito importantes os próximos passos do Presidente da República. As manchetes são as mais variadas. Uma delas noticia que Sua Excelência vai agir, vai tomar providências as mais enérgicas. Sob um argumento que me parece lógico, na minha opinião, o Presidente da República não pode esperar o desempenho da CPI. O Presidente não pode orientar, como fizeram anteriormente alguns, que seus Senadores e Deputados estejam lá, defendendo o Governo, e Sua Excelência fique esperando o resultado. O Presidente não pode esperar que o Supremo Tribunal Federal decida as ações que estão em pleno andamento contra o Presidente do Banco Central e contra o Ministro da Previdência Social. Acho que o Presidente da República, que disse que cortaria na própria carne, poderia iniciar, tomando algumas providências importantes. O companheiro Senador Tião Viana, do Acre, falou em se fazer um esvaziamento dos políticos do PT que estão em cargos e colocar técnicos especializados. Isso seria pedir demais. Acho difícil que se chegue a esse ponto. Seria o ideal. Felicito o nobre Senador do Acre pela sua proposta. Não sei se ela será aceita. Mas seria muito importante se o Presidente da República desse um rumo novo ao seu governo. É aquilo que dizem: o Presidente é um homem sério, é um homem de bem, mas não decide. Se ele decidisse...

Tenho o maior respeito pelo Chefe da Casa Civil, gosto dele, tenho carinho por ele. Não vejo, até aqui, envolvimento do sua pessoa, mas ele é hoje uma figura controversa, que, na verdade, deixa interrogação em cima da divisão interna dentro do próprio PT, da autonomia que ele tem, onde ele começa e onde começa o Ministro da Coordenação Política.

Penso, Sr. Presidente, que se o Presidente da República fizesse uma mexida no seu governo...

Sr. Presidente José Sarney, veja que maldade que fazem com o nosso Partido: ontem, num jornal, havia uma notícia que dizia que o PMDB nomeou os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, colocando como um dos integrantes o suplente do Ministro da Previdência; colocou como membro o suplente do Ministro da Previdência porque não admite a demissão de S. Ex^a. E que, se o Ministro for demitido, virá direto para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Duvido que tenha passado pela cabeça da nossa Liderança uma coisa como essa. É um absurdo total! Uma coisa como essa é irreal. Duvido! Compreendo e respeito os companheiros do PMDB no sentido de respeitarem o companheiro, colega a quem quero muito bem, por quem tenho muito carinho, tenho muito respeito. Mas penso e, como amigo, diria a ele que já deveria ter renunciado, que já deveria ter saído no momento em que

o Procurador recebeu a justificativa dele e apresentou a denúncia. No momento em que o Ministro aceitou a denúncia do Procurador e começou o processo, o Ministro deveria retirar-se até por uma questão de isenção, para que possa ser apurado o caso sem que ele esteja no Ministério.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que o Brasil é o único País do mundo – pelo menos, nunca ouvi falar de outro – em que o Presidente do Banco Central tem suas contas abertas, seu sigilo está sendo quebrado para ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal e continua no exercício do cargo. O que é isso? Falam que há crise a mais ou a menos por causa do Banco Central; creio que essa situação não pode existir. A quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Presidente do Banco Central está sendo feita para serem investigadas pelo Supremo Tribunal Federal. Como essa pessoa está lá? Por que ela não se afasta? Não é preciso o Presidente da República demiti-la. Ela deveria licenciar-se obrigatoriamente.

Se o Presidente da República resolvesse afastar essas pessoas, se o Presidente da República resolvesse mostrar que, na verdade, começará a agir com a autoridade que tem – e sabemos que ele a tem –, deixando de lado as amizades, porque não se governa com amigos, mas com a consciência da busca do bem comum, se fizesse isso, creio que ele começaria a mudar a história. É verdade!

Digo, com toda a sinceridade, que se criticou muito o governo do Presidente Sarney. A imprensa judiou de V. Ex^a, Presidente Sarney. Não provou nada, mas judiou. Judiou muito do Governo Fernando Henrique. Justiça seja feita. Presidente Sarney, V. Ex^a permitiu que se criasse aqui no Senado uma CPI para investigar a corrupção no seu governo, e não houve nenhuma dúvida. O Presidente Sarney não interveio, não alterou, não modificou, não cobrou. A CPI agiu com a maior liberdade e não encontrou nada. No fim, acusaram o Presidente Sarney de ser responsável pelo aumento do custo de vista e da inflação; essas foram as grandes gravidades que encontraram.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, quero apenas corrigir que foi a imprensa que deu àquela comissão o nome de Comissão da Corrupção, porque, na verdade, ela foi criada para investigar irregularidades na administração pública.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não encontraram nada, e V. Ex^a não tomou nenhuma providência contra ela.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Absolutamente. Chegou à conclusão de que eu tinha aumentado o

deficit público, tinha dado aumento aos militares sem base no Orçamento e que também tinha estendido aos funcionários civis um aumento sem ter crédito suplementar. De maneira que foram essas as conclusões da Comissão de Inquérito.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concederei.

A imprensa também bateu no Presidente Fernando Henrique, e o Presidente Fernando Henrique não deixou criar a CPI.

Penso que se pode querer investigar o Sr. Fernando Henrique no governo anterior; penso que se deve investigar. Eu só me pergunto por que não fizeram isso no início. Já deviam ter feito isso no primeiro ano, que seria o ideal. Mas vamos mudar, vamos governar, vamos pacificar... E penso que foi o que se fez.

Agora, neste momento, em que estamos investigando as notícias que envolvem o atual Governo, querem dizer: vamos investigar o atual Governo e o Governo anterior. Aí concordo com o Líder do PSDB. Vamos investigar tudo. Mas a ordem cronológica não deve ser de Cabral até hoje; deve ser de hoje caminhando para trás. Porque temos que, a partir de fatos que estão aí, caminhar para trás até onde bem entenderem.

Ouçó o aparte do Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, eu até já tive ocasião de expor da tribuna que o Governo passado conviveu com 32 Comissões Parlamentares de Inquérito. Nem todas para investigá-lo diretamente, mas a maioria sim. E a maioria por iniciativa de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Somente no último ano do Governo Fernando Henrique, na Câmara, surgiram 19 Comissões Parlamentares de Inquérito. E eu queria chamar a atenção para um fato, ou seja, passaram o tempo inteiro dizendo que o Governo passado não convivia com CPIs, e ele conviveu com 32. Mais ainda: V. Ex^a fala muito bem do Presidente Sarney. Eu queria ir mais para trás, ao tempo do Presidente Figueiredo: aquela CPI da Delfim-Rio/BNH – e tive a honra de integrá-la – teve como Relator nada mais nada menos que o atual Líder do meu partido na Câmara, Deputado Alberto Goldman. Vejam bem, Figueiredo, que era Figueiredo, conseguia tolerar Goldman como Relator da CPI. O Governo atual pensa que, como a CPI tem a ver diretamente com a sua reputação, tem que controlar, com mão de ferro, ilegalmente, acima da praxe da Casa, as duas posições estratégicas. Então, do ponto de vista da vontade de deixar investigar, este Governo está muito aquém do que revelou o Presidente Figueiredo, que era visto como truculento pela Nação. Ou seja, para frente não anda-

mos; estaremos andando para trás. Agradeço a V. Ex^a as palavras generosas e digo-lhe que, por outro lado, a determinação do meu Partido é muito firmemente de se limitar a buscar a verdade, doa a quem doer. Mas não estabelecer falsas verdades e nem artificializar crises quaisquer. A crise está aí, não depende do PSDB, mas o PSDB pretende, ao lado do compromisso com a governabilidade, com as instituições democráticas, apenas algo bem simples: investigar a fundo as culpas para preservar as inocências e apontar os culpados. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e volto a repetir: estamos em vésperas de uma CPI que, pelo que sinto, pode se transformar num grande movimento sério e responsável de buscar a verdade. Mas pode se transformar num conflito, quase que no tapa, para esconder a verdade. Também pode. Isso dependerá muito do Presidente da Casa e dos Líderes das Bancadas. Como não faço parte porque a Liderança da minha Bancada me aposentou, tirou-me fora de CPIs, e acho que ela tinha suas razões, posso falar tranqüilo: vai depender muito de se escolher um presidente e um relator que estejam isentos da paixão. Espero que o relator não seja como o Sr. Mentor, que, na qualidade de Relator da Comissão do Banestado, esteve ali para esconder, para boicotar, para dificultar, para complicar, para não deixar que se abrissem os documentos que vieram da Justiça americana, para não deixar que se convocassem pessoas. Ele estava ali para esconder a figura do Presidente do Banco Central e para que nada acontecesse. Deus me livre se a CPI tiver um relator como esse! Vai ser uma desgraça! Em contraprestação, o Presidente fazia a outra parte. Um ficava defendendo o Governo passado; o outro, defendendo o Governo atual; um, combatendo o Governo passado, o outro, combatendo o Governo atual. Penso que a CPI tem de mostrar isenção, autoridade, credibilidade, seriedade para fazer o seu papel.

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deixo registrado o meu apelo: Vossa Excelência deve ter notado que, quando se fala em prestígio, em credibilidade e até em corrupção no Governo, os índices dos jornais têm aumentado e que, quando se fala se já atingiu o Palácio, os índices têm aumentado. Vossa Excelência, Presidente Lula, que é um patrimônio moral deste País e que tem uma biografia extraordinária a preservar, entenda que quem fala é alguém do PMDB que já viu o nosso partido no píncaro da glória, um heróico partido da resistência, com apoio de todo o País, elegendo todos os Governadores, à exceção de Sergipe, e dois terços da Assembléia Nacional Constituinte no Senado e na Câmara, e que hoje está aí, dividido em quantas alas não sei, servindo a interesses

não sei quantos, porque não teve, naquele momento, a credibilidade de manter o seu prestígio. Debochou, zombou da credibilidade popular e teve a resposta. Presidente Lula, não pense que a credibilidade que lhe deu aquela montanha de votos é eterna; ela está na mão de Vossa Excelência!

Não são os asseclas do Presidente da República, os que estão em volta de Sua Excelência, ocupando cargos de confiança, que estão em jogo; estes saem, entram, voltam, não estão em jogo; quem está em jogo se chama Presidente Lula. O Presidente Lula é que está em jogo. É ele, é a sua moral, é a sua história, é a sua biografia que o mundo inteiro admira. No mundo inteiro, ninguém sabe quem é Chefe da Casa Civil, Chefe da Casa Militar, quem é Ministro disso ou daquilo; todo mundo fala no Presidente Lula. Que ele tenha a coragem e que ele tenha condições de vencer.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero apenas conceder um aparte ao Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Pedro Simon, o Senador Suplicy já está inscrito. Pediria a V. Ex^a que concluísse em mais um minuto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Encerro então, Sr. Presidente.

Espero que o Presidente Lula reúna as condições de exercer o seu papel. Rezo a Deus para que ele deixe o Procurador-Geral. Já há notícias de que não ficaria o Procurador-Geral, mas que seria escolhido o primeiro da lista dos procuradores, que é o Vice-Procurador. Manchetes de jornais dizem que sairá um representante exatamente dos funcionários, de uma ala antagônica à do Procurador-Geral. Não sei se é verdade; se for verdade, é uma pena muito grande. Eu deixaria o Procurador-Geral. E, se vai sair, se eu pudesse escolher alguém para colocar ao lado, para ser como um braço direito, levaria o Procurador-Geral para o seu lado. Pelo menos, teria a certeza de que o que assinasse teria o beneplácito de toda a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez as minhas palavras sejam destoantes deste momento que vive a política brasileira e da paixão com que os oradores freqüentam nossas tribunas.

Há, no nosso cenário, uma garoa cobrindo a vida política brasileira. Poderia até lembrar-me de Mário de Andrade quando, na “Paulicéia Desvairada”, fala da garoa do meu São Paulo. Ele termina dizendo assim: “Garoa, sai dos meus olhos”.

As minhas palavras são destoantes, porque elas se destinam a falar de um tempo passado, de um Parlamento passado, do Parlamento que eu vivi. Penso que quem não olha a História e não olha para o passado pode correr um grande risco de não avaliar bem o presente e de não decifrar os tempos futuros.

Eu me sinto, de certo modo, nesta Casa, obrigado a ser o guardião da memória dos homens do meu tempo. Este ano temos o centenário de algumas figuras imensas da política brasileira, que passam quase que silenciosamente, como se estivessem condenadas apenas àquele silêncio tumular dos Anais da Casa.

Já falei nesta tribuna de Aliomar Baleeiro, que completou cem anos de nascimento. Hoje, quero relembrar uma outra grande expressão da política brasileira que, no dia 24 de dezembro, completou cem anos de nascimento. Refiro-me a Adauto Lúcio Cardoso, um dos homens mais brilhantes que conheci em minha vida, com um caráter que era, sem dúvida, uma fortaleza. Era um homem que dificilmente aceitava composições, que não tergiversava em suas decisões. Era duro, um lançador de dardos que atingiam o coração de seus adversários.

Eu, muito jovem, chegava ao Rio de Janeiro, à Câmara dos Deputados. O Rio de Janeiro daquele tempo era ainda uma cidade que vivia os estertores da *belle époque*. Era uma cidade que brilhava. E no centro de todas as atenções do Rio estava a Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes. Era um tempo em que a história brasileira se contorcia. Vínhamos do suicídio de Vargas; vínhamos da luta pela ascensão ao poder de Juscelino Kubitschek; vínhamos da doença do Café Filho, vínhamos da deposição do Presidente Carlos Luz, e o Congresso refletia esse tempo.

Fundada na luta contra Vargas, a União Democrática Nacional era um conjunto de tendências e de partidos que compunha um leque que ia desde João Mangabeira, da esquerda democrática socialista, até todas as correntes de direita e radicais, forças que se uniam ainda para combater, como tinham combatido a ditadura Vargas, que foi, sem dúvida, uma ditadura das

mais cruéis já vividas neste País. A sua polícia política liquidou, matou todos os adversários do regime e quem mais sofreu na sua carne foram, sem dúvida, os partidos ideológicos, o maior de todos o Partido Comunista do Brasil. Getúlio tinha, inclusive, anulado por um decreto uma sentença do Supremo Tribunal Federal. Assim, o País não tinha segurança, não tinha instituições, não tinha justiça, nem a quem recorrer, porque o Presidente podia modificar as decisões judiciais.

Mas depois, em 1955, quando cheguei ao Rio de Janeiro, fiquei absolutamente preso de um encantamento extraordinário, porque via que eram de carne e osso as figuras da minha admiração, da minha veneração. E olhava desfilar no plenário do Palácio Tiradentes Otávio Mangabeira, Prado Kelly, depois vi Milton Campos, Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso, Carlos Lacerda, Lúcio Bittencourt, Vieira de Melo, Mário Martins, pai do nosso jornalista Franklin Martins, Arthur Virgílio, pai do Arthur Virgílio, Raimundo Padilha, Afonso Arinos, Capanema, Agripino e tantos mais.

Era uma Casa em que a luta política tinha à frente o talento daqueles que a enfrentavam. Os valores morais eram presentes de tal modo que o respeito mútuo entre o Governo e a Oposição se estabelecia pela conduta de cada um a se comportar dentro da Câmara dos Deputados. Era a Câmara de meu tempo, em que comecei minha vida pública no Rio de Janeiro.

O grande líder que tinha costurado a UDN era Virgílio de Melo Franco, que depois foi até assassinado. Esse assassinato ocorreu de maneira sombria e até hoje é motivo de algumas perplexidades e dúvidas. A seu lado estava seu irmão Afonso Arinos de Melo Franco, o grande Afonso Arinos, que também este ano vai completar seu centenário de nascimento. Afonso Arinos, homem a que algumas vezes ainda assisti nesta tribuna – veio para Brasília e foi Senador –, visitou todos os campos do conhecimento. Mais de cem livros escreveu, cem obras publicou, no Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, Direito Tributário. Grande historiador, escreveu sobre a influência dos índios brasileiros na Revolução Francesa, escreveu tratados de Direito Constitucional, aquela história do Banco do Brasil – que não é uma história do Banco do Brasil, mas uma história da economia brasileira –, depois a *Formação Econômica do Brasil*. Todos livros clássicos. Afonso, nas suas memórias – *A alma do tempo* –, teve a oportunidade não só de escrever fatos pessoais, mas de escrever a história do seu tempo.

Dentro desse quadro estava um homem extraordinário, que se chamava Adauto Lúcio Cardoso. Posso dizer, com a memória decantada pelo tempo: ninguém, dos homens que conheci, muitos brilhantes e de talento, o excedeu na coragem e na bravura cívica.

Adauto era aquela impávida fortaleza moral que a Casa respeitava, quase um temerário, e os exemplos de sua vida assim mostraram.

Por exemplo, quando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais seis minutos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Quando, em 1961, da renúncia de Jânio Quadros, Adauto Cardoso era um bravo lutador dentro da Casa, ele era um inimigo sem quartel do Jango Goulart, de toda aquela situação. Adauto era um combatente que não deixava um só dia de vergastar, com a sua luta, com a sua palavra, com a sua bravura, aquela situação política.

Vem a renúncia. Os Ministros militares impedem a posse de João Goulart. Naquela Casa, cheia, em um dia de comoção, como aquele que eu presenciei e vivi, vem um homem de cabelos brancos, aquele mesmo lutador que, dia e noite, não perdoava o Jango de nada, entra com um papel na mão, atravessa aquele corredor e diz: “Sr Presidente, este papel pede a V. Ex^a mandar prender os três Ministros militares”. A sua consciência moral era muito maior do que a sua consciência política. Eram assim os homens daquele tempo!

Adauto, então, tornou-se Vice-Líder da UDN. Ele fora vereador no Rio de Janeiro. Quando o Senado diminuiu as funções da Câmara de Vereadores, Adauto renunciou ao seu mandato, que era sua maneira de protesto.

Depois vem para a Câmara, era Deputado, líder, meu líder, meu amigo. Na Câmara, ele exerce essa mesma posição de bravura, essa mesma coragem que marcou a sua personalidade. Em um desses momentos, no Rio de Janeiro, quando a União Nacional dos Estudantes promovia um protesto contra o aumento das tarifas dos bondes, Adauto sai, em companhia de Mário Martins, enfrenta os policiais e, à frente dos estudantes, é espancado e preso. Mas ele volta com a mesma coragem, com a mesma luta. Essas coisas mostram a sua personalidade.

Vamos citar outro exemplo de Adauto Lúcio Cardoso. Vêm os anos de 64. Adauto acreditava que o Brasil precisava mudar. Ele acreditava que a revolução tinha vindo para realmente purificar os costumes políticos e restaurar a democracia na sua plenitude. Ele não negava os valores democráticos, ele pregava sobre a realização imperfeita desses valores.

Pois bem, Adauto, em 1964, é eleito Presidente da Câmara. Ele vai ao Presidente Castelo Branco e diz: “Aceito assumir a Presidência da Câmara, mas quero que o senhor assuma o compromisso de não haver cassações, porque eu não aceitarei cassações

como Presidente da Câmara”. Adauto era um homem conhecido como quem apoiava os ideais que levariam a revolução ao poder. O Presidente resolveu cassar quatro deputados. Adauto estava no Rio de Janeiro, voltou à Presidência da Câmara e disse aos Deputados que, enquanto ele ali estivesse, não seriam vítimas de qualquer restrição ao uso de seus direitos. Não reconheceu a cassação.

Em seguida, a Comissão de Constituição e Justiça, em relação aos companheiros daqueles homens que eram cassados, curvou a cabeça e aceitou que esse ato fosse legitimado pelos atos institucionais. Adauto não curvou a cabeça. Veio à Presidência e disse: “Eu defendi os mandatos dos Deputados, mas se eles, seus amigos e a Comissão de Constituição e Justiça reconhecem essa violência, renuncio à Presidência da Câmara dos Deputados”. E renunciou à Presidência da Câmara dos Deputados.

Depois, Adauto também não permitiu que os Deputados saíssem da Casa. Permaneceu ali, garantindo a presença de todos eles. E forças embaladas invadiram o Congresso. Naquela escada que dá acesso do segundo andar ao plenário da Câmara dos Deputados, ele estava de pé. Quando o comandante da tropa chegou, ele enfrentou: “Aqui estou como representante do poder civil”. E o militar contestou: “Aqui estou como representante do poder militar”. Adauto replicou: “Então, pela força, entre no Congresso, mas jamais com a minha complacência ou o meu reconhecimento”. E renunciou à Presidência do Congresso.

Esse era o Adauto Lúcio Cardoso.

Façamos justiça a um homem como o Presidente Castelo Branco, que pensava que a revolução vinha para que fosse a democracia restaurada imediatamente. Se não fosse ele, naquele momento, a revolução teria desbancado para uma grande quartelada.

Adauto fez tudo isso, e, quando surgiu uma vaga no Supremo Tribunal Federal, o então Presidente Castelo Branco o convidou para ser Ministro do STF. Ele foi, então, para o Supremo Tribunal Federal. Naquela Corte, ele era o mesmo homem que conhecemos nesta Casa. Ele lá não tergiversou, ignorando os seus ideais, a sua conduta e os valores que ele acreditava serem da Democracia, para se submeter. Foi ele quem deu **habeas corpus** ao líder estudantil Vladimir Palmeira. Foi ele quem deu vários **habeas corpus** a perseguidos políticos. Foi ele quem restringiu a interpretação das leis autoritárias.

Finalmente, quando veio o ato adicional estabelecendo a censura prévia para publicação sobre livros e periódicos, o Adauto Cardoso, Ministro da Corte Suprema, também não aceitou. A imprensa toda chamava aquilo de “a lei da mordação”. E o Procurador-Geral da

República aceitou que era um ato revolucionário, não podia ser submetido à Justiça. As editoras queriam a revogação deste Ato.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu que aquilo era um ato do poder discricionário e que eles não tinham nada a fazer. Adauto, sozinho – ele, sozinho – foi voto vencido e disse “Mas eu não permanecerei numa Corte em que eu tenha que me submeter a essa decisão”. Tirou a sua toga, a pôs na cadeira e foi para a sua casa até o dia da sua morte.

Era esse o homem cujos cem anos de nascimento hoje estamos lembrando nesta Casa. Ele passou aqui como um exemplo. Como eu disse – quero repetir –, não conheci ninguém que tivesse a coragem, a bravura, o destemor, a consciência moral acima de qualquer interesse político, de qualquer contingência política, como ele.

Pois eram esses os parlamentares do meu tempo. Portanto, tenho o dever de lembrar, nesta Casa, o centenário de Adauto Lúcio Cardoso já não mais com saudade, porque essas são saudades mortas, mas vendo-o como se ele fosse pedra – não mais o homem –, estátua, aquela que o tempo não destrói e que permanece como exemplo vivo dos grandes homens que passaram pela política brasileira.

A glória parlamentar vive de instantes, de lampejos, às vezes do simples aparte, outras vezes de um discurso, outras vezes do silêncio. Há, na câmara dos comuns, o famoso exemplo de um deputado que fez um único discurso, o primeiro, tão brilhante, que não quis mais falar durante todo o tempo que permaneceu no parlamento, porque ele mesmo dizia que não poderia se superar. Mas entrou para a história parlamentar inglesa com um único discurso.

Pois bem, a política, por outro lado, não tem hierarquia vertical. Somos todos iguais. Ninguém dá ordem de cima para baixo em ninguém, mas há uma hierarquia subjacente que é feita pela compostura, pelo talento. Todos, sendo iguais, ficamos na mesma linha, mas os que se vão distinguindo por esses valores mais altos vão criando um bico de flecha, ocupando a frente. São esses os nossos exemplos, exemplos que lembro da minha juventude, do tempo em que fui jovem deputado no Rio de Janeiro. Aquela coluna que avançava não tinha somente os meus amigos do mesmo Partido, mas de todos os Partidos, com o seu brilho, com a sua seriedade, com a sua dignidade.

Portanto, com esses valores e nesse tempo, evoco a figura singular de Adauto Lúcio Cardoso, santo da minha devoção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao eminente Presidente, Senador José Sarney.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero fazer a minha inscrição pela Liderança do PFL, com base no art. 66, § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu agradeceria se pudesse fazer uma comunicação inadiável, depois do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

A seguir, falará o Senador Demóstenes Torres, pela Liderança do PFL; depois, um orador inscrito, e o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança da Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como se trata do Senador Demóstenes Torres, abro mão. Mas estou inscrito pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito. S. Exª fez a inscrição pela Liderança do PFL ou da Minoria, porque o Líder estava ausente, com amparo no art. 66, parágrafo único. Portanto, V. Exª fala pelo PFL, e o Senador Demóstenes Torres pela Minoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Contanto que S. Exª fale antes...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma breve reflexão sobre o dia de amanhã, terça-feira. O País inteiro em expectativa, a imprensa, todo mundo. O que vai acontecer terça-feira, amanhã? Sempre vi, na História que pouco conseguir e entender, o País preocupado em dois momentos: com sua relação externa e com sua administração interna, seus problemas internos.

Voltando a Getúlio Vargas, quando havia crise de liderança no mundo. De um lado, Stalin, lá no Kremlin; de outro, Roosevelt, na Casa Branca. Surgia, então, Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha. E o Presidente do Brasil, à época, Getúlio Vargas, ainda em dúvida sobre qual caminho tomaria no auge da Segunda Guerra Mundial, crise brasileira na democracia, efervescência do crescimento do pensamento comunista e uma série de outros problemas. Getúlio Vargas recusava-se a qualquer aproximação com o Kremlin, mas também dava sinal de que não queria se aproximar da Casa Branca. E é claro que se mostrava, em alguns momentos, próximo de Mussolini e de Hitler.

Depois, os sucessivos governos foram se aproximando, cada vez mais, da liderança do pós-guerra, os americanos, chegando à consolidação no Governo Militar. Considero que, naquele momento, ocorreu a aproximação com o grande líder mundial: os Estados Unidos. Mas era o fervor da Guerra Fria...

No Brasil, mais uma vez, a crise da democracia era tônica da política interna. E eu não tenho aqui elementos para discutir com profundidade esse assunto.

Finda essa parte: Governo de José Sarney. Começa ali um outro tipo de perfil. Blocos agora mais voltados a Norte e Sul, entre ricos e pobres. E o Governo de José Sarney voltado para a redemocratização do País. Essa é a principal tarefa. Mas, naquele momento, aponta o Brasil do futuro na sua relação externa, e que era a criação do Mercosul.

A experiência do Governo Collor, eu não quero nem discutir, Sr. Presidente.

Tivemos o Governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo pano de fundo era o neoliberalismo no cenário mundial. Crise interna... Uma série de problemas nos mesmos moldes que tratamos aqui hoje. E o Brasil passou por isso.

Os grandes chamamentos da nossa população, Sr. Presidente. Em vários momentos, nossa população foi à rua. Em alguns, pela plenitude da democracia, que foram as Diretas Já, o chamamento pelo voto para Presidente da República e tantos momentos salutar da

vida brasileira. E, agora, para o dia de amanhã, aguarda todo o Brasil pelo que acontecerá nessa próxima terça-feira. De uma hora para outra, todas as notícias canalizadas para dizer que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, perdeu a sua inocência; que o PT perdeu a coerência.

Sr. Presidente, uma das minhas lições de vida é a de que acima da notícia deve estar a consciência da pessoa. Isso era uma lição, da minha velha mãe Arcângela, que gosto sempre de me lembrar. Cada vez que uma notícia chegava para agredir uma pessoa da casa, ou a ela própria, ela dizia: "Acima da notícia, a nossa própria consciência". Esse é o ponto que trago à discussão hoje: acima de qualquer coisa, estão as nossas consciências.

Ouvi, atentamente, o pronunciamento de V. Ex^a, em que chamava a atenção de quais seriam os gestos para aquilo que a sociedade gostaria de saber. Não basta ser honesto, dê o sinal de parecer, também, honesto. E eu vejo histórias, brilhantes histórias de militantes que construíram o nosso Partido dos Trabalhadores. Pessoas que dispensam maiores comentários, como José Dirceu, Hamilton Pereira, Conceição Tavares e tantas outras pessoas. Há ainda os que não mas se encontram entre nós para se pronunciar, como Perseu Abramo. Eles sonharam com este Brasil que estamos vivendo.

E, no cenário do Governo Lula, qual é a imagem do Brasil no exterior? É a de um Brasil que desafia. A cadeira do Planalto tem que ter um assento diferenciado na dicotomia, de vinte e cinco anos, de trinta anos, do que foi o império americano perante os países das Américas e perante os países de outros continentes, como Oceania, Ásia e África.

Esse é o caminho do Brasil, do lado de fora, no Governo Lula. Chamo a atenção para o fato de que não é pequeno. É pegar a construção sonhada em 1985 e levá-la para a frente. Amanhã, o Brasil vai querer uma resposta, uma resposta maior.

Sr. Presidente, sempre vou aguardar que qualquer atitude do Congresso Nacional tenha que demonstrar, acima de tudo, a consciência das pessoas. Aguardo que qualquer CPI, que qualquer investigação que esta Casa faça, seja em cima dessa consciência de elucidação dos fatos. É por isso que quero, também, participar dessa CPI, Sr. Presidente. Quero estar atento aos andamentos, quero prestar minha contribuição sobre qualquer assunto que trate do bem do nosso País, do bem de nossas consciências, do bem desta Casa.

Ficarei muito feliz ao saber que chegaremos às vias de fato, ficarei muito feliz ao saber que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai, em curto espaço de tempo, contribuir para a elucidação dos fatos.

Agora, levam o Presidente da República a tomar uma atitude. Creio que Sua Excelência não pode tomar nenhuma atitude baseado em pressão. O Presidente da República não pode tomar nenhuma atitude que venha por recados. Sua excelência tem condições suficientes para tomar a atitude que entender ser a melhor. É o Presidente da República. Aguardo qual será sua decisão.

Quero, até, fazer um breve comentário, Sr. Presidente. A reforma política não foi feita no Governo passado, e tenho absoluta certeza de que não foi feita por conta das pressões de colocar "a" ou "b" no cargo "a" ou "c". Eu acho que o pouco que conheço do Presidente Lula tenho convicção de que tomará a decisão que considerar importante de ser tomada seja na polícia econômica, seja na sua política geral de Governo, seja na reforma ministerial ou seja em qualquer outro tipo de análise que for apresentada.

Diante disso, aguardo para amanhã a instalação de qualquer CPI.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só um minuto, Sr. Presidente.

Aguardo também, como todo e qualquer cidadão brasileiro, que a partir de amanhã as nossas razões e nossas as consciências prevaleçam. Com certeza, o nosso Brasil vai trilhar pelo caminho sonhado por todos nós.

Quero, para finalizar, quero lembrar aqui de um brilhante acreano, o cronista Aloísio Maia. Eu havia escrito algumas palavras a respeito dele. Pediria a V. Ex^a que fizesse publicar na íntegra o meu discurso. Aloísio Maia foi o criador de uma pérola na política do nosso Estado. Dizia ele que quem perde a eleição no Acre tem que pegar uma balsa e ir para Manacapuru, no Amazonas. Seria esse o lugar daqueles que perdem a eleição. Como ele sempre se pautou pela existência de uma boa imprensa no Acre, peço a transcrição do meu discurso na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – **Acre Perde o Cronista Aloísio Maia**

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado perdeu, na última quinta-feira, um dos seus maiores cronistas. Aos 73 anos, o advogado e jornalista Aloísio Maia faleceu vítima de enfisema pulmonar. Ele foi um dos pioneiros da imprensa acreana. Escreveu por muitos anos a coluna **Crônica da Cidade**, publicada em vários jornais da Capital. Aloísio Maia também foi

professor universitário e passou os últimos 15 anos de vida advogando no Município de Brasília.

Crônica da Cidade era uma análise bem humorada dos políticos e da política acreana. Nós devemos, também a ele, o folclore político acreano das balsas das eleições. Foi Maia que teve a idéia de criação da popular balsa para a cidade amazonense de Manacapuru. A balsa que, de acordo com o jornalista, ancoraria nos portos do Acre na época das eleições para levar os derrotados em viagem longa e para lugar de difícil acesso. O folclore criado por Aloísio Maia criou raízes rápidas na nossa política, como lembra o jornal **Página 20**, “que é moda e motivo de brincadeira até para os que assumem que perdem e embarcam nela”.

Também é dele a criação do personagem Madame Janete, a quem Maia recorria quando queria indagar algo sobre um fato da cidade. “Ele sempre escrevia ‘vou perguntar à Madame Janete’ quando ele estava buscando descobrir alguma coisa”, como lembra sua filha, a Desembargadora Izaura Maia.

Por sua contribuição para a política, o jornalismo e a cultura acreana é que apresentamos o nosso voto de pesar à família.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Siba Machado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, pela Liderança da Minoria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa por escrito uma questão de ordem devidamente substanciada no Regimento e, sobretudo, com sustentação em parecer do Ministro Celso de Mello, relativamente ao Mandado de Segurança 24831-9, que dizia respeito à CPI dos Bingos.

A questão de ordem que suscito, Sr. Presidente, faz referência à CPI do Caso Waldomiro, tendo em vista encontrar-se, desde o dia 27, na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a indicação dos nomes pelas Lideranças partidárias. Essa CPI do Senado Federal foi solicitada mediante o Requerimento nº 160, de 16 de março de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, não vou fazer alusão à sustentação jurídica dessa questão de ordem, mas apenas dizer que se trata de repetir uma providência já adotada pelo Presidente Renan Calheiros em relação à CPMI

dos Correios. Evidentemente, como o Regimento do Senado Federal é omissivo, faríamos referência ao Regimento Comum do Congresso Nacional e ao Regimento da Câmara dos Deputados, que dispõem sobre esta determinação do Presidente da Casa de designar os nomes para a composição da CPI quando as Lideranças não o fizerem, assegurando, dessa forma, o direito líquido e certo dos autores da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

É a preservação dos direitos das Minorias, expressamente previsto no art. 412 do mesmo Regimento.

Preciso explicar por que estou fazendo isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, não se trata de questão de ordem. A Mesa entende como uma reclamação de V. Ex^a e...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para uma questão de ordem, V. Ex^a tem que citar o artigo e o assunto tratado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Arts. 403 a 405 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 48, inciso VIII.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, lerei para V. Ex^a o que diz o art. 404 do Regimento:

Art. 404. A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

Infelizmente, não se trata de questão de ordem. A Mesa entende como uma justa reclamação de V. Ex^a, que tão bem tem zelado pelo andamento dos trabalhos da Casa. Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, encaro como uma questão de ordem. V. Ex^a prefere que a denominação seja reclamação, eu faço como reclamação, mas estou encaminhando por escrito, na forma da questão de ordem, a meu ver regimental, e aguardarei, evidentemente, a decisão da Mesa a respeito.

Apenas, em conclusão, eu quero dizer que estou fazendo essa solicitação, Sr. Presidente, porque não há como não identificar no escândalo Waldomiro Diniz o início de todo esse processo que implica relação promíscua do Executivo com o Legislativo. Nós

estamos discutindo CPI dos Correios, mensalão, consequência...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, a Mesa tem o maior prazer em ouvir V. Ex^a, entende a sua seriedade e a sua preocupação no exercício do mandato...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então conceda-me mais um minuto que irei concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mas não se trata de questão de ordem. Depois V. Ex^a poderá tirar essa dúvida na CCJ.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na opinião de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem absoluto direito a isso, e concordará com a Mesa.

Mas concedo mais um minuto para V. Ex^a concluir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço, Sr. Presidente Tião Viana. V. Ex^a tem sido sempre muito cordial com todos os Srs Senadores, inclusive com este que, nesta oportunidade, ocupa a tribuna.

Apenas entendo ser regimental a questão de ordem que estou submetendo à Mesa. Mas aguardarei o pronunciamento da Mesa. Obviamente, cabe-me o direito de solicitar, diante do exposto, que seja ouvido o Plenário da Casa para decidir a respeito.

Apenas justificando: Waldomiro Diniz é a causa porque é o articulador central de todo esse esquema de mobilização de recursos a partir do quarto andar do Palácio do Planalto. Os Correios, o mensalão são exatamente consequências, em função de não ter tido o Presidente da República autoridade para tomar as providências necessárias.

Estou encaminhando à Mesa o requerimento que formulo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

QUESTÃO DE ORDEM

Requeiro da Presidência, nos termos dos arts. 403 a 405 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no seu art. 48, inciso VIII *(ao Presidente compete: VIII – fazer observar na sessão a Constituição, ...)*, esclarecimentos a respeito da aplicação da norma regimental com vistas à designação dos integrantes da chamada “CPI do Caso Waldomiro”, tendo em vista encontrar-se desde 27 de abril na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a indicação dos líderes.

Trata-se de CPI, criada mediante o Requerimento nº 160, de 16 de março de 2005, tendo como primeiro signatário o senador Arthur Virgílio, vazada nos seguintes termos:

“Requerem, nos termos do parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola, no que diz respeito à corrupção de agente público lotado na Casa Civil da Presidência da República.”

Requeiro, ademais, seja observado o disposto no art. 48, inciso XXXIII *(ao Presidente compete: XXXIII – resolver, ouvido o plenário, qualquer caso não previsto neste Regimento)*, do mesmo Regimento Interno para que **seja ouvido o Plenário**, em razão de o Presidente do Senado Federal ter alegado a falta de previsão regimental para justificar a sua omissão na indicação dos integrantes da CPI quando os líderes não o fizeram.

Foi esse o argumento do Presidente do Senado que fundamentou a resposta ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ao ser indagado a respeito da “CPI dos Bingos” – a qual se aplica inteiramente ao presente caso –, conforme consta da transcrição do excerto do relatório do Ministro Celso Mello a respeito do Mandado de Segurança nº 24831-9/DF:

O Senhor Presidente do Senado Federal recusou-se a suprir a omissão dos líderes partidários do grupo majoritário, por entender não lhe assistir qualquer prerrogativa nesse tema, em face da

circunstância de o Regimento Interno do Senado Federal, alegadamente, reservar o exercício desse poder apenas aos Líderes dos Partidos Políticos (arts. 66 e 78).

O Plenário do STF, ao julgar, em 4 de maio do corrente ano, o referido Mandado de Segurança, impetrado pelos partidos do grupo minoritário contra a decisão do Presidente do Senado que se omitiu na indicação dos integrantes da referida CPI, mostrava nítida tendência em acatá-lo, pois dos três Ministros que já manifestaram o voto, todos seguiram o Relator Ministro Celso de Mello, favorável à concessão dos *writs* mandamentais. O julgamento, no entanto, foi suspenso para atender o pedido de vista do Ministro Eros Grau, mas deve ser retomado já no próximo dia 22 de junho.

O relatório do Ministro Celso de Mello a respeito dos Mandados e Segurança (MS) nºs 24.831-9/DF, 24.847/DF e 24.849/DF, todos com o mesmo objetivo, informa ter sido encaminhado, em 5 de março de 2004, à Mesa do Senado Federal o REQUERIMENTO nº 245, DE 2004, subscrito pelo Senador Magno Malta e outros trinta e oito Senhores Senadores, e ainda que:

O eminente Senhor Presidente do Senado Federal, em sua condição de órgão dirigente da Mesa dessa Alta Casa do Congresso Nacional, solicitou aos Senhores Líderes partidários a indicação de Senadores para compor a referida CPI, observada a cláusula de proporcionalidade partidária peculiar à formação e composição das comissões legislativas (CF, art. 58, § 1º).

Em resposta a tal solicitação, somente os Senadores Jefferson Peres, Líder do PDT, e Efraim Moraes, Líder da Minoria – PFL/PSDB, procederam à indicação dos membros destinados a compor as vagas em referida CPI, sendo certo que os Senadores Líderes do PMDB, do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL), do PTB, do PSB e do PPS abstiveram-se de tal indicação, o que inviabilizou – não obstante a norma inscrita no art. 58, § 3º da Constituição – a instauração da investigação parlamentar em causa.

Com o impasse criado, o eminente Senador Arthur Virgílio suscitou questão de ordem perante o eminente Senhor Presidente do Senado Federal, destinada a superar o obstáculo surgido com a omissão dos Senhores Líderes das agremiações majoritárias, em ordem a permitir a constituição e o regular funcionamento da referida CPI.

O Senhor Presidente do Senado Federal recusou-se a suprir a omissão dos Líderes partidários do grupo majoritário, por entender não lhe assistir qualquer prerrogativa nesse tema, em face da circunstância de o Regimento Interno do Senado Federal, alegadamente, reservar o exercício desse poder apenas aos Líderes dos Partidos Políticos (arts. 66 e 78).



Por tais razões, e fundando-se, ainda, na existência de lacuna normativa no texto regimental, deixou de acolher a questão de ordem mencionada, o que motivou, por parte do Senador Arthur Virgílio, a interposição de recurso (Recurso nº 5/2004), que resultou improvido pela E. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa legislativa.

Dai a presente impetração, cujo fundamento essencial reside na alegação de que existe, no sistema constitucional brasileiro – e em favor das minorias parlamentares – o reconhecimento do direito de oposição e da prerrogativa da investigação parlamentar, especialmente se se considerar, nos termos do art. 58, § 3º da Carta Política, que esse poder – impregnado de irrecusável significação político-jurídica – revela-se oponível, até mesmo, às próprias maiorias parlamentares que atuam no âmbito institucional do Legislativo.

Eis, em síntese, os aspectos que, invocados no MS 24.847/DF e no MS 24.849/DF, dos quais também sou Relator, dão suporte àquelas impetrações mandamentais, cujos fundamentos, ante a sua inquestionável pertinência (pois versam o exame da mesma matéria ora em julgamento), revelam-se inteiramente aplicáveis à presente causa:

“2.7. O direito assegurado na Constituição não pode ter seu exercício anulado ou impedido pela maioria, mediante o uso de aparente lacuna ou impasse regimental. O texto constitucional dá à minoria qualificada de 1/3 dos parlamentares da Casa o direito de investigar, por meio de comissão parlamentar de inquérito, fato determinado que considere relevante. Se é certo que a todo direito corresponde um dever, nesse caso, o dever é claramente imputado ao Senado Federal, constituindo, portanto, obrigação da Mesa realizar todos os atos necessários para a criação e instalação da CPI. Se válidos o boicote dos líderes partidários e o comportamento omissivo da Mesa do Senado Federal, estará consolidado o direito da maioria de impedir, por inércia, o exercício do direito constitucional e legítimo da minoria. Ou seja, qualquer investigação parlamentar passará a depender da concordância da maioria parlamentar e, conseqüentemente, da vontade do governo.

2.8. Em suma, a conseqüência clara da existência do direito da minoria à CPI é o nascimento do dever jurídico, imputável à Mesa do Senado Federal, de viabilizar o exercício desse direito. Já cuidou da questão o Ministro MOREIRA ALVES, ao lecionar que ‘a todo direito subjetivo, repita-se, corresponde dever jurídico. Se tenho direito, alguém figurante na relação jurídica tem o dever de me prestar ato ou omissão. Tem-se direito a ato ou omissão de outrem’ (cf. voto proferido no MS n. 20.257, in RTJ n. 99/1035). Conclui-se, destarte, assentando-se no direito do impetrante, a existência do dever da Mesa do Senado Federal de garantir a constituição e o pleno funcionamento da CPI, tal como demanda o artigo 58, § 3º da Constituição Federal.



2.9. A não indicação das lideranças do governo de seus representantes para a CPI deve ser interpretada, no máximo, como renúncia ao direito à composição proporcional da comissão, não possuindo, contudo, o condão de inviabilizar os trabalhos de investigação. Descabido, de outro lado, é o argumento de que a Constituição Federal limita-se a garantir a criação, relegando o seu conseqüente funcionamento à disciplina puramente regimental e, portanto, a piruetas e contorcionismos interpretativos eximidos do controle judicial. A sua adoção, na espécie, implicaria o esvaziamento do conteúdo da norma constitucional, como se a Carta da República não almejasse exatamente as conseqüências da criação da CPI (possibilidade de atuação das minorias), mas apenas a sua abstrata previsão e criação.” (grifei)

Cabe referir, ainda, a alegação – ora deduzida na presente causa – consistente na possibilidade de suprir-se a omissão dos Líderes majoritários, considerado o contexto em exame, pela aplicação analógica de preceitos inscritos tanto no Regimento Comum do Congresso Nacional (art. 9º, § 1º) quanto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 28, § 1º e art. 45, § 3º), como resulta dos seguintes fundamentos:

“Conquanto o Regimento Interno do Senado Federal seja omissivo nesse aspecto, a questão pode ser equacionada pelo significado da regra que prevê a instalação de CPI mediante requerimento de um terço dos membros da respectiva Casa Legislativa. Ou seja, CPI é instrumento que visa a assegurar os direitos da minoria. (...).

Tanto o Regimento Comum do Congresso Nacional como o Regimento Interno da Câmara dos Deputados tratam, explicitamente, da possibilidade em análise.

Determinam o art. 9º e seu § 1º do Regimento Comum:

Art. 9º Os membros das Comissões Mistas do Congresso Nacional serão designados pelo Presidente do Senado mediante indicação das lideranças.

§ 1º Se os Líderes não fizerem a indicação, a escolha caberá ao Presidente.

(...)

E os arts. 28, § 1º, e 45, § 3º, da Lei Interna da Câmara Baixa:



Art. 28. Estabelecida a representação numérica dos Partidos e dos Blocos Parlamentares nas Comissões, os Líderes comunicarão ao Presidente da Câmara, no prazo de cinco sessões, os nomes dos membros das respectivas bancadas que, como titulares e suplentes, irão integrar cada Comissão.

§ 1º O Presidente fará, de ofício, a designação, se, no prazo fixado, a liderança não comunicar os nomes de sua representação para compor as .. Comissões, nos termos do § 3º do art. 45.

.....
Art. 45. A vaga em Comissão verificar-se-á em virtude de término do mandato, renúncia, falecimento ou perda do lugar.

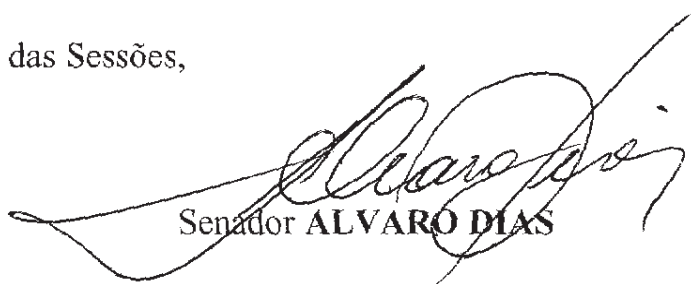
.....
§ 3º A vaga em Comissão será preenchida por designação do Presidente da Câmara, no interregno de três sessões, de acordo com a indicação feita pelo Líder do Partido ou de Bloco Parlamentar a que pertencer o lugar, ou, independentemente dessa comunicação, se não for feita naquele prazo.

Ou seja, não há, no caso em tela, qualquer dificuldade para que a autoridade indicada como coatora esteja impedida de suprir a omissão com que se pretende fazer, do art. 58, § 3º, letra morta.

.....
(...) resta que a recusa do Senhor Presidente do Senado Federal, em proceder à designação dos integrantes de Comissão Parlamentar de Inquérito, na omissão dos partidos políticos em fazer a respectiva indicação, lesiona, claramente, direito líquido e certo dos autores." (grifei)

Em face do exposto e da iminente decisão do STF, reitero o pedido de aplicação do disposto no art. 48, inciso XXXIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de que seja ouvido o Plenário desta Casa para decidir a respeito da indicação dos integrantes da "CPI do Caso Waldomiro" e verificar se, neste caso, foi observado o princípio regimental básico que assegura a preservação dos direitos das minorias, expressamente previsto no art. 412 do mesmo Regimento.

Sala das Sessões,



Senador ALVARO DIAS

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Alvaro Dias, a expressão do art. 404, “na ocasião”, responde muito bem a V. Ex^a. Tenho certeza de que, após uma leitura minuciosa, V. Ex^a concordará com a Mesa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy está com a palavra deferida pela Mesa e me pleiteia que possa falar agora porque tem de pegar um avião às 17 horas e 15 minutos. Eu não coloco qualquer objeção a isso.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O Senador Eduardo Suplicy está inscrito para uma comunicação inadiável e, assim como o Senador Sibá Machado, teria que ser intercalado com um orador. Mas, não havendo objeção do Plenário e tratando-se de uma situação distinta, concedo a palavra por rigorosos cinco minutos ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, primeiro quero informar que, tendo sido convidado para participar de simpósio sobre combate à pobreza em Berlim, na Alemanha, eu seguirei hoje à noite em viagem para essa finalidade, a fim de fazer uma palestra sobre renda básica de cidadania.

Gostaria, Sr. Presidente, de apresentar um requerimento para que seja consignado, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado, um voto de solidariedade ao jornalista e escritor Fernando Moraes, que teve o seu livro **Na Toca dos Leões** apreendido por ordem judicial, sendo, inclusive, proibido de dar qualquer declaração sobre o assunto.

Passo a ler a Justificação.

A busca e apreensão de edições do livro **Na Toca dos Leões**, do escritor e jornalista Fernando Moraes pela Justiça do Estado de Goiás, no último mês de maio, por ofensa ao Deputado Ronaldo Caiado, causou surpresa e motivo de protesto. Fernando Moraes foi proibido pela Justiça de se manifestar sobre o assunto, inclusive de dar qualquer declaração envolvendo o Deputado Ronaldo Caiado, integrante da Bancada Ruralista e fundador da União Democrática Rural. Se desobedecer, Fernando Moraes incorre no pagamento de multa no valor de R\$5 mil.

Na Toca dos Leões conta a história da W/Brazil, uma das agências de propaganda de maior prestígio. Nessa grande reportagem de Fernando Moraes, o mundo da publicidade é mostrado sem maquiagem. De suas quase 500 páginas emergem sucessos, po-

lêmicas, acusações de traições, segredos até agora guardados a sete chaves e dramas pessoais, como o seqüestro de Washington Olivetto, revivido em detalhes que permaneciam inéditos.

Justamente na semana em que o mundo celebrava o princípio da liberdade de imprensa e o direito à livre expressão, a decisão da Justiça causou perplexidade a todos nós defensores da liberdade de expressão. Nos últimos meses, a Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas – vem denunciando a postura da Justiça de impedir a circulação de algumas obras literárias, assim como a veiculação de determinadas denúncias pela televisão, como ocorreu, no último mês de maio, com o programa Fantástico, da TV Globo.

Entendo que todo cidadão brasileiro tem o amplo direito de buscar reparar prejuízos à sua imagem ou ao seu patrimônio, provocados por ação da mídia. Defendo o jornalismo ético e cumpridor da sua função de atender ao interesse público da comunicação e discordo de qualquer iniciativa ou tentativa de impor a censura e atacar a liberdade de expressão e de imprensa.

Devemos dar ao Deputado Ronaldo Caiado, a quem sou solidário, todo o direito de defesa, mas sem propormos a censura.

Nesse sentido, conclamo a todos os Senadores e Senadoras a se solidarizarem com o jornalista Fernando Moraes – que inclusive é autor de biografia ainda em andamento do Senador Antonio Carlos Magalhães – e a repudiarem o ato de proibição da veiculação do livro **Na Toca dos Leões**.

Sr. Presidente, na minha conclusão, ressalto que o Presidente Lula, hoje, no “Café com o Presidente”, reiterou:

Nós estamos fazendo aquilo que é o papel do Poder Executivo. Tem o papel da Justiça, tem o papel da Polícia, tem o papel do Ministério Público, mas naquilo que for pertinente à ação do Poder Executivo, nós não deixaremos pedra sobre pedra, iremos investigar. Eu disse no meu discurso no fórum de combate à corrupção, que houve na semana passada, que eu cortaria na minha própria carne, porque eu sou filho de uma mulher que morreu aos 64 anos analfabeta e que ela dizia para mim sempre o seguinte: o que um homem não pode perder é o direito de andar de cabeça erguida.

O Presidente Lula tem a nossa solidariedade. Sua Excelência vai querer continuar a andar de cabeça erguida.

É nesse sentido que reitero aqui a proposição aos Líderes da Base aliada e da Oposição, de que possam chegar, até amanhã, a um entendimento, se possível de consenso, a respeito da escolha do Presidente e do Relator da CPMI. Podem até, aqueles já designados,

dizer que não estão sendo obstáculo para se chegar a esse entendimento.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– E por que V. Ex^a não sugere o nome do Senador Pedro Simon?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Creio que o Senador Pedro Simon, por exemplo, seria um excelente nome, teria o respeito de todos aqui para, com o equilíbrio, ser proposto pelo Presidente Lula a presidir, por exemplo, uma CPI. Concordo com essa sugestão. Mas tenho a convicção de que há inúmeras pessoas com as qualidades de S. Ex^a, inclusive para as duas funções tão importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a excepcional colaboração do Senador Supply com a Mesa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 623, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado um voto de solidariedade ao jornalista e escritor Fernando Moraes que teve seu livro “Na Toca dos Leões” apreendido por ordem judicial sendo, inclusive, proibido de dar qualquer declaração sobre o assunto.

Justificação

A busca e apreensão de edições do livro “Na Toca dos Leões”, do escritor e jornalista Fernando Moraes, pela justiça do Estado de Goiás no último mês de maio, por ofensa ao Deputado Ronaldo Caiado, causou surpresa e motivo de protesto. Fernando Moraes foi proibido pela justiça de se manifestar sobre o assunto, inclusive de dar qualquer declaração envolvendo o Deputado Ronaldo Caiado, integrante da bancada ruralista e fundador da União Democrática Rural. Se desobedecer, Fernando Moraes incorre no pagamento de multa no valor de R\$5 mil.

Na Toca dos Leões” conta a história da W/Brazil, uma das agências de propaganda de maior prestígio. Nesta grande reportagem de Fernando Moraes, o mundo da publicidade é mostrado sem maquiagem. De suas quase 500 páginas emergem sucessos, polêmicas, acusações de traições, segredos até agora guardados a sete chaves e dramas pessoais, como o seqüestro de Washington Olivetto, revivido em detalhes que permaneciam inéditos.

Justamente na semana em que o mundo celebra o princípio da liberdade de imprensa e o direito à livre expressão, a decisão da Justiça causou perplexidade a todos nós, defensores da liberdade de expressão.

Nos últimos meses, a FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas vem denunciando a postura da Justiça de impedir a circulação de algumas obras literárias, assim como a veiculação de determinadas denúncias pela televisão, como ocorreu, no último mês de maio, com o programa Fantástico da TV Globo.

Entendo que todo cidadão brasileiro tem o amplo direito de buscar reparar prejuízos à sua imagem ou ao seu patrimônio, provocados por ação da mídia. Defendo o jornalismo ético e cumpridor da sua função de atender ao interesse público da comunicação e discordo de qualquer iniciativa ou tentativa de impor a censura e atacar a liberdade de expressão e de imprensa.

Nesse sentido conclamo a todos os senadores e senadoras a se solidarizarem com o jornalista Fernando Moraes e a repudiarem o ato de proibição da veiculação do livro “Na Toca dos Leões”.

Sala, das Sessões, 13 de junho de 2005. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, Senador Eduardo Supply.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2005

Solicita informações à Ministra de Estado das Minas e Energia sobre os custos que envolvem a manutenção com a estrutura operacional das empresas de transporte de gás natural ligadas à Petrobras.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do regimento interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações a Sra. Ministra de Estado das Minas e Energia sobre os custos que envolvem a manutenção com a estrutura operacional das empresas transportadoras de gás natural ligadas à Petrobras:

- 1) Quantas são as empresas transportadoras de gás natural ligadas à Petrobras?
- 2) Quais são essas empresas e quais foram os anos em que foram criadas?
- 3) Qual a justificativa para a criação de cada uma dessas empresas?

4) Qual é a estrutura organizacional de cada uma dessas empresas?

5) Quais são os normativos legais que fixaram a estrutura organizacional de cada uma dessas empresas?

6) Quais são os níveis de remuneração das funções gerenciais de cada uma dessas empresas?

7) Quanto foi repassado para custeio de pessoal, anualmente, a cada uma dessas empresas, desde o ano em que foram criadas até a data de hoje?

Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 7 de junho do corrente, publicou matéria intitulada “Nomeações políticas abrem crise na Petrobras”, mostrando que empresas “virtuais”, criadas para examinar a viabilidade de construção de gasodutos, ganharam estrutura operacional, implicando na contratação de pessoal remunerado.

A matéria mostra que contratações para a direção dessas empresas são indevidas e, ainda, que haveria indicação de apadrinhados políticos, o que teria aberto uma crise na Gaspetro, subsidiária da Petrobras.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para confirmar se esse procedimento encontra amparo nas normas da Petrobras.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o requerimento feito pelo Senador Eduardo Suplicy, na minha opinião, não pode ser aprovado por esta Casa. A solidariedade prestada ao Sr. Fernando Moraes, nesse caso, não pode ser dada pelos Srs. Senadores porque o escritor agiu de forma leviana. O Sr. Fernando Moraes não ouviu o Deputado Ronaldo Caiado, numa afirmação absurda que teria feito o Sr. Zellmeister.

Quero concluir, para ajudar nos trabalhos da Casa. É claro que o Senador Suplicy disse...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Para colaborar com V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy,

que está na iminência de perder o avião, o art. 222, do Regimento Interno, diz o seguinte:

Art. 222. O requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

§ 1º Lido na Hora do Expediente, o requerimento será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou à de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme o caso.

Quando o requerimento voltar ao Plenário, V. Ex^a poderá fazer toda a consideração subjetiva que justamente tenta fazer, de uma matéria da qual tem profundo conhecimento.

Essa é a colaboração que a Mesa dá a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu só queria concluir, Sr. Presidente, uma vez que comecei, dizendo o seguinte: não há censura. O livro foi publicado. Mas o livro tem um conteúdo difamatório gravíssimo. E mais: na entrevista que deu a Jô Soares na sexta-feira, ele disse que não se sentiu na obrigação de ouvir a outra parte – o que é fundamental no jornalismo, porque duas outras pessoas, da mais absoluta confiança e credibilidade, tinham dado o seu testemunho. Isso é uma vergonha! O Deputado Ronaldo Caiado agiu como homem do Direito: ele procurou a Justiça. Não procurou resolver os seus problemas de forma não-civilizada. Procurou a Justiça, e a Justiça agiu de forma correta. Não há censura, porque o livro foi publicado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, para uma comunicação de Liderança, por cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero aqui concordar com o discurso feito pelo nosso Presidente em exercício, Senador Tião Viana, assim como quero concordar com tudo o que vem dizendo aqui, especialmente neste ano, o Senador Antonio Carlos Magalhães. O Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está se conspurcando cada vez mais, por inação do Presidente. Ninguém aqui, até hoje, veio a esta Casa dizer que o Presidente rouba, mas está ficando cada dia mais evidente que o Presidente tolera os ladravazes, até mesmo na sua porta. E isso nós não podemos mais aceitar.

Quando V. Ex^a veio aqui dizer que todos os Ministros do PT deveriam colocar o seu cargo à disposição, quero concordar e estender as suas palavras a todos os demais Ministros. O Presidente, nesta hora, precisa ter a tranquilidade para decidir, mas precisa também ter a coragem para pôr para fora do seu Go-

verno uma banda podre que já não é mais exceção, uma banda podre que está tomando de roldão todos os passos desse Governo. As denúncias são cada vez mais contundentes, cada vez mais evidentes, e o Presidente da República não pode, de forma alguma, esquivar-se de enfrentá-las.

Eu tenho ficado muito preocupado, Sr. Presidente, com as afirmações principalmente de membros do Partido dos Trabalhadores, que dão a tônica de qualquer crítica feita ao Presidente como partindo de pessoas desajustadas, desequilibradas, doidas, doentes. E assim vem acontecendo sempre.

Lembro-me de que – e aqui, na semana passada, fui protagonista de um episódio –, quando se denunciou que o Governo do PT, ou melhor, que a campanha do PT tinha sido abastecida por US\$5 milhões dos representantes das FARC aqui no Brasil, dinheiro vindo do narcotráfico, dinheiro vindo de um movimento guerrilheiro, o coronel que foi chefe do Serviço de Inteligência aqui do Governo do Distrito Federal foi tachado de doente mental, de doido, de desequilibrado. Agora, Senador Antonio Carlos Magalhães, quem está sendo alvo desse ataque é o Deputado Federal Roberto Jefferson. É Roberto Jefferson que, duas semanas atrás, mereceu do Presidente uma referência bastante elogiosa: Sua Excelência disse que seria capaz de lhe dar um cheque em branco. E cheque em branco, V. Ex^a sabe, é para pouquíssimas pessoas que damos. Então, a intimidade do Sr. Roberto Jefferson com o poder era algo absolutamente corriqueiro, cotidiano. Era algo que ninguém podia negar. E agora estão dizendo que o Sr. Roberto Jefferson sofre das faculdades mentais. Isso é um verdadeiro absurdo!

Basta lembrar o seguinte – eu gostaria de lembrar isto: a Itália conseguiu desmanchar todo o esquema da Máfia através de denúncia dos mafiosos, e esses mafiosos eram premiados. E se criou uma instituição no mundo chamada delação premiada. O que é a delação premiada? Aquele que faz parte de um esquema, que conhece o esquema e que o denuncia tem inclusive um privilégio legal. A lei lhe dá cobertura. Não lhe dá absolvição, mas dá uma redução de pena.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Eu gostaria, em primeiro lugar, de me solidarizar com V. Ex^a, Senador Demóstenes, e de dizer que, na verdade, o Governo agora tenta desqualificar não só o Deputado Roberto Jefferson que há pouco tempo não se cansava de elogiar, como também tenta desqualificar as suas acusações, dizendo que não há provas. Ora, quando se inicia qualquer investigação, não existem as pro-

vas ainda. As provas vão chegando à medida que a investigação vai sendo realizada. Na realidade, o que acontece é o seguinte: os sintomas de corrupção já são avassaladores, e as provas certamente surgirão, quando fizermos a CPI no Congresso, que deveremos iniciar amanhã. Então, V. Ex^a tem absoluta razão: nós não temos de desqualificar o Deputado Roberto Jefferson pelas suas acusações; devemos é apurá-las, para saber a verdade. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem, Senador. V. Ex^a tem toda a razão. E mais: as provas já existem. As provas existem, e existem de forma cabal. Roberto Jefferson denunciou. No dia seguinte, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, disse que tinha avisado ao Presidente da República e apontou dois Parlamentares do Estado de Goiás. Uma das Parlamentares, uma das mulheres mais honradas do nosso Estado, disse que recusou a proposta. E disse que virá aqui, dirá que recebeu a proposta e dirá quem fez a proposta.

Então, nós estamos, sim, com provas robustas, e provas que basta as pessoas sentarem na cadeira da CPI para que elas possam brotar aos borbotões. E não podemos nos esquecer dessa finalidade.

Hoje vim à tribuna apenas para me solidarizar com V. Ex^a, Senador Tião Viana, que proferiu aqui um belo discurso. Ninguém aqui quer que o mandato do Presidente da República seja interrompido, ainda que por forças populares legitimamente constituídas. Ninguém quer que o Presidente perca a sua legitimidade para governar, mas todos queremos que o Presidente da República escancare suas portas e jogue para fora delas aqueles que estão fazendo com que o Brasil, lamentavelmente, seja conhecido não pelo país do futuro que sempre dissemos que íamos construir, não por tudo de melhor que temos aqui, mas por uma corrupção persistente e que encontra força também na não-modificação das leis, especialmente a do colarinho branco.

Nós precisamos, sim, colocar nas cadeias brasileiras, nos nossos porões presidiários os corruptos, porque senão vamos ficar naquela máxima que o povo tem toda a razão de dizer: que a cadeia no Brasil é feita só para pobre. A nossa obrigação é modificar essa legislação, e o Presidente da República, se quiser continuar o seu mandato com dignidade, tem que tomar a atitude que V. Ex^a apontou e colocar na rua aqueles ladravazes, aqueles ladrões que estão maculando a imagem do Presidente e a imagem do seu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Demóstenes Torres a colaboração com a Mesa.

Com a palavra o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL. A seguir, concederei a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por

cessão do Senador Edison Lobão, e depois ao Senador Paulo Paim e ao Senador Wirlande da Luz.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa e as revistas nacionais a cada momento trazem assuntos graves que estavam escondidos pelo Governo do PT – a não ser que o Presidente da República declare hoje mesmo que já não é mais do PT. Ele gostaria, acredito, mas tem dificuldades.

Falou-se aqui, e dei um aparte ao Senador Suplicy: por que não escolhem o Senador Pedro Simon para Relator ou Presidente da Comissão? Talvez se encontrasse aí o acordo. Porque os nomes do Partido do Dr. Pedro Simon são realmente notáveis, todos tem excelentes currículos. Mas acredito que o Senado ficasse mais tranqüilo com um currículo menor como o de Senador Pedro Simon, que não pode enfrentar aqueles que estão ali citados. Homem bom, calmo, tranqüilo, sério. De modo que isso seria evidentemente algo interessante para V. Ex^a propor ao seu Partido. Estou certo de que V. Ex^a vai me atender e apresentar a proposta ao seu Partido.

Mas vim à tribuna para ler algumas manchetes. Aqui sempre gosto de usar manchetes: “Petrobras fiancia forró petista na Bahia”.

Parece incrível, mas é verdade. O dinheiro já está lá, levado pelo Sr. Jaques Wagner – estou dando coisas acentuadas. E algumas bandas B de PP, de PL e não sei quê, se tomarem algum compromisso com o ilustre Ministro, o financiamento também existe.

Avalie como não está Sergipe do José Eduardo Dutra. Será o melhor forró de Sergipe dos últimos tempos. Vai ser com o dinheiro meu, seu, nosso, do povo brasileiro. Em vez de buscar petróleo, o que a Petrobras financia é forró. Sr. Presidente, é triste para a Nação brasileira.

A prova, aqui está a prova, quanto é para cada um, quem distribui o dinheiro, entrega em mão. Não tem nada que não esteja aqui provado neste jornal, cuja publicação peço a V. Ex^a – Senador José Jorge, já lhe darei um aparte neste instante. Peço a transcrição do editorial da primeira página e também da segunda página da **Folha de S. Paulo** de ontem, que espelha uma verdade tão tranqüila, tão boa para o País que o Presidente, se não leu, devia ler; se não quer ler, que peça a alguém para ler para ele. O fato é que não pode deixar de entrar pelos seus ouvidos as palavras da **Folha de S. Paulo**. Parabéns à imprensa brasileira e, em particular, à **Folha de S. Paulo** pelos editoriais de ontem.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos. Quero apenas sugerir, sobre essa questão do uso do dinheiro da Petrobras

para patrocinar São João na Bahia e em Sergipe, que fosse feita uma denúncia na Comissão de Valores Imobiliários. Por quê? Porque a Petrobras é uma empresa de capital aberto, é uma empresa que tem 70% do seu capital na mão de acionistas privados. E acho importante que a Comissão de Valores Imobiliários examine como a diretoria da Petrobras está utilizando seus recursos. É a sugestão que eu daria a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Atenderei a V. Ex^a e hoje mesmo procurarei um advogado para fazê-lo. Até mesmo como acionista da Petrobras que sou. Tenho esse direito, e o povo tem mais direito ainda, porque não é para isso o dinheiro da Petrobras.

Hoje o **Jornal do Brasil**... Sei que já estão desmentindo! Só provando, como disse ainda há pouco o Senador José Jorge. E vai-se provar na CPI. Uma CPI isenta! Não tem que ser uma CPI para forçar a denúncia, mas também não é para esconder a denúncia. Uma CPI isenta vai ver que a transposição do São Francisco – e está aqui citado com nomes etc – já tem duas empresas para receber grande parte da obra. Está no **Jornal do Brasil** de hoje. Também o Senador José Jorge, segundo eu soube, já falou sobre isso. Mas não custa nada que eu venha aqui e fale. É do meu dever falar. É do meu dever dizer, inclusive porque são empresas baianas. Conseqüentemente, creio que devam ser apuradas. Acho que temos de apurar. Embora, na minha inteligência... são 14 lotes – que eles dizem que só podem pegar três –, vai ser tudo subempreitado. Uma ganha; passa para a segunda; passa para outra... Mas, duas ou três ou quatro, essas é que ficarão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Terminarei, Sr. Presidente.

Mas, duas ou três ou quatro, essas é que ficarão com a obra da transposição, que não transpõe coisa nenhuma a não ser o dinheiro da Nação para o bolso das empreiteiras. Essa é uma obra tipicamente para empreiteira! Porque nem será realizada a ponto de o Presidente da República utilizá-la para a reeleição. Qualquer pessoa que conheça o assunto, mesmo que não seja do nosso Estado, mesmo de Pernambuco, por exemplo, que dizem que deseja; ao contrário, ouvi um libelo do Senador Marco Maciel, com dados importantes contra essa obra, que não pode e não deve ser feita. Mas o Ministro Ciro Gomes insiste em fazê-la, com o aplauso do Presidente Lula.

Senhoras e Senhores, acho até natural que Parlamentares desta Casa me ataquem e ataquem o Senador César Borges nos seus Estados. Eu respondo diferente: eu publico o que esses atacantes fazem e o que dizem aqui a toda hora, e até cantam. E publico

também o clichê de cada um. Eu ponho o meu retrato e o retrato do atacante. E deixo que o povo julgue. Isso é bastante significativo, o que é um pouco da coisa do debate aqui: é uma coisa normal!

Agora, levar para seus Estados coisas inverídicas como ataques à figura moral do Senador César Borges é uma coisa inconcebível. E sei que V. Ex^a, Sr. Presidente, com a linha que tem, com a correção que tem, com o hábito que tem de sempre falar a verdade, não gosta desse estilo. Eu tenho visto V. Ex^a ser atacado aqui, e V. Ex^a finge que não ouve, justamente para não se confrontar com quem, talvez, não mereça. Essa é uma técnica que eu, aliás, quero aprender. Vou aprender. Vou aprender porque, talvez, doa mais do que uma resposta.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Quem sabe no próximo mandato, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não sei se no próximo mandato. Se eu for reconduzido, meu próximo mandato vai começar em 2010.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – S. Ex^a falou em próximo mandato presidencial.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, está hoje V. Ex^a nesta Casa em uma altura tal, que todos desejam que aceite atuar como Relator ou como Presidente da Comissão. Creio, no entanto, que seu Partido não vai indicá-lo. Tenho essa impressão. Não se zangue. Creio que as pessoas não consideram o seu estilo bom. É um estilo sereno. V. Ex^a é um homem que sempre fala com tranquilidade. Mas o atual Líder indica aquelas pessoas de quem gosta, indica quem crê merecer, indica quem tem prestado mais serviços a esta Casa do que V. Ex^a. Ninguém concorda, mas é o que S. Ex^a entende.

Sr. Presidente, quero solidarizar-me neste momento. Mudo todo o tema do meu governo. Quero condenar o Governo da República e solidarizar-me com o Senador Pedro Simon pelo boicote que vem sofrendo dentro do seu Partido.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA

ANO 115 N° 66

DISTRITO FEDERAL • SEGUNDA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2005

www.jb.com.br

TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO

UMA OBRA SOB SUSPEITA

Denúncia Roberto Jefferson exibiu fita para bancada do PTB que provaria a manipulação da concorrência

Quem conta O acerto foi revelado pelo deputado Nelson Marquizezelli, do PTB paulista, em almoço na Fiesp

Os alvos Os ministros Ciro Gomes e José Dirceu seriam os avalistas da licitação dirigida, segundo a gravação

Lula convoca ministros e prepara reforma

O governo não se pronunciou sobre os detalhes acrescentados pelo presidente do PTB à existência do mensalão. Mas na Grinja do Tiro, o presidente Lula debata a crise política, em separado, com os ministros Aldo Rebelo, Luiz Gushikem e José Dirceu, o chefe do Gabinete, Gilberto Carvalho, e o presidente do PT, José Genoino. A reforma ministerial, antecipada pelo JR, está em curso. **Pág. A5**

EDITORIAL

Politicamente, o governo acabou. Economicamente, sobrevive. Resta a Lula

Não bastasse o novo arsenal de revelações sobre o mensalão, a metade pagia a deputados para votar a favor dos projetos do governo, o presidente do PTB, Roberto Jefferson, reservou bastante para o depoimento à CPI dos Correios, marcado para amanhã. O deputado Nelson Marquizezelli contou em almoço na Federação das Indústrias de São Paulo, há uma semana, que o dirigente do partido mostrou uma gravação à bancada. Comprovava a manipulação de concorrência no projeto de engenharia da transposição do Rio São Francisco para beneficiar duas empreiteiras. O acerto teria sido fechado pelo ministro Ciro Gomes, com o aval do chefe da Casa Civil, José Dirceu. Marquizezelli nega ter estado na Fiesp e a autoria do relato. Mas parlamentares confirmam a presença dele e o conteúdo da conversa. **Pág. A5**

Jefferson mira em Ciro Gomes

Deputado Nelson Marquizezelli revela que o presidente do PTB tem provas de manipulação da concorrência do projeto de engenharia da transposição do Rio São Francisco

JEFFERSON "vai estourar Ciro no meio", teria relatado Nelson Marquizezelli para uma esportada platéia na Fiesp

SÉRGIO FARDILLAS

BRASÍLIA – Promete ser potencialmente devastador o arsenal de revelações que o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), ameaça apresentar em depoimento amanhã no Conselho de Ética da Câmara. Um relato explosivo do deputado Nelson Marquizezelli (PTB-PA) revelou que o presidente do PTB teria exibido para a bancada que comprova a manipulação da concorrência do projeto de engenharia da transposição do Rio São Francisco.

Os detalhes que se seguiram, se confirmados por Jefferson diante do Conselho de Ética amanhã, serão capazes de atear ainda mais fogo à obra da transposição do Rio São Francisco. De acordo com relato do deputado do PTB paulista, Jefferson foi claro durante conversa com Ciro: queria empregar a empresa de consultoria CNBC Engenharia, uma subsidiária da Casagroup Corréa, no projeto.

O ministro da Integração, embora reticente, teria aberto uma brecha à realização do PTB. A fita,

tegração se disporia a abrir uma vaga no conteúdo do projeto de engenharia desde que a empreiteira reunisse todos os atestados exigidos. Na ocasião, Ciro estava em plena negociação para ingressar no PTB – lembrou Marquizezelli aos ouvintes. Foi quando do seu celular pessoal, acrescentou Marquizezelli, Jefferson ligou na Casa Civil e obteve a supervisão do ministro Dirceu. Th-

Conforme apurou o Jornal do Brasil, o almoço, realizado no 16º andar da sede da Federação, que se estendeu a um cafézinho, ocorreu entre 13 horas e 15 horas. Entre os convidados estavam os deputados Mendes Thame (PSDB-SP), João Seneghini (PSDB-SP), Lobe Neto (PSDB-SP), Milton Monti (PI-SP), Toldá de Souza (PT-SP), Marcelo Ortiz (PV-SP) e o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch. Embo-

Petrobras faz o São João do PT na Bahia

Estatual emprega cerca de R\$1,4 milhão em festejos juninos, a maioria em cidades administradas por aliados do governo Lula

A Petrobras vai pular a fogueira no São João da Bahia e fazer a festa no interior, às vésperas do ano eleitoral, para inflar a candidatura do ministro Jaques Wagner ao governo do estado e de outros políticos, inclusive as pretensões do coordenador para o Nordeste de comunicação institucional da estatal, o petista Rosenberg Pinto, de assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa. A empresa está investindo cerca de R\$1,4 milhão para patrocinar atrações juninas em 23 cidades balneares escolhidas a dedo pelo coordenador. A maioria delas que sequer são produtoras de petróleo. Esse total estimado – a empresa mantém o dado exato sob absoluto sigilo –, 78%, ou seja, mais de R\$1 milhão, foram destinados a prefeituras do PT e partidos aliados ao governo federal.

O próprio Partido dos Trabalhadores foi a legenda mais beneficiada na distribuição dos patrocínios da Petrobras, com 34% do montante, o que soma cerca de R\$476 mil. As cidades beneficiadas com o patrocínio da Petrobras – outros municípios que são produtores de petróleo pediram apoio à estatal e não foram atendidos, porque os gestores são oposição ao governo federal – estão se preparando para receber, daqui até o final do mês de junho, animadas caravanas de petistas balneares e de outros estados, convidados pelo ministro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As preferidas

tor de petróleo. O detalhe em relação a Ilororó, que no ano passado também recebeu patrocínio da Petrobras, não é o fato de o município ter petróleo no subsolo ou ter um São João animado e tradicional. É que o vice-prefeito, José Pinto, é irmão de Rosenberg Pinto.

Uma das poucas cidades petrolíferas patrocinadas – São Sebastião do Passé – é comandada pelo PCdoB, sigla historicamente afinada com o

ra e Santo Antônio de Jesus. O PSDB, que faz oposição ao governo federal, elegeu 26 prefeitos e teve três municípios contemplados: Itaberaba, Iluruçu e Bom Jesus da Lapa. Nenhuma das cinco cidades possui petróleo descoberto.

Senhor do Bonfim, cidade administrada pelo petista Carlos Alberto Brasileiro, dona de um São João tradicional, recebeu entre R\$250 e R\$300 mil da Petrobras. Cruz das Almas, ad-

ta, que começa no dia 21 de junho, será bancada pela Petrobras, que é o nosso maior patrocinador”, disse o coordenador de cultura, Ricardo Bitencourt.

Entre as atrações bancadas pela Petrobras está a banda Calypso, cujo cachê varia entre R\$60 e R\$70 mil por uma hora e meia de show. Trata-se de uma das bandas mais caras do país na atualidade, com aparições quase que semanais nos grandes programas de auditório das maiores emissoras de TV do país. Mas a estatal também bancará outras atrações de renome no Norte e Nordeste do Brasil, como Calcinha Preta e Limão com Mel, com cachês que variam de R\$40 a R\$50 mil, e de menor peso, como Mulheres Perdidas, que custa entre R\$20 e R\$25 mil.

“Recebemos uma grande ajuda da Petrobras, sobretudo para a contratação das bandas, que devem atrair 80 mil turistas para a cidade”, afirmou Bitencourt, acrescentando que o São João de Senhor do Bonfim também terá show de espadas e feira livre. Em Amargosa, outra cidade com tradição junina e administrada pelo petista Valmir Samcoia, a es-

Prefeitos apontam ‘politicagem’

O que reforça ainda mais a tese de que a Petrobras utilizou critérios políticos para patrocinar festas juninas no interior da Bahia é que a estatal negou pedidos de parceria encaminhados há mais de 60 dias por cidades fortes na extração de petróleo. Foi o caso de Mata de São João, que, além de ter o combustível fóssil, enviou uma solicitação de patrocínio dentro dos parâmetros alegados pela estatal para liberar recursos para festas juninas nos municípios do interior do estado, valorizando os aspectos culturais e folclóricos locais. Outro município que possui petróleo explorado pela Petrobras – e teve o pedido de parceria negado – foi Esplanada.

“Buscamos o patrocínio e não fomos atendidos. Eles disseram que as verbas para investir em São João tinham acabado. Não sei qual foi o critério utilizado pela Petrobras. Gostaria muito que não fosse político, embora possamos perceber que as prefeituras do PT e do PMDB foram privilegiadas com recursos, mesmo não tendo petróleo”, lamentou o prefeito de Mata de São João, João Gualberto (PP). Ele frisou que a estatal vai reduzir de R\$140 mil para R\$100 mil os investimentos no município este ano, enquanto nas cidades adminis-

tradas pelo PT e o PMDB, exemplo de Ilororó, o montante só faz crescer. “É muito ruim para o país que, se o critério for mesmo político uma empresa como a Petrobras esteja sendo utilizada dessa forma”, completou.

O prefeito de Esplanada José Aldemir da Cruz (PP) afirmou que o critério utilizado pela estatal na distribuição dos recursos é político. “Soube que a Petrobras ia investir nas festas juninas do interior. Mas nem procurei a empresa porque sabia de antemão que as cidades preferenciais seriam as do PT. O que a Petrobras está fazendo na Bahia é um escândalo comparado às denúncias de corrupção que atingem o governo federal hoje”, salientou o gestor.

Para o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), José Ronaldo de Carvalho (PFL), que também é prefeito de Feira de Santana, é no mínimo estranho que a Petrobras só tenha patrocinado o São João de dois municípios do PFL. “Não quero dizer que a estatal utilizou critério político, mas o fato é que isso é muito estranho. É muita coincidência que, de uma lista de 23 municípios, apenas dois sejam do PFL, que tem mais de 150 prefeitos, e oito sejam do PT, partido que fez pouco mais de 20 prefeitos na Bahia”, ressaltou.

FOGUEIRA POLÍTICA

Municípios	Partido
Senhor do Bonfim	PT
Cachoeira	PFL

SP), durante almoço na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), na última segunda-feira, deu a dimensão do calibre do petebista.

– O ministro (da Integração Nacional) Ciro Gomes está enrolado. O Jefferson (deputado Roberto Jefferson) vai estourar ele no meio – engatilhou Marquizezelli, ante olhares surpresos de empresários e parlamentares.

A atmosfera de expectativa se espalhou como rastilho de pólvora no local, ao que o parlamentar do PTB, percebendo um misto de estupefação e ansiedade no ar, acrescentou:

caldeira política que ameaça o Planalto. Segundo Marquizezelli, no segundo semestre do ano passado, Jefferson se dirigiu ao gabinete de Ciro Gomes, no Ministério da Integração, acompanhado dos deputados Luis Antônio Fleury (PTB-SP), José Múcio (PTB-PE) e do líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

O presidente do PTB estava empenhado em interceder na concorrência ao projeto de engenharia, viabilidade econômica e consulto-

reticente, teria aberto uma brecha à pretensão do PTB

pretensão do PTB. Afirmou que, em princípio, não poderia atendê-los no pleito, pois já havia acertado com duas empreiteiras num acordo envolvendo ele, Ciro, e o chefe da Casa Civil, José Dirceu. As empresas, segundo Marquizezelli, seriam a Construtora OAS, de propriedade do genro e hoje inimigo político do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Cesar Mata Pires, e a Odebrecht.

Mas se Jefferson conseguisse a chancela de Dirceu, o ministro da In-

tegração Nacional, Ciro Gomes, durante a conversa no gabinete de Ciro, teria sido celebrado outro acordo, segundo relato de Marquizezelli: a supressão de uma norma interna do ministério que vedava a participação na concorrência para as obras físicas da transposição de empresas que já tivessem integrado, anteriormente, consórcio para elaboração de projetos de engenharia e viabilidade econômica. Seria o sinal verde para que as empreiteiras também entrassem em licitações posteriores envolvendo a mesma obra.

tegração Nacional, Ciro Gomes, durante a conversa no gabinete de Ciro, teria sido celebrado outro acordo, segundo relato de Marquizezelli: a supressão de uma norma interna do ministério que vedava a participação na concorrência para as obras físicas da transposição de empresas que já tivessem integrado, anteriormente, consórcio para elaboração de projetos de engenharia e viabilidade econômica. Seria o sinal verde para que as empreiteiras também entrassem em licitações posteriores envolvendo a mesma obra.

Ao fim da revelação feita por Marquizezelli, o deputado estadual paulista Geraldo Vinholi ainda questionou se Jefferson teria “coragem de contar a história diante de uma CPI”.

– O que se pode saber o que se passa na cabeça dele nesse momento? – devolveu o petebista, aliado de Jefferson desde à época em que ele integrava a tropa de choque do ex-presidente Fernando Collor.

Participantes confirmam relato

Procurado pelo JB na sexta-feira, o deputado Nelson Marquizezelli, negou com veemência que tivesse feito tal revelação. Afirmou que há mais de um ano não pisa na Fiesp.

– Não estava lá. Não há a menor hipótese – disse.

No entanto, um dos parlamentares que participaram do almoço, Júlio Semeghini (PSDB-SP), não só afirmou que Marquizezelli esteve no almoço, como afirmou o conteúdo da conversa:

– O Marquizezelli estava falando que o pessoal tinha uma bomba. Ele comentou que ele (Jefferson) iria apresentar uma bomba que seria uma coisa muito séria. Não tenho mais detalhes porque fui embora mais cedo, mas o assunto era esse – confirmou Semeghini.

O deputado Mendes Thame foi outro que garantiu ter visto Marquizezelli numa roda de parlamentares e empresários, embora não recordasse ter ouvido dele a história sobre a suposta manipulação da concorrência do projeto da transposição do Rio São Francisco.

– Até porque não me sentei muito perto do Marquizezelli. E quando acabou o almoço fui um dos primeiros a ir embora, pois tinha outros compromissos – justificou Mendes Thame.

O relato bombástico, incluindo os detalhes envolvendo a suposta tentativa de interferência na licitação da transposição do Rio São Francisco, também foi confirmado ao JB por um integrante do PPS que participou do even-

to, mas pediu para não ser identificado.

As empresas citadas por Marquizezelli na conversa confirmam a participação em licitações no Ministério da Integração Nacional da transposição do Rio São Francisco, uma das principais obras sob a batuta de Ciro.

A CNEC Engenharia disse, por meio do seu departamento de marketing, que a empresa pretende disputar a licitação, cujas entregas dos envelopes estão marcadas para o próximo dia 22, para a consultoria e supervisão do projeto executivo das obras civis. A Construtora OAS afirmou que participará da concorrência para a execução da obra e a Odebrecht diz que “estuda” fazer o mesmo.

Ministro nega ter recebido integrantes do PTB

BRASÍLIA – O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, afirmou ao *Jornal do Brasil*, por intermédio da assessoria de imprensa, que “não há a menor hipótese” de ter recebido integrantes do PTB no gabinete, durante o segundo semestre de 2004, para tratar de concorrência para a realização das obras de transposição do Rio São Francisco.

– Chance zero – assegurou o assessor do ministro, Egidio Serpa.

Uma das testemunhas da negociação, segundo o relato do deputado Nelson Marquizezelli (PTB-SP), o líder do governo no Congresso, deputado Fernando Bezerra (PTB-

RN), não negou, nem confirmou. Afirmou apenas não se recordar do encontro:

– Não me lembro.

O líder do PTB na Câmara, deputado José Múcio Monteiro (PE) negou que estivesse presente.

– Não, certamente não.

A reportagem do *Jornal do Brasil* manteve contato com a assessoria do chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. O jornal ainda deixou recado nos celulares do deputado Luis Antônio Fleury (PTB-SP), durante o fim de semana, no entanto, não houve retorno.

Mais uma vez o ministro José Dirceu é citado pelo petebista

Mais uma vez o homem de confiança do presidente Lula, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, é colocado no meio de denúncias de Roberto Jefferson. O petebista já havia revelado que o ministro estaria a par das mesadas pagas a parlamentares para votar projetos de interesse do Palácio. Apesar de ter negado ontem, a possibilidade de Dirceu deixar o cargo volta com vigor a Brasília. Tendo o caso Waldomiro Diniz como o pontapé inicial para sua derrocada, seguido pelos impasses com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e a dramática resolução da reforma política, a queda de Dirceu, se depender das revelações do presidente do PTB, parece estar iminente.

CASO WALDOMIRO DINIZ

O mau agouro começou a respingar no ministro José Dirceu com o escândalo de corrupção envolvendo seu ex-assessor, Waldomiro Diniz. A notícia do envolvimento do então sub-chefe da Secretaria de Coordenação Política num esquema de cobrança de propina de bicheiros para financiar campanhas eleitorais do PT, foi o primeiro escândalo de corrupção do mandato do presidente Lula, que levou a oposição a pedir uma CPI e o afastamento do ministro José Dirceu. Com a explosão do caso Waldomiro, Dirceu quis deixar o cargo, mas o presidente Lula não permitiu. Na Casa Civil, Waldomiro trabalhou com Marcello Sereno, homem de confiança de Dirceu.

REFORMA MINISTERIAL

Fim de 2003, início de 2004, Dirceu é, mais uma vez, alvo de especulações. Com o sai-não-sai da reforma ministerial e, posteriormente, com a reforma a conta-gotas, Dirceu pensou de novo em se afastar do cargo. Um dos motivos: mesmo tendo recebido autorização de Lula para esboçar a reforma ministerial, a ação foi abortada pelo próprio presidente meses depois.

IMPASSE COM PALOCCI

Desde a posse do presidente Lula, os ministros José Dirceu e Antonio Palocci (Fazenda) começaram as trocas de farpas. O estopim para os ataques de Dirceu aos rumos econômicos dirigidos por Palocci foi a política de aumento

de juros: uma das primeiras medidas do governo petista. A partir de então, o desgaste de Dirceu em relação a Palocci ficou cada vez mais evidente e freqüente. O ministro deixou claro que discorda da ortodoxia de Palocci.

“GERENTÃO” DO GOVERNO

A última derrocada de Dirceu, antes da exacerbada do esquema de corrupção, foi sua mudança de conduta forçada no governo. O ministro, que atuou nas questões sociais e nas relações exteriores, sempre preferiu ficar à frente da coordenação política. Função suspensa por Lula, que o incumbiu de ser um coordenador das ações ministeriais. Ou no popular, um tipo de “gerentão”.

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, domingo, 12 de junho de 2005

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO * * * UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 * ANO 85 * Nº 27.829 * R\$ 3,50

Em nova entrevista exclusiva, presidente do PTB afirma que 'mesada' para parlamentares aliados chegava a Brasília em malas

Dinheiro do 'mensalão' vinha de estatais e empresas, diz Jefferson

EDITORIAL

SEM MÁGICA

A O REAGIR às denúncias sobre casos de corrupção em seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recolocou na agenda nacional a reforma política, que chamou de "palavra mágica". Não há dúvida de que o sistema político-partidário brasileiro precisa de correções.

O Planalto, porém, parece inclinado a ver no debate da reforma uma ocasião para desviar as atenções, transferindo responsabilidades do governo e do PT para as deficiências institucionais do país.

A verdadeira "mágica" que se pretende encenar é transformar culpados em vítimas. O ilusionismo consiste em criar a idéia de que falhas do arcabouço político devem responder por decisões de indivíduos cientes do que estavam fazendo. Mas identificá-los e submetê-los ao rigor da lei é fundamental.

Se houve pagamento de "mesadas", como afirmou o deputado Roberto Jefferson a esta Folha, os envolvidos precisam ser apontados e punidos. O mesmo aplica-se aos Correios e ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), empresas nas quais quadrilhas ligadas a políticos disputam vantagens na intermediação de negócios.

A ênfase na reforma não pode servir para acobertar corruptos e salvar as aparências de um governo que trocou a oportunidade histórica de promover

RENATA LO PRETE

EDITORA DO PAINEL

Em nova entrevista exclusiva à Folha, o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), afirma que o dinheiro do "mensalão" pago pelo PT a deputados de partidos aliados no Congresso vinha de estatais e de empresas do setor privado.

"Esse dinheiro chega a Brasília, pelo que sei, em malas", diz Jefferson. "Sei que as direções do PP e do PL recebem."

O presidente do PTB afirma não ter provas, mas diz que, em depoimento na Câmara na próxima terça, vai contar tudo o que "vivenciou" nesta relação de dois anos e meio com o governo do PT. A discussão sobre cargos entre os dois partidos acontecia, segundo ele, no Palácio do Planalto, em uma sala "ao lado do gabinete" do ministro José Dirceu.

Jefferson, que se diz contrário ao recebimento do "mensalão" entre deputados do seu partido, fechou, porém, outro acordo com o PT. Em troca de apoio ao governo, os petistas financiariam campanhas municipais do PTB em 2004. Teria sido aprovada verba de R\$ 20 milhões. "O primeiro recurso chegou na primeira quinzena de julho: R\$ 4 milhões, em dinheiro, em espécie", descreve Jefferson. Segundo ele, as demais parcelas não vieram. "Essas coisas foram esticando a corda, tensionando a relação do PTB com o PT."

Na entrevista, Jefferson poupa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Deixaram [os ministros petistas] o presidente completamente desinformado de algo que viciou a relação do governo, e do comando do PT em especial, com a base aliada no Congresso." Brasil

SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CARGOS

Noventa por cento das conversas eram no palácio ldo

SOBRE AS DENÚNCIAS E O FUTURO

Não temo, não. Depois do que eu já disse, se fizerem

por prefeitos petistas e que foram beneficiadas pela gigante do petróleo.

São elas Itiúba, Senhor do Bonfim, Amargosa, Jaguaquara, Cruz das Almas, Entre Rios, Mutuípe e Alagoinhas. Destas, apenas duas – Entre Rios e Alagoinhas – são petrolíferas. O PMDB, sigla aliada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve quatro municípios contemplados: Iitororó, Itapetinga, Mairi e Mundo Novo. Nenhum é produ-

ção administradas pelo PP – Piratiba, Ipiatã, Antas e Jequié – e uma do PL – Catu. Os dois partidos que apoiam o Palácio do Planalto. Destas cidades, apenas Catu, próxima a Alagoinhas, é petrolífera. Do PFL, maior partido no estado, com 155 prefeitos eleitos no pleito do ano passado (contra apenas 18 do PT), dois municípios que receberam dinheiro da estatal para os festejos, porque têm tradição junina: Cachoei-

Peixoto e famosa pela “guerra de espadas”, foi contemplada com verba idêntica. O São João de Senhor do Bonfim, que também conta com o apoio financeiro da Caixa Econômica Federal (CAE), vai custar aproximadamente R\$600 mil, de acordo com a prefeitura do município. Apenas em shows, a administração local vai gastar, com o apoio das empresas públicas e privadas, cerca de R\$350 mil. “Por volta de 48% da nossa fes-

ta é patrocinada pela Petrobras, que vai custar R\$220 mil, de acordo com Patrívone Sampaio, diretora de eventos da prefeitura local. “Temos vários colaboradores, mas acredito que a maior parte da festa será patrocinada pela Petrobras, que foi de grande ajuda e que não teve no ano passado”, contou a diretora, revelando um aspecto político da ação da estatal. No ano passado, a cidade era administrada pelo PFL.

Iitororó é favorecida por critério político e individual

O município de Iitororó, no sul do estado, ganhou da Petrobras cerca de R\$120 mil para investir no São João, de acordo com Domingos Moreira, assessor do prefeito Marco Brito (PMDB). O valor do patrocínio é superior ao investido pela estatal em outras cidades maiores e com mais tradição nos festejos juninos, a exemplo de Cachoeira, que só recebeu R\$80 mil. O que pesou a favor de Iitororó, além do aspecto político-partidário – o PMDB é aliado do PT –, foi o critério político pessoal: o coordenador regional de comunicação institucional da Petrobras no Nordeste, Rosemberg Pinto, candidato a deputado estadual pelo PT, nasceu em Iitororó e elagueu o irmão, José Pinto (PMDB), para a vice-prefeitura.

Rosemberg é notório militante petista e integra a Articulação, facção interna do campo majoritário do PT. Ele foi candidato a deputado estadual nas eleições de 2002 e conseguiu 12.099 votos. Fez parceria com o atual presidente do PT na Bahia, o deputado federal Josias Gomes. Rosemberg está em campanha para deputado estadual desde o São João do ano passado, quando foi acusado de utilizar a Petrobras para seu próprio benefício político e para beneficiar o irmão. Segundo

os deputados estaduais Heráldo Rocha (PFL) e Paulo Câmara (PFL), a estatal patrocinou, ano passado, 33 atrações das festas juninas do distrito de Rio do Meio, pertencente da Iitororó. Foram atrações caríssimas, como as bandas Calcinha Preta e Acarájé com Camarão.

“Até compreendemos que a Petrobras invista no social para fortalecer a cultura no nosso país. O que não aceitamos é que ela empregue recursos com fins eleitorais, bancando festas juninas no interior do estado, em municípios onde a estatal não tem base de produção, para favorecer os candidatos petistas, fugindo dos objetivos da empresa”, disse Câmara. Ele lembrou que, de acordo com números do próprio PT, a gigante do petróleo investiu, apenas até o meio do ano passado, R\$1,2 milhão em convênios, beneficiando cidades onde a empresa não tem base.

Rosemberg Pinto chegou a aparecer em um jornal de Itabuna, em matéria sobre o São João do ano passado em Iitororó, ao lado do candidato petista à prefeitura do município, José Adiraldo Almeida, como um legítimo cabo eleitoral. Também aparece na foto o deputado estadual petista J. Carlos, do PT, que é ligado a entidades sociais que mantêm boas relações com a Petrobras. Tendo Adiraldo Al-

meida como parceiro, o coordenador de comunicação da Petrobras também investiu no Carnaval de Iitororó – a micareta da cidade –, ao lado de outras empresas públicas federais, como o Banco do Brasil, e a Caixa Econômica Federal, segundo o deputado estadual Heráldo Rocha.

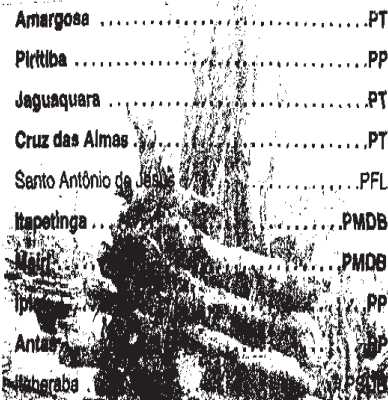
“Enviei um requerimento pedindo à Petrobras na Bahia quanto estava sendo investido no São João do ano passado pela empresa e não obtive resposta. Naquela época, a estatal fazia os investimentos escondidos, ao contrário de hoje, que é tudo escancarado. Mesmo assim, hoje, o senhor Rosemberg não fornece os números, porque essa história de São João trata-se de uma verdadeira caixa preta que financia as prefeituras do PT e o próprio coordenador institucional”, denunciou Rocha.

Alguns municípios contemplados, a exemplo de Mutuípe, administrado pelo petista Luís Carlos Cardoso da Silva, sequer tem tradição em festas juninas – ao contrário de Amargosa e Senhor do Bonfim –, o que comprova o critério político da estatal. Mutuípe recebeu, de acordo com um assessor do prefeito, cerca de R\$20 mil da Petrobras, um dos menores investimentos entre as 23 prefeituras contempladas no São João. Mas

Mutuípe, uma pequena cidade do Vale do Jiquiriçá, está entre os 15 municípios baianos que receberam da Petrobras, ano passado, entre R\$100 mil e R\$200 mil em doações, o que ajudou em muito na reeleição do prefeito.

Em Alagoinhas, administrada pelo petista Joséildo Ramos, o São João virou Santo Antônio, que é comemorado no dia 13 de junho, com o patrocínio da gigante nacional do petróleo. Lá, a empresa investiu cerca de R\$40 mil, de acordo com a vice-prefeitura. Os festejos começaram na sexta-feira. Além da Petrobras, a prefeitura de Alagoinhas também conseguiu o apoio do Banco do Nordeste, outra instituição federal frequentemente acusada de privilegiar o PT, que investiu R\$20 mil na cidade.

Em todos os municípios do PT, a estatal tem o status de maior patrocinadora do São João, a ponto de bancar, para Jaguaquara, atrações como a cantora Ivete Sangalo, que cobra em torno de R\$100 mil por uma hora e meia de show. A cidade é administrada pelo petista Osvaldo Cruz Moraes. O logotipo da empresa aparece em meio aos anúncios das atrações juninas em outdoors, folhetos, propaganda em jornais de grande circulação, na televisão e até nos cinemas.



Amargosa	PT
Piratiba	PP
Jaguaquara	PT
Cruz das Almas	PT
Santo Antônio da Jari	PFL
Itapetinga	PMDB
Mairi	PMDB
Ipiatã	PP
Antas	PP
Ilhéus	PFL

OS NÚMEROS DA EMPRESA

Receitas Líquidas (em bilhões de R\$) R\$108,202

Lucro Líquido (em bilhões de R\$) R\$17,861

Investimentos (em bilhões de R\$) R\$21,774

Refinarias 16

Rendimento das Refinarias 1,797 milhão barris por dia

Frota de Navios 50 (46 de propriedade da Petrobras)

Postos 6.154 Ativos (631 próprios)

*Informações do site da Petrobras

Ação exclusiva na Bahia e Sergipe

A coordenação regional de comunicação institucional da Petrobras no Nordeste ficou preocupada com as denúncias. A assessoria regional informou, na tarde de sexta-feira, que a estatal não iria informar quanto está gastando com os festejos nos 23 municípios da Bahia. A assessoria de imprensa da direção

da estatal no Rio de Janeiro também foi procurada e “passou a bola” para a coordenação regional no Nordeste, alegando que não há projetos culturais da empresa que se revertam em patrocínio de festas juninas.

Trata-se de uma ação exclusiva na Bahia e em Sergipe, estados onde a Petrobras in-

vestiu no apoio a candidaturas petistas, segundo denúncias feitas no ano passado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL) e outros líderes políticos.

Este ano, a estatal iria investir no São João de sete cidades do interior baiano. Em meio à crise de credibilidade, fruto dos

escândalos de corrupção que abalam as estruturas do governo federal, a Petrobras decidiu, às vésperas de mais um ano eleitoral, praticamente dobrar o número de municípios contemplados, dando prioridade aos que são administrados pelo PT e legendas aliadas do Palácio do Planalto.

que trocou a oportunidade histórica de promover mudanças por um projeto de ocupação do poder.

Medidas provisórias do Planalto já instituíram mais de 19.000 cargos, dos quais cerca de 3.300 podem ser ocupados sem concurso público. Militantes petistas e apaniguados tomaram de assalto a máquina pública, numa disputa feroz com "aliados" insatisfeitos e sedentos de recompensas. Erros políticos foram cometidos em série, e o fisiologismo tornou-se a regra.

Agora, o governo tenta convencer o país de que irá se redimir por meio de uma reforma política, que constava, aliás, das prioridades do candidato Lula, mas foi esquecida depois da vitória. A reforma continua sendo necessária, mas é ilusão acreditar em seus poderes mágicos.

Esta Folha é favorável a regras que restrinjam o individualismo no exercício do mandato parlamentar e reforcem a coerência partidária. É preciso coibir a infidelidade e a migração entre legendas. Um político que queira disputar eleições deve estar filiado a um mesmo partido nos quatro anos que antecedem o pleito. Normas para impedir a proliferação de agremiações de aluguel têm de ser reforçadas.

Coligações em eleições proporcionais devem ser proibidas. A proporcionalidade das bancadas estaduais exige correções, de modo que o voto de cada eleitor em cada Estado tenha o mesmo peso na eleição para a Câmara dos Deputados.

Há, ainda, que tornar mais rigorosas as regras para o financiamento de campanhas, conferindo total transparência a esse processo. Não será o financiamento público que resolverá o problema, mas o combate implacável às doações clandestinas.

O esforço para coibir os desvios exige que o governo federal e as empresas estatais contem com uma administração estável, baseada em carreiras, na qualificação e no mérito. O número de cargos de confiança deve ser reduzido drasticamente, e as nomeações, submetidas a critérios objetivos.

Outro foco de desvios, o Orçamento da União não pode continuar a ser objeto de negociatas. Os programas devem ser respeitados, e as emendas individuais, banidas. Há também novas privatizações a realizar, como é o caso notório do IRB.

São medidas que confeririam mais racionalidade à política nacional, mas que precisam ser acompanhadas de uma elevação do padrão ético da classe política por meio do exercício dos controles democráticos. A sociedade brasileira elegeu o candidato Luiz Inácio Lula da Silva com a esperança de que o PT demonstrasse no poder o mesmo grau de exigência moral e republicana que pregava na oposição. Se esse compromisso deixou de ser cumprido, a culpa não é apenas do sistema político.

AO SOL Trabalhador põe sisal para secar em Valente (BA); 700 mil pessoas na região dependem da fibra, financiada em parte por ciganos que dão crédito informal, mas caro Pág. B10

MAIS

Sartre, nascido há cem anos, marcou Paris

MARCOS FLAMÍNIO PERES
ENVIADO ESPECIAL A PARIS

No próximo dia 21, comemoram-se os cem anos de nascimento do filósofo e escritor francês Jean-Paul Sartre (1905-1980). Um dos intelectuais mais controversos do século 20, ele recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1964. A Folha visitou locais em Paris marcados pela história e pela obra de Sartre. Pág. 4 e 5

Sartre no escritório, em 48

Bento Prado Jr. recorda visita de Sartre ao Brasil

Pág. 6

Leia entrevista e artigo do filósofo inéditos no país

Pág. 12

CLASSIFICADOS

PESQUISA TRAÇA O PERFIL DO TURISTA PAULISTANO

As vésperas das férias de julho, pesquisa Datafolha revela o perfil do turista paulistano e os destinos que ele mais deseja conhecer no Brasil e no exterior. Leia textos de Janio de Freitas sobre

INVENIU POR CENSO das conversas em um no palácio [do Planalto], numa salinha reservada ao Silvio Pereira [secretário-geral do PT]. De vez em quando o Delúbio [Soares, tesoureiro do PT] metia a mão na porta, entrava, sentava, conversava e saía. O Ze Dirceu [ministro da Casa Civil] também. O [José] Genoino [presidente do PT] também"

INAC TEMA, NAO. Depois do que eu já disse, se fizerem alguma coisa comigo, cuí a República. Creio em Deus, Rezo. E estou muito seguro de que estou fazendo bem tanto ao meu partido, lavando o rosto do meu partido, quanto à sociedade brasileira. Tenho certeza de que as coisas serão diferentes a partir de agora"

Lei sobre a união estável gera dúvidas entre casais

Casais de namorados ignoram o fato de que, pela lei, relações estáveis implicam comunhão de bens. Para ex-casais, advogados e juízes, a própria legislação dificulta a definição de onde termina o namoro e começa uma união estável.

"A distinção ocorre muito mais na teoria do que na prática, onde ainda há muita confusão", diz a advogada Regina Beatriz Tavares da Silva. A Justiça tende a considerar namoros em que os parceiros vivem ou viajam juntos como uniões estáveis, que trazem consigo direitos e deveres. Pág. C1

Crise boliviana pode provocar falta de energia em quatro anos

A crise política e de abastecimento de gás na Bolívia já incomoda o setor energético. Para representantes de sete empresas (estatais e privadas) que discutem a questão com o governo, preocupa um cenário de escassez de oferta e preços altos dentro de quatro anos.

Embora a ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia) descarte a hipótese de falta de energia em 2009, há razões estruturais para o pessimismo, como atraso na construção de hidrelétricas e dependência do gás boliviano para a operação de termelétricas. Pág. B1 e B3

OPINIÃO EDITORIAIS

Leia "Adeus às ilusões", comentando a trajetória do PT após assumir a Presidência; e "Otimismo de Greenspan", acerca de fala do presidente do BC norte-americano. Pág. A2

COTIDIANO

Turismo reprodutivo aumenta no Brasil

Total de casais estrangeiros que procuraram clínicas de reprodução no país dobrou em relação a 2004. Pág. C4

ILUSTRADA

Herói retorna em 'Batman Begins'

Pág. E1

ÍNDICE

Esta edição tem 94 páginas: 421.472 exemplares

www.folha.com.br

01/06/05 A2-A3 MUNDO A7-A8 ESPORTE C1-A2 Quadros E9

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho por cessão do Senador Edison Lobão.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos discutido, todos esses dias, enojados certamente, todas as denúncias de corrupção nesta Casa. Temos acompanhado e repellido todas as manobras diversionistas para a apuração da verdade. Verdade que precisa ser exposta à Nação, que exigirá punição para todo e qualquer culpado, seja de que Partido for.

Vive-se hoje no País um clima de consternação, de perda de esperanças, de descrença no futuro, de preocupações com o presente e, inevitavelmente, de comparações com um passado recente e triste da nossa vida pública.

Resta ainda a fé na sinceridade e na história do Presidente da República. Pena até que Sua Excelência não tivesse atentado, Senador Sarney, para as palavras de Rui Barbosa, na sua **Oração aos Moços**, quando se refere claramente:

Não cortejeis a popularidade.

Não transijais com as conveniências.

Não tenhais negócios em secretarias.

Não delibereis por conselheiros, ou assessores.

Não deis votos de solidariedade com outros, quem quer que sejam.

O Governo não poderia estar enredado nesses escândalos. Mas está. Falta-lhe, inclusive, sintonia interna para entender os fatos e agir. Tem desentendimentos e desatenções com o Parlamento. Tem, alguns momentos, na verdade, é desapeço. E tem, sobretudo, graves problemas a resolver. Em várias áreas.

Como, além de exigir e apurar denúncias, é hora de trabalhar, trago à discussão a questão estrutural do gás natural, agora agravada com a crise conjuntural na Bolívia e que afeta, sobretudo, a região nordestina, ou pode afetar mais a região nordestina que as outras regiões do País.

A aparente normalidade após a posse do Presidente interino Eduardo Rodríguez poderá ou não se estender até a eleição e posse do novo Presidente, mas as chances de uma sucessão conturbada são muito grandes pela própria natureza da crise instalada, a meu ver, desde o processo de erradicação das plantações de coca naquele país. Não é possível se prever o que acontecerá depois da posse do novo Presidente, que

tendência terá essa ala que vier a assumir o governo boliviano. As primeiras impressões não são boas, mas ninguém pode imaginar o que acontecerá com o setor de gás e de petróleo. Convém lembrar que os atuais acontecimentos são frutos da exigência de setores radicais para que se aumentasse a tributação sobre aqueles produtos de 18% para 50%, o que afinal foi aprovado pelo congresso boliviano. O agravamento vem, agora, pelas exigências de desapropriação das multinacionais, entre elas a Petrobras, a britânica BP, e a Repsol. O agravamento, no meu entender, vem pela irracionalidade da crise: a grande riqueza nacional deles, o gás natural, não é uma verdadeira *commodity*. Se fosse, as imensas reservas de Camiséa, no Peru, já teriam sido desenvolvidas e comercializadas. Pelas mesmas razões, estão intocadas as reservas de gás da Shell na Nigéria, entre outros tantos exemplos que poderiam ser citados.

É por essa mesma razão, entre outras, que a Petrobras, ao longo de sua existência, rica em eficiência e em alta tecnologia, mas com seus resquícios autoritários, nunca dedicou recursos e atenções necessários para exploração e desenvolvimento do gás natural. O gás foi sempre considerado pela Petrobras subproduto de petróleo, e nem sempre é assim.

O contrato com a Bolívia tem aspectos positivos e negativos. Propiciou-se o desenvolvimento do setor com reais benefícios para a indústria e geração da energia termelétrica – em relação a esta última o país ainda sentirá e verificará a sua real importância.

Pagou-se um preço muito alto pelo gás no poço na Bolívia. O preço foi fixado em dólar. O Brasil endividou-se para construir o gasoduto Gasbol, fez pagamentos antecipados ao governo boliviano, carregou parceiros multinacionais e negociou o gás com a cláusula do *take-or-pay* – ou seja, use ou não use, paga pelo gás não consumido. E o País não tinha mercado para o gás. Esse é um outro ponto extremamente importante nessa análise.

Dito isso, pode-se entender melhor a racionalidade da utilização do gás da Bolívia no programa emergencial de termelétricidade, o PPT (Programa Prioritário de Termelétricidade), que foi lançado em 1999 para evitar uma crise de energia no País, e o envolvimento da Petrobras na construção dessas usinas.

Além de a Petrobras não ter mercado para o gás boliviano naquela época, a única saída para o País aumentar a geração de energia no curto prazo era por meio da termelétricidade, em razão do prazo necessário para a construção de usinas, e enfrentar a conhecida e reconhecida probabilidade da falta de chuvas que acabou se verificando na pior seca dos últimos setenta anos.

Ainda no terreno das contradições e dos aspectos negativos, quando o Gasbol foi inaugurado, a Petrobras queimava diariamente mais de 10 milhões de metros cúbicos por dia, um terço do valor do contrato com a Bolívia, certamente por falta de prioridades de investimentos para o setor. Tanto que depois foi elaborado o Projeto de Queima Zero, que entendo ter dado certo.

Agora, no meu entendimento, o aspecto mais negativo do contrato foi o de inibir ainda mais a atuação da empresa na área de exploração e de desenvolvimento de gás natural. Com o contrato com a Bolívia, com o mercado incipiente para os padrões mundiais, o enfoque da empresa continuou mesmo no petróleo, mais rentável, verdadeira *commodity*, com metas de auto-suficiência estipuladas, previsíveis e atingíveis, além de um grande apelo político ao sentimento nacionalista.

Concedo com muita satisfação o aparte ao Senador José Sarney.

O Sr José Sarney (PMDB – AP) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a sabe o grande apreço e admiração que lhe tenho. Mas mais do que isso é o testemunho da Casa inteira do seu excelente trabalho e o conceito que V. Ex^a conseguiu sedimentar no Senado Federal pelo seu talento, pelo seu trabalho e pelo seu espírito público. Sobre tudo, V. Ex^a mostra um conhecimento profundo dos assuntos que trata e hoje traz uma vez mais o problema do gás, que é básico para o País, especialmente no que diz respeito ao nosso sistema energético. Mas eu gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a para dizer que esse é um dos setores também em que o Brasil tem mostrado uma certa discriminação em relação ao Nordeste. Construíram-se todos os grandes gasodutos na direção da Região Sul, e o Nordeste ficou absolutamente abandonado no que diz respeito a esse planejamento. Tenho feito reiteradas solicitações ao Ministério de Minas e Energia e posso dizer que venho encontrando até muito boa vontade por parte da Ministra no sentido de corrigir essa distorção. Sabe V. Ex^a perfeitamente que, quando fui Presidente da República, construímos o primeiro gasoduto, aquele que vinha de Mossoró até Camaçari. E depois construí também outro que foi de Santos a São Paulo. Posteriormente o Brasil fez um planejamento maior, e V. Ex^a tomou parte na execução desse planejamento para podermos incluir o gás na nossa matriz energética como um dos pontos mais importantes. Mas ainda nos resta esse fato da falta de planejamento e da perspectiva, em curto prazo, para que o Nordeste e o Norte do Brasil possam auferir esse produto básico para a nossa central energética.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço muito o que foi dito por V. Ex^a. Um pouco

adiante tratarei também, Senador Sarney, do que ainda pode acontecer com o Nordeste em relação a essa questão do gás, da discriminação que continua a existir em relação ao Nordeste e da dependência completa daquela Região em relação ao gás.

Então, essa mudança de cultura somente agora se cogita efetivamente alterar, para acelerar o desenvolvimento do campo de Mexilhão, na Bacia de Santos...

(Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Já termino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ... estando a Ministra de Minas e Energia empenhada em antecipar para 2008 a entrada em operação do campo de Mexilhão, inicialmente previsto para 2010. Tenho convicção de que, com sua experiência e competência, S. Ex^a sabe que o atendimento dessa meta só será alcançado com esforço de guerra.

O problema mais grave, no entanto, está no Nordeste. Peço perdão aos meus companheiros por voltar a este assunto. Tantas vezes tenho assomado à tribuna para tratar, como é do meu dever, da questão energética do Nordeste, absolutamente dependente do gás natural. Dependente do gás natural porque já esgotou toda a capacidade de geração de energia hidroelétrica do seu único rio, o São Francisco. Dependente porque não tem mais como importar, no curto-médio prazo, energia por linhas de transmissão, quer do Norte, quer do Sudeste, a menos que outros empreendimentos hidroelétricos de porte venham a ser construídos. No prazo referido, é impossível que isso aconteça: desde 2003 não foi dada concessão nova alguma pela Aneel para construção de novas hidroelétricas, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Além do mais, essa importação de energia de uma Região com o mesmo regime de chuvas mas com poder econômico muitas vezes maior do que o do Nordeste – o Sudeste – implica que, em uma crise energética, como já aconteceu duas vezes neste País, a prioridade pelo recebimento de energia não será do Nordeste, mas sempre do Sudeste. É preciso, portanto, a longo prazo, evitar mais essa dependência do Nordeste.

A curto-médio prazo, a solução é o gás natural, e sem ele afirmo que faltará energia no Nordeste, mesmo que as demais Regiões estejam em situação normal.

No ano passado, não fosse a ocorrência de chuvas abundantes na bacia do Sudeste, teria havido racionamento no Nordeste, porque não haveria gás para as térmicas da Região. Aliás, a solução de curto prazo

– colocar em produção o campo de Manati, na Bahia, com o respectivo gasoduto – parece de improvável cumprimento no prazo previsto.

Todo o problema da Bolívia, todo um futuro incerto, leva-nos a sugerir ao Governo outras tantas providências na área de gás.

Sr. Presidente, peço que se publique na íntegra o artigo, porque apresento aqui dez sugestões, que passam pelo Rio Grande do Norte, por Sergipe, por Itaparica, pelas bacias gasíferas da Bahia. Há uma série de pontos aqui que precisam ser analisados pela Petrobras. Chegam, inclusive, ao Maranhão, com o gasoduto que tem de chegar, que é de absoluta importância, porque já existe uma demanda muito grande na área da siderurgia e da mineração.

Apenas para efeito de comparação, existem cerca de 1.300 sondas atualmente nos Estados Unidos perfurando petróleo. No Brasil, deve haver de 30 a 40. Então, é essa mudança que precisamos fazer, mas incluindo a área do gás. Os Estados Unidos possuem uma rede – não quero comparar tudo com os Estados Unidos, mas é um ponto importante, já que esse é o país mais desenvolvido na utilização do gás – de 450.000 Km de gasoduto. Nós temos somente 8.000 Km. Então, ainda temos um longo caminho pela frente nessa área.

Antes de conceder um aparte a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos, para que possamos refletir sobre a importância do tema tratado, quero lembrar que o Governo anunciou dois leilões de energia até o final do ano, dentro do novo modelo do setor elétrico. O primeiro, apelidado de “botox”, não deve ter maiores problemas. O segundo, que pretende colocar energia nova para 2010, aumentando a capacidade instalada do País, deve ocorrer no segundo semestre, com quantidade leiloada desconhecida. Tendo sucesso, o início dos empreendimentos deverá ocorrer no meio do ano, em função de aprovação de financiamento.

Iniciando-se em meados de 2006, portanto, para entregar energia em 2010, as usinas deveriam ser construídas em um prazo de quatro a quatro anos e meio. E aí, isso só será viável...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Peço dois minutos para terminar, Sr. Presidente.

Isso só será viável com a construção não de hidroelétricas novamente mas de termoeletricas, até mesmo porque temos os problemas das licenças ambientais das hidroelétricas. No fundo – e este é o ponto importante –, repete-se o ocorrido em 1999/2000, quando só restou uma solução: a termoeletrica. Não havia nem cultura e nem compreensão, na época, para

um programa de termoeletricidade. A rigor – e esse é o grande ponto –, aquele programa que iniciei em 1999/2000 deveria ter sido iniciado dois anos antes para que se pudesse evitar a mudança de uma matriz energética no País em três anos, o que é praticamente impossível.

Dessa forma, chega-se à conclusão da importância do gás natural e da similitude de situações, com as conhecidas diferenças em relação à cultura do gás atualmente e à questão dos reservatórios, que estão em uma situação muito melhor, ainda que persistam os mesmos problemas do passado: a questão da variação cambial e repasse às tarifas de energia e, sobretudo, a questão da bancabilidade ou financiabilidade dos projetos de energia. Mas esse é um assunto ao qual voltarei logo, pela sua gravidade e para informar as conclusões a que cheguei em encontros, na semana passada, no BID e no Banco Mundial, em Washington, onde estive em missão oficial pelo Senado Federal.

Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Novamente V. Ex^a vai à tribuna e, mais uma vez, convence a todos que o ouvem da sua capacidade inclusive no setor financeiro e até mesmo no setor elétrico, em que V. Ex^a foi um excelente Ministro. V. Ex^a chamou a atenção do País para muitas coisas que não foram realizadas e que hoje aí estão, por culpa em parte do Governo passado, em parte do atual Governo. V. Ex^a faz isso muito bem, sobretudo porque, quando existem crises de energia, nosso Nordeste sofre mais. A pouca energia que temos é transferida para os grandes centros, como aconteceu ultimamente, e ficamos em uma situação cada vez mais difícil. V. Ex^a, mais uma vez, brilha na tribuna, atacando problemas que, se o Governo tivesse juízo, iria acatar. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado pelas observações de V. Ex^a.

Preciso de mais um minuto para terminar, Sr. Presidente.

Voltarei a esta tribuna, em breves dias, para apresentar um projeto de regulação da lei do setor de gás natural. Existe a lei do petróleo, mas não existe a lei do gás. Nas circunstâncias atuais – volta-se à crise boliviana, que não é conjuntural, mas estrutural – creio ser da maior relevância que o marco regulatório do gás seja separado do de petróleo, tratando específica e unicamente das suas questões. O objetivo é criar condições para novos investimentos que serão necessários. Além do mais, repousa ainda na Câmara dos Deputados projeto de lei das agências reguladoras, aliás, por dois motivos tolos no conteúdo e complicados e inaceitáveis filosoficamente: o ouvidor que já existe

e o contrato de gestão que não funciona, mas serve para retirar a autonomia das agências.

Quero encerrar por onde comecei, agora as questões morais que atingem mais e mais, cada vez mais, o Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quero voltar à questão boliviana para, conhecendo toda a imensa complexidade do setor energético do País, as dificuldades intrínsecas ao sistema, que persistem, os interesses contrários a determinados projetos, as mudanças que estão ocorrendo no mundo financeiro, dificuldades de financiamento e o retorno a posições governamentais preponderantes nos investimentos em infra-estrutura, encerrar afirmando que precisaremos, efetivamente, de ações de guerra para vencer os desafios que nos esperam.

Volto a dizer que os desafios são sempre maiores para o Nordeste.

Por último, quero dizer que, como está aqui na **Folha de S. Paulo**, “a crise do gás aumenta o risco de apagão”, que, no fundo, é a continuação disso que falo. O Brasil já estuda desligar termelétricas porque já faltam sete milhões e meio de metros cúbicos de gás. Mas há um problema com o qual fiquei muito preocupado: na última reunião da Petrobrás teria havido já uma preocupação no sentido de segurar a construção do Gasene, absolutamente fundamental para o Nordeste. É o que vai interligar a bacia de Santos, continuando aquilo que V. Ex^a iniciou. E isso foi feito para proteger um possível consumo do Sudeste.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Só não quero é que ele resolva esse problema na Bolívia com forró.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Penso que V. Ex^a tem toda a razão.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR RODOLPHO TOURINHO**

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos discutido, todos esses dias, enojados, todas as denúncias de corrupção. Temos acompanhado, e repellido, todas as manobras diversionistas para a apuração da verdade. Verdade que precisa ser exposta à nação, que exigirá punição para todo e qualquer culpado, seja de que Partido for.

Vive-se hoje no país um clima de consternação, de perda de esperanças, de descrença no futuro, de preocupações com o presente e, inevitavelmente, de

comparações com um passado recente e triste de nossa vida política.

Resta, ainda, a fé na sinceridade e na história do Presidente da República. Pena que não tivesse seguido as palavras de Rui Barbosa na sua célebre “Oração aos Moços”:

“Não cortejeis a popularidade.

Não transijais com as conveniências.

Não tenhais negócios em secretarias.

Não delibereis por conselheiros, ou assessores.

Não deis votos de solidariedade com outros, quem quer que sejam.”

O Governo não poderia estar enredado nesses escândalos. Mas está.

Falta-lhe, inclusive, sintonia interna para entender os fatos e agir.

Tem desentendimentos e desatenções com o Parlamento. Tem, em alguns momentos, na verdade, é despreço.

E tem, sobretudo, graves problemas a resolver. Em várias áreas.

Como além de exigir e apurar denúncias, é hora de se trabalhar, trago à discussão a questão estrutural do gás natural agora agravada com a conjuntura política da Bolívia.

A aparente normalidade, após a posse do presidente interino Eduardo Rodriguez, poderá ou não se estender até a eleição e posse do novo Presidente, mas as chances de uma sucessão conturbada são muito grandes pela própria natureza da crise instalada, a meu ver, desde o processo de erradicação das plantações de cocaína no país. Não é possível se prever o que acontecerá naquele país, depois do novo Presidente, como não é possível se prever o que acontecerá com o setor de petróleo e gás natural. Convém lembrar que os atuais acontecimentos são frutos da exigência de setores radicais para que se aumentasse a tributação sobre aqueles produtos de 18% para 50%, o que afinal foi aprovado pelo Congresso Boliviano. O agravamento vem, agora, pelas exigências de desapropriação das multinacionais, entre elas a Petrobrás, a Repsol e a BP britânica.

O agravamento, no meu entender, vem pela irracionalidade da crise: a grande riqueza nacional, deles, o gás natural, não é uma verdadeira *commodity*. Se fosse, as imensas reservas de Camisea no Peru já teriam sido desenvolvidas e comercializadas. Pelas mesmas razões, estão intocadas as reservas de gás na Shell na Nigéria. Entre outros tantos exemplos.

E por essa mesma razão, entre outras, é que a Petrobrás ao longo de sua existência rica em eficiência e alta tecnologia, mas com seus resquícios autoritários,

nunca dedicou recursos e atenções necessários para exploração e desenvolvimento do gás natural. O gás sempre foi considerado, pela Petrobrás, subproduto do petróleo e nem sempre é assim.

O contrato com a Bolívia tem aspectos positivos e negativos. Propiciou-se o desenvolvimento do setor, com reais benefícios para a indústria e geração de energia termoeletrica – em relação a essa última o país ainda sentirá sua real importância – pagou-se um preço muito alto pelo gás no poço na Bolívia, o preço foi fixado em dólar, o Brasil se endividou para construir o gasoduto Gasbol, fez pagamentos antecipados, carregou parceiros multinacionais e negociou a compra com a cláusula de “*take or pay*” com a Bolívia: ou seja, pagava pelo gás usando-o ou não. E o país não tinha mercado para o gás. Dito isso, pode-se entender melhor a racionalidade da utilização do gás da Bolívia no programa emergencial de termoeletricidade – o PPT – e o envolvimento da Petrobrás na construção de usinas. Além dela não ter mercado para o gás boliviano, a única saída para o país aumentar a geração de energia, em curto prazo, era através de termoeletricidade, em função do prazo necessário para construção de usinas. E enfrentar a conhecida e reconhecida probabilidade de falta de chuvas, que acabou se verificando na pior seca dos últimos 70 anos.

Ainda no terreno das contradições e dos aspectos negativos, quando o Gasbol foi inaugurado a Petrobrás queimava, diariamente, mais de 10 milhões de m³ por dia – 1/3 do valor contratado com a Bolívia – certamente por falta de prioridade de investimentos para o setor. Tanto que depois foi elaborado o Projeto de Queima Zero, creio com sucesso.

Mas no meu entendimento, o aspecto mais negativo do contrato foi o de inibir, ainda mais, a atuação da empresa na área de exploração e desenvolvimento de gás natural. Com o contrato com a Bolívia, com um mercado incipiente para os padrões mundiais, o enfoque da empresa continuou mesmo no petróleo, mais rentável, verdadeira *commodity*, com metas de auto-suficiência estipuladas, previsíveis e atingíveis, além do grande apelo político e sentimento nacionalista.

Tanto é assim que agora é que se cogita efetivamente de acelerar o desenvolvimento do campo de Mexilhões, na Bacia de Santos, estando a Ministra de Minas e Energia empenhada em antecipar para 2008 a entrada em operação do Campo de Mexilhão, inicialmente previsto para 2010. Tenho convicção que, com sua experiência e competência ela sabe que o atendimento dessa meta só será alcançado com um esforço de guerra.

Mas o problema mais grave está no Nordeste. Peço perdão aos meus companheiros por voltar ao tema, tantas vezes tenho subido à tribuna para tratar, como é do meu dever, da questão energética do Nordeste, absolutamente dependente do Gás Natural.

Dependente do gás natural porque já esgotou toda capacidade de geração de energia hidroelétrica do seu único rio, o São Francisco.

Dependente, porque não tem mais como importar, no curto-médio prazo, energia por linhas de transmissão, quer do Norte ou do Sudeste. A menos que outros empreendimentos hidroelétricos de porte venham a ser construídos. No prazo referido, é impossível que isso aconteça: desde 2003 não foi dada nenhuma concessão pela ANEEL para construção de novas hidroelétricas.

Além do mais, essa importação de energia de uma região com o mesmo regime de chuvas, mas com poder econômico muitas vezes maior que o do Nordeste, implica que, numa crise energética, como já aconteceu duas vezes neste país, a prioridade pelo recebimento de energia será sempre do Sudeste. É preciso, portanto, no longo prazo evitar mais essa dependência do Nordeste.

A curto-médio prazo, a solução é o gás natural e sem ele vai faltar energia no Nordeste, mesmo que as demais regiões estejam em situação normal.

No ano passado, não fosse a ocorrência de chuvas abundantes na bacia do Sudeste, teria havido racionamento no Nordeste, porque não haveria gás para as térmicas da região. Aliás, a solução de curto prazo – colocar em produção o campo de Manati na Bahia, com o respectivo gasoduto -, parece de improvável cumprimento o prazo previsto.

Todo o problema da Bolívia, todo um futuro incerto, leva-nos a sugerir ao Governo outras providências na área de gás, que resumo a seguir:

1. Acompanhar, também em esforço de guerra, a construção do Gasene. O Ministério de Minas e Energia anunciou o fechamento do contrato com os chineses e eu comemorei desta tribuna o fato; o Presidente do BNDES fez anúncio semelhante. Acontece que depois dos episódios da Bolívia, a Diretoria da Petrobrás não estaria dando sequência ao projeto em função de prioridade que deveria ser dada para o Sudeste, em caso de crise futura. Ou seja, o gás do Espírito Santo – cerca de 10 milhões de m³/dia – seria reservado para atender o Sudeste. Estamos encaminhando

ao Governo Pedido de Informação pelo Senado Federal.

2. Antecipar os campos de Mexilhão e Cedro, como comentado.

3. Acelerar o gasoduto Campinas – Rio, com dois anos de atraso.

4. Acelerar a produção de Cacimbas, no Espírito Santo, podendo significar mais 3 milhões de m³.

5. Acelerar o projeto do gasoduto e do campo de Golfinhos, também no Espírito Santo.

6. Antecipar a perfuração dos 7 poços de Manati, buscando triplicar a estimada produção de 2 milhões de m³/dia e ampliá-la.

7. Intensificar a atividade exploratória na Bacia Gasífera de Tucano e na Bacia de Camamu, na Bahia.

8. Retomar as atividades em Itaparica, Bahia.

9. Intensificar as operações na área marítima de Sergipe – descoberta recente e em águas rasas.

10. Intensificar as atividades no Rio Grande do Norte.

Só para comparar: de uma forma geral existem nos Estados Unidos cerca de 1.300 sondas perfurando aquele país. No Brasil, são cerca de apenas 30 a 40 sondas.

A rede de transporte nacional de gasodutos é de cerca de 8.000 km; a dos Estados Unidos é de 450.000 km.

Por fim, para que possamos refletir sobre a importância do tema aqui tratado, quero lembrar que o Governo anunciou dois leilões de energia até o final do ano, dentro do novo modelo do setor elétrico. O primeiro, apelidado de “*botox*”, não deverá ter maiores problemas. O segundo, o que pretende colocar energia nova para 2010, aumentando a capacidade instalada do país, deve acontecer no segundo semestre, com quantidade leiloada desconhecida. Tendo sucesso, o início dos empreendimentos deverá ocorrer no meio do ano, em função de aprovação de financiamento. Iniciando-se em meados de 2006, portanto, para entregar energia em 2010 as usinas deveriam ser construídas num prazo de quatro a quatro anos e meio. E aí, isso só será viável com Usinas Termoeletricas, face ao prazo maior de construção das hidroelétricas, para não se falar nos problemas das licenças ambientais. No fundo, repete-se o ocorrido em 1999/2000 quando só restou uma solução: a termoeletrica. Não havia

nem cultura e nem compreensão, na época, para um programa de termoeletricidade que deveria ter sido lançado, pelo menos, dois anos antes.

Dessa forma, chega-se à conclusão da importância do gás natural e da similitude de situações, com as conhecidas diferenças em relação a cultura do gás e da situação, hoje, dos reservatórios. Ainda que persistam os mesmos problemas do passado: a questão da variação cambial e repasse às tarifas de energia e, sobretudo, a questão da bancabilidade ou financiabilidade dos projetos de energia. Mas esse é um assunto que voltarei a ele logo, pela sua gravidade e para informar das conclusões a que cheguei em encontros, na semana passada, no BID e no Banco Mundial, em Washington, onde estive em missão oficial pelo Senado Federal.

Voltarei também à tribuna para apresentar, dentro de alguns dias, projeto de lei de regulação do setor de gás natural no país. Nas circunstâncias atuais – volta-se à crise boliviana que não é conjuntural – creio ser da maior relevância que o marco regulatório do gás seja separado do de petróleo, tratando especifica e unicamente das suas questões. O objetivo é criar condições para novos investimentos que serão necessários por tudo que se disse. Além do mais, repousa ainda na Câmara dos Deputados o projeto de lei das agências reguladoras, aliás, por dois motivos simples no conteúdo e complicados e inaceitáveis filosoficamente: o ouvidor que já existe e o contrato de gestão que não funciona, mas serve para retirar a autonomia das agências.

Quero encerrar por onde comecei, agora as questões morais que atingem mais e mais o governo.

Quero voltar à questão boliviana para, conhecendo toda a imensa complexidade do setor energético do país, as dificuldades intrínsecas ao sistema que persistem, os interesses contrários a determinados projetos, as mudanças que estão ocorrendo no mundo financeiro, dificuldades de financiamento e retorno a posições governamentais preponderantes nos investimentos de infra-estrutura, quero encerrar afirmando que precisaremos efetivamente de ações de guerra para vencer os desafios que nos esperam.

Volto a dizer: os desafios são maiores, como sempre, para o Nordeste que represento nesta casa!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR RODOLPHO TOURINHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

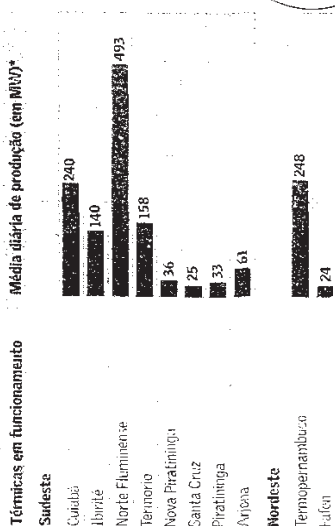
(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Corte no fornecimento de gás natural boliviano levará à paralisação de dez usinas no país

Brasil já estuda desligar termelétricas

Produção paralisada

Dez usinas geram 4,19% do consumo do país



*Fonte: Informação fornecida durante a Operação do UNIC. Média verificada até o dia 8 de julho.

Leila Coimbra
De São Paulo

Caso a crise boliviana venha a comprometer efetivamente o abastecimento de gás natural no país, um dos pilares do plano de contingenciamento preparado pelo governo será o desligamento de usinas termelétricas movidas a gás em território brasileiro.

Atualmente, dez térmicas estão em operação no país, produzindo uma média diária de 1.548 MW — ou 4,19% do consumo total do Brasil. Para gerar esse volume de energia, as usinas consomem, juntas, aproximadamente 7,5 milhões de metros cúbicos diários do insumo, volume equi-

valente a quase um terço do total das importações bolivianas. Esses dados fazem parte do informativo Preliminar Diário da Operação feito na última quarta-feira — documento elaborado pelo Operador Nacional de Energia Elétrica (ONS), cuja atualização mais recente era a do dia 8 de julho, quarta-feira passada.

Do total, oito usinas na região Sudeste estavam gerando: Cuiabá, Ilhéus, Norte Fluminense, Terenório, Nova Piratininga, Santa Cruz, Piratininga e Arjona. No Nordeste, a termopernambuco e a Iafen também produziam eletricidade a partir do gás. Estas usinas poderiam ser desligadas com certa tranquilidade, já que

existe água suficiente armazenada nos reservatórios das hidrelétricas para garantir a confiabilidade do abastecimento elétrico no país. No Nordeste, os lagos das usinas estão com 94,99% de sua capacidade total e no Sudeste, com 84,79%.

No Sul, as duas térmicas movidas a gás na região — as usinas de Uruguaiana e Canoas — já estão paradas por falta de gás. Neste caso, não pela escassez do insumo boliviano, mas do gás importado da Argentina. Os reservatórios das hidrelétricas do Sul estão com uma capacidade mais baixa do país, de 67,48% do total, situação que ainda pode ser confortável.

Para o especialista em energia

Governo monta gabinete de crise para acompanhar escassez de gás da Bolívia

Cláudia Schöffner
Do Rio

O governo brasileiro montou ontem um gabinete de crise na Petrobras para desenhar um plano de contingência nacional para gerenciar os efeitos da convulsão social e política da Bolívia sobre o mercado energético brasileiro, que está sob a ameaça de corte do fornecimento de 24 milhões de metros cúbicos de gás importados diariamente do país vizinho.

Ao mesmo tempo em que o diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, admitia ontem de manhã, pela primeira vez, a possibilidade real de suspender a produção de gás natural na Bolívia e as importações para o Brasil dentro de seis a sete dias, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a estatal garantiram que o abastecimento de gás de cozinha (GLP) e gás natural canalizado para uso residencial está assegurado.

Em comunicado conjunto, o governo informa que o plano de contingência que está sendo elaborado prevê a utilização de combustíveis substitutos "como uma das principais alternativas para gerenciar uma situação temporária de redução no fornecimento do insumo". E que o contingenciamento já tinha começado nas refinarias da Petrobras e estendido para as termelétricas, que vão usar combustíveis substitutos, ou seja, óleo.

A reunião foi comandada pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, com a presença da secretária de Gás e Petróleo, Maria das Graças Foster, do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, além de técnicos de diversas áreas da estatal. Também foram convocados os presidentes de grandes distribuidoras como a paulista Comgás, a fluminense CEG, a mineira Gasmig e distribuidoras da região sul do Mato Grosso, todos convocados às pressas na quarta, segundo o presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás (Abegás), Romero de Oliveira e Silva.

Também participaram da reunião executivos das empresas Repsol e Total, grandes produtoras de gás na Bolívia e sócias da Petrobras nos campos de San Alberto e San Antonio, os maiores daquele país.

Durante cerimônia de entrega da plataforma P-47, ontem de manhã, Nestor Cerveró, da Petrobras, admitiu que a crise no sistema de transporte de combustíveis líquidos na Bolívia começará a afetar o Brasil dentro de uma semana, caso persista. O mercado, porém, prevê que o fornecimento entre em colapso no fim de semana, quando começariam a ser exportados apenas metade da média de 24 milhões trazidos diariamente.

O diretor internacional da Petrobras disse que a importação de gás poderá ser reduzida mas não paralisada, lembrando que nem todo o gás importado vem dos campos na Bolívia. Já o tamanho do freio dependerá do nível de produção de gás nos campos bolivianos e de como a estatal conseguirá gerenciar o excesso de líquidos nos seus dutos e refinarias localizadas no país. Apesar de admitir a crise, Cerveró disse que por enquanto a estatal não planeja retirar os 30 brasileiros que formam o contingente de 1.930 funcionários da Petrobras Bolívia (PEB).

Ele também disse que o consumo de gás natural veicular (GNV) é pequeno e que por isso o fornecimento não deve ser atingido. Já o diretor financeiro da companhia, José Sérgio Gabrielli, admitiu que o gás da Bolívia, devido a seu volume, "difícilmente é substituível", frisando que a empresa quer evitar alarmar a população "para uma situação que pode não acontecer".

O secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Rio, Wagner Victor, prevê que a Petrobras terá que implementar plano de redução da queima de gás, que só na bacia de Campos foi de 3,6 milhões de metros cúbicos/dia em março, aumentando a transferência para o continente e reduzir a oferta de gás para térmicas e co-geração.

e diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), Adriano Pires, a pior consequência desta crise de abastecimento de gás seria a retomada da confiança no combustível pelo mercado consumidor após o contingenciamento. "O setor de gás vira bem, com crescimento do consumo, e depois não será fácil recuperar a credibilidade". Segundo Pires, os casos mais críticos serão os dos Estados que hoje têm 100% de dependência do gás boliviano como Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, duas das três distribuidoras dependem totalmente do gás da Bolívia: a Gas Natural e a Gas Brasileira.

Fabricantes temem desabastecimento

'Brasil foi 'amador', critica secretário

Vânessa Jurgenfeld e Marli Lima
De Florianópolis e Curitiba

A indústria da região sul do Brasil se mostrou ontem preocupada com o possível desabastecimento de gás natural devido à crise boliviana. Em Santa Catarina, Estado que concentra grandes indústrias como Eliane, Portobello e Cetresa, as empresas têm mantido conversações com a SGGás, que em nota afirmou que o desabastecimento, por enquanto, é especulativo.

Em caso de falta do gás natural, o setor cerâmico, consumidor de cerca de 60% do gás que é distribuído em Santa Catarina, teria como alternativa o uso do GLP (gás liquefeito de petróleo) e do carvão mineral, mas as empresas não se mostram favoráveis a esses processos hoje pois envolveriam novos investimentos e de forma muito rápida.

O presidente do sindicato das

indústrias cerâmicas de Santa Catarina, Luiz Alexandre Zugno, diz que o uso do GLP, abandonado no início dos anos 90 quando a oferta do gás natural foi atrelada para as indústrias, seria uma volta ao passado. As empresas temiam que ainda possuir tanques de armazenamento, que foram desativados com a vinda do gás natural, ou deixar um caminhão de GLP estacionado nas unidades para o abastecimento. O carvão mineral também poderia ser um substituto, mas, diz ele, não facilmente serviria em todos os equipamentos.

Em Campo Largo, cidade paranaense tida como a capital brasileira da buça, o gás é o principal insumo da indústria e representa 30% dos custos. Se faltar, o prejuízo será maior do que a interrupção da produção de nove empresas, como Lucypa, Schmidt e Gerner. Os fabricantes precisam ser mantidos quen-

tes porque, quando esfriam, dilatam e precisa ser reformados.

O presidente do Sindilouça, José Canisso, conta que a preocupação é antiga e surgiu já em 2000, quando os fabricantes passaram a usar o gás boliviano. "Sempre nos perguntamos: e se tiver uma crise na Bolívia? Agora estamos com o problema na mão". Segundo ele, a indústria cobrou muitas vezes da Petrobras um plano emergencial, como a criação de uma rede interligada, semelhante à do sistema elétrico, para que uma região pudesse abastecer a outra em caso de falta do produto.

Canisso disse que as nove empresas empregam 8 mil pessoas e usam cerca de 75% do gás fornecido pela Companhia Paranaense de Gás (Compagás).

Empresas paulistas procuradas pelo Valor, como Ford, GM e Antiver, não quiseram dar entrevistas.

Claudia Schiffrer e Janaina Villela
Do Rio e de Itajaí

O secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Rio, Wagner Viter, criticou a forma como o governo brasileiro vem tratando a crise política e econômica da Bolívia. Para ele, a questão está sendo conduzida de forma amadora.

"Não se deve tratar de maneira diplomática uma questão técnica e de segurança nacional como essa do gás. O problema na Bolívia não é só uma crise interna, e sim a crise interna de um país que vai afetar a segurança do nosso abastecimento, atingindo cidades como São Paulo", disse Viter, depois de participar da cerimônia de entrega da plataforma P-47, da Petrobras.

Ele também alertou o governo sobre o fato de nenhum plano de contingência poder ser definido

com as empresas distribuidoras sem a aprovação dos Estados, já que a distribuição de gás é uma concessão estadual, garantida pela Constituição. "As distribuidoras não podem assumir compromisso com o governo federal porque estão subordinadas ao poder concedente estadual", disse o secretário.

O diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme Estrella, garantiu que a estatal já estudou plano alternativo de abastecimento de gás para o Brasil, caso a crise na Bolívia perdure por mais dias. De acordo com ele, a Petrobras trabalha com diversos cenários para o abastecimento de gás no mercado. O diretor não quis informar, no entanto, quais seriam esses cenários.

"A empresa está preparada para fazer o possível para atenuar qualquer tipo de situação", disse o diretor, que participou ontem

da inauguração do primeiro bloco do casco da plataforma P-51.

Na avaliação de Estrella, foi um "erro estratégico" o Brasil depender tanto do gás boliviano. Segundo o diretor, o gás é um insumo muito importante para que o país esteja tão dependente de importações. Foi um erro de estratégia (a decisão de colocar no suprimento energético brasileiro um insumo como o gás). Estamos hoje tratando de uma situação decorrente de uma decisão que foi tomada há décadas por quem eu não sei", disse Estrella em resposta a provocação feitas minutos antes por Viter.

Para o secretário do Rio, o governo brasileiro e a Petrobras demoram a reagir à crise boliviana. "Essa é uma crise anunciada, falamos disso no ano passado e fomos taxados de mensageiros do apocalipse", afirmou Viter.

Problemas de abastecimento na Bolívia expõem dependência do país de termelétricas e a falta de investimentos em usinas

Crise do gás aumenta o risco de 'apagão'

FERNANDO CANZIAN
CLAUDIA TREVISAN
DA REPORTAGEM LOCAL

A crise política e de abastecimento de gás na Bolívia elevou de amarelo para vermelho o sinal de alerta para a falta de energia elétrica no Brasil nos próximos anos.

O fantasma do racionamento de 2001 ou de um quadro de preços nas alturas a partir de 2009 já rondava o setor e materializou-se rapidamente na semana passada. Há uma série de fatores estruturais para o pessimismo:

1) das 27 concessões autorizadas entre 2000 e 2001 para a construção de novas usinas hidrelétricas (que demorariam quatro anos para ficar prontas), nenhuma saiu ainda do papel. O problema principal é a falta de uma política clara de preços da energia para remunerar esses novos investimentos;

2) sem mais energia hidrelétrica, a partir de 2006 o aumento do consumo deveria ser coberto pela geração das termelétricas, que dependem de gás para operar;

3) além de o abastecimento de gás boliviano estar em xeque, há consenso de que os preços vão subir devido ao aumento de tributação no país vizinho e pela tendência natural de alta do petróleo;

4) hoje, o setor elétrico é individualmente o maior devedor do sistema financeiro e não conta na política de preços ou no modelo de concentração de poderes do Ministério de Minas e Energia.

Na semana passada, a Folha ouviu representantes de sete empresas (estatais e privadas) que vêm discutindo com o ministério a atual política para o setor.

Sob o compromisso de não terem seus nomes revelados, técnicos qualificam como "autoritário", "irreal" e "cheio de ideias por decreto" a atual condução do setor pela ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia).

Em entrevista à *Folha*, Dilma rechaça a avaliação de que haverá falta de energia no país a partir de 2009 e afirma que a crise na Bolívia é de curta duração. Em sua opinião, as previsões pessimistas servem ao interesse das empresas de elevarem o preço das tarifas (leia texto à pág. B3).

Hoje, 81% da capacidade de geração de energia no Brasil tem origem hidrelétrica. A tendência é que, sem novos investimentos no setor, a termelétrica poderia aumentar gradativamente a sua participação atual, de 16%.

A situação do setor já era delicada pela redução de investimentos, originada na convergência de três fatores vistos como negativos pelas empresas: esvaziamento das agências reguladoras; concentração de poder no Ministério de Minas e Energia; e contenção de tarifas, com consequente diminuição da rentabilidade.

O Brasil tem hoje sobra de energia, decorrente do aumento da capacidade de geração ou do menor consumo registrados entre 2001 e 2003. Mas, se a economia crescer em média 4,2% ao ano, esse excedente será consumido rapidamente e haverá déficit.

Para haver oferta de energia no

fim da década, os investimentos precisam começar já, pois a construção de uma hidrelétrica exige pelo menos quatro anos. Depois disso, a empresa irá operar pelo prazo da concessão, que pode ser de 35 anos, quando deverá recuperar seu investimento.

Por enquanto, estão confirmadas obras que garantem a ampliação da geração de energia dos atuais 38 GW (gigawatts) médios para 54 GW médios. Essa medida traduz a média de consumo no ano, marcada por momentos de

uso e de ociosidade do sistema.

No cenário de crescimento de 2% ao ano, o país deveria chegar 2009 com 59 GW médios de potência, de acordo com cálculos de Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. Ou seja, faltariam 5 GW médios, que demandariam investimentos de quase \$5,4 bilhões (R\$ 10 bilhões).

Sem a expansão de seu parque energético, o país corre o risco de optar a ter de sacrificar crescimento econômico em razão das deficiências estruturais.

O problema é que as empresas consideram que as regras estabe-

lecidas pelo ministério de Dilma Rousseff não garantem o retorno de seus investimentos nem um cenário de estabilidade.

É aí que entram as agências reguladoras. Conhecidas no governo FHC, essas entidades teriam autonomia para atuar como órgãos de Estado e evitar interferências políticas nos setores que estavam sendo privatizados ou abertos ao setor privado, como telefonia, energia e petróleo e gás.

Também teriam independência para garantir a isonomia de tratamento entre as estatais e as empresas que entrassem nesses setores. O governo Lula considerou excessiva a autonomia, principalmente na fixação de tarifas, e decidiu devolver ao governo central os poderes de decisão.

O presidente do Conselho de Infra-Estrutura da CNI (Confederação Nacional da Indústria), José de Freitas Mascarenhas, acredita que "há um risco real" de problemas de desabastecimento ou de preços muito elevados para a energia no médio prazo.

"Mas a energia mais cara é a que não existe. Sem os investimentos na área hidrelétrica, ficaremos dependentes da termelétrica e do gás, que pode faltar. Tendo, será mais caro, mas é melhor pagar por isso do que não ter", afirma.

Para Saturnino Sérgio da Silva, titular do conselho de Infra-Estrutura da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o ministério de Rousseff vem apresentando um quadro que "parece ser confortável".

"Eles têm se mostrado bastante conscientes, concordando que temos problemas. Mas sempre mostram uma saída, um plano de contingência que, se acreditássemos, estaríamos tranquilos. Mas não acreditamos em tudo", diz.

→ LEIA MAIS sobre energia à pág. B2

Preço fixado em leilão desestimula empresas

DA REPORTAGEM LOCAL

Um dos piores sinais para o mercado em relação a novos investimentos em usinas hidrelétricas ocorreu no início de abril, quando o Ministério de Minas e Energia conduziu um leilão de venda de energia "velha" (de usinas já existentes). No leilão, o governo arbitrou os preços que seriam pagos às geradoras.

Os preços fixados para 2009 foram considerados absolutamente inviáveis pelas geradoras, que não quiseram vender a energia. Mesmo para 2008, por causa do preço fixado, a oferta das geradoras não ultrapassou a metade da demanda das distribuidoras.

Segundo o setor, é essa demonstração de que os preços fixados pelo governo não refletem a realidade do mercado que emperra os novos investimentos — principalmente da área privada.

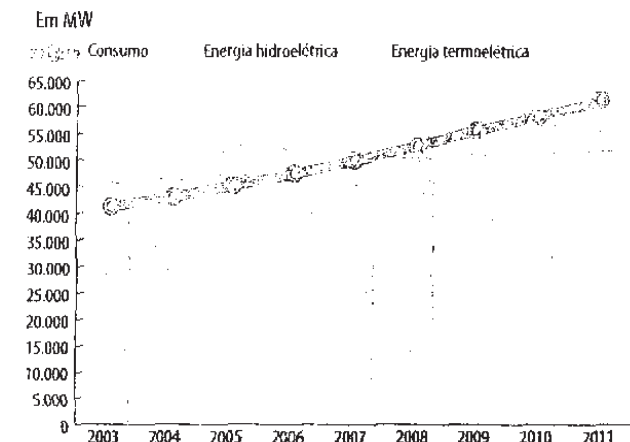
O ministério alega que os leilões para energia "nova" (de usinas que ainda devem ser construídas) serão mais atrativos. Mas o mercado não confia nessa promessa, segundo vários relatos à *Folha*.

Para as empresas, segundo os relatos, também não interessa se a energia é "velha" ou "nova", conforme a definição do ministério, uma vez que o resultado da venda vai para um mesmo caixa a ser utilizado em novos investimentos ou para gerar lucros.

Além disso, as empresas afirmam que, com o esgotamento gradativo do espaço para novas hidrelétricas no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, o custo para a construção de novas barragens e linhas de transmissão na região Norte é bem mais elevado — e, portanto, requer mais tarifas para remunerar os investimentos.

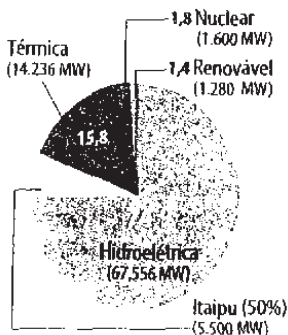
Isso sem contar o risco de problemas ambientais, que podem retardar ainda mais o início de operação de obras que poderiam estar sendo iniciadas agora.

As empresas afirmam que, no caso das estatais federais e estaduais, o ministério tem condições



A ENERGIA NO PAÍS

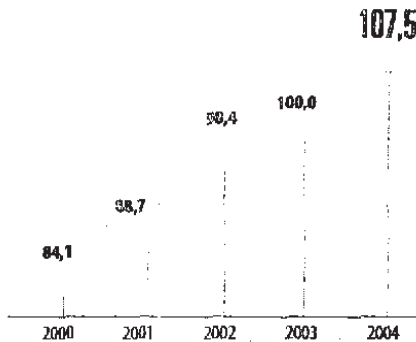
Capacidade instalada (MW) por tipo de geração, em %



Fontes: ONS, Aneel e empresas do setor

PRODUÇÃO NACIONAL DE GÁS NATURAL

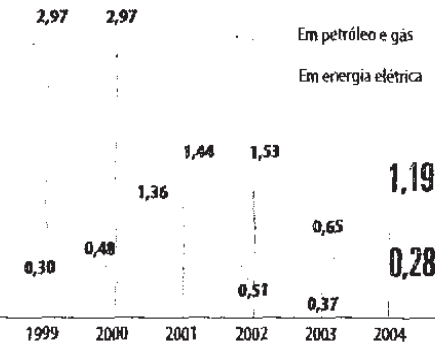
Em barris equivalentes de petróleo



Fonte: Centro Brasileiro de Infra-Estrutura

O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ENERGIA

Em US\$ bilhões



de forçá-las a cobrar preços "irreais", mas que a prática pode acabar descapitalizando as empresas e impedindo novos investimentos no futuro.

Um dos temores é que, pela falta de novas usinas e por causa do preço e da oferta de gás, haja uma "dilapidação" das usinas estatais — que trabalhariam acima das taxas médias, provocando uma queda rápida e perigosa nos níveis de seus reservatórios.

Essa hipótese poderia ocorrer desde já se o fornecimento de gás boliviano vier a ser interrompido.

A ausência de uma lei do gás, o esvaziamento da ANP (Agência Nacional do Petróleo) e o domínio do mercado pela Petrobras são apontados como fatores que

inibem investimentos privados em gás no Brasil, que poderiam minimizar o impacto do eventual corte de fornecimento da Bolívia.

"O desenvolvimento do setor de gás natural é restringido pela posição dominante da Petrobras em toda a indústria, o que torna difícil a implementação de projetos de gás sem sua participação", afirma estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre o Brasil divulgado em março.

"Se tivéssemos um bom marco regulatório, poderíamos atrair investidores que deverão sair ou deixar de colocar dinheiro na Bolívia", diz Adriano Pires, superintendente de abastecimento da ANP no governo FHC. (FCE/ET)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa informa que o pronunciamento feito pelo eminente Senador José Sarney no dia de hoje, um extraordinário testemunho de cinquenta anos da vida política brasileira, com notável concentração nas virtudes do Parlamento brasileiro nos últimos cinquenta anos, será publicado na forma de separata e enviado aos Legislativos do Brasil inteiro.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim pelo prazo de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, primeiramente, quero agradecer aos Senadores Mão Santa, Romeu Tuma e Marcelo Crivella, que me acompanharão, na próxima quinta-feira, a uma audiência pública no Rio Grande do Sul para discutirmos a situação de um quilombo, chamado Quilombo Silva, que fica no centro da capital e está ameaçado de despejo.

Eu e os Senadores Mão Santa, Marcelo Crivella e Romeu Tuma participaremos de uma audiência pública com a presença do Incra, da Fundação Palmares, do Ministério Público, da Seppir e de todos aqueles que estão envolvidos nessa situação, cerca de 70 pessoas que estão morando naquela terra há aproximadamente cem anos, terra passada de geração para geração, e que poderiam perder o direito à moradia, à propriedade.

Neste momento tão difícil da conjuntura nacional, é bom percebermos que, independentemente da questão partidária – o Governo do Estado é de um Partido, a Prefeitura é de outro –, juntamente com o Governo Federal, todos estão trabalhando para uma saída tranquila e para que os remanescentes dos quilombolas possam permanecer na terra.

Quero também dizer, Sr. Presidente, nesta mesma linha da minha fala, que ontem reuni-me com a coordenação da Marcha Zumbi +10, representada por um de seus coordenadores, o Professor Edson Cardoso, o principal jornalista do Irohin, o jornal dessa marcha, e quero anunciar ao País que foi confirmado que a Marcha Zumbi +10, uma grande mobilização que acontecerá em todo o País, está confirmada para o dia 16 de novembro deste ano.

O importante é que esse debate da regulamentação dos direitos civis dos negros no Brasil está sendo feito em cada município, em cada comunidade, passando por debates em conferências estaduais, e terminará com um grande encontro aqui em Brasília, culminando com a marcha no dia 16 de novembro.

Um dos objetivos da marcha é a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, cujo Relator é o Senador Rodolpho Tourinho, que está fazendo um belíssimo trabalho.

A V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, quero dizer que houve uma conferência na capital gaúcha onde eu disse que V. Ex^a me alertava de que havia uma falha na concepção original do Estatuto, no qual trabalhei muito junto com outros Deputados. Faltaria um artigo específico que tratasse da situação da mulher negra, o que V. Ex^a vai corrigir na redação final do Estatuto da Igualdade Racial.

Estive com o Ministro Palocci discutindo a criação de um fundo, porque deve haver um fundo que garanta, efetivamente, a aplicação de políticas públicas que defendam, que garantam as políticas afirmativas, reparatórias, compensatórias de tudo aquilo que sofreu a comunidade negra ao longo desses 500 anos.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que essa marcha, repito, é inspirada muito na Marcha para Washington, que foi liderada pelo grande Martin Luther King, que fez com que aquele país enfim aprovasse os direitos civis lá, o que, no Brasil, está retratado no Estatuto da Igualdade Racial.

Sr. Presidente, esperamos que compareçam a esse movimento do dia 16, em Brasília, mais de 50 mil pessoas, brancos e negros comprometidos com a liberdade, com a igualdade e com o fim dos preconceitos.

O dia 14 de novembro é marcado por ser a data dos lendários Lanceiros Negros, que lutaram na guerra contra o Uruguai, na guerra contra a Argentina e que se destacaram na Guerra dos Farrapos. O Senador Mão Santa, que conhece muito bem essa história, sobre a qual já debatemos, sabe que os Lanceiros Negros morreram lutando pela liberdade, porque entendiam eles que não havia sentido mesmo o entendimento com as tropas imperiais sem que fosse assegurado o fim da escravidão no Brasil.

No Senado, aprovamos o Diploma Lanceiros Negros, que será entregue, aqui neste plenário, para aqueles que têm compromisso com a caminhada no dia 14 de novembro. Então, no dia 14 de novembro, o Senado da República entregará, a todos aqueles que lutam pela igualdade, pela liberdade, pela justiça e contra os preconceitos, o Diploma Lanceiros Negros. Será um momento muito importante.

Por isso, Sr. Presidente, os dias 14 e 16 de novembro estão no calendário dos movimentos sociais, com uma grande mobilização rumo a Brasília, visando à aprovação também do Estatuto da Igualdade Racial.

Sr. Presidente, quero aproveitar este meu tempo também para falar um pouco da situação do Rio

Grande. Representantes dos arrozeiros gaúchos, que geram cerca de duzentos mil empregos, estiveram reunidos com o Presidente Lula e com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, para discutir as dificuldades apresentadas pelos produtores de arroz no Rio Grande do Sul, que acumulam R\$1,7 bilhões em prejuízos de agosto do ano passado a maio deste ano.

Já foram realizadas, por esses produtores, diversas manifestações, inclusive o bloqueio de rodovias com caminhões e tratores, como forma de pressão, como uma grande mobilização para buscar saídas.

Podemos anunciar, Senadora Ideli Salvatti, que essa mobilização foi positiva. A reunião entre os produtores e o Presidente Lula resultou no anúncio da liberação de R\$1 bilhão para a comercialização de produtos agrícolas mediante contrato de opção. Isso, com certeza, vai minimizar os efeitos dos produtos que entram via Uruguai e Argentina.

Sr. Presidente, está havendo um grande entendimento quanto ao preço da saca do arroz. O Governo já aponta para o valor de R\$23,20; os produtores levantam um valor um pouco maior, R\$27,00, mas estou convencido de que haverá um grande entendimento na faixa dos R\$25,00.

Será muito boa a forma como os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda estão construindo esse entendimento. Por isso, meus cumprimentos ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; ao Ministro Palocci; ao Ministro Roberto Rodrigues e ao Ministro Miguel Rosseto.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti, que acompanha essa negociação e que, com certeza, vai enriquecer o meu pronunciamento sobre este tema do agronegócio que interessa todo o País.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, essa questão dos produtores de arroz afeta sobremaneira o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dois Estados com produção significativa do arroz brasileiro. Efetivamente, durante a semana passada, tivemos a oportunidade de acompanhar a movimentação, as reuniões. Mesmo não estando presente, pudemos falar por telefone com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo e com o Dr. Murilo Portugal, que está na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. Todas as iniciativas visam, efetivamente, a liberação dos recursos, que não sairão todos de uma vez só, porque se precisa de cortes no orçamento e de realocar para atender. Mas haverá liberação de recursos a partir desta semana, os R\$250 milhões já anunciados. Buscavam-se mais R\$150 milhões para, num curto prazo, poder complementar.

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Rodolpho Tourinho, desejo apenas terminar o aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ainda tenho mais cinco minutos, Sr. Presidente.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Os produtores de arroz podem confiar, porque a solução está muito bem encaminhada para que possam superar essa crise. Houve um acúmulo de uma supersafra, com importação e baixa do dólar. Esse setor acabou por acumular três situações que trouxeram prejuízos, mas, com a pronta ação do Governo, buscamos encontrar a solução.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, o seu pronunciamento é esclarecedor, mostra que V. Exª tem atuado e participado desse debate. Casualmente, os dados que tenho vão ao encontro de seu pronunciamento, pois 64 cooperativas que integram a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul – FecoAgro/RS – apontam nesse sentido. De fato, esse entendimento está sendo construído. Entendo que avançaremos muito, sem sombra de dúvida. Houve a iniciativa recente, que V. Exªs acompanharam, do Ministro Miguel Rosseto, que distribuiu para os agricultores que tiveram prejuízo com a safra, devido à seca, o chamado Seguro Agrícola. Tratou-se de um gesto importantíssimo que foi aprovado agora no Governo Lula.

Para concluir, Sr. Presidente, reafirmo a minha posição de confiança no Presidente Lula e no debate que estamos construindo sobre esses temas que nos são tão caros e tão importantes para viabilizar o agronegócio em nosso País.

Estou esperançoso e não deixarei, Senador Rodolpho Tourinho, de falar todos os dias, se eu tiver a oportunidade – V. Exª é parceiro neste tema –, sobre a PEC paralela. V. Exª estava a pensar “duvido que o Senador Paim não fale da PEC paralela”. Estamos com a assinatura de todos os Líderes. Mesmo o Senador José Agripino, que ainda não havia assinado, me garantiu que dialogaria com V. Exª, pois é o Relator e também do mesmo Partido. S. Exª assinaria, nesta semana, a urgência da matéria. Todos os Líderes a assinaram. Conversei na CCJ com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Essas assinaturas visam fazer a matéria ser aprovada até o fim do ano, tanto que o requerimento está comigo, na minha pasta. Apenas o entregarei depois que V. Exª, Senador Rodolpho Tourinho, me der o sinal verde de que temos construído esse grande entendimento.

Este é um momento em que se debate a CPI. Creio que temos que debater, que ir fundo na questão, como dizem V. Exªs e eu também, “doa a quem

doer”. Isso não inviabiliza que votemos, no plenário, a PEC paralela. Sinto que há um clamor da sociedade. Ao mesmo tempo, é claro que a sociedade quer a investigação da CPI. Como disse o Presidente Lula, “doa a quem doer; corte na carne de quem cortar”. Por outro lado, a PEC paralela também é um cobrança muito forte.

Senador Rodolpho Tourinho, sinto muito porque V. Ex^a é o Relator. Sinto de forma respeitosa. Sei do seu esforço para que a matéria chegue ao plenário, inclusive com acordos. Por isso, é bom que a sociedade saiba que V. Ex^a ainda não entregou o relatório no plenário porque está conversando com todos os setores. Percebo que há boa vontade. Há, no requerimento de urgência, a assinatura de todos os Líderes. Da Liderança do Governo ao P-Sol, todos assinaram o requerimento de urgência. V. Ex^a está, claro, com a responsabilidade maior de fazer com que a matéria não seja emendada e não retorne à Câmara dos Deputados. V. Ex^a não quer isso, bem como todos nós.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Gosto de insistir no porquê da PEC paralela. Ela vai garantir a aposentadoria da dona-de-casa, a integralidade, a paridade, o subteto, a não contribuição de inativos com doença incapacitante. Enfim, resolverá a situação de muitas pessoas, porque, ao tratar das donas-de-casa, ultrapassa a questão dos servidores públicos. Diria que resolverá a situação de alguns milhões de brasileiros que estão nessa expectativa.

Não gostaria – já que entendo que vai haver recesso – de entrar em recesso sem votar a PEC paralela. É preferível não entrarmos em recesso e, sim, votarmos a PEC paralela, para que as pessoas possam encaminhar a sua aposentadoria nesse novo parâmetro que, no meu entendimento, é muito mais justo que o da PEC original que aqui votamos, com o compromisso de, num segundo momento, votar a PEC paralela.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso, Sr. Presidente, estou convicto de que não haverá recesso sem que se vote, primeiro, a PEC paralela.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, representantes da orizicultura gaúcha estiveram reunidos com o Presidente Lula e o Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abaste-

cimento, para apresentar as dificuldades enfrentadas pelos produtores de arroz do Rio Grande do Sul, que acumulam R\$1,7 bilhão em prejuízos, de agosto do ano passado a maio deste ano.

Já foram realizadas diversas manifestações de produtores, inclusive bloqueio de rodovias com caminhões e tratores, como forma de pressão para que o Governo adote medidas imediatas e eficazes. Foi um pedido de socorro para a situação enfrentada pelo setor.

A orizicultura está presente em 133 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. É uma crise sem precedentes!

A reunião resultou no anúncio de liberação de R\$1 bilhão para a comercialização de produtos agrícolas, mediante contratos de opção, na tentativa de minimizar os efeitos danificadores da importação do produto do Uruguai e da Argentina.

A dificuldade ora enfrentada deve-se ao preço sugerido pelo Governo para os leilões. Surgiu um impasse entre a área técnica do Ministério da Agricultura e os representantes dos produtores, que ainda não chegaram a um consenso em relação ao valor da saca. O Governo acenou com o valor de R\$23,20 a saca, levando os produtores a reduzirem o valor de R\$27,00 para R\$25,00.

A fixação final do preço depende, ainda, de um acerto entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda. A equipe do ministro Roberto Rodrigues tem tomado medidas para que o repasse dos recursos seja garantido, junto à área econômica, com a maior brevidade possível. Se depender da boa vontade do Ministério da Agricultura, em breve teremos boas notícias.

Outro pedido lançado pelo setor foi o alongamento de suas dívidas. O Presidente diz-se preocupado e acenou com a possível “criação de uma agenda positiva para o setor agropecuário”.

Tenho recebido em meu Gabinete inúmeras manifestações de prefeituras municipais, de câmaras de vereadores, de entidades representantes do setor agrícola e dos próprios agricultores solicitando uma atenção especial do Governo no sentido de socorrer o setor, minimizando este momento de incerteza que vive a orizicultura gaúcha.

Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, também, um relatório sobre a situação do agronegócio no Estado do Rio Grande do Sul e as reivindicações do Sistema Cooperativo Agropecuário Gaúcho.

O documento revela dados surpreendentes, que nos levam a concluir que os agricultores estão vivendo uma das mais sérias crises enfrentadas nas últimas décadas.

A falta de preço para a soja, o trigo, o milho e o leite; o comprometimento do agronegócio com a política de juros altos e a desvalorização do dólar frente ao real são alguns dos problemas elencados pelos representantes das 64 cooperativas que integram a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul Ltda. – FECOAGRO/RS.

O produtores estão com sua capacidade de endividamento tomada, e as Cooperativas, que normalmente custeiam aos seus associados as sementes e os insumos para iniciar o plantio, estão descapitalizadas, necessitando de alocação de recursos para saldar seus compromissos com fornecedores e, assim, poderem continuar prestando serviço aos agricultores.

Sabemos que as perdas não se refletem apenas na renda familiar, mas também comprometem a subsistência das famílias, que vivem exclusivamente do plantio e da criação.

A crise não é particularizada, atingiu os pequenos e grandes produtores em quase todas as regiões do Estado.

Segundo dados do Laboratório de Agrometeorologia da Fundação de Pesquisa Agropecuária do Estado, de 10 de março de 2005, o total de perdas de grãos na safra 2004/2005 superou os 8 milhões de toneladas.

Conforme o relatório, tivemos também diminuição na produção de carne na ordem de R\$670 milhões, contra R\$39 milhões de perdas na produção de leite.

A avicultura, desenvolvida no âmbito da agricultura familiar, também demonstrou significativos prejuízos com a longa estiagem, enfraquecendo a arrecadação dos municípios.

Da reunião geral realizada pelas cooperativas do sistema Fecoagro/RS foi retirada uma pauta de reivindicações no sentido de buscar soluções para pelo menos amenizar os efeitos da estiagem e dos problemas ora enfrentados pelo setor agropecuário: liberação imediata de recursos para custeio e pré-custeio; auxílio estiagem para atender 130 mil pequenos agricultores; prorrogação das parcelas de financiamentos vencidas ou vincendas em 2005; alocação de recursos para as cooperativas no valor de R\$800 milhões; programa que permita o abastecimento de rede de água e para a construção de pequenos açudes; e a criação de linhas de créditos especiais são algumas das reivindicações pautadas pelas instituições representativas dos agricultores gaúchos.

A insatisfação no campo é incontestável. O Governo federal já começa a sinalizar com algumas medidas para minimizar a crise no agronegócio brasileiro.

Se realizarmos uma análise da produção de grãos nos últimos anos vamos perceber que a agricultura

gaúcha tem sofrido altos e baixos decorrentes, principalmente, dos fatores climáticos.

Já que não podemos influenciar nos fatores meteorológicos, precisamos de políticas públicas que possam minimizar estes efeitos.

Sabemos que os recursos anunciados pelo Governo federal são importantes e muito esperados pela comunidade agrícola, mas ainda não são o ideal. É apenas um começo!

Sei da persistência e da garra de todo o povo gaúcho, misto de trabalhador e guerreiro, que tem demonstrado esperança e firmeza a esta justa peleia.

Contem com o meu apoio!

Hoje também estou aqui para falar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto que trago, sobre uma grande mobilização que será realizada pela comunidade negra: a Marcha Zumbi + 10. No dia 16 de novembro próximo, milhares de negros e não negros que lutam pelas causas dos afro-brasileiros virão às ruas de Brasília.

O jornal **Irohin** que recebi hoje do professor Edson Cardoso demonstra a importância da Marcha Zumbi + 10 neste dia.

A idéia é mostrar a todos o que a nação negra entende por um país melhor. E um país melhor enfrenta o debate. Um país melhor assume que no Brasil as diferenças existem, o racismo existe, queiram alguns ou não, assumir essa realidade.

Apenas com propostas afirmativas estaremos construindo um país desenvolvido, com a inclusão daqueles que estão à margem da sociedade. Assim estaremos promovendo a plena cidadania de todos os brasileiros, negros ou não. Mais, com isso estaremos, de fato, exercendo a democracia.

A “Marcha Zumbi + 10” pretende fortalecer a mobilização da população negra. Queremos que recursos do Orçamento sejam destinados para programas que assegurem a igualdade e a superação da pobreza. Como sabemos, a maioria da população brasileira é negra, assim como a maioria da população das camadas sociais mais baixas.

Mas a Marcha não pretende apenas isso. Ela aponta a urgência de políticas públicas que garantam aos afro-brasileiros o acesso a direitos civis, sociais, econômicos e culturais. Reafirma o nosso direito à participação política, à liberdade de opinião e expressão.

Também é propósito da mobilização a denúncia de extermínios de negros. Nossa agenda política não pode ignorar a ação de grupos de extermínio que têm como alvo principal – ou mesmo como um de seus alvos –, os afro-brasileiros.

Nós nos perguntamos: como ficam as famílias das pessoas assassinadas? Não está na hora de fazer justiça? De darmos respostas a mães, pais, irmãos?

A “Marcha Zumbi + 10” é pela aprovação do projeto que apresentei, o Estatuto da Igualdade Racial. Aqui, insisto, precisamos parar de adiar a aprovação desse projeto. O racismo e o preconceito, repito, precisam ser encarados de frente.

Em 2005 a comunidade negra merece conquistar a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Entendo que se isso não acontecer este ano perde o sentido dizer que 2005 foi decretado pelo Presidente Lula como sendo “Ano da Igualdade Racial”.

Desejamos que nossa Marcha tenha resultados positivos. Por todos esses fatores citados é que pedimos, para o dia 16 de novembro, uma audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Imaginem que alegria se, no ano em que comemoramos os 310 anos da morte do líder negro Zumbi dos Palmares, conseguirmos avançar com a aprovação do Estatuto!

A vitória, a meu ver, poderá ser comparada com a conquista de um outro líder negro: Martin Luther King, que, como os senhores sabem, conquistou a aprovação dos Direitos Cíveis dos Negros Norte-Americanos durante a Marcha sobre Washington.

Sr^{as} e Srs. Senadores, dia 16 de novembro devemos estar unidos pelas mesmas causas: a igualdade entre as raças e o fim do preconceito e do racismo.

No dia 14 de novembro, a luta daqueles que há tempos estão batalhando por essas causas será reconhecida. Neste dia teremos a entrega do Diploma Lanceiro Negro. Uma proposta de minha autoria que pretende agraciar todos cidadãos brasileiros que, de alguma forma, destacam-se no combate às desigualdades.

Serão homenageadas pessoas das mais diversas áreas, mas que têm um compromisso com a eliminação dos preconceitos e das discriminações de qualquer espécie.

A inspiração foram os lanceiros negros da Revolução Farroupilha, que ocorreu nos Estados do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina entre 1835 e 1845.

Os lanceiros foram homens que lutaram e morreram pelos ideais de liberdade e igualdade. Como podemos perceber, uma luta universal dos negros. Por isso, os lanceiros são o farol dessa homenagem.

É com orgulho que digo que o diploma Lanceiro Negro será a terceira premiação instituída pelo Senado Federal.

Os outros são o Bertha Lutz e a Ordem do Congresso Nacional. Tenho orgulho disso porque percebo que os parlamentares dessa Casa acompanham essa

luta. Como disse anteriormente: nós Senadores já temos consciência do problema enfrentado pelos negros e queremos mudar isso.

Enfim, precisamos, urgentemente, avançar na questão racial. Sabemos que ao longo do tempo a comunidade negra vem obtendo conquistas, mas a realidade atual dos afro-brasileiros exige mais. Não esqueçam disso e, no dia 16 de novembro, unam-se a nós!!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador Paulo Paim, devo informar a V. Ex^a que busco, neste momento, o último acordo em relação à PEC paralela e também o melhor momento, nesta semana, para isso. Mas tenha convicção, tenha certeza V. Ex^a de que tenho toda a preocupação, como Relator, em relação a esse aspecto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia, por meio dos assistentes da Mesa, solicitar a vinda para o plenário da PEC que trata do aumento de idade para a aposentadoria dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, ela está pronta para ser pautada, aguardando a desobstrução da pauta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder e saber qual a ordem da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra, imediatamente, ao Senador Ney Suassuna, por cinco minutos, como Líder.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje eu deveria estar em Piancó, cidade

da Paraíba onde se celebra, todo dia de Santo Antônio, uma missa a que comparecem todos os políticos do Estado. Não pude estar lá porque os compromissos da Liderança me obrigam a permanecer em Brasília, mas desejo à cidade de Piancó, que comemora essa festa máxima, muito sucesso no dia de hoje.

Ao ocupar a tribuna, gostaria de registrar minha alegria ao ver que cinco lotes da BR-101 foram lançados na quinta-feira passada. Senador Antonio Carlos Magalhães, esses lotes ligarão, provavelmente, desde o Estado de V. Ex^a e Pernambuco até Rio Grande do Norte e Ceará. São oito lotes da BR-101, estrada que vai cortar, duplicada, todo o Nordeste e aumentará, com toda a certeza, o fluxo entre os Estados, melhorando a economia, o turismo e tudo o mais. Os cinco lotes foram lançados na quinta-feira passada. Três haviam sido lançados anteriormente e devem ser abertos em meados de julho. Com isso, contaremos com uma estrada nos mesmos moldes, acredito eu, do Sul e do Sudeste, onde a BR-101 está praticamente avançada.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Agradeço, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a faz uma comunicação importante a esta Casa, como todas, aliás, de sua autoria. Mas gostaria que V. Ex^a também trabalhasse a fim de que prosseguisse a obra de Salvador até o Espírito Santo, porque esse é o pior trecho da BR-101.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse trecho também é na BR-101, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É sim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quem sabe se o trecho não está incluído nesses cinco lotes novos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não está. Peço a V. Ex^a que use seu prestígio. A Bahia agradecerá muitíssimo e prestará as homenagens devidas a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quem sabe se, juntos, todos os Senadores em cujos Estados passa a BR-101, não conseguiremos. Poderíamos até redigir um documento nesse sentido, porque não adianta a estrada ficar solta no espaço. Vem do sul, pára e começa de novo?

Pois bem, é bom que façamos um documento, todos nós, de todos os Estados, e que levemos isso adiante. Vamos pedir. Com toda a certeza, essa estrada será uma das coisas que vai compensar a Sudene.

E estou exultante também com o trabalho que V. Ex^a tem feito, porque retiraram a nossa Sudene, não nos disseram mais quais são os recursos, estamos sem coisa alguma, e sei que V. Ex^a está relatando o projeto, cobrando recursos e modificando a forma que estava sendo dada a ele. Então, para quem não tem a Sudene funcionando, que pelo menos se conclua e se integre a BR-101.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, volto a esta tribuna para registrar que, no último domingo, 12 de junho, numerosos eventos marcaram o transcurso do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, promovido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Trata-se de uma data de grande importância, porque, de um lado, celebra os significativos avanços que gradativamente têm sido conquistados pelas sociedades contemporâneas nessa área; e, de outro, mobiliza a mídia, o Poder Público, ONGs e entidades religiosas, filantrópicas e comunitárias, entre outras, aprofundando os níveis de conscientização e de engajamento nessa árdua tarefa que consiste em resgatar o direito à infância, subtraído de milhões de crianças e adolescentes precocemente inseridos no mercado de trabalho.

No Brasil, como ocorre em numerosos países, mas especialmente nos de economia periférica, o trabalho infantil atinge proporções alarmantes – o que não significa, de forma alguma, que não temos o que comemorar. É certo que temos ainda um longo e penoso trabalho pela frente, para tirar nossas crianças e nossos adolescentes do mercado de trabalho e devolvê-los aos lares, à escola e ao convívio com o público juvenil. Porém, não podemos nos esquecer, até mesmo para manter o nosso alento, do que já conseguimos até agora, especialmente nas últimas duas décadas, quando o trabalho infantil sofreu redução significativa.

Trata-se, Sr Presidente, como observei, de uma tarefa penosa, pois o trabalho infantil, em nosso País, tem sido uma constante histórica, com componentes econômicos, sociais e culturais. Essa intolerável prática remonta ao processo de colonização, quando adultos e também crianças indígenas foram obrigados a trabalhar na extração do pau-brasil e na construção das primeiras vilas. Mais tarde, no período da escravidão, centenas de milhares de crianças e adolescentes fizeram parte das imensas legiões de escravos.

O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – Ipec registra que a história da industrialização do Brasil também foi feita com o esforço de milhões de pequenos operários. Já no final do século XIX, de acordo com o Ipec, 15% dos empregados em estabelecimentos industriais paulistas eram crianças e adolescentes. Essa prática, no entanto, não se restringia às indústrias – era comum, também, nas atividades comerciais, agrícolas e de serviços.

O trabalho infantil, Sr^{as} e Srs. Senadores, é frequentemente relacionado com a pobreza e a exclusão social. No entanto, conforme salientei, tem origem também na organização do sistema produtivo, não raro em ambientes familiares e de formatos tradicionais. Além disso, tem um caráter cultural profundamente arraigado, com base no conceito de que a criança voltada para o trabalho não se desviará para a delinquência e a marginalidade. É preciso ter em mente, porém, que a infância perdida jamais será recuperada, com graves prejuízos de ordem emocional e psicológica.

No Brasil, a inserção de crianças e jovens na atividade produtiva chegou a níveis tão dramáticos que a Organização Internacional do Trabalho – OIT, ao criar o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, o já citado Ipec, incluiu nosso País entre os primeiros beneficiários desse programa, ao lado da Índia, Indonésia, Tailândia, Quênia e Turquia.

Desde então, temos feito progressos significativos. Alguns dos principais marcos nessa caminhada foram a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente; a ratificação das Convenções da OIT sobre o tema; a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social.

No começo da década de 90, havia no Brasil 8,4 milhões de crianças trabalhando. Em 2001, as crianças inseridas no mercado de trabalho somavam 5,4 milhões. Ainda que esse número, apurado pelo IBGE, seja inquietante, é preciso reconhecer que a atuação dos órgãos governamentais, com o apoio da sociedade brasileira, vem surtindo resultados expressivos.

O meu Estado de Roraima desenvolve com êxito, em 15 Municípios, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, principalmente na capital, Boa Vista, onde está concentrada quase 65% da população do Estado. O Programa procura, primordialmente, conscientizar os pais de cerca de 10 mil crianças, com idade entre 7 e 15 anos, a não deixarem os filhos trabalhar nas ruas, e concede bolsas no valor de R\$ 40,00, para que as crianças permaneçam na escola e no Programa.

Esse trabalho de conscientização compreende, além de reuniões com as famílias, a inserção dos

meninos e meninas naquela faixa etária em atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer, bem como o incentivo à leitura, por meio do Projeto Baú da Leitura. E a Prefeitura Municipal de Boa Vista tem sido hábil na condição de resgatar essas crianças ao convívio social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o exercício da atividade laboral por crianças e jovens, ainda em processo de amadurecimento, provoca danos muitas vezes irreversíveis à saúde física e emocional. Domingo foi o Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil. Alertamos nossas autoridades para a necessidade não só de dar continuidade às ações dessa natureza, mas também de aprofundá-las, com seriedade e perseverança. Portanto, louvo as iniciativas do Governo e da sociedade civil brasileira para, por meio de políticas sociais e aplicação rigorosa da legislação pertinente, erradicar o trabalho de milhares de crianças do nosso País que estão nas ruas ou labutam em condições muitas vezes insalubres e precaríssimas, para devolvê-las às escolas, às praças, aos brinquedos, ao esporte e às atividades lúdicas próprias das idades tenras.

O Brasil, que sempre acreditou ter um grande futuro pela frente, não pode descuidar de sua população infanto-juvenil sob pena de as próximas gerações não lograrem o cumprimento dessa meta tão almejada. Só assim, teremos um país justo, cujo futuro, que será entregue aos meninos e meninas do presente, será, com certeza, promissor.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wirlande da Luz, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana promete ser de grande movimentação no Congresso Nacional, mas é bom lembrar a todos que esta crise que tem abrigo no Congresso é do Executivo brasileiro. As consequências estão atingindo o Congresso, mas a sua origem, a sua formação e os principais envolvidos estão exatamente no Governo. É lamentável porque vemos, Senador Demóstenes Torres, que o Presidente Lula não tem vivido os seus melhores momentos. A cada instante é surpreendido com uma atuação pouco ética de algum companheiro de equipe.

Chegar à Presidência da República como chegou o nosso atual governante, saindo do distante interior pernambucano para enfrentar a dura vida de São Paulo, sagrando-se líder sindical e, na terceira tentativa, conseguir se eleger Presidente da República, é realmente acachapante para Sua Excelência ver por terra tudo aquilo que pregou por mais de 20 anos. É lamentável, mas é uma verdade, Sr. Presidente, a que toda a Nação, atônita, assiste. Vimos, por exemplo, na imprensa, nesse final de semana, uma entrevista do ex-Presidente Collor dando conselhos ao Presidente Lula. Seria trágico, se não fosse cômico. Imaginem a que ponto chega o nosso País.

Se formos examinar de maneira mais detalhada, vamos ver que existem muitas semelhanças entre o período passado pelo ex-Presidente Collor e o que se está vivendo agora. A diferença que temos de reconhecer é que enquanto um saiu das elites, o outro veio do seio do povo. Daí por que a incredulidade nacional ainda esteja permitindo que Sua Excelência atinja consideráveis índices nas pesquisas, embora se veja que, a cada uma delas, o Presidente começa a cair. Aquela esperança que venceu o medo está sendo transformada em frustração e decepção. É muito perigoso ver um povo como o povo brasileiro, num momento como este, começar a perder ou perder totalmente a esperança no Governo que achava que era o Governo dos seus sonhos.

Cabisbaixos estão também os parlamentares da base do Governo. Para defender esse mar de lama que começa a estourar ou são escalados os de plantão ou fazem de maneira tímida, sem nenhum convencimento, sem nenhum argumento lógico e sempre com a história de retrovisor: querer se mirar em erros do governo passado. Como se a grande bandeira do PT não fosse consertar tudo o que havia de errado no mundo: fazer um governo sem precedentes e sem nenhum tipo de concessão, principalmente se essa concessão fosse de origem e de natureza ética.

Errou, Senador Demóstenes Torres, já num primeiro momento quando condescendeu com os primeiros fatos e episódios de corrupção e não tomou, de imediato, as providências necessárias. Esses erros estão se repetindo, se acumulando, quebrando totalmente aquilo que o Partido dos Trabalhadores tinha de mais valioso no seu patrimônio, que era a falta de paciência com o que não era ético.

Com diz o ditado popular, o Governo do Sr. Lula, com relação à honestidade, com relação à malversação de recursos públicos, perdeu literalmente a virgindade. Essa é uma matéria em que não se conhece o hímen complacente. Quando se perde, perde; não tem mais jeito. Primeiro, perdeu a palavra quando

prometeu atitudes rigorosas com o Fundo Monetário Internacional e nomeou um banqueiro conterrâneo de V. Ex^a para presidir o Banco Central. Depois, envolveu a Igreja brasileira naquela campanha de combate à Alca, levando às ruas do Brasil milhares e milhares de crédulos, dizendo que a Alca era coisa do Satanás. Ao assumir e até mesmo antes da posse, o Governo começou a flertar com a Alca e a participar de encontros, culminando com a ida recente a Washington e a Nova Iorque do Ministro José Dirceu, que de lá voltou mostrando, como um troféu, uma caneta recebida da Sr^a Condoleezza Rice.

É lamentável que tudo isso esteja ocorrendo. Porém, o Brasil está assistindo aos próprios petistas perdendo a cerimônia. Ninguém do partido do Governo assume que é decisivo se demitir suspeitos, se afastar suspeitos ou se punir suspeitos. À medida que eles vão aparecendo, eles vão sendo colocados pelos seus companheiros como imprescindíveis, vítimas de perseguição, grandes companheiros. E as declarações para confortar os suspeitos partem exatamente de quem comanda o País.

Nesta semana vamos ter a abertura da CPI – amanhã, terça-feira, e já poderia ter sido feita na quinta-feira passada. Não foi pelo impasse gerado pelo Governo, que quer ter o direito – pasmem os brasileiros! – de indicar o representante das oposições, ou na Relatoria ou na Presidência. É mais uma demonstração da ânsia do PT de demonstrar, toda vez que tem oportunidade, o seu veio autoritário.

Nesses meus já quase vinte e cinco anos nesta Casa, eu nunca tinha visto isto: o Partido da Situação querer indicar os representantes da Oposição. Esse é um fato novo que merece, de todos nós, um estudo mais apurado. Nem na época em que os partidos eram consentidos, na época mais dura do AI-5, esses fatos se processavam dessa maneira. Mas essa é a maneira do Partido dos Trabalhadores fazer política. Jogaram premeditadamente a crise no Congresso, quando na realidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, essa crise é do Executivo. O Congresso é apenas a ressonância. Pelo envolvimento de Parlamentares? É claro. Mas o agente da corrupção foi o Executivo. A suposta compra de voto, esse famigerado “mensalão”, nasceu da iniciativa de homens do Governo. Daí por que todo esse pânico, todo esse temor de que se apurem fatos.

Todos nós sabemos, é verdade, quando uma CPI começa, mas não se sabe se ela termina. Aliás, o PT inaugurou, no atual Governo, a prática de não deixar terminar uma CPI. Essa é uma que, se não tivermos todo o cuidado, não agirmos com todo o equilíbrio e toda a responsabilidade, podemos cair na mesma esparrela da CPI do Banestado. O simples fato de não

querer a participação livre da Oposição é um grave indício nessa direção, o simples fato de querer comandar a estrutura básica da CPI, traindo toda uma tradição que vem sendo mantida no Congresso há muitos anos, inclusive neste Governo. A CPMI do Banestado foi presidida por um Senador do PSDB e por um relator do PT. A CPMI da Terra, presidida pelo Senador Alvaro Dias, tem como relator um homem do PT. Para esta o critério adotado não serve. A alegação de que César Borges é novo e não tem experiência regimental é de fazer rir, até porque José Mentor, relator da CPMI do Banestado, é de primeiro mandato, e João Alfredo, relator da CPMI da Terra, também é de primeiro mandato nesta Casa.

É uma brincadeira, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma piada, que não merece sequer guarida porque por si só se destrói.

Ouçó V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. O Senador César Borges é um Parlamentar experimentado, é um Senador cumpridor dos seus deveres, foi Deputado várias vezes. Em termos de regimento, os regimentos estaduais são quase cópia do Federal. O Senador César Borges tem todos os títulos para exercer a função. Agora, não entendo como é que, antes da hora, o PT tem medo de um Relator ou de um Presidente. Será que existe mesmo tudo o que a Imprensa está dizendo? Eu, às vezes, só posso acreditar que sim. Agora, não adianta esconder porque tudo isso aparece. Não há como desaparecer o fato concreto, este tem que ser investigado na CPI. Esse negócio de estar descaracterizando Roberto Jefferson, isso não leva a bom termo, não vai exasperá-lo – ele tem prática parlamentar também –, e vamos julgá-lo, mas só depois que apontar tudo aquilo que ele sabe e que o País precisa saber.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo oportuno aparte e acrescento que o Senador César Borges tem sido um dos melhores Parlamentares nesta Casa. V. Ex^a disse uma verdade ao mostrar sua atuação como Deputado Estadual e a correlação regimental, a semelhança entre os Regimentos. Não seria este de maneira nenhuma o empecilho. O outro empecilho é porque seria ligado a V. Ex^a. E aí pergunto: mas o PT esqueceu-se de que até recentemente batia a vossa porta nas crises que aconteciam para pedir conselhos e explicações? Será que se esqueceu? Eu mesmo, Senador Antonio Carlos, fiquei estarecido quando vi a argumentação em um dos jornais de fim de semana: o perigo que o Senador César Borges corria era pelas ligações com V. Ex^a.

Concedo novamente um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ademais, eu queria completar o meu aparte, dizendo o seguinte: o que se vê aqui em todos os Parlamentares do PT, inclusive o Senador Aloizio Mercadante, é toda hora chegar um assessor para mostrar como é o Regimento, como é que deve agir, como não deve agir. Nós até que agimos por nossa conta, mas o PT vai buscar no assessor, realmente, aquilo que deve dizer em plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu já vi caso, Senador Antonio Carlos, de o assessor, inclusive, interromper a palavra do próprio Senador, tanto é a sua segurança com o fato discutido e a certeza da insegurança do seu próprio patrão. Eu vi isso aqui várias vezes. Mas a soberba é um fato. Agora, só não pense que o Brasil não está acompanhando isso, meu caro Presidente. O Brasil gosta de política. Se ainda não é um País politizado, é um País que a cada dia se politiza, porque o brasileiro adora política. O Senador Mão Santa, que hoje é um ídolo nacional, por conta da TV Senado, pode testemunhar o que digo. Aonde chegamos, as nossas intervenções e nosso comportamento nesta Casa são questionados e elogiados pelos que assistem a TV Senado, essa fantástica idéia. Daí por que eu tenho certeza de que esta CPI trará uma grande oportunidade ao País para mostrar os farsantes, os enganadores, que, ao longo dos anos

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... prometeram aquilo que jamais, até por falta de competência, tinham coragem de dar ao País.

Para finalizar, ouço o aparte do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, faria um apelo a V. Ex^a de ser bem conciso, até porque V. Ex^a será o próximo orador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Serei muito rápido, muito rápido. Não é nem pelo meu direito de Parlamentar, é direito... Eu o ouvi no começo – muito interessante – quando falou em ginecologia, em hímen complacente... Eu queria dizer o seguinte, eu que sou cirurgião e ginecologista: Olha, virgindade é como honestidade. Honestidade é como vier. É ou não é. Não tem meia virgem e não tem meio honesto. Não. E este Governo descambou para a desonestidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi exatamente o que eu queria dizer, Senador Mão Santa, sem ser ginecologista, que conceito é como virgindade, ou se tem ou se perde. Não há hímen complacente. É evidente que a cirurgia ainda faz alguns

reparos, mas nunca será como antes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, a Bahia é de Rui, de V. Ex^a, de Martha Rocha.

Rui Barbosa meditou nesta Casa e disse: “Vai chegar o dia em que vamos rir da honra”. De tanto vermos as nulidades triunfarem, a desonestidade campear, vamos ter vergonha de ser honestos.

Senador Demóstenes Torres, será que o dia é hoje? Estamos desde cedo em sessão. E a sessão traduziu a voz rouca das ruas. Não há democracia sem Parlamento e o Parlamento é a voz do povo, é ressonância. Assim deve ser. E foi corrupção. A vergonha da corrupção. Alimentada pelo Partido que está no Governo. Essa é a verdade.

Senador Antonio Carlos Magalhães, eu acredito muito no estudo – e aqui estou, Senador Garibaldi Alves: as pernas do estudo e do trabalho me trouxeram até aqui. Essa é a crença.

Eu perguntaria se o nosso Presidente da República se debruçou sobre um livro de Administração. Senador Antonio Carlos, nós viemos da ciência médica – a mais humana das ciências, e o médico, o grande benfeitor da humanidade – como Juscelino Kubitschek e tantos outros.

Por quê? Porque, como se diz, Senador Demóstenes, saúde não é apenas ausência de doença ou a enfermidade, mas o mais completo bem-estar físico, mental e social. Social, contra o pauperismo, a miséria e a fome. Isso nos aproxima de encontrarmos na política esse combate à injustiça social, à miséria, à fome e ao pauperismo. Daí estarmos aqui, Demóstenes.

Mas, de repente, Senador Antonio Carlos Magalhães, fui eleito Prefeito de Parnaíba, prefeitinho. Olhe, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Heráclito Fortes, de família ilustrada do Piauí, aí eu tive medo. De madrugada, eu dizia: “Mas Mão Santa, que fria! Você, de uma sala de cirurgia pura, onde essas mãos guiadas por Deus salvavam uma aqui e outra acolá, vai se meter nesse mundo político!” E eu tive medo, Antonio Carlos.

Eu sempre acreditei no estudo. Aí eu varava a noite estudando Administração. Desde o primeiro livro de Henry Fayol, um engenheiro. Eu com medo, Anto-

nio: “Vou me lascar. Como é que eu saí de minha sala de cirurgia, que estava tão bem, tão bom?”

Adalgisa dormia e eu estudava. Garibaldi, aproximava-se o dia 1º, e eu com medo: “E agora? Sair da sala de cirurgia de uma Santa Casa? Meio político?”

Demóstenes, de madrugada, um livro, de capa amarela: De Taylor, o Mago da Administração. De repente, ele dizia: “Não, administrar é fácil, é como o cirurgião”. Digo: “Ah, então eu estou comigo”. “Tem que ter coragem, ter que ter decisão, unidade de comando, tem que saber começar, saber terminar, trabalhar em equipe”.

Aí eu tive coragem e estou aqui. Ele dava o exemplo nesse livro. Mas eu estudei o Taylor e tudo e aprendi que tem que haver unidade de comando e unidade de direção. Está faltando unidade de comando. O Presidente não comanda.

Quem está comandando é esse José Dirceu aí, o maligno, que, malignamente, manda o homem viajar, para abandonar os problemas. Aí depois dizem que ele tem uma crise de choro!? Malignamente, compra um avião e o homem anda nos céus e no mundo. Tira retrato de pirâmide, posa e não sei o quê; é comer, vestir equipe... E todo dia troca uma camisa e troca boné...

É, Garibaldi, mordomia é bom, eu gosto, mas moderada. Fernando Henrique Cardoso eu conheço, é doido por mulher. Moderada. Mas aí essa deslumbrada do PT deu no que deu. Está...Abandonou e tal. E os problemas surgiram e estão aí. Unidade de comando? Não tem unidade de comando. Cada um está comandando...

E agora eu não vou... Vou no povo da Bahia e do Nordeste. Não é com Rui, não. Eu aprendi lá: pau que nasce torto morre torto. O Governo começou torto.

Ô, Antonio Carlos, nós fomos prefeitinhos e fomos governadores. E isso é igual a uma casa de família. Então, tinha dezesseis. O Collor baixou, corretamente, para doze. Depois voltou para dezesseis. De repente o Lula bota quase quarenta Ministros. Não dá! Então, tirou. O cobertor é curto, como se diz. Tirou da segurança, da educação, da saúde. Bem, aí estão as belas esposas dos militares honrados. O funcionário público, Antonio Carlos... Ô Lula, aprenda: acompanhe pelo menos a inflação. Deu frações de décimos! Um aumento que não corresponde nem à inflação.

Antonio Carlos aqui denuncia essa Petrobras. Getúlio dizia: “O petróleo é nosso!” Que nosso! É o forró, a irresponsabilidade, a malandragem do PT.

A gasolina, Heráclito. Eu fui à Venezuela, onde cinquenta litros custam R\$5,00. Aqui eu coloco agora 50 litros e pago, na Parnaibinha, R\$140,00. O botijão de gás lá custa R\$10,00, bem aí na Venezuela do Chávez. Aqui custa R\$40,00.

Que Fome Zero! Eles estão comendo coisa fria porque não têm... Esse desmatamento? Vão desmatar mesmo porque estão fazendo carvão. É madeira, porque não podem comprar gás de R\$40,00. Custa cinco ou seis vezes mais caro.

Essa é a realidade e aí está a confusão.

Padre Antonio Vieira disse que um bem não vem só. Eu digo que o mal também não vem. Está aí a corrupção. Nasceu lá no tumor. Em Santo André todos sabem.

Mas, Antonio Carlos, que beleza de Polícia Federal! Por que não a colocam lá para esclarecer isso? O tumor dá metástase. A doença é endemia, é epidemia. E um dos medicamentos era a CPI, uma vacina contra corrupção. Não se deixou tomar e agora aí está.

Senador Heráclito fortes, eu queria voltar a Deus. Padre Antonio Vieira disse, Senador Antonio Carlos Magalhães, que há roubo pouco e há roubo muito. Roubo pouco dá culpa, dá cadeia para os pobres, e roubo muito dá grandeza. Estão aí todos grandes, mandando. Essa é a verdade!

Mas eu vou ficar com a imagem de Deus aqui entre nós. Dom Mauro afastou-se de São João de Meriti, da Baixada Fluminense. Lucidez! Sessenta e nove anos. A imagem de Cristo. O que diz Dom Mauro? Faço minhas as suas palavras: “A corrupção pode levar o povo a um alto grau de ceticismo e até de cinismo, o que pode recrudesce a violência”. Alertou dizendo que “a hora é muito séria”. Essa é a situação do Brasil.

Então, essas palavras bíblicas! Presidente Lula, a Bíblia, pelo menos. Já que não gosta de ler, o nosso cabeça branca da Globo, aquele jornalista, tem a Bíblia gravada em disco. Não furtará! E aqui já disse Ulysses para não deixar roubar e colocar na cadeia quem rouba. E é isso.

Mas lá vai o Dom Mauro. “Durante o discurso, Dom Mauro deu três recomendações a seu sucessor: que não descuide dos pobres; que ajude a concretizar um plano de comunhão de bens dentro da Igreja e que não ignore ‘a vergonha e o escândalo da corrupção, que tira a alegria e a dignidade do povo’ brasileiro”. Dom Mauro!

Dom Mauro acha que os políticos têm de acordar. Heráclito, desligue seu telefone e acorde esta CPI. Ela já existe. Ela já tem comandante, presidente, regimento. É o Senador Jefferson Péres. Por que não podemos continuar com S. Ex^a? Podemos, sim. É uma boa sugestão. Quem tem condição moral de vetar esse nome? Ouço a opinião pública, a voz rouca da rua, Senador Antonio Carlos Magalhães. Todo o Brasil está confiante no comportamento dele nas entrelinhas. Vamos aguardar até terça-feira para que meditem, para que reflitam a grandeza do Congresso

e a esperança do Brasil, que é essa CPI. Por que o Senador Jefferson Péres não pode continuar na Presidência, Senador Heráclito Fortes? É um apelo para o Senador Pedro Simon, esse patrimônio de virtude que nos prende ainda ao PMDB. A CPI é para buscar a verdade, a verdade! Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a é cristão. “Eu sou o caminho, a verdade e a luz.” É só isso que queremos na CPI. Só, somente!

São as nossas palavras. O momento é este. A esperança não pode morrer. O Apóstolo Paulo já dizia: “Fé, esperança e amor!”. Tem de haver essa esperança. “Onde houver desespero, que eu leve a esperança.” de Francisco, o santo. É essa esperança que o povo do Brasil quer ter no seu Congresso; são as virtudes de que precisamos. É isso. O PT, nós o queremos grande, porque entendemos que a democracia se faz com partidos grandes e fortes. Então, eu os quero todos fortes. Não que ele compre o meu Partido, o de Ulysses, que está enterrado no fundo do mar, encantado no fundo do mar, e que transmitiu a mensagem “ouça a voz rouca das ruas”, o povo. Respeite o povo. Ele beijou a Constituição. Desrespeitar a Constituição é rasgar a bandeira.

E esses que estão aí, Heráclito, eu temia que eles mudassem as cores da nossa bandeira multicolorida, como é a bandeira do Piauí, por um vermelho, como o que está ali já dizendo que eu tenho de finalizar já, já. Não, eles só foram no branquinho, no lema positivista de Augusto Conte “Ordem e Progresso”, e mudaram para desordem e regresso, que é essa barbárie que vivemos do predomínio. Que o digam os velhinhos, os idosos, que foram desrespeitados em seu salário de aposentados. Onde está o aumento do funcionário público, que está parado, em greve, e com razão? E os nossos militares, que, ao longo da vida, garantiram hastear a bandeira “Ordem e Progresso”? E as criancinhas abandonadas neste País em que se trabalha, trabalha.

Senador Heráclito, eu erre. Eu provei aqui que havia 76 impostos e que, de 12 meses de trabalho, cinco são para pagá-los. Mas não é não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, desculpe-me interrompê-lo mas V. Ex^a só dispõe de mais dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dois minutos é muito pouco para o tamanho da corrupção que campeia neste País. Tem que se pedir a bênção a Deus para esse milagre. Como disse Castro Alves lá no navio negreiro, vendo os negros sofrendo, vendidos, afastados das famílias, das mulheres: “Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?” Então, nesse pequeno tempo as nossas palavras são de prece a Deus. Ó Deus, dê coragem a este Senado! Ó Deus, dê a coragem de

que falou Ulysses. Senador Heráclito Fortes, seu amigo Ulysses Guimarães dizia: “Se falta coragem faltam todas as outras virtudes.” Então, que este Congresso tenha a coragem que está tendo.

Esse bem-vindo Presidente do Senado é um homem iluminado, protegido, saltou a fogueira do Collor, foi Ministro da Justiça, teve um atrito com Mário Covas – que foi para o céu e deixou-o aqui –, e o Espírito Santo baixou no nosso Presidente Renan. Em pouco tempo, ele tomou as melhores atitudes de grandeza e coragem desta Casa: deu nome, instituiu, a CPI existe. Ela é dirigida, tem o seu comandante, o seu presidente pelo Regimento: Senador Jefferson Péres. Por que mudar, se está tão bem?

Suassuna, você que é o Shakespeare, está escrito no Livro de Deus: pedi e dá-se-vos-á. Vamos substituir aqueles nomes? Pedro Simon: há um clamor, o País quer, o PMDB quer, a CPI precisa da presença de Pedro Simon. Quem tem coragem – Mercadante? – de impugnar o nome de Pedro Simon? Vetar o nome de Pedro Simon é rasgar essa bandeira, é queimar a Constituição, a Pátria e botar aqui: “vamos juntos à corrupção”...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É aquilo que está escrito no Livro de Deus: não busque a porta larga da sem-vergonhice, das facilidades e da corrupção; vamos pela porta estreita. Por essa porta estreita, passou e nasceu a CPI, que Deus haverá de abençoar. E Deus haverá de dar a este Brasil aquilo que ele mais precisa: justiça e vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “são 300 picaretas” – Luiz Inácio Lula da Silva.

“Os fatos lamentáveis das últimas semanas só confirmam que o PT virou uma máquina eleitoreira como qualquer outra” – Plínio de Arruda Sampaio.

Neste final de semana, visitei um psiquiatra amigo. Trata-se de um homem atualizado com os acontecimentos, um especialista em comportamento humano. Quis saber do renomado estudioso do cérebro as funções do choro em face da recente tragédia moral brasileira. Em português compreensível, o médico me informou que atende pela nomenclatura de *compulsão pseudo-bulbar* tanto o riso quanto o choro desmotivados. A patologia ainda não tem cura, mas neste mês a agência de medicamentos dos Estados Unidos deve liberar o uso de um remédio que promete bons resultados para

o mal que acomete os integrantes do Governo Lula e do Partido dos Trabalhadores.

Vamos primeiro a um rápido histórico para se inferir de como o poder conferiu ao PT ternura espontânea. No primeiro ano do Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a palavra de ordem era o riso. Apesar da recessão e dos sinais freqüentes de incompetência, o Governo do PT vivia em estado de celebração. As emoções eram tantas que, em determinados momentos, o Presidente Lula não resistia e chorava. As expansões comovidas do “chorão primeiro” tinham várias razões. O Presidente Lula chorava no lançamento de programas sociais, em encontro com dupla caipira na Granja do Torto, na inauguração de plataformas logísticas e na abertura de festival de cerveja.

O exemplo veio a calhar a ponto do empedernido Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, ter uma recaída de ânimo e chorar diante do ditador Fidel Castro. A “República das Lágrimas” ruiu quando o brasileiro, despertado por um jornalista norte-americano, passou a desconfiar que o choro presidencial tinha um estímulo extra, ora fermentado, ora destilado. Para não chocar a opinião pública aboliu-se o choro das manifestações externas, mas, como se soube recentemente, continuou morando nos corações e nas mentes do PT.

Ao saber do “mensalão”, o Presidente Lula chorou, conforme atestou o Presidente do PTB, Roberto Jefferson. Na semana passada, um caso de choro duplo na reunião do Diretório Nacional do PT. Antes da malsinada entrevista coletiva que concedeu, o tesoureiro-geral Delúbio PC Soares fez das lágrimas um álibi da própria probidade. Já a ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, deixou o encontro de cúpula aos prantos. Observem, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que não faz a fé de última hora? O Presidente do PT, José Genóino, rogou ao Espírito Santo proteção celestial para enfrentar a imprensa brasileira na ocasião. Pode não ter chorado, mas começou a entrevista com cara de sexta-feira da Paixão e banhado na sudorese. Uma sintomatologia própria dos aflitos.

O Presidente Lula não precisa apenas se livrar das más companhias, a exemplo do que afirmou o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, mas promover uma faxina ética ampla no seu Governo, sob pena de ser apontado como o responsável pelo patrocínio da rapinagem. Como se apresenta, a administração do PT é um paciente de enfermaria com fratura exposta. Já não há mais morbidez. O que se ouve é o bramido das últimas horas. A primeira providência para o Presidente se desatolar do lamaçal é a exoneração **in continenti** de todos os escalões suspeitos. Estou falando que a

oportunidade da autolimpeza é agora, antes que a CPI chegue às portas do Palácio do Planalto.

O PT não tem como sustentar mais a hegemonia da moralidade, mas o Presidente Lula ainda possui alguma chance de purgar a sua biografia ao mandar para casa o Ministro José Dirceu. Com certeza, ao assim proceder, estará drenando o principal foco de infecção do seu Governo.

Notem, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Presidente Lula, até o instante, gerenciou com pasmosa incompetência a crise política. Podia ter extirpado o “mensalão” na origem, mas preferiu ignorar a compra de Parlamentares, depois de ter chorado. Descoberto o escândalo dos Correios, fez das evidências um instrumento institucional do deboche, quando pediu aos jornalistas que mirassem na sua face o medo de uma CPI. Lula foi infeliz ao ironizar as circunstâncias. Blefou quando tinha de ter mantido a compostura.

Ato contínuo, expediu um cheque em branco para quem, duas semanas depois, se tornaria o seu principal detrator. Os fatos que se seguiram foram ainda mais lamentáveis. Ficou muito mal na fotografia o PT no desempenho do papel de caçado de CPI. A outra passada em falso foi repristinar a Reforma Política, como se a medida fosse a nau salvadora de um governo de afogados. Hoje, em seu programa de rádio, o Presidente Lula garantiu que o empenho do Palácio do Planalto com as investigações não deixará “pedra sobre pedra”.

Meu medo é de que o Governo do PT seja vítima da própria metáfora apocalíptica. Repito: caso o Presidente não limpe o seu Governo dos suspeitos, remova o aparelhamento do Estado pelo PT, reduza drasticamente no mercado da fisiologia o número de funções gratificadas e proponha ao Congresso Nacional uma agenda não-monetária, vai ser condenado à morte lenta. Para ter legitimidade de enfrentar uma CPI com a mínima dignidade, não resta ao Governo outra providência senão extirpar as carnes condenadas. Tem de possuir tutano cívico para dispensar todos os auxiliares, dos mais diversos partidos, envolvidos com a dilapidação do bem público. O Presidente Lula tem a obrigação de coagir o PT a afastar da sua direção o *trio camarilha* composto de Sílvio Pereira, de Marcelo Sereno e do professor Delúbio PC Soares.

São muito sérias as denúncias da revista **Veja** desta semana sobre o envolvimento do Partido dos Trabalhadores com as organizações criminosas que atuam no desmatamento ilegal da Amazônia. A fraude patrocinada por integrantes do PT e madeireiros resume-se na substituição de um instrumento institucional de controle do desflorestamento, a Autorização para o Transporte de Produtos Florestais (ATPF), por um selo

emitido pelo próprio Partido. O PT, não o Governo Federal, não o Ibama, mas o PT passou a autorizar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Demóstenes Torres, desculpe-me interrompê-lo, mas esta Presidência interina tem que prorrogar a sessão por dez minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PT passou a autorizar a circulação de madeiras ilegais para ter em troca doações de campanha.

O aviso também vale para a Ministra Marina Silva. Não acredito no envolvimento da Senadora com atos de sabotagem à moralidade, mas, caso não limpe a própria casa, vai ser maculada, no mínimo, pela prevaricação.

Sr. Presidente, eu tinha plena convicção de que o PT era incompetente e não possuía quadros à altura do Brasil. Nunca acreditei que o Partido fosse dotado de candura natural, mas não podia supor que possuía tamanha fluidez para trafegar nos “propinodutos” e habitar os ambientes do crime organizado.

Presidente Lula, o senhor pode poupar o Brasil de mais uma desmoralização, ao eliminar os setores putrefatos do seu Governo. Pode mais, Presidente! Com o uso de uma simples caneta, o senhor poderá tirar o seu Governo da Parte Especial do Código Penal e trazê-lo de volta aos postulados da decência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Concedo a palavra, pelo tempo que resta da sessão, ao ilustre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também estive no meu Estado, eu também constatei a impaciência, a ansiedade que todos os brasileiros do Rio Grande do Norte manifestam com relação à apuração pela CPI. Até mesmo ouvi daqueles que esperavam que ela tivesse sido instalada na semana passada uma frase que é bem significativa do tempo que estamos vivendo: “Todos sabem como começa uma CPI, mas ninguém sabe como ela termina”. E essa não se sabe nem como está começando. Mas a verdade é que ela haverá de começar na próxima terça-feira, amanhã, e haverá de cumprir o seu dever. A expectativa que se tem, também, é que o Congresso, os seus Parlamentares olhem para o emergencial, para a apuração da corrupção; que sejam implacáveis na apuração, mas que também tratem das causas, daquilo que motivou

tudo isso, que levou a tudo isso, que não só abriu as portas, mas escancarou-as para que a corrupção pudesse passar sem pedir licença.

O que nós esperamos, sem querer tirar o foco das apurações, é que se possa focar, que se possa iluminar a reforma política, a reforma do Estado, que precisa ser feita. Ela está sendo cobrada pela imprensa, pelos setores organizados do País, que não toleram mais que apenas se apure a corrupção, sem que se dê um basta definitivo a ela por meio de medidas como a reforma política e a reforma do Estado.

Está tramitando no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, uma reforma política que estava em regime de urgência, mas foi solicitado que essa urgência desaparecesse. Isso foi feito pelo Partido dos Trabalhadores, que agora bem que poderia dar outro tom, imprimir outra verdade, outro rumo à reforma política do nosso País.

Senador Demóstenes Torres, Presidente dos nossos trabalhos hoje, estou batendo nessa tecla porque, como água mole em pedra dura tanto bate até que fura, haveremos de, com nossa insistência, conseguir aquilo que pode não ser uma panacéia, mas que poderá melhorar as nossas práticas políticas: o financiamento público de campanha e determinados dispositivos que façam com que se revigore a fidelidade partidária. A legislação que está na Câmara dos Deputados poderá ensejar medidas como essa. Outras medidas seriam reformas no aparelho do Estado, reformas que digam respeito à reforma administrativa, à diminuição dos Ministérios, como já vem sendo solicitado aqui. Mas que não sejam medidas isoladas, e, sim, medidas tomadas no contexto de uma reforma mais profunda.

Acho que os brasileiros estão esperando isso do Congresso Nacional. São essas as tarefas que estão colocadas à nossa frente e que temos que levar a cabo. Temos que levar esse objetivo à frente. A Nação está exigindo que sejamos implacáveis com a corrupção, mas que sejamos previdentes, que cuidemos do futuro, porque no futuro haverão de cobrar de todos nós, se os fatos se repetirem. E, como eles se repetem, temos certo ceticismo, mas não podemos nos deixar dominar por esse ceticismo.

Por exemplo, estamos aqui lidando com um projeto que regulamenta, mais uma vez, a tramitação das medidas provisórias. O Presidente da Comissão que trata do assunto é o Senador Antonio Carlos Magalhães. As medidas provisórias, todos sabemos, estão exorbitando, estão tolhendo as funções do Congresso Nacional, estão parando a pauta, estão realmente desorganizando nossa vida institucional, nossa vida aqui no Congresso Nacional.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a me permite?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Pois não, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Posso garantir: não gosto nunca de acusar pessoas que, inclusive, quero bem, como é o caso do Deputado Sigmaringa Seixas; mas tenho insistido com ele para tratarmos desse assunto, e ele sempre adia. Eu, inclusive, divirjo totalmente da posição dele e tenho até um voto em separado. Que ele ponha seu voto, e eu, o meu – ele até ganha –, mas que não fique protelando mais esse crime contra o País e contra o Congresso Nacional.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– É verdade. V. Ex^a já trata como crime, porque realmente é uma desconsideração com a opinião pública deixar que as medidas provisórias atravanquem a pauta de nossos trabalhos e que o Executivo legisle mais que o próprio Parlamento, como está acontecendo, como já vem acontecendo desde outras administrações. Mas agora há um remédio à vista, que é justamente esse projeto.

O Senador Antonio Carlos Magalhães tem razão, e devemos procurar o Deputado Sigmaringa Seixas, para que tenhamos um desfecho.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL

– GO) – Senador Garibaldi Alves Filho, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por cinco minutos, a fim de que V. Ex^a possa concluir seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Já vou terminar, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção.

Eu queria terminar, Sr. Presidente, fazendo este apelo da tribuna do Senado Federal, diante de tudo isso que estamos ouvindo, diante da perplexidade que às vezes domina a Nação brasileira por querer encontrar outros caminhos e, de repente, se ver diante de fatos que se repetem, que entristecem a Nação, que empobrecem a vida pública do País, que nos deixa cada um cada vez mais pobre, cada vez mais sem condições de levar à frente a nossa tarefa.

Por último, comunico desta tribuna que a Subcomissão de Assuntos Municipais, que presido nesta Casa, juntamente com o Senador Heráclito Fortes, que é o Vice-Presidente, levará, amanhã, um documento ao Ministro da Previdência, Romero Jucá, com sugestões sobre uma medida provisória que trata dos débitos previdenciários municipais. Os municípios estão sufocados por conta desse débito. Amanhã, ao meio-dia, iremos, juntamente com o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, com o Vice-Presidente Heráclito Fortes e com membros da Subcomissão, entregar esse documento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero parabenizá-lo por esta idéia. A visita do Ministro Romero Jucá ao gabinete de V. Ex^a foi importante, e senti o Senador Romero Jucá, hoje Ministro, realmente preocupado e interessado em dar uma solução para a questão do endividamento dos municípios. V. Ex^a foi muito oportuno nesse posicionamento. O Governo dará um passo certo no momento em que remeter essa medida provisória, essa, sim, importante, porque resolverá, Senador Arthur Virgílio, a situação caótica da quase totalidade dos municípios brasileiros. Poucos são os municípios que hoje estão em condições de arcar com dívidas herdadas de administrações passadas, produtos de planos implantados no Brasil que recebem essa herança maldita. O Governo tem brincado de cobrar, os municípios têm brincado de pagar, e a população é quem paga o preço por tudo isso. Parabenizo V. Ex^a. O noticiário sobre essa questão foi muito tímido para a importância dessas tratativas. Tenho certeza de que essa vitória que V. Ex^a terá, como municipalista – eu também o sou –, será de grande importância para a municipalidade brasileira. Parabéns a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes e termino por comunicar esta audiência amanhã e convidar o nosso Vice-Presidente, que tem sido atuante, no sentido de que possamos levar a bom termo os trabalhos desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio, para que possa fazer um requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa, para que seja publicado na sua inteireza, pronunciamento que reflete a posição da Dr^a Maria José Aquino, Promotora de Justiça na área do consumidor e na área eleitoral no Amazonas, que tem como missão desmascarar, denunciar desvios ou desmazelos do poder público.

Leio, de maneira sucinta, a angústia que perpassa o cérebro da Dr^a Maria José Aquino:

Em nome do direito à vida, Senador, peço-lhe que faça alguma coisa em prol dos cardíacos carentes de Manaus. A falta de recursos para executar serviços públicos na área médica de cardiologia impõe a pena de morte em Manaus àqueles que não possuem

condições para arcar com os custos de uma cirurgia ou um plano de saúde.

O meu papel é cuidar das questões federais, mas não posso virar as costas para algo que angustia a população da minha cidade nem ignorar esse depoimento de uma Promotora de Justiça marcada pela seriedade e pelo compromisso público, que pode ter a certeza absoluta de que encontrou eco no meu coração e no meu cérebro para dar continuidade ao trabalho que vem fazendo.

É fundamental que o Governo do Estado se vire para algo que é o seu dever: aparelhar o Hospital Francisca Mendes e dar respostas a essas questões angustiantes que incomodam a Promotora de Justiça e a mim e que devem estar incomodando muito fortemente a população da cidade de Manaus.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Dr^a Maria José Aquino é Promotora de Justiça da área do consumidor e eleitoral no Amazonas. Sua missão é denunciar desvios ou desmazelos do Poder Público.

Ontem, ela me enviou mensagem, denunciando que pessoas, seres humanos, estão morrendo à míngua de assistência médica no Amazonas. Pessoas carentes, gente do povo, gente simples.

A denunciar omissões que vem constatando em Manaus, a Promotora Maria José optou por trazer os fatos ao Senado.

Não é denúncia. Chega a ser uma súplica, em busca de solução para o que ela presencia em Manaus, como Promotora da área do consumidor.

“Em nome do direito à vida, peço-lhe, Senador, que faça alguma coisa em prol dos cardíacos carentes de Manaus.”

Aí está o apelo da Dra. Maria José. E chega a comover este outro trecho de sua mensagem:

“A falta de recursos para executar serviços públicos na área médica de cardiologia – falo mais pausadamente – e repito: essa omissão, impõe, diz a Promotora, “a pena de morte em Manaus àqueles que não possuem condições para arcar com os custos de uma cirurgia ou um plano de saúde.”

Denúncia ou não, o grito da Promotora é grave. Segundo seu relato, pessoas morrem por falta de assistência na área de cardiologia, “*porque no orçamento público parece não haver recursos para ampliar o número de cirurgias no Hospital Francisca Mendes.*”

Nessa sua mensagem, a Doutora Maria José relata acontecimentos do penúltimo fim-de-semana na Capital do Amazonas:

“Ontem, um médico que atua na área pediu-me (sou promotora) ajuda. Ele relatou que, naquele momento, uma manhã de domingo, não havia recursos para cirurgias. Certamente, essas pessoas que para ali se dirigiram morrerão.”

Prossigo no dramático depoimento da Dr^a Maria José:

“Disse-me o médico que o hospital está equipado com centro cirúrgico e conta com três equipes de cardiologistas. Todavia – aqui o mais grave – as verbas repassadas pela Secretaria de Saúde do Estado são insuficientes para ampliar os atendimentos. A demanda é muito grande. O tratamento fora do domicílio é a única saída. A ironia é que os pacientes amazonenses são encaminhados para o Tocantins, um Estado ainda adolescente e, talvez, com um orçamento menor do que o do Amazonas. “

No final, apela a Promotora:

“Por favor, Senador, desfralde essa bandeira em favor da vida, da dignidade, dos órfãos das políticas públicas.”

Aí está, Sr. Presidente, o relato de uma Promotora do meu Estado.

O fato é grave e pede providências, estudos, análises, o que for, como diz a doutora Maria José, em nome da Vida.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 625, DE 2005

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a liberação de emendas parlamentares individuais.

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de informações, no sentido de se obter o seguinte esclarecimento:

Para quais parlamentares, e também o montante individual diário, foram liberadas emendas no mês de maio de 2005.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

(À Mesa para decisão).

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex^a para representar o Senado Federal nas comemorações do Ano Brasil na França, em Paris, França, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do regimento interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Informo que estarei ausente do País no período de 26-6 a 30-6-2005.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2005. – Senador **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Eduardo Azevedo, Sérgio Guerra, Almeida Lima, Reginaldo Duarte, Sérgio Zambiasi, Teotônio Vilela Filho e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “No mundo, BCs sem imunidade”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 9 de maio do corrente.

A imprensa noticiou a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a Medida Provisória que deu *status* de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central. A matéria citada acima mostra que a experiência internacional é a de que um presidente de banco central deve ter autonomia política e não ser considerado um ministro.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

No mundo, BCs sem imunidade

Outros presidentes da instituição não têm status de ministro

BASILÉIA

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, será um dos poucos a contar com o status de ministro e, portanto, certas imunidades, na reunião de hoje entre os principais chefes dos bancos centrais do mundo, na Basiléia. Questionados pelo **Estado** sobre como avaliavam o status político de um presidente de um banco central, praticamente todos os governadores deram a mesma resposta: a independência de seus bancos centrais exige que o presidente da instituição tenha autonomia política e não seja considerado um ministro.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal manteve a Medida Provisória que deu ao presidente do BC um status ministerial, garantindo, por tabela, certas imunidades à pessoa que ocupar o posto. "Eu posso ser processado a qualquer momento. Não tenho qualquer imunidade", explicou o presidente do BC mexicano, Guillermo Or-

tiz. Segundo ele, seu único benefício é poder contar com advogados pagos pelo banco central, caso os necessite em um processo.

Para o governador do Banco Central da Bélgica, Guy Quaden, um presidente de um banco central deve estar "completamente fora da política". "É isso que garante sua independência e evita pressões políticas", disse. Ele explica que, em seu país, o presidente é escolhido pelo monarca belga, mas sob recomendação do governo e do Conselho Econômico e Social, formado por sindicatos e patrões dos principais setores econômicos do país. Questionado sobre imunidade, apenas respondeu: "Presidentes de banco centrais não precisam disso."

ESCOLHA REAL

No caso da Arábia Saudita, a situação parece ser similar, pelo menos em termos de status. "É o rei da Arábia Saudita quem escolhe quem irá dirigir o banco central, mas

quem o chefia não tem nem status de ministro nem faz parte do gabinete do governo, pois a instituição deve permanecer autônoma", explicou um alto funcionário do BC saudita.

Político ou não, deve sempre atuar de forma independente. "Essa é a melhor forma de atingir políticas monetárias", afirmou Hans Tietemeyer, ex-presidente do Bundesbank, o BC alemão.

A questão sobre o status dos presidentes dos BCs e sobre uma eventual imunidade chegava a causar surpresa para algumas autoridades. "Eu não sou ministro", afirmou Christian Noyer, presidente do BC francês. O presidente do Banco Central de Hong Kong, Joseph Yam, negou também que tenha status de ministro na estrutura do governo local. "Acho que todos os bancos centrais do mundo seguem uma linha parecida", disse. ● J.C.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Mais uma”, de autoria do jornalista Valdo Cruz, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 27 de maio do corrente.

O artigo trata da CPI dos Correios e das manobras mal-sucedidas de membros do Governo Lula na tentativa de retirar assinaturas do pedido de criação da CPI e, assim, “barrar” a Comissão.

Ainda segundo o artigo, “a incoerência está do outro lado do balcão, naqueles que antes gritavam por CPI e agora se ajoelham para derrubá-las”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mais uma

BRASÍLIA - O custo foi altíssimo —moral, político e pecuniário. E tudo por nada. A CPI dos Correios está criada, com a ajuda dos aliados. Mais uma das inúmeras derrotas que o governo Lula vem colhendo nos últimos meses.

Essa, porém, foi a maior de todas as surras sofridas pelo presidente. Afinal, a turma de Lula jogou-se de corpo e alma —e algo mais— para barrar a CPI dos Correios.

Abriu os cofres a parlamentares chantagistas, ameaçou aliados renitentes com perda de cargos e até suplicou socorro a inimigos como o peemedebista Anthony Garotinho.

Protagonizou ainda um espetáculo melancólico perto da meia-noite de anteontem, a hora fatal para sepultar a CPI. Petistas esbaforidos carregavam listas de deputados arrependidos pedindo a retirada de suas assinaturas. Mas não sabiam se tinham atingido o número suficiente para engavetar a comissão.

Uma desorganização completa. E

logo na mais importante batalha política já travada pelo governo contra a oposição. No final, os petistas foram derrotados, principalmente, pelos próprios petistas.

Na contagem extra-oficial, faltariam entre nove e doze assinaturas a serem retiradas. Mas só no PT 14 deputados contribuíram com a proposta de CPI da oposição. Sem falar em seis do PC do B de Aldo Rebelo.

Serão acusados de traidores. Vão responder que são coerentes com seu passado. Têm razão. A incoerência está do outro lado do balcão, naqueles que antes gritavam por CPI e agora se ajoelham para derrubá-las.

Coerência mesmo quem teve foram os pretensos aliados que assinaram a CPI e, depois de um gentil pedido do governo, recuaram.

Boa parte fez o jogo de sempre: chantageou o presidente em momento de fraqueza. O que há de novo, agora, é que tem chantagem, liberação de verbas e cargos, mas, mesmo assim, o governo sai derrotado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o artigo intitulado “Tsunami de Lama”, publicado no **Jornal do Brasil**, de 25 de maio de 2005.

Com todas as denúncias de corrupções políticas divulgadas pela imprensa, conhecidas como “mar de lamas”, percebe-se que o nosso País precisa desesperadamente de políticos honestos. Como diz o autor, Antonio Sepúlveda, “parecemos incapazes de emergir dessa imundície recorrente, e o cenário atual, sob tutela de José Dirceu a manipular sua marionete, o bisonho Lula da Silva, nos dá a impressão de que o

mar de lama cuspiu um tsunami de proporções calamitosas. É imprescindível nunca mais votar na corja que aí está”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a reportagem acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.).

Tsunami de lama

A volta do ex-ditador Getúlio Vargas ao poder, em 1951, foi marcada por uma série de denúncias de corrupção que, pela pena ferina do saudoso jornalista Carlos Lacerda, ficaram conhecidas como “mar de lama”. Parecemos incapazes de emergir dessa imundície recorrente, e o cenário atual, sob a tutela de José Dirceu a manipular sua marionete, o bisonho Lula da Silva, nos dá a impressão de que o mar de lama cuspiu um tsunami de proporções calamitosas.

O processo contra Waldomiro Diniz foi para as calendas gregas. Os agentes que flagraram Duda Mendonça numa rinha de galos foram transferidos, pelo atrevimento de irritarem o marqueteiro presidencial. A ladroagem corre solta com a verba da merenda escolar. O assassinato do prefeito de Santo André segue envolto no mistério de abjetas tramas de extorsão. O Congresso foi invadido por centenas de Severinos delirantes. Transferem-se recursos dos contribuintes para os caixas dos partidos e as contas secretas de seus caciques. O impudente José Dirceu tem o desplante de tentar nos convencer de que modestos 19 mil cargos em comissão – dos quais algo como seis mil não são exercidos por servidores de carreira – não justificam a gritaria contra o nepotismo partidário. O governo, sem qualquer constrangimento, compactua com bandoleiros e entrega à quadrilha do

ANTONIO SEPULVEDA
ESCRITOR

**Temos de livrar os
poderes públicos
federal, estadual e
municipal de toda essa
caterva de vadios e
desonestos. Esta é a
verdadeira herança
maldita do Brasil**

MST, de mão beijada, mais R\$ 100 milhões que certamente ajudarão no financiamento das suas pihagens escandalosamente impunes. A política brasileira segue os métodos típicos do gangsterismo puro e simples.

O ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, nos dá um exemplo que agradaria muito a Al Capone. Depois de acusar explicitamente, numa gravação, o deputado Roberto Jefferson de ser o chefe da gangue das propinas nos Correios, Marinho está agora a assumir toda a culpa. Jefferson, com a auréola de um santo remido e o apoio incondicional de Lula da Silva, nega sequer conhecer Marinho. O deputado jura que, quando procurado a participar das falcatrúas, recusou a proposta indecorosa; é claro que ele não explicou por que não fez qualquer denúncia na ocasião oportuna. Ficamos imaginando o tipo de argumento que convenceu Marinho a voltar atrás com tanta agilidade... Ora, Roberto Jefferson é presidente nacional do PTB, unha e carne com o PT, paradoxalmente – ou nem tanto – ex-militante da tropa de choque de Fernando Collor de Mello; isso mesmo, aquele presidente deposto por falta de decoro entre outras calhices. Podemos então, com a segurança da lógica indutiva, inferir que amigo de indecoroso não deve ser exatamente um congregado mariano.

Enquanto isso, os cidadãos brasileiros, sufocados por esta fedentina, continuam desempregados, trafegam por estradas esburacadas, vêem a qualidade de vida deteriorar-se em progressão geométrica, não vislumbram perspectiva de melhora e morrem sem atenção na fila do pronto-socorro, porque ninguém conhece o destino da imensa verba exclusiva da saúde.

Nosso país precisa desesperadamente de políticos honrados. É imprescindível nunca mais votar na corja que aí está. Temos de livrar os poderes públicos federal, estadual e municipal de toda essa caterva de vadios e desonestos. Somente assim haverá condições de criar mecanismos eficazes para o controle do dinheiro público, de pôr um fim na apropriação política da máquina governamental e reduzir a um valor infinitesimal o número de cargos passíveis de serem utilizados por políticos corruptos e corruptores como moeda de troca para a formação de maiorias parlamentares. Esta é a verdadeira herança maldita do Brasil e dela, enquanto elegermos essa matula, somos todos cúmplices.

Antonio Sepúlveda escreve às quartas-feiras nesta página

■ Villas-Bôas Corrêa está de férias

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula manda PF investigar nova denúncia de corrupção”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de maio do corrente.

A matéria trata sobre a estratégia do governo para esvaziar a criação da CPI dos Correios. A estratégia não é nova, é a mesma utilizada para derrubar outras Comissões Parlamentares de Inquérito. O que o governo pretende mesmo é dar visibilidade para seu “empenho” e mostrar sua “preocupação” com a CPI.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a reportagem acima citada seja dada como lida e que seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Polícia vai apurar suposto pedido de mesada para o PTB ao Instituto de Resseguros do Brasil

Lula manda PF investigar nova denúncia de corrupção

EDUARDO SCOLES
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Momentos antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcar para a viagem de sete dias ao Japão e à Coreia do Sul, o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) anunciou ontem a abertura de um inquérito na Polícia Federal para investigar denúncias de corrupção no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil).

Segundo reportagem da revista “Veja” desta semana, o deputado e presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), havia pedido R\$ 400 mil por mês a Lúcio Duarte, então presidente do IRB. Duarte pediu demissão há dois meses, de acordo com a revista, por não suportar a pressão dos petebistas.

O anúncio do inquérito faz parte da estratégia do governo de esvaziar a criação da CPI dos Correios e se encaixa no discurso de que a investigação pelo Legislativo só seria necessária se não houvesse empenho na investigação das suspeitas de irregularidade.

A estratégia não é nova. O governo fez o mesmo para derrubar a instalação da CPI do Banestado, mas acabou derrotado.

O novo inquérito seria uma espécie de desmentimento de outra investigação já em andamento: a que apura supostos casos de corrupção nos Correios. Os dois casos envolvem acusações de que o PTB comanda esquemas de corrupção na máquina pública.

O ministro da Justiça rotulou o atual momento do inquérito dos Correios, aberto há uma semana, de “delicado” e “agudo”, admitindo ainda a possibilidade de ligação do atual caso com a Operação Vampiro, que apurou fraudes no Ministério da Saúde.

“Eu tomei conhecimento dessa notícia do IRB e já determinei ao Paulo Lacerda [diretor-geral da PF] que abrisse inquérito policial apressado”, afirmou.

A crise política que se criou devido às acusações sobre corrupção nos Correios pode levar o Congresso a criar, na quarta-feira, uma CPI para apurar o suposto

esquema nos Correios.

O Palácio do Planalto tentará até o último instante evitar a criação da comissão, que conta hoje com apoio mais do que suficiente, forçando aliados a retirarem suas assinaturas do requerimento de criação. Hoje, são 217 deputados e 49 senadores que subscreveram o documento. São necessários 171 nomes na Câmara e 27 no Senado.

Nesta semana, os três principais alvos da investigação sobre um suposto esquema de corrupção nos Correios deverão ser ouvidos pela PF. Serão convocados para depor o ex-diretor do Decan (Departamento de Contratação e Administração de Material) Maurício Marinho, o ex-gerente de Administração Antônio Osório Batista, filiado ao PTB, e seu ex-assessor-executivo Fernando Leite de Godoy.

Bastos falou à imprensa no início da manhã de ontem na Base Aérea de Brasília, onde, por cerca de 20 minutos, conversou com o presidente Lula, que embarcou em seguida para Coreia do Sul e para o Japão. Em férias, o ministro da Justiça foi convocado por Lula e chegou ontem a Brasília apenas para a reunião, embarcando de volta para São Paulo imediatamente após o encontro.

A convocação do ministro quando novas denúncias no IRB surgiram e a coletiva em um domingo pela manhã revelam que o governo decidiu dar visibilidade para o seu empenho via PF e que está preocupado com a instalação da CPI. Bem diferente do que o próprio Lula disse na semana passada. Questionado sobre a CPI, ele foi irônico: “Olha para a minha cara pra você ver se eu estou preocupado com isso.”

Vampiros
Ontem, em entrevista organizada pela Secretaria de Imprensa da Presidência, Bastos citou a possibilidade de ligação entre a

Envolvidos em acusações não são localizados

DA SUCCURSAL DORIO
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Procurado ontem pela reportagem da **Folha**, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) não foi localizado em sua residência até a conclusão desta edição.

A **Folha** também tentou, sem sucesso, falar com o ex-presidente do IRB Brasil Lúcio Duarte e o atual presidente do Instituto, Luiz Apolônio Neto — ambos indicados pelo PTB para o cargo.

Henrique Brandão, presidente do Sicor-RJ (Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro), estava viajando, segundo familiares. A revista “Veja”, Brandão disse ser amigo de Roberto Jefferson e negou estar envolvido em irregularidades. “Nunca fiz isso na vida”.

pina no Ministério da Saúde.

“Isso está sendo investigado. Pode ser que algumas empresas investigadas naquele caso do Ministério da Saúde estejam envolvidas nesta questão [Correios].”

Reportagem de anteontem da **Folha** mostrou que a empresa ABC Data Saúde, consultada pelos Correios para licitação suspensa na semana passada por indícios de fraude, também foi investigada no caso dos Vampiros.

Pedido de Lula

Na conversa de ontem, Bastos disse ter ouvido de Lula o pedido de não olhar partidos nem ministérios durante as investigações do caso dos Correios.

“O presidente ainda me reiterou hoje que nós vamos fazer uma investigação sem olhar para os partidos, sem olhar para os ministérios e sem olhar para quem quer que seja.”

Sobre o andamento das investigações, prosseguiu: “E passei ao presidente aquilo que eu podia dizer, porque esse inquérito corre em segredo de justiça. Esse é um inquérito que está numa fase delicada e aguda de planejamento”.

CRISE, A TEIA DE DENÚNCIAS E O PTB

CASO IRB: NOVA ACUSAÇÃO

Segundo a revista “Veja” desta semana, o presidente do PTB, Roberto Jefferson, teria pago R\$ 400 mil por mês a Lúcio Duarte, então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), indicado pelo PTB. Duarte pediu demissão há dois meses.

Segundo a revista, Duarte não teria agido em nome do PTB. O autor do anúncio é Daniel, conforme a reportagem, foi Henrique Brandão, amigo de Jefferson e dono de uma corretora de seguros.

Segundo a revista, Duarte não teria agido em nome do PTB. O autor do anúncio é Daniel, conforme a reportagem, foi Henrique Brandão, amigo de Jefferson e dono de uma corretora de seguros.

Ontem, depois de se reunir com o presidente Lula, o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos anunciou a abertura de um inquérito na Polícia Federal para investigar o caso.

CASO CORREIOS

Na semana passada, outra reportagem da “Veja” publicou suposto esquema de corrupção nos Correios. Em uma gravação, aparece negociando propina com empresários Márcio Marinho, chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da empresa. Na fita, ele diz que opera com o aval de do diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório Batista, e do deputado federal Roberto Jefferson, segundo Marinho.

AS CONEXÕES

A **Folha** publicou reportagem com trecho inédito da gravação em que aparece Marinho. Ele cita a empresa Novadeta, de um amigo do presidente Lula. Segundo Marinho, a empresa está envolvida em um esquema de ajuste de contrato, no qual seria beneficiada. A Novadeta nega irregularidade na condução.

A Operação Vampiro: PF investiga ligação entre dois escândalos. ABC Data Saúde, uma das empresas investigadas na Operação Vampiro, da PF, foi consultada pelos Correios em licitação citada na gravação que revelou o esquema. A compra foi suspensa pela empresa. A Operação Vampiro apura esquema de propina no Ministério da Saúde.

CRISE POLÍTICA, CPI E LULA

A oposição propôs a instalação de CPI mista no Congresso para apurar o caso dos Correios. Quanto à da D para a criação da CPI, o governo tenta retirar assinaturas para abafá-la.

QUEM É QUEM

Henrique Brandão - Amigo de longa data de Roberto Jefferson, teria exigido a pedido do deputado, mensada de R\$ 400 mil ao ex-presidente do IRB, Lúcio Duarte. É dono de uma corretora de seguros credenciada pelo IRB e trabalha no mercado de resseguros.

Roberto Jefferson - Deputado federal e presidente do PTB. Marinho diz na gravação que Jefferson sabia e dava o aval ao esquema.

Maurício Marinho - Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, atualmente afastado do cargo. É quem aparece na fita negociando propina.

Antônio Osório Batista - Diretor de Administração dos Correios, afastado. Segundo Marinho, Osório, a quem era subordinado, sabia do esquema.

Luiz Apolônio Neto - Presidente do IRB.

Lúcio Duarte - Ex-presidente do IRB.

Márcio Marinho - Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios.

Antônio Osório Batista - Diretor de Administração dos Correios.

Roberto Jefferson - Deputado federal e presidente do PTB.

Henrique Brandão - Amigo de longa data de Roberto Jefferson.

Novadeta - Empresa citada na gravação.

Operação Vampiro - Operação da PF para apurar esquema de propina no Ministério da Saúde.

ABC Data Saúde - Empresa consultada pelos Correios.

Ministério da Saúde - Órgão onde ocorreu o esquema.

Ministério da Justiça - Órgão onde ocorreu o esquema.

Polícia Federal - Órgão onde ocorreu o esquema.

Constituinte - Órgão onde ocorreu o esquema.

Legislativo - Órgão onde ocorreu o esquema.

Executivo - Órgão onde ocorreu o esquema.

Judiciário - Órgão onde ocorreu o esquema.

Ministério da Saúde - Órgão onde ocorreu o esquema.

Ministério da Justiça - Órgão onde ocorreu o esquema.

Polícia Federal - Órgão onde ocorreu o esquema.

Constituinte - Órgão onde ocorreu o esquema.

Legislativo - Órgão onde ocorreu o esquema.

Executivo - Órgão onde ocorreu o esquema.

Judiciário - Órgão onde ocorreu o esquema.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “*Já vendeu, Lula, já vendeu*”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 21 de maio do corrente.

O artigo mostra que o Presidente Lula já “vendeu a alma” para ser reeleito. E, para justificar essa afirmação, mostra que “*praticamente todos os companheiros d’alma de Lula/PT já abandonaram o barco*”.

Já vendeu, Lula, já vendeu

SÃO PAULO - Não surpreende que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva diga que não pretende vender a alma para ser reeleito. Já vendeu.

Não estou nem emitindo juízo de valor. Apenas constato fatos.

Fato 1 - Praticamente todos os companheiros d’alma de Lula/PT já abandonaram o barco. O PV o fez na quinta-feira. Natural: o presidente diz que daria um cheque em branco para o deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, que foi da tropa de choque de Fernando Collor e aliado incondicional de Fernando Henrique Cardoso. Mas expulsa companheiros d’alma como Heloísa Helena, entre outros.

Se essa troca de “companheiros” não é vender a alma, o que é então vender a alma?

Fato 2 - Um dos raríssimos pontos que hoje caracterizam um partido de esquerda é a defesa intransigente do ambiente.

No governo de um partido que já foi de esquerda como o PT, chega-se a recordes de desmatamento. É ou não vender a alma?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 7 de junho deste ano, a **Folha de S.Paulo** publicou mais um artigo do Dr. Jorge Wertheim, dirigente da Unesco no Brasil. Intitulado “Mais cidadania e menos medo”, o artigo aborda a importância do envolvimento da sociedade na superação da violência.

Ao trazer dados do Mapa da Violência de São Paulo, pesquisa realizada pela Unesco, Jorge Wertheim enaltece iniciativas tais como o programa “Escola da Família”, que, ao permitir a abertura das escolas estaduais nos fins de semana, fez com que fossem reduzi-

Senhor Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fato 3 - A política econômica pode ser chamada de tudo o que se quiser: a única possível, a mais responsável, a mais cruel, a que menos conduz ao crescimento, a que induz a um crescimento sustentado.

Só não se pode dizer que é a política econômica da alma do PT. Só os petistas definitivamente acomodados às suas boquinhinhas ergueriam uma estátua para o ministro Antonio Palocci, mas os banqueiros, nada acomodados, estão, sim, dispostos a erguer uma estátua para Lula — e nem fazem questão de esconder tal ânimo.

É ou não é vender a alma?

Repito: não se trata de juízo de valor, pelo menos não hoje. O meu juízo já o emiti desde o início do governo. Hoje é só coletar dois ou três fatos, os que cabem neste espaço.

Haverá até quem — talvez muitos — diga que vender a alma foi a melhor coisa que Lula fez em sua vida pública. Mas negar que a tenha vendido só pode fazê-lo quem não quer ver.

@ → crossi@uol.com.br

dos os índices de violência nas regiões abrangidas por essas escolas. O dirigente da Unesco também atenta para a importância de o Estado e as entidades da sociedade civil priorizarem medidas que tenham impacto direto no ensino médio, cujos alunos pertencem a faixa etária particularmente vulnerável à violência, ao tráfico de drogas e à criminalidade em geral.

A correlação entre medidas de caráter educativo e diminuição da violência está longe de ser acidental. O resgate da cidadania perdida no subemprego e na violência passa, necessariamente, pela educação.

É nesse sentido que vem atuando a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – desde sua fundação, em novembro de 1945, oportunidade em que o ilustre Anísio Teixeira atuou representando o Brasil. Próxima de completar 60 anos de existência, a Unesco vem trabalhando na ingente tarefa de construir a paz na mente do ser humano. Tal construção tem como pedra fundamental a educação, em todos os níveis, abrangendo todas as faixas etárias.

No contexto brasileiro, em que o crescimento da economia tem de ser sustentado se quisermos acabar com a histórica desigualdade social, a atuação da Unesco é nada menos que fundamental. Garantir cada vez mais e melhor educação ao povo brasileiro significa aumentarmos a competitividade do País, ampliarmos a inserção brasileira nos mercados globais. Significa, também, Sr^{as} e Srs. Senadores, aparelharmos as crianças, os jovens e adultos com meios efetivos de lutarem por um futuro mais digno.

Sr. Presidente, o primeiro escritório de representação da Unesco no Brasil data de 1946; em Brasília, as atividades foram iniciadas há pouco mais de 30 anos, em 1972. Ouso dizer, porém, que jamais este Órgão Especializado da ONU viveu momento tão profícuo com o Governo e com a sociedade civil quanto nos últimos anos.

É certo que a Educação, a Ciência e a Cultura, objetivos precípuos da Unesco, devem fazer parte de todo e qualquer projeto de nação. No entanto, mais certo ainda é o fato de que, no Brasil, políticas educacionais por vezes foram tratadas ao sabor das circunstâncias, sem a necessária priorização delas por parte do Governo e da sociedade civil.

É nesse sentido que um administrador eficiente e infatigável pode fazer toda a diferença. Esse é o caso de Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil desde 1996. Só um idealista incorrigível como ele seria capaz de dar impulso exponencial às atividades da Unesco em tão curto intervalo de tempo, transformando o escritório brasileiro no escritório da Unesco mais importante do mundo.

Durante sua gestão, Jorge Werthein aumentou de 25 para 250 o número de funcionários da Organização. O volume de recursos captados aumentou cerca de 25 vezes, perfazendo 30% do volume de operações da Unesco em todo o mundo! Os investimentos saltaram de 12 para 300 milhões de reais por ano!

Nos dias de hoje, a Unesco conta com escritórios-antena em várias capitais brasileiras, como em Porto Alegre, Natal, Cuiabá, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. As diretrizes da Organização são universais, mas devem estar atentas às especificidades das comunidades e dos governos locais. A descentralização praticada pela Unesco permite o aumento da capilaridade

de sua atuação, fazendo com que sua *expertise* chegue aos grotões mais longínquos do território brasileiro.

Em 1997, foi criado o Grupo de Parlamentares Amigos da Unesco, iniciativa pioneira do Brasil no contexto da América Latina. É uma honra para mim ser um membro desse Grupo, o que me dá a oportunidade de acompanhar mais de perto as atividades do escritório brasileiro da Unesco.

Posso dizer com segurança que a ampliação das atividades dessa Organização nos últimos anos é impressionante. Muitos são os projetos de abrangência nacional que contam com a participação ou com o assessoramento técnico da Unesco, mediante parcerias estabelecidas com o Governo e com entidades da sociedade civil.

É o caso, por exemplo, do Programa Brasil Alfabetizado, que envolve desde o Ministério da Educação até empresas e governos locais, com um público-alvo de 4,5 milhões de pessoas até 2006. É o caso, também, do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, parceria estabelecida pela Unesco com o MEC e com o Ministério da Saúde no sentido de educar preventivamente nossos jovens.

Outro exemplo de enorme importância é a parceria com a **Rede Globo**, no Programa Criança Esperança, que a partir de 2004 passou a contar com a participação da Unesco. Em seu ano de estréia na parceria, a Unesco ajudou a fazer com que a arrecadação subisse dos 9,5 milhões de reais obtidos em 2003 para os R\$16 milhões arrecadados em 2004.

Os exemplos citados são apenas alguns entre aqueles que possuem maior abrangência e visibilidade, Sr. Presidente. No espaço de tempo deste pronunciamento, seria impossível mencionar todos os admiráveis programas de cunho socioeducacional que contam com a contribuição da Unesco.

Comecei este discurso citando artigo recente de Jorge Werthein na **Folha de S.Paulo** porque estou certo de que parte da solução para os enormes desafios sociais brasileiros passa por medidas simples e criativas, como a abertura de escolas públicas nos fins de semana.

Vencermos a brutal desigualdade da sociedade brasileira e a baixa qualidade do ensino público na chamada educação de base requer, acima de tudo, compromisso. Requer a obstinação e a ousadia que Jorge Werthein vem demonstrando possuir desde que iniciou seu trabalho no escritório da Unesco no Brasil, em 1996.

Trabalho não nos falta. Afinal, não basta universalizar o ensino, há que universalizar a qualidade dele também. Da mesma forma, os sistemas educacionais convencionais devem ser complementados por métodos diversificados de formação de jovens e adultos, como, por exemplo, o estímulo para maior intercâmbio

científico por meio de comunidades virtuais – uma das bandeiras mais recentes da Unesco.

Em um momento delicado da vida política nacional, é válido lembrar que a educação e a cultura, pedras fundamentais do trabalho da Unesco, servem para transformar não apenas as mentes, mas também as mentalidades. A única revolução de que o Brasil precisa é a educacional. É por isso que estão de parabéns Jorge Wertheim, os funcionários da Unesco e todos os brasileiros que acreditam que isso é possível.

Muito obrigado.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa neste momento, para registrar o excelente artigo publicado no jornal **O GLOBO**, caderno O País, de domingo, 5 de abril último, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado “Sair da Crise”.

O ex-Presidente, com raro brilhantismo, discorre sobre a necessidade de se restabelecer a confiança do eleito-

rado em seus representantes, fazendo, com muita lucidez e moderação, profunda análise sobre o momento político que estamos vivendo, manifestando, sobretudo, preocupações sobre a incapacidade dos atuais detentores do poder de sair das crises que se sucedem, dia após dia, causando o temor de que se assim continuar, o que é conjuntural, pode acabar se tornando uma crise sistêmica.

O artigo merece a reflexão de todos, principalmente da classe política, razão pela qual solicito a transcrição do seu inteiro teor como parte integrante deste meu pronunciamento, a fim de que conste dos anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO**

Sair da crise

É preciso restabelecer a confiança do eleitorado em seus representantes

Há algumas semanas, numa entrevista a uma revista econômica, fiz referência aos riscos de se aprofundar o descolamento entre o sistema político e a sociedade. Não tinha em mente a conjuntura, mas uma tendência que, aliás, não se vê só no Brasil. A democracia representativa encontra-se em questão em muitas sociedades de massa. O fenômeno é geral (basta ver os índices de abstenção eleitoral nos países em que o voto não é obrigatório), mas é mais visível nas sociedades de massas em que há muitos pobres. Nessas, a melhoria do grau de instrução e o desejo de usufruir os bens que o sistema econômico oferece aumentam a pressão, mais do que justa, dos mais pobres por um melhor lugar ao sol. Del o exemplo da Venezuela para mostrar como, pouco a pouco, o desgaste do sistema político pode erodir a democracia. Lá, o desapontamento com os governos constitucionais do tempo da Ação Democrática e da Democracia Cristã veio a se tornar insuportável durante o governo de um homem honrado, Rafael Caldeira, antecessor de Hugo Chávez.

Houve quem tomasse minha observação como crítica abrasadora ao governo atual. A alguns que dele participam ocorreu o disparate de dizer que minhas observações eram fruto da inveja pelos feitos que supostamente caracterizariam o governo Lula. Era só o que faltava.

Não estou torcendo pelo “quanto pior melhor”. Sei separar os interesses do país dos partidários e não confundo Estado com partido. Falava de uma tendência. Preocupa-me a incapacidade de sair da crise política que os atuais detentores do poder vêm demonstrando. A continuar assim, acabarão por tornar sistêmica o que é uma crise conjuntural.

Dada a dificuldade de deter a crise pelos meios que são, na verdade, a causa da própria crise (ameaças, nomeações, pres-

sões, culpabilização permanente do governo anterior e assim por diante), quem sabe fosse o caso de pedir ao governo que escolhesse um caminho de maior grandeza e, se por aí vier, encontrar o respaldo da própria oposição.

Explico melhor o que tenho em mente. Durante o ano de 2003 os partidos que haviam perdido as eleições votaram as medidas que o novo governo enviou ao Congresso, surpresos com a guinada do governo Lula, que assumiu como suas bandeiras que o PT até então combatia (responsabilidade fiscal, demonstrada pelos superávits primários, manutenção dos contratos e até um pouco das reformas que tanto combatia). Não faltou mesmo uma palavra de apoio à responsabilidade da nova equipe econômica, quando o “fogo amigo” ameaçava desestabilizá-la. Qual foi, entretanto, a resposta do governo? Insistir em que haviam recebido uma “herança maldita” e que fariam do Brasil um outro país. Da herança, vivem até hoje, reles e felizes; de novidade nada de marcante se viu, depois da eficiência nenhuma do Fome Zero e da aceleração, com nomes trocados, da rede de proteção social que havia sido implementada no governo anterior.

Em uma coisa, entretanto, o governo se esmerou: em aumentar sua base política no Congresso. É sabido que sem maioria se torna muito difícil governar. Quando presidente, propus dezenas de reformas constitucionais, que precisavam de 2/3 dos votos na Câmara e no Senado, sem contar com sequer um único voto das forças de oposição, PT à frente. Agora, todas as vezes que o governo apresentou propostas de reformas ou de leis às quais antes se opunham (por exemplo, a lei de falências), não faltaram os votos do PSDB, do PFL e de tantos outros partidos ou grupos que hoje estão na oposição. O governo faz, portanto, alianças custosas e inúteis, pois com elas mais desgoverna do que governa, na ilusão de conseguir o que realmente parece lhe interessar: a reeleição.

A possibilidade de reeleição é um dispositivo constitucional benéfico para o país. E pleiteá-la é inteiramente legítimo. Eu também quis a reeleição, mas tinha um propósito de governo. Foi no segundo mandato que consolidamos o câmbio flutuante, base da guinada exportadora, aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, implantamos a rede de proteção social. O propósito da reeleição não pode ser simplesmente per-

petuar-se no poder.

Onde está o projeto de país deste governo? Por que ele nunca acenou às oposições para um caminho de convergência? Por que não deixou sequer margens para que essa convergência ocorresse, como propôs o senador Cristovam Buarque e eu próprio deixei entrever em entrevista que dei a ele? Preferiram bater estacas no terreno movediço da fisiologia, no qual o governo está agora atolado.

Já não é sem tempo de voltar aos grandes temas da organização do sistema político e do estado, temas que o PSDB trouxe para a agenda política do país e que foram retomados no último encontro do partido em São Paulo: fidelidade partidária, alguma forma de voto distrital, algum tipo de lista fechada de candidatos que dê maior organicidade aos partidos, restrição drástica das nomeações em cargos de confiança e, ao mesmo tempo, a continuação da privatização de certo órgão, como o Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), que foi sustado em meu governo por limitares solicitadas pelas oposições. Imagine-se o que ocorreria hoje se as mais de 120 diretorias das teses ainda fossem preenchidas por nomeações políticas. Não seria melhor que na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa etc. as nomeações em comissão se restringissem ao número mínimo necessário de dirigentes para imprimir a marca da política governamental?

Fazer avançar uma agenda assim pede grandeza. Exige olhar para além da popularidade momentânea. Requer propor caminhos viáveis para formar maiorias que em vez de corroer as instituições do Estado e da democracia possam reformá-las e fortalecê-las.

Se nada for feito, caberá a quem venha a ser o candidato do PSDB nas próximas eleições apresentar ao eleitorado um programa muito claro com reformas eleitorais, partidárias e da máquina pública. Caberá anunciar de antemão a disposição, se eleito, de recorrer aos mecanismos de consulta à população para validar essas reformas e mesmo, se entender necessário, solicitar ao Congresso uma lei delegada para fazê-las. É urgente buscar caminhos que restabeleçam a confiança do eleitorado em seus representantes e que tornem estes últimos mais responsáveis para com as promessas que fizeram durante as campanhas eleitorais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apenhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

DISCURSO

(Do Senador Pedro Simon)

Transcrição de artigo de Luiz Fernando Veríssimo no Diário do Senado Federal.

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja transcrito, nos Anais desta Casa, o artigo do escritor Luiz Fernando Veríssimo publicado em **O Globo** de 9 de junho corrente, intitulado “Haja tapete”.

Justificação

O artigo em questão traduz bem o que ocorreu no Governo Fernando Henrique Cardoso e, para desincanto daqueles que votaram em Lula esperando uma mudança de rumos, vem se repetindo neste Governo.

Esperamos que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que, finalmente, deverá se instalar, com a concordância do próprio Governo, contribua para reorientar o modo de agir do atual Governo.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VERISSIMO

Haja tapete

Estava certo que o PT não mudasse a política econômica do governo anterior, mas poderia ter mudado pelo menos a sua decoração de interiores. Não mudou. Manteve o grande tapete para baixo do qual o governo passado varreu todos os seus escândalos e ameaças de CPIs inconvenientes. Pode ter se impressionado com a sua útil grandiosidade. Afinal, um tapete capaz de cobrir todas as suspeitas inexplicadas de um processo como o da privatização das telecomunicações — um dos maiores negócios do mundo, na época, gerador de maracutaias também gigantescas — sem que ficasse aparecendo um calombo, não é de

se jogar fora, ou trocar por carpetes funcionais. O PT talvez só esteja se perguntando por que o tapetão milagroso funcionou para abafar o caso dos votos comprados para a reeleição do Fernando Henrique, além de casos amazônicos como o das teles e outros, e não funciona com ele.

A pergunta seria ingênua. Nem é preciso recorrer a mais uma piada sobre a circunferência do Roberto Jefferson para con-

cluir que faltaria tapete para esconder o volume de escândalos que ele protagoniza, promove e sugere. Também é uma questão de classe: o governo anterior era de gente fina, que merecia os privilégios de um tapete acomodador sob os seus pés, mesmo sujos. Já o que não falta agora é indignação do patriciado com a invasão do governo por lulas e afins, que literalmente não sabem onde pisam e não combinam com a decoração. Não fosse por um detalhe, o que estaria em curso hoje no Brasil seria um clássico golpe conservador, como todo o seu arsenal de moralismo seletivo e denunciismo dirigido, contra um inadmissível governo de esquerda. O detalhe que falta, claro, é o governo de esquerda.

No fim, a explicação que tem de ser dada não é a dos suspeitos para os jornais e as CPIs, é a do PT para os seus militantes e eleitores, para aquele cara acenando sua bandeira vermelha na esquina, sozinho, de graça, porque acreditava e confiava. E o que precisam lhe explicar é por que mágica seu voto no PT deu num Roberto Jefferson com tantos poderes no governo, inclusive o de derrubá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA
Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI
DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 233, de 2004)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 233, de 2004), que *cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Garibaldi Alves Filho.

Prazo final: 14.6.2005.

2

PROJETO DE LEI
DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 239, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 239, de 2005), que *acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.*

Relator revisor: Senador Flexa Ribeiro.

Prazo final: 20.6.2005.

3

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira sig-

natária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

4

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003***(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003**

(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26.4.2005)
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

APÓS A ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2005, da Comissão de Educação, solicitando urgência para o Projeto de Lei da

Câmara nº 89, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer da Comissão de Educação, aguardando leitura; e

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO
DIA 09 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRA-
DO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA
SE PUBLICA.**

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios foi suspensa. Não houve acordo.

Eu imaginava, Sr. Presidente, que, com o País à deriva, com a indignação explodindo e sendo contida pela sociedade, o Congresso Nacional não desperdiçaria a oportunidade de dar uma resposta eficaz às aspirações do nosso povo, recuperando a credibilidade que vem perdendo a cada passo.

Nos últimos dias, tive a impressão de uma recaída positiva do oficialismo, quando ouvi frases de efeito do próprio Presidente Lula, no Fórum Internacional de Combate à Corrupção, como “doa a quem doer” e “investigação cabal e isenta”.

O Presidente Lula tem sido omissos, conivente mesmo, e, lamentavelmente, cúmplice. É confortável isentar o Presidente da República de responsabilidades – é o que estamos acostumados a ver –, mas, na verdade, Sr. Presidente, se há responsável maior, este chama-se Luiz Inácio Lula da Silva. É evidente que Sua Excelência é responsável e poderíamos dizer até que prevaricou, porque foi comunicado dos fatos deploráveis que estavam acontecendo na desastrosa relação de promiscuidade do seu Governo com parte do Poder Legislativo. E, agora, em que pese o fato de o Presidente tentar uma reação, a meu ver, tímida,

insuficiente, os seus liderados não o acompanham. Estão desmentindo o Presidente da República, na medida em que querem compor o comando da CPMI para manipular os trabalhos e evitar que se chegue a conclusões, exigência da sociedade brasileira.

Ora, é possível quebrar-se a tradição? É possível afrontar-se a história de respeito à tradição deste Parlamento, que estabelece a necessária alternância, por meio de acordos que permitem que, quando a Situação preside, a Oposição relata as Comissões Parlamentares de Inquérito? Não, o Governo quer tudo agora; quer a Presidência e a Relatoria. Não há a menor consideração para com o indicado da Minoria, o Senador César Borges, como se não fosse S. Ex^a um Senador competente, ex-Governador, experiente, elegante na sua conduta parlamentar, cordial, respeitador dos seus deveres e dos seus adversários no Congresso Nacional.

Não é o Senador César Borges que está sendo desrespeitado. O desrespeito é à tradição do Parlamento; o desrespeito é a essa boa prática legislativa; o desrespeito é à população, sobretudo da Bahia, que elegeu o Senador para exercer aqui as funções mais relevantes.

Na verdade, se esse fato prevalecer, se o Governo impuser esse modelo de condução dos trabalhos da CPMI, estaremos estabelecendo uma jurisprudência extremamente perigosa, porque as Minorias se transformam em Maiorias. Minorias e Maiorias o são eventualmente, circunstancialmente. A democracia estabelece a alternância no poder e, por consequência, Minorias se transformam em Maiorias. O que vale, hoje, para a Oposição de hoje valerá amanhã para a Situação de hoje.

Portanto, Sr. Presidente, é lamentável que isso esteja ocorrendo no Congresso Nacional. Já deveríamos estar iniciando o debate.

Por exemplo, o que respondeu o Presidente da República a essa denúncia?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, vou-lhe conceder mais um minuto, mas não vou prevaricar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a nunca prevarica, Senador Mão Santa, nem antes, nem agora e, certamente, nem amanhã.

Vou concluir, Sr. Presidente, cobrando do Presidente da República sinceridade. Vejo o discurso muito distante da prática.

O Presidente fala em isenção nas investigações, mas onde está a isenção quando se quer impor a vontade do Poder Executivo por meio dos seus Liderados

no Congresso Nacional? E o Presidente não respondeu ainda: quem foi o Ministro que patrocinou cena de corrupção presenciada por três Presidentes de Partido e um chefe de departamento, conforme relato do Presidente do PTB ao Ministro Miro Teixeira?

Essa é uma resposta que ainda o Presidente da República não ofereceu. Isso também é prevaricar, Senador Mão Santa.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 12 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA, SEM REVISÃO DO ORADOR, CONFORME ART. 201, § 3º, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, eu queria saudar o Presidente e as Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecendo aqueles que me cumprimentaram pelo meu aniversário. Isso me honra muito. De fato, aniversário é um rito de passagem em que lembramos um pouco da vida e dos desafios, e é sempre um momento de balanço.

Eu gostaria de convidá-los, quem puder comparecer, para uma festa que faremos amanhã na Escola de Samba Rosas de Ouro, na Freguesia do Ó, em São Paulo. Já encaminhei convite pessoal a todos os Senadores e Senadoras. Os que puderem ir me agradarão muito e serão muito bem recebidos.

Em primeiro lugar, quero tratar do veto do reajuste salarial. Manifestei a minha posição no Colégio de Líderes, junto ao Presidente Renan, e quero fazê-lo da tribuna.

Todos os Senadores se empenharam em buscar melhorar a remuneração dos servidores de uma forma geral, neste País. O Brasil enfrenta uma situação fiscal muito delicada, uma dívida pública muito alta e a margem de manobra fiscal tem sido muito difícil, seja para os investimentos, seja para os gastos sociais e também para a remuneração dos servidores.

No ano passado, tivemos uma política de recuperação salarial importante e, dentro desse quadro, a Mesa Diretora tomou a decisão de dar um reajuste de 15%, o que foi revogado pelo Supremo Tribunal Federal, por considerar que o instrumento para o reajuste só poderia ser um projeto de lei. O reajuste foi suspenso e a nova Mesa encaminhou o projeto de lei. Nós discutimos o projeto de lei da Câmara e a Câmara discutiu o reajuste dos servidores do Senado. Pelo princípio da reciprocidade, aprovamos, naquela ocasião, o reajuste dos servidores da Câmara e, em seguida, encaminhamos também o projeto de reajuste do Tribunal de Contas da União. Naquela ocasião, ain-

da que eu tenha sido o único voto contrário, expressei com toda a transparência e publicamente as minhas preocupações, as minhas inquietações. Depois, tive o apoio dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jefferson Péres, que reconheceram, após a votação, que as minhas preocupações eram procedentes.

Quero apenas ler, para deixar bem clara, a advertência que eu fazia e qual era a preocupação do Governo em relação àquele episódio. Lerei as notas taquigráficas:

Quero apenas registrar, Sr. Presidente, que não considero ser sensata a concessão desse aumento. Não é compatível com a situação fiscal orçamentária do País esse reajuste para os servidores do Poder Legislativo, que são os que têm melhor remuneração entre os servidores da República. Se não houver o compromisso do Senado e da Câmara de que esses reajustes, tanto o dos servidores do Senado, quanto o dos servidores do TCU e da Câmara, não vão significar novos aportes de recursos orçamentários, não haverá como concedê-los. Dadas as demandas sociais, sobretudo de investimentos, não teremos capacidade orçamentária de suportar essa pressão. Portanto, pedirei esclarecimentos. Gostaria de saber se de fato esses reajustes vão significar novos aportes de recursos da União. Se isso vier a ocorrer, seguramente o Governo não concordará com o reajuste e o recurso que lhe restará será o veto. Quero deixar claro que essa posição não é compatível com a atual situação financeira do Governo. Esta é a advertência que faço.

Portanto, aprovamos o reajuste dos servidores da Câmara mas, ao mesmo tempo, inclusive na condição de Relator, eu buscava advertir que só seria possível absorver aquele reajuste se houvesse recursos previstos no Orçamento, como estabelece o art. 169 da Constituição, que é muito claro: não pode haver despesas com pessoal sem a devida rubrica orçamentária. Sem ela, é vedado qualquer reajuste, especialmente de gasto continuado, tanto na Constituição quanto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Baseando-se nesse princípio constitucional, o Presidente da República tomou a decisão do veto.

Qual é o impacto do reajuste sobre a folha de pagamentos do Legislativo? No caso do Senado, seriam R\$144.295.614,00 para os ativos e R\$77.696.667,00 para os inativos. O total seria de R\$221.992.280,00.

Portanto, para o Senado haveria um impacto na folha de R\$222 milhões, arredondando os números. O total de recursos orçamentários que deveria estar previstos seria de R\$578 milhões. Não existe essa previsão orçamentária; sendo assim, o Presidente República é obrigado a cumprir o que estabelecem a

Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal e por isso encaminhou o veto.

Eu gostaria de que o Governo estivesse gastando mais com pessoal, porque há carências imensas na área da saúde e da educação. O País precisa de mais investimento, de mais gasto social e de melhor atendimento da população. No entanto, o Estado brasileiro não tem condições de fazer isso.

Houve uma redução de gastos, em relação a pessoal, ao longo dos últimos três anos.

Primeiramente, tratarei dos gastos globais.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Evidentemente, mas quero apenas concluir meu argumento, Senador José Agripino.

Apresentarei dados relativos a pessoal divulgados pelo economista Raul Velloso no último seminário do Fórum Nacional, no Rio de Janeiro. Ele apresentou dois dados, que deixarei com todos os Senadores interessados.

Primeiramente, ele demonstrou que não houve aumento de carga tributária neste Governo – como eu disse tantas vezes aqui, conforme os dados oficiais disponíveis.

Ele mostra que a carga líquida da União era de 11,6% do PIB, em 1997, e que foi para 16,3% do PIB, em 2002. Depois, caiu para 15,6%*, 16,2% e 16,1%. Portanto, nos anos de 2003, 2004 e 2005, a carga tributária é inferior à que herdamos em 2002.

Em relação aos gastos com pessoal, o economista Raul Velloso, que trabalha com os dados do Siafi, os dados oficiais da Receita Federal, mostra que em 2002 eram de 5,41% do PIB; em 2003, 4,93% do PIB; em 2004, 4,82% do PIB; e em 2005, 4,66% do PIB. Portanto, houve uma redução de pessoal de 10,8% de 2002 para cá. E por que houve redução de pessoal? Citarei os números brutos. Como disse V. Ex^a, passamos de 200 para 600 os contratados – 4 mil novos contratados, de fato, e 16 mil concursados. Numa estrutura de cargos de mais de 800 mil servidores, muitos se aposentaram, e abriu-se concurso para algumas carreiras indispensáveis ao Estado, como professores universitários, policiais federais e outros.

Porém, no cômputo global, não houve aumento de despesa. O Governo anterior assumiu, em 1995, a folha de pagamentos pelos dados de dezembro de 2004, deflacionados pelo IPCA – índice mais reconhecido hoje para a discussão de inflação –, da ordem de 79 bilhões e 649 milhões de reais. Com os terceirizados, eram R\$5,4 bilhões. Em 2002, chegou a 94 bilhões e 945 milhões de reais. Portanto, houve um acréscimo bastante significativo de aproximadamente R\$15 bi-

lhões a mais de gastos com pessoal de 1995 a 2002. E qual é a principal rubrica que cresce? Os terceirizados. Passa-se de um patamar de R\$5,4 bilhões para R\$14,3 bilhões. Triplicam-se os gastos com funcionários terceirizados pelas empresas.

O nosso Governo acredita que esse não é um bom caminho. Os servidores devem ser concursados ou contratados em cargos de confiança, que é o que estabelece o Estatuto do Servidor e a legislação vigente. Reduzimos os terceirizados para 8 milhões e 800. Estamos cortando praticamente pela metade o que existia e reduzindo essa rubrica. Portanto, o total da folha de pagamento, como disse Raul Veloso, era de R\$94,900 bilhões, em 2002; em dezembro de 2004 era de R\$92,500 bilhões. Houve uma redução dos gastos com pessoal, principalmente da rubrica dos terceirizados. Não houve aumento de carga tributária, não houve contratações, sob o ponto de vista da folha global. Houve um enxugamento substancial dos terceirizados e a reposição dos cargos para concursados, já que muitos servidores se aposentaram. Houve, igualmente, um aumento de cargos de confiança. No cômputo geral, tivemos que enxugar a folha de pagamento. Infelizmente, foi assim.

É verdade que os servidores têm que ser valorizados. Sou testemunha da eficiência, da dedicação, nesta Casa, de dezenas de servidores com os quais trabalho diariamente; são exemplos de competência no serviço público. Especialmente os consultores e assessores são de um padrão de excelência como poucos na sociedade brasileira. Por outro lado, são os servidores mais bem pagos da República.

Se concedermos esse índice de 15%, por isonomia – e o Supremo já o fez no passado –, pode-se estender a outros servidores. O impacto seria de quase R\$9,500 bilhões se estendêssemos 15% para o Executivo e para o Judiciário. Não há amparo constitucional pelo art. 169. Mencionei essa questão e pedi à Mesa que esclarecesse se havia previsão de orçamento para o aumento da folha de pagamento. Não havendo, o Presidente, infelizmente, teve que tomar essa decisão.

Entendo que o que já foi pago deve ser transformado em um abono e incorporado ao salário, portanto sem que haja nenhum prejuízo. Os servidores não são responsáveis pelas dificuldades fiscais nem pela decisão que tomamos.

Em segundo lugar, em relação à possibilidade de termos uma política de melhoria salarial na Casa, se cortarmos outras despesas – e temos onde enxugar dentro do Orçamento previsto para este ano –, podemos valorizar o desempenho da função e o estímulo aos servidores. O que não é possível é o Governo se comprometer em aportar recursos no Orçamento do Poder Legislativo que não estão previstos, que não

foram autorizados e que não constam, portanto, do Orçamento da União. A Constituição Federal veda despesas continuadas, particularmente com pessoal, sem o cumprimento dessa condição.

É evidente que eu gostaria de ouvir o nobre Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Aloizio Mercadante, agradeço a V. Ex^a o aparte. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que o meu objetivo não foi polemizar em torno de ganância para lá, ganância para cá. Meu objetivo foi tratar de uma questão que é fundamental para V. Ex^a, para mim e para toda esta Casa: acordo feito é acordo para ser cumprido. Acho que V. Ex^a, que fez um acordo conosco, que apresentou um relatório, que eu li, que deu o seu voto favorável, certamente autorizado pelo Governo, foi desautorizado pelo Presidente da República, e o acordo que fizemos foi quebrado. V. Ex^a leu a manifestação que V. Ex^a fez no dia 27 de abril, por ocasião da votação não do Projeto de Lei nº 1, de 2005, que diz respeito aos 15% de aumento para os servidores da Câmara dos Deputados. V. Ex^a se referiu ao Projeto de Lei nº 18, de 2005, que tratava dos 15% de aumento para os servidores do Tribunal de Contas da União, bem depois. Eu me referi ao Projeto de Lei nº 1, ao acordo feito para o Projeto de Lei nº 1, ao acordo que foi desfeito e à autoridade de V. Ex^a que, reconheço, foi desfeita e menosprezada pelo Governo. Eu disse a V. Ex^a hoje de manhã e repito de público: a coisa mais importante do Parlamento é acordo feito e cumprimento de acordo. Quando eu lhe manifestei solidariedade e disse que V. Ex^a era um bravo, que, muitas vezes, defendia causa impopulares como essa, com bravura e, muitas vezes, sozinho, eu estava sendo sincero. Eu não estava sendo irônico, não. E esperava, como espero, que a minha manifestação ecoe no Palácio do Planalto e que respeitem as opiniões e as atitudes que V. Ex^a toma aqui em nome do Governo e que tem que ter começo, meio e fim, e que não podem existir em abril e não existia em outubro, elas têm que ter seguimento. V. Ex^a tem que ter costas largas para poder transitar com seus companheiros. A questão da ganância é outra conversa que podemos até estabelecer um debate em um outro momento. Neste momento, quero dizer a V. Ex^a que manifestei a minha solidariedade pelo desapeço do Governo a V. Ex^a e aos servidores do Legislativo. Porque – veja bem! – dinheiro, se V. Ex^a diz que está gastando hoje menos do que gastava no passado, deve haver. Orçamento, o Presidente Renan Calheiros declarou hoje de manhã que cortou despesas a dinheiro na LDO para pagar os 15% aos servidores do Senado. Ele já teria feito cortes no Orçamento do Senado para pagar os 15% aos servidores do Senado. Esse argumento não existe, e quem responde não sou eu ao Presidente do Senado. Mas essa é outra questão. O que eu queria

deixar bem claro é que o que V. Ex^a falou e leu refere-se ao PLC nº 18, de 2005, e eu me referi o tempo todo ao acordo que nos fizemos para votar, unanimemente, o PLC nº 1, de 2005, 15% de aumento para os servidores da Câmara dos Deputados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem toda razão. Eu disse: nós votamos, por unanimidade, o reajuste da Câmara, do qual fui relator. Perguntei ao Presidente Severino e perguntei ao Presidente Renan se havia previsões orçamentárias referente àquele reajuste. A resposta que recebi é que os recursos estavam provisionados e que constavam da peça orçamentária e que, portanto, o reajuste já tinha sido definido no ano passado e poderia ser incluído na gestão deste orçamento. No entanto, infelizmente, talvez por problema da acessória técnica da Casa, esses recursos não estavam provisionados. Quando voltamos ao assunto do Tribunal de Contas da União, adverti pessoalmente o Presidente Renan e disse: estamos votando uma matéria, votei contra sozinho, pedi a palavra e busquei explicar, vou reler o que disse, porque o que falei naquela votação era um advertência também para o reajuste da Câmara e do Senado. Foi a advertência que fiz, chamando a atenção do Presidente da Câmara e do Senado. Ou o Senado e a Câmara demonstram que esses recursos estão provisionados para receber o impacto de R\$577 milhões/ano, ou esse reajuste não poderá ser concedido.

Vou reler:

Quero apenas registrar, Sr. Presidente, que não considero ser sensata a concessão desse aumento...

Aqui eu dizia respeito ao TCU, porque o TCU tinha acabado de ter uma reestruturação de cargos, com a valorização expressiva dos funcionários e não havia condições, no País em que estamos vivendo, com a situação fiscal que estamos enfrentando, de dar o reajuste. Continuando:

Não é compatível com a situação fiscal-orçamentária do País esse reajuste para os servidores do Poder Legislativo, que são os que têm melhor remuneração de servidores da República. Se não houver o compromisso do Senado e da Câmara de que esse reajuste, tanto do servidores do Senado, quanto dos servidores do TCU e da Câmara, não vai significar novos aportes de recursos orçamentários, não haverá como concedê-los. Dadas as demandas sociais, sobretudo as de investimento, não teremos capacidade orçamentária de suportar essa pressão.

Portanto, pedirei esclarecimentos. Gostaria de saber se de fato esse reajuste vai significar novos aportes de recursos da União. Se isso vier a ocorrer, seguramente o Governo não concordará em reajustar o recurso e só lhe restará o veto.

A advertência que eu fazia é que a Mesa tinha, do meu ponto de vista, que cortar despesas para su-

portar. A resposta que recebi do Senado é que cortaram R\$30 milhões. E de fato o Senado está buscando fazer economia, não teve nenhum gasto extraordinário nessa gestão. Estamos tendo austeridade, inclusive com nossos salários, que não foram reajustados. E, nessa decisão, os R\$30 milhões não cobrem os R\$222 milhões, não cobrem.

Não há como abrigar o reajuste que está sendo proposto com a gestão orçamentária deste ano, e a União não tem como aportar esses recursos, porque não estão provisionados no Orçamento. Ela não tem autorização do Legislativo e nem constitucional, para colocar recursos, porque o art. 169 da Constituição veda, e o Presidente é obrigado a respeitá-la integralmente.

E quero dizer que, se fizemos cortes com despesas de pessoal, V. Ex^a diz que estão sobrando recursos do Orçamento. Não, não estão sobrando, Senador José Agripino. V. Ex^a é um homem que conhece profundamente a situação financeira do País.

Tivemos que reduzir a dívida pública de 61% do PIB, em setembro de 2002, para 51% do PIB, senão a taxa de juros não cai. O volume de investimentos que temos este ano no Brasil é de menos de R\$15 bilhões, e o País precisa de R\$42 bilhões para investimentos em estradas, ferrovias, portos, sem o que não temos como suportar o crescimento econômico de 5% ao ano. O País não tem logística, porque há 20 anos temos um crescimento médio abaixo de 2%. E onde está a prioridade do Orçamento? Não privatizamos uma empresa e não aumentamos a carga tributária. É austeridade fiscal e é isso que permite a gestão financeira, ainda difícil, do Estado brasileiro.

Para onde estão indo os recursos? Onde aumentaram? O Bolsa Família aumentou 66%. Agora, qual é a opção deste País? É verdade que os servidores merecem toda atenção e devem tê-la, mas há uma multidão de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, e estamos dando para 7 milhões de famílias, 12 milhões de brasileiros, um aporte de recursos de R\$72,00 por criança, para mantê-la na escola.

Houve um crescimento da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social(*) da ordem de 23% de recursos. Quem está contemplado pela LOAS? Os adultos que na velhice não têm a proteção da Previdência e acabam recebendo uma renda inferior a um quarto do salário mínimo, dando um mínimo de condição para que um velho desse não se transforme num indigente vagando pelas ruas do Brasil; os portadores de deficiência pública e a terceira idade. São esses os programas sociais que ganharam ênfase, e, infelizmente, numa sociedade tão injusta e desigual, temos que continuar priorizando aqueles que menos têm.

Não há no Orçamento, neste momento – e fiz essa advertência várias vezes para as Mesas das duas Casas e ao Plenário no dia da votação do TCU, que

se esses recursos não estivessem no Orçamento não haveria outra opção senão o veto.

Ouç o nobre Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Líder Aloizio Mercadante, primeiramente quero dizer que foi muito clara, competente e lúcida a exposição que levou ao veto do Presidente, a despeito de todas essas dificuldades que essa medida claramente – e V. Ex^a já indicou as alternativas, a solução, transformando em abono, porque os funcionários do Senado não têm responsabilidade sobre isso...

(Interrupção do som.)

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Entendo que a Mesa Diretora do Senado, o Presidente Renan Calheiros procurarão buscar alternativas, soluções compatíveis com as limitações colocadas por V. Ex^a. Devo também fazer o registro da maneira como V. Ex^a se posicionou quando aprovamos, na ocasião, a proposta de aumento do Tribunal de Contas da União, que V. Ex^a acabou de relatar, e foi acompanhado pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jefferson Péres. Então, penso que essa é uma resposta séria de um Senador competente, um Senador que dignifica o nosso Congresso e o nosso Senado Federal, e responsável pelas medidas que o Governo efetivamente tem tomado no sentido de colocar a economia do País nos eixos e com toda as dificuldades...

(A Presidência faz soar a campanha.)

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – ...com que o nosso Governo recebeu o País. É importante registrar também um ponto que V. Ex^a destacou, Senador Aloizio Mercadante, porque muitos argumentos foram apresentados de ontem para hoje, alegando que as dificuldades no Senado estavam associadas à contratação de pessoal. E esse quadro é absolutamente claro, corrigido pelo IPCA ou deflacionado pelo IPCA, mostrando as ações do nosso Governo. Primeiro, efetivamente recuperando muitas funções de Estado, mediante concurso público, boa parte delas, e, efetivamente, diminuindo principalmente a contratação de prestadores de serviços, demonstrando nitidamente, de 1995 até 2004, que temos gastos com pessoal...

(Interrupção do som.)

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – ...menores do que os apresentados ao longo do período 1995/2002. É importante esse registro porque foi razão de grandes debates no Senado Federal. E, de maneira muito clara, com números absolutamente confiáveis, V. Ex^a demonstrou como se comportou o Governo em relação a gastos com pessoal. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Quero dizer ao Senador José Agripino, para concluir, que concordo em uma coisa: acho que o Governo deveria der deixado muito claro, para mim e para o Congresso, já em um primeiro momento, que os recursos não estavam previstos e que, portanto, não poderia ser feito o reajuste.

Penso que faltou isso, como faltou, para as Mesas da Câmara e do Senado, dizer, com clareza, que esses recursos não existiam e que, portanto, não deveríamos ter posto a matéria em votação. Dessa forma, os Senadores e Deputados não teriam autorizado um reajuste que não tem amparo nem constitucional nem orçamentário. Nesse sentido, procede a crítica e nós temos de avaliar a situação.

É exatamente por isso que quero terminar dizendo que hoje recebi uma homenagem bastante sincera, que me sensibilizou, dos funcionários com quem trabalho. Todos sabem o quanto é pesado o volume de trabalho da Liderança do Governo. Chegamos aqui muito cedo e saímos muito tarde. E todos os dias esses companheiros e companheiras servidores da Casa estão comigo. Na terça-feira, dia de ponto facultativo, o Senado estava praticamente vazio e estavam todos lá trabalhando o dia inteiro – eu saí daqui depois das 21h.

Por isso, eu gostaria de dizer para todos que esse reajuste estaria valendo. Mas não temos esse recurso no Orçamento. O País, infelizmente, não tem como fazer esse aporte de recursos. O Presidente não tem outra alternativa, a não ser o respeito integral à Constituição. Temos que buscar outras alternativas. E a única alternativa que vejo é cortar despesas, despesas outras...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...aumentar a eficiência de outros serviços, para verificar se podemos assegurar alguma remuneração de pessoal. Neste momento, esses recursos não existem e o Governo não tem no Orçamento qualquer previsão orçamentária nessa direção.

E, por isso, o Presidente fez aquilo que o povo e a Constituição esperavam dele: cumprir integralmente a Constituição Brasileira, em seu art. 169, a Lei de Responsabilidade Fiscal e vetar essa decisão.

Derrubar o veto não vai resolver, porque a inconstitucionalidade significaria que o Supremo se pronunciaria. O que podemos fazer é buscar outras soluções. Dentro do Orçamento, encontrar alternativas. E, para isso, estou disposto a arregaçar as mangas e trabalhar com a Mesa, se for convidado, para tentar encontrar soluções orçamentárias. Fora disso, não temos a menor possibilidade de dar prosseguimento a este caminho.

Muito obrigado.

AGENDA CUMPRIDA
PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR: RENAN CALHEIROS

13-6-2005
Segunda-feira

10:00 – Embarque para São Paulo

Base Aérea de Brasília – Estação de Embarque de Autoridades

12:30 – Almoço oferecido pelo Senhor Abram Szajman, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo

Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – Próximo a Praça 14 Bis/9 de julho

15:00 – Ato “Brasil sem Armas”, organizado pelo Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, com palestra sobre Desarmamento pelo

Presidente Renan Calheiros

Deputado João Paulo Cunha

Deputado Luiz Antonio Medeiros

Saguão do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – Rua Formosa, 409 – Vale do Anhangabaú

17:00 – Retorno para Brasília

Aeroporto de Congonhas – Pavilhão de Autoridades

19:00 – Reunião com o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República

Gabinete Particular – 3º andar – Palácio do Planalto.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2532, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009208/05-4,

RESOLVE dispensar a servidora **DANUZA DE FÁTIMA DI C. VANDERLEI**, matrícula 32650, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria Rádio Senado, a partir de 09 de junho de 2005, e lotá-la na Subsecretaria de Edições Técnicas a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2533, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009228/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor **CICERO FERNANDES COSTA BEZERRA**, matrícula, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Controle de Qualidade da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, a partir de 09 de junho de 2005.

Senado Federal, 13 de junho de 2005.

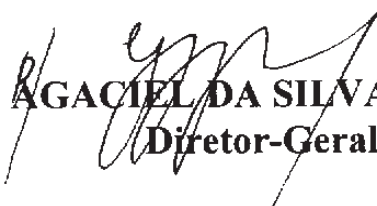

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2534 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009161/05-8,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA DE FÁTIMA MELO PEREIRA**, matrícula 28608, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 08 de junho de 2005.

Senado Federal, 13 de junho de 2005.



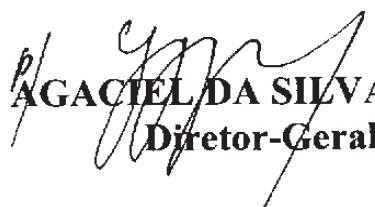
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2535 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009125/05-1,

RESOLVE dispensar o servidor **ANTÔNIO ANTUNES FERNANDES**, matrícula 25863, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Reginaldo Duarte, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 08 de junho de 2005.

Senado Federal, 13 de junho de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2536 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009202/05-6,

RESOLVE dispensar a servidora LÚCIA DE FÁTIMA BUCAR NUNES, matrícula 39898, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Alberto Silva, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 09 de junho de 2005.

Senado Federal, 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2537 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009201/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor RAFAEL DE FREITAS L. CAMPOS, matrícula 44110, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Alberto Silva, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 09 de junho de 2005.

Senado Federal, 13 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2538 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.300/05-8**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GISÉLIO ROBERTO CALABRÓ VIANA**, matrícula n.º 172884, do cargo, em comissão, de Motorista do Gabinete da Terceira Secretaria, a partir de 08/06/2005.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º. 2539 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.067/05-1**,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2316, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3241, de 27/05/2005, que nomeou **EDUARDO MEOHAS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2540 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009191/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **EDIALEDA SALGADO NASCIMENTO**, matrícula n.º 153750, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2541 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009.292/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ANA PAULA GUEDES SAIDE**, matrícula n.º 170139, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.

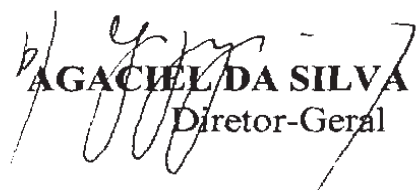

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2542 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009.293/05-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **GERALDO FERREIRA PORTO NETO**, matrícula n.º 188843, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2543 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.187/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO CARMO DA CONCEIÇÃO LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2544 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009219/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERA ALVES PACHECO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2545 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009216/05-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA FERNANDA PINHEIRO BITTENCOURT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2546 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009215/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ERALDO MATEUS PORTUGAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2547 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009213/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROMULO CÉSAR MIRANDA GUIMARÃES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luis Soares.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2548 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009221/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JACILENE DE JESUS PEREIRA DO VALE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2549 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009223/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA RUTE TEIXEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2550 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009224/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANKLIN AGUIAR DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2551 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009222/05-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAX ANDERSON REGO SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2552 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009254/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DE FÁTIMA MARTINS AMORIM** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2553 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009262/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NATALIA DOS SANTOS COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2554 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009190/05-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO DE OLIVEIRA PANELLA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2555 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.291/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLÁVIO EDUARDO MARQUES AFONSO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2556 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009301/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉIA RAIMUNDO DE OLIVEIRA CALABRÓ** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2557 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009220/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AILSON CARLOS LEMOS DO PRADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 13 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 182 PÁGINAS